

Novembro/Janeiro - 1986/87
Ano III
Cz\$ 50,00

Humanidades

11

Ser
constituente

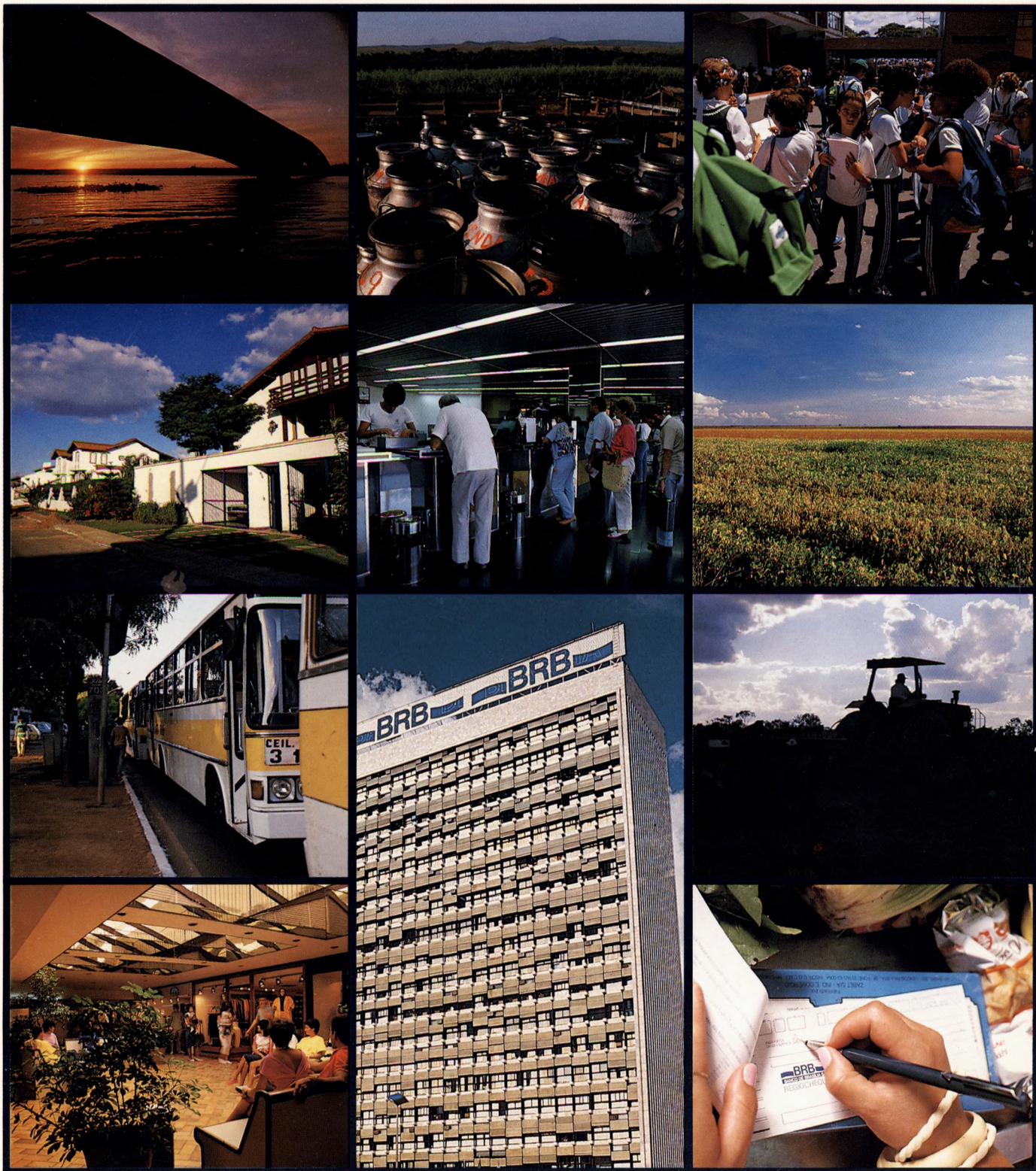


O povo
inventando
o povo?



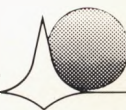
no
11

20 anos de BRB no dia-a-dia de Brasília.



BRB
BANCO DE BRASÍLIA S.A.

GOVERNO
JOSÉ APARECIDO
Brasília. Capital de todos.



Cada vez mais presente na região do futuro.



Filosofia/política	O povo inventando o povo? – João Almino	5
Constituinte/Capa	Ser constituinte – José Geraldo de Sousa Júnior	11
Economia e Constituinte	Uma interpretação econômica da constituição brasileira – Paulo Roberto de Almeida	18
Cosmologia	A consciência do cosmo – Oscar Toshiaki Matsuura	27
Direito	A nova filosofia jurídica – Roberto Lyra Filho	39
A Tradução	O cancionero dos sete mares – Noel Delamare	43
	Walter Benjamin e a tradução – Sérgio Paulo Rouanet	51
Teologia da Libertação	Por um outro cristianismo – Frei Betto	54
O livro infantil	Fadas e bruxas a serviço de quem? – Guido Heleno	58
Sociolingüística	Os apelidos do Cláudio – Hildo Honório do Couto	65
Psicanálise	Ser ou não ser? – Nahman Armony	71
A Paz	El cataclismo de Damocles – Gabriel García Márquez	75
	O futuro energético e a proliferação nuclear – José Goldemberg	77
Imagem	O olhar fotográfico – Luís Humberto	80
Ensaio	Paisagem doméstica – Luís Humberto e Tetê Catalão	83
UnB e Democracia	Reforma universitária e movimento estudantil – Ivônio Barros	87
América Latina e Caribe	La deuda externa de México – Alicia Girón G.	93
Mulher	Ser-mulher e ser-mãe – Florisa Verucci	99
Encontros	O Tricentenário do Código Negro – Maria de Lourdes Teodoro	102
Perfil	O humanismo na obra de Leszek Kolakowski – Jesualdo Correia	110
	Eudoro de Sousa e a complementaridade – Fernando Bastos	112
Painel	Crítica	114
	Editora da UnB/Lançamentos	123
	In memoriam	125
	Sugestões aos editores	128
	Panorama de revistas estrangeiras	129
Autonomia universitária – 2º clichê	As universidades da universidade brasileira – Cristovam Buarque	130

O direito à perplexidade

Muitas revistas existem para propagar as certezas de seus editores. A *Humanidades* se propõe a ser um espaço da inquietação, da dúvida e da perplexidade que formam o pensamento crítico do momento. Os períodos autoritários se caracterizam pelo maniqueísmo. De um lado os censuradores e os beneficiados; de outro, os críticos e perseguidos. As idéias se arrumam facilmente, em blocos solidários, a favor ou contra, entre a crença mais absoluta e a total repulsa. Não há tolerância, não há dúvida, nem perplexidade.

O fim do autoritarismo traz, além do direito a enfrentar e acusar os opressores, a liberdade e a perda da timidez para criticar todas as idéias, inclusive aquelas dos que lutaram contra a opressão. A morte do autoritarismo não estará completa se, ao lado do fim

do medo de criticar os que censuravam, não perdermos também a inibição de criticar as idéias dos censurados e não assumirmos a coragem de confessar nossas próprias dúvidas.

Este novo estado de liberdade gera, porém, dramáticos problemas àqueles que se propõem a pensar. A conquista do direito de falar silencia momentaneamente aqueles que estão acostumados apenas a lutar por este direito. A liberdade de autocritica entre os liberais faz surgir a perda da solidariedade, força o fim dos blocos de idéias. Surge a perda dos rumos estabelecidos. A liberdade processa a dúvida e a perplexidade. Isto é ainda mais grave quando se observa que a crise não se limita aos níveis das idéias específicas. Ela é geral e global. Geral porque abrange todos os campos do conhecimento e até mesmo a própria crença no conhecimento. Global porque não se limita ao espaço do pensamento brasileiro, mas atinge todos os continentes. Diferentemente de 45 na Europa — quando cada um esteve livre para criticar sem medo ao nazismo e de assumir sem inibição o fato de não ser comunista, judeu ou cigano, mas cada um era dono de um rumo, de uma ideologia, de uma proposta clara — o Brasil de hoje não tem ainda qualquer padrão definitivo a seguir, nenhum projeto civilizatório definido. Por isto a importância de assumirmos a dúvida, a convicção do direito à perplexidade; e a única certeza: da necessidade de um processo democrático duradouro, onde essas

dúvidas e perplexidades se encontrem no debate livre, tolerante e imaginoso, na definição de um entendimento do real e na formulação de alternativas.

É preciso assumir sem acanhamento a perplexidade diante de um processo que resiste a ser explicado pelas teorias tradicionais, exigindo um novo pensamento.

Mas tudo isso deve ser feito sem o nihilismo, nem o pessimismo daqueles que se sentem órfãos das certezas. É preciso encarar a perplexidade com a gratificação existencial de poder participar da construção de novas idéias e de uma nova forma de pensá-las.

A *Humanidades* propõe-se a participar desse processo. Nosso método é o uso do direito à perplexidade, usando o axioma da dúvida e a formulação das perguntas como práticas do processo do conhecimento, sem qualquer urgência, mas com toda tolerância; sem preconceito, mas absolutamente crítico; e com o máximo respeito à ética e à estética do debate.

Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista *Humanidades* é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho editorial: Barbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson, José Carlos Córdova Coutinho e Venício Artur de Lima.

Autores: Alicia Girón G., Fernando Bastos, Florisa Verucci, Frei Betto, Gabriel García Márquez, Guido Heleno, Hildo Honório do Couto, Ivônio Barros, João Almino, José Geraldo de Sousa Júnior, José Goldemberg, Luís Humberto, Maria de Lourdes Teodoro, Nahman Armony, Noel Delamare, Oscar Toshiaki Matsuura, Paulo Roberto de Almeida, Roberto Lyra Filho, Sérgio Paulo Rouanet, Tetê Catalão. **Painel:** Célia Ladeira, Geraldo Mourthé, Jeni Vaitsman, João Gabriel L. C., Luíza Lobo, Luiz Paulo Horta, Luís Tuniba, Manuel Montenegro, Paulo Roberto Almeida, Richard Bucher, Sara Almaraz, Severino Bezerra. **Abstracts:** John Trzeciak.

Tradução: Fernando Dídimo, Edson Cardoso.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso.

Redator: Jesualdo Correia.

Edição de iconografia: Luiz Humberto e Douglas Marques de Sá.

Projeto gráfico e programação visual: Danilo Barbosa e Fernando Secchin.

Arte-final: Fernando Secchin. **Foto de capa:** Luiz Humberto.

Ilustradores: Charles Mayer, Douglas Marques de Sá, Fernando Lopes, Fernando Secchin, José Duarte, João Oliveira, Rui de Oliveira.

Fotógrafos: Luiz Humberto, Juan Pratginestós.

Promoções, vendas, assinaturas: Alexandre Lima, Elmano Rodrigues Pinheiro.

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira.

Cadastro de assinantes: Gilmar Castelo Branco e Glaucimara de Oliveira.

Preços: Cz\$ 50,00 (exemplar avulso).

Cz\$ 150,00 (assinatura — quatro números).

Cz\$ 90,00 (assinatura para estudantes).

Endereço: Revista HUMANIDADES — Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Dois Candangos
Caixa Postal: 153001

71.910 — Brasília — DF — Brasil

Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, fotolitos e impressão: Escopo Editora

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores. Todo o material publicado — artigos, resenhas, ilustrações e fotos — só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)



O povo inventando o povo?

João Almino



Foto: Juan Pratgñestós

As idéias de constituinte, revolução e crise têm a ver com a noção de uma ruptura na ordem e no tempo; com as do contrato social e da fundação, significando inversão simbólica ou ilusória. Elas põem a nu um sujeito da história, o povo, sempre reinventável e, ao mesmo tempo, inscrito numa natureza imutável. Da desmistificação da ruptura, surge uma visão de tempo que faz com que o desejo de mudança não se torne escravo de um presente, nem da negação ou afirmação de uma permanência.

Nas idéias da origem da sociedade ou do Estado, da revolução, da constituição, da crise, da subversão da ordem ou da mudança da estrutura, o pensamento político moderno está dominado por uma mesma fixação: a de pensar o começo, a fundação, o novo.

Colocando todos esses conceitos — em que faço um passeio rápido e superficial — num mesmo registro, abandono a precisão requerida por uma história das idéias para privilegiar sua leitura no interior de uma interrogação filosófica contemporânea. E essa interrogação tem a ver

com duas grandes tradições que ainda hoje alimentam os conflitos políticos e ideológicos: a da revolução e a da constituição.

Por que colocar estes termos lado a lado?

Vamos antes traçar o percurso da questão. Ela tem a ver com o fato de vivermos em sociedades históricas. De os homens pensarem a história e terem começado a ver-se como seus sujeitos. De quererem autogovernar-se. De conceberem a si mesmos como conjunto, um sujeito político uno, chamado povo, que seria investido de soberania. De pensarem uma divisão social real e de inscreverem a realidade num imaginário.

A mudança entendida como obra dos próprios homens, a capacidade que eles imaginam ter de substituir uma ordem por outra, de realizar a constituição política ou fazer a revolução partem de condições que são próprias à época moderna: o conhecimento de que a divisão social não é inevitável, conhecimento difundido pela Revolução Americana; a convicção da igualdade entre os homens vinda do nascimento e o surgimento da democracia e do conceito de soberania do povo.

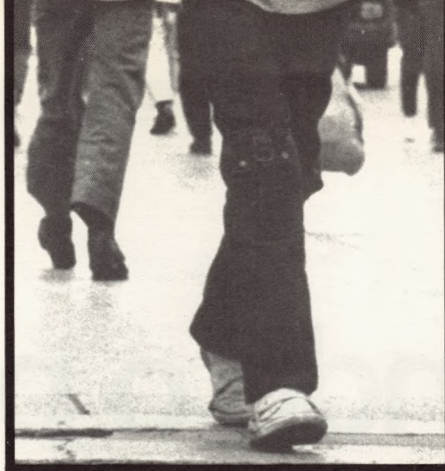
As revoltas da Idade Média não podem, por exemplo, ser pensadas como revoluções. E isso não apenas porque não tinham caráter de irreversibilidade, mas sobretudo porque não podiam pretender ter esse caráter, pois, sendo Deus indestituível, era impossível conceber a substituição de uma ordem política por outra.

Já em Maquiavel as condições imaginárias para a revolução e a constituição estão dadas. Seu pensamento se inscreve na abertura que proporciona sua época para a imagem de um homem que se coloca no centro do universo e é autor de sua história.

Além disso, no início do terceiro livro dos *Discorsi* ele se refere à necessidade de uma volta periódica da instituição política ou religiosa a seu princípio, pelo golpe de força, que implica indiferentemente a transgressão ou a defesa da ordem estabelecida. O príncipe novo da exortação final de seu *Príncipe* encarna uma vontade popular dirigida ao surgimento de uma nova ordem.

Mas é com a Revolução Francesa que constituinte e revolução passam a cristalizar historicamente o significado que chega a nossos dias: num caso, fundação de uma ordem jurídica contrariando o sentido inglês da constituição como o que já existe pela formação mesma do povo, da sociedade, da nação; no outro, fundação de uma nova ordem política e social.

Embora a idéia de revolução entre no vocabulário político bem antes, é a experiência



da Revolução Francesa que vai fixar o conceito com o sentido que os grandes teóricos da revolução no século XIX vão mais tarde aprofundar. Basta dizer que no início da Revolução Francesa, a palavra "revolução" é ainda utilizada para exprimir o caráter cíclico e restaurador com que o termo era usado na Idade Média, originariamente na linguagem astronômica. Como lembra Hannah Arendt, fala-se, às vezes, para exprimir o que está acontecendo, em "contra-revolução".

A constituinte e a revolução passam a representar-se, assim, no mundo moderno, e sobretudo após a Revolução Francesa, como os atos fundadores por excelência, em que se pretende que o próprio povo, através da mediação de representantes eleitos ou de uma direção esclarecida, substitua ou possa substituir uma ordem por outra, um sistema por outro. Supere a crise que deu origem ao desejo de mudança. Ou, como será dito mais tarde, realize ou possa realizar a mudança estrutural.

É mais que coincidência que os casos exemplares da Revolução Burguesa e da Revolução Proletária tenham tido um contato íntimo com a experiência da constituinte.

A tal ponto essa afirmação se aplica à Revolução Francesa, que o jovem Marx chegou a pensar que esta havia sido obra da constituinte.

Na Revolução Francesa, a constituinte precedeu a revolução. Na Revolução Russa, a revolução antecipou-se à constituinte. Rosa Luxemburgo defendeu que a revolução, mesmo que não desejasse aquela constituinte já convocada, deveria convocar outra, pois só a constituinte, assim como a manutenção das liberdades de expressão e de imprensa, legitimaria a revolução.

Não vamos, contudo, concluir que havendo constituinte, há revolução, ou vice-versa. Nem que constituinte e revolução sejam a mesma coisa ou dois caminhos necessariamente divergentes de uma mesma necessidade histórica.

Um e outro são feitos para realizar a grande mudança, para superar uma ordem (política, jurídica ou social), estabelecendo outra, dividir claramente o tempo entre um passa-

do identificado com o mal e um futuro instaurado pelo bem, inaugurar o novo.

Num caso, a fundação se faz pelo direito. No outro, pela violência.

O tema do contrato social, que desde o século XVII deu suporte teórico aos movimentos revolucionários, tem hoje em dia apenas a expressão empírica da constituição. O Estado é uma associação legal. É produto da ação de seus membros em fazer uma constituição (seja esta sedimentada ao longo de uma linha de tempo ou elaborada num ponto do tempo). A constituição de um Estado são os artigos de um contrato social ou político que constitui o Estado.

Os movimentos revolucionários são também constitutivos de uma nova ordem, embora o instrumento da mudança não seja visto como o direito, mas sim a força, a violência. Toda revolução se utiliza de instrumentos violentos para alcançar o poder. À prática da violência, se associa a violação da lei e da ordem. Marx chegou a dizer que seria preferível realizar revoluções não-violentas, concluindo, porém, sobre sua impossibilidade. Engels, por sua vez, define a revolução como o instrumento violento por excelência. Não é por acaso, assim, que os movimentos revolucionários estejam associados à experiência do terror. Sob o despotismo da igualdade e da liberdade de todos, interpretadas pelos dirigentes, essa experiência esteve presente tanto na Revolução Francesa quanto na Revolução de Outubro. O terrorismo contemporâneo, o que existiu no Brasil na década de sessenta, é herdeiro de uma tradição revolucionária.

Revolução só é possível onde se pensa o Estado, pois ela necessita a referência ao poder estatal. Ela precisa passar pela idéia de que o lugar simbólico do poder é conquistável e é o lugar da unidade e da identidade nacionais. Ou seja, como afirma Claude Lefort, se a revolução é o ponto culminante da luta de classes, é necessário que esta luta se exerça num quadro em que a divisão de classes se combine com a divisão do conjunto social e do Estado e que todos os conflitos acumulados no seio da sociedade civil possam ser referidos à noção de uma oposição política e de um princípio da dominação.

Na concepção marxista, a revolução socialista seria única e instauradora de uma ordem definitiva. Daí se explica e impossibilita de conceitual de uma revolução pós-revolucionária. Os movimentos sociais com características revolucionárias que ocorrem onde se instaurou a idéia da revolução socialista são necessariamente definidos como contra-revolucionários, pouco importando se são ou não movimentos populares ou até mesmo proletários. É

o que demonstra, por exemplo, a experiência húngara de 1956.

Na revolução, existe a idéia do novo e do início, a da ruptura com a tradição. Pressupõe-se também a igualdade entre os homens, pois é esta que permite a subversão de uma ordem, e é esta que surge como meta a ser alcançada. A liberdade é, ademais, ao mesmo tempo base para a ação revolucionária e objetivo dessa ação, já que as revoluções se fazem visando à liberação do homem e ao estabelecimento de uma ordem livre.

No fundo, a tradição moderna de revolução é cristã e greco-romana. Quando a ordem política deixa de ser divina e passa a ser encarada como criação dos homens, a salvação dos homens também passa a ser alcançável na própria terra. Na revolução estão, implícita ou explicitamente, o ideal da igualdade (já entre os romanos havia a idéia da igualdade perante Deus), a promessa do Reino dos Céus (a revolução promete o céu na terra, que seria trazido pela mudança revolucionária), a visão linear da história (a história implicando um progresso que levaria ao momento culminante, culminação que no cristianismo é a eternidade extraterrena) e uma novidade completa e definitiva (assim como o nascimento de Cristo implica uma ruptura completa e definitiva entre passado e futuro, a revolução também nos salva e nos redime para sempre da opressão do passado).

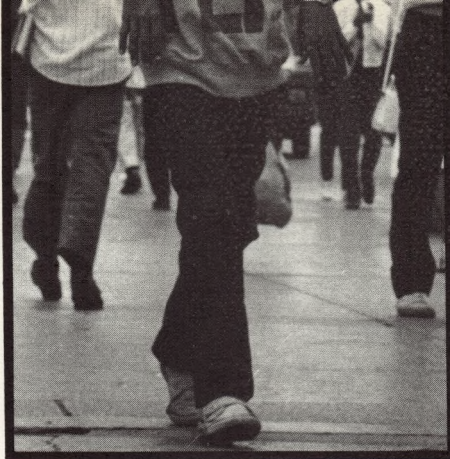
A revolução, como, aliás, a necessidade de ruptura constitucional, são em geral entendidos como decorrência das crises (políticas, econômicas e sociais).

A relação entre crise e revolução foi estabelecida por Marx e Engels. Leiam-se, por exemplo, seus comentários sobre as lutas políticas e revolucionárias de 1848-1849, sobretudo em *As Lutas de Classe na França*. Em textos que serviram para a preparação deste livro, Marx e Engels afirmavam, por exemplo, que uma nova revolução só seria possível como consequência de uma nova crise e que uma seria tão certa quanto a outra. Da crise política e da crise econômica nasceriam a possibilidade revolucionária e o fim do capitalismo.

O termo "crise" (do grego *krísis*, decisão) chegou ao emprego moderno, no início do século XVIII, através do sentido médico, para significar a mutação grave que sobrevém em uma doença para melhor ou pior.

Logo veio sua aplicação ao corpo político ou social. Podemos dizer que a crise, no vocabulário político moderno, está associada à imagem das grandes mudanças ou do risco de desagregação social. Daí sua íntima relação com os temas da revolução e da constituição.

A noção de crise pode servir aos governantes, na busca de apoio generalizado para si próprios. Ou estar a serviço de grupos dentro da



sociedade. Nela se suscita o medo ou a esperança da revolução, a defesa da ordem em perigo ou a proposição de uma nova ordem.

No primeiro caso, procura-se apresentar a crise como algo atingindo indiferentemente todos e o todo, quando, na realidade, ela pode significar apenas redistribuição ou mudança de ênfases e setores. A crise (econômica, política) representaria apenas o momento ou instante "disfuncional", ou seja, que rompe o funcionamento harmonioso do sistema, momento passageiro até o restabelecimento do necessário "equilíbrio".

Num segundo conceito, de herança marxista, ela é crise estrutural e implica ruptura, mudança total.

A crise não existe sem sua imagem. Pois as mudanças podem ocorrer sem que gerem o medo de desagregação social. E o medo de desagregação social, sem que haja mudanças materiais, pode ocorrer pela aquisição de novas informações ou pelas mudanças nas formas de consciência e de percepção (as próprias formas de consciência da continuidade histórica estão em permanente mudança). Mas a crise não pode ser exclusivamente imagem da crise, pois uma sociedade não está em crise apenas porque seus membros crêem vivê-la.

As experiências autênticas da crise, assim como da revolução ou da constituição, são produtos históricos, aliados ao acontecimento ou confundidos com ele pela percepção dos homens.

A crise implica uma perturbação da ordem. Da mesma forma que a revolução, a constituição, a mudança de estrutura ou de sistema político, a superação da crise estrutural implica a negação da ordem estabelecida e a instauração de uma nova ordem. Implica ruptura de ordem.

A crise pode ser vista como desordenadora ou como reordenadora. Como o todo pode ser permanentemente pensado e repensado, os elementos destruidores de um todo podem ser entendidos como fundadores de uma nova ordem.

As crises política e econômica, ouvimos dizer, impõem a necessidade de uma nova ordem, assim como a revolução implica a passa-

gem de uma ordem a outra. Já dizia Marx que "para o real comunista o que importa é subverter a ordem existente".

Imagina-se, em todos estes casos, a nova ordem como ordem acabada, da mesma forma que a velha ordem é vista como algo monolítico e estático. Entre uma e outra, dá-se a ficção da passagem, a que vou me referir mais adiante.

A ordem, a estrutura e o sistema desempenham papéis políticos similares, pelo menos em sua relação com os conceitos de crise, de constituição e de revolução.

Estrutura não é o mesmo que sistema, mas a crise estrutural requer mudança estrutural, que, no seu grau profundo, é mudança de sistema ou de ordem.

As explicações estruturais têm uma relação direta com o conceito de revolução. A mudança de estrutura é, na sua aceção radical, uma mudança revolucionária.

A ficção da passagem e a imagem de uma ordem, estrutura ou sistema estáticos são a base da defesa intransigente da ordem, para os que não desejam a mudança e da defesa da nova ordem, para os que a desejam. Ao considerar-se a ordem como obra acabada dos homens, oposta a uma desordem, concebe-se a figura potencial do desordeiro. Concebe-se, então, o abuso, o extremo, como relativos a uma norma acabada, seja ela outorgada ou fruto de um consenso social. Neste caso, os que estão excluídos da ordem são qualificados como extremistas, agitadores, perturbadores da ordem, ponham-se eles (ou sejam eles postos) na posição do revolucionário ou do reacionário. Um outro interior ao todo com o qual se identifica a ordem é visto como exterior.

As imagens da revolução, da constituição, da crise, da mudança de estrutura, de ordem ou de sistema podem ser imobilizantes em dois sentidos opostos, vinculados respectivamente a um desejo de uma mudança única, desconhecendo as mudanças em curso e preferindo reprimi-las, e a um desejo de repressão sobre as mudanças em curso, para evitar a mudança única.

A mudança única, a ruptura, ocorre num ponto preciso de uma história linear, que caminha por etapas, em progresso permanente ou, perdida de sua origem paradisíaca, por processos sucessivos de decadência.

O evolucionismo pode romper com a concepção de que a história se faz por rupturas; mas nele está igualmente presente o determinismo histórico, baseado na idéia de uma razão ou necessidade histórica.

O evolucionismo marxista combinou a ruptura (entre as etapas históricas que correspondem aos distintos modos de produção) e a linha progressiva que culmina no comunismo. O

novo corresponde a uma mudança total — estrutural, diriam alguns. A mudança ocorreria unicamente ou sobretudo por rupturas. Mas a história não deixa de ser linear no sentido de significar um caminho progressivo com direção certa, mesmo que tenha vaís-e-vens, seja dialética. Ela caminha por grandes etapas, por patamares. Trata-se de herança da filosofia hegeliana, em que o movimento histórico é dialético e movido pela necessidade.

A mudança total é inversão simbólica ou pura ilusão. Ilusão do povo, dos atores políticos, e também dos historiadores, dos que, descrevendo o acontecido e reduzindo a história a um discurso, se identificam com os atores. Ilusão de levar a história a um ponto de origem, reconstruir a sociedade segundo um plano prescrito pela natureza ou pela razão.

Como nos faz ver Claude Lefort ao referir-se à revolução, existe uma pulsão de morte associada à representação de uma sociedade susceptível de realizar-se aqui e agora, de se tornar transparente, fazendo de sua própria face o objeto de um saber último, definitivo, a idéia de um acontecimento absoluto, fundação de um mundo no qual os homens dominariam inteiramente as instituições, concordariam no conjunto de suas atividades e de seus fins, de um mundo no qual o poder se dissolveria no fluxo das decisões coletivas e a lei no fluxo das vontades, a crença numa sociedade que se ordenaria organicamente, de dentro dela mesma.

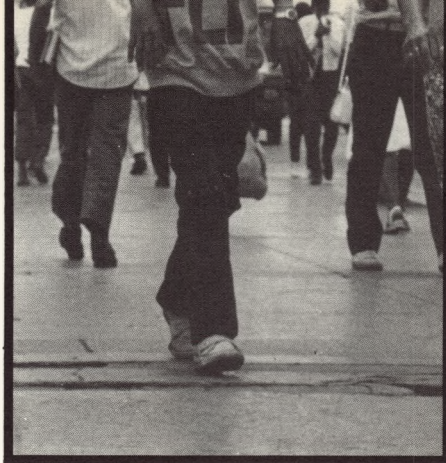
A fantasmagoria da ruptura faz com que não se perceba a continuidade das linhas de evolução que se imagina terem sido quebradas. Ora, como diz Lefort, a história das sociedades modernas não se resume ao curso das grandes revoluções. Estas não constituem episódios de uma revolução universal e é aberrante supor que no seu intervalo se operaria apenas a reprodução das relações sociais de dominação e de exploração.

A dialética revolucionária, ao negar um todo-presente, é confirmadora de uma ordem.

O nóvo, diz Lefort em *As formas da história*, é “a prova materializada da diferença temporal, da história, sua recuperação sob a ilusão de uma diferença no tempo, de uma distância controlável do presente sobre o passado, de uma relação controlável sobre o presente como tal”.

O sujeito da mudança pode ser entendido como o acaso ou a necessidade, aos quais os homens têm de se adaptar, ou como vontade ou o desejo dos homens.

A mudança é também obra da imaginação humana. A própria referência a uma origem ou a um fim, ao ponto de passagem, é obra imaginária, pois seria impossível determinar a origem, a ordem do fundamento e do começo,



sem incluir nisso a sua representação. Impossível determinar o fim sem representá-lo. Impossível determinar objetivamente a história. A origem, a mudança, a própria história não são o acontecimento. Estão representados nele. Simbolizam-se na relação que os homens estabelecem com ele. O fato não existe sem sua imagem.

A mudança, em qualquer que seja o sentido, alguém poderia concluir, depende sobretudo de um sujeito, o povo (povo-sociedade, povo-nação), sua vontade ou imaginação.

Parte-se, neste caso, não apenas do desejo de que o povo tenha vontade e soberania, mas da crença de que isto ocorre de fato. Mantida esta hipótese no Brasil de hoje, seria, então, de responsabilidade do próprio povo se ele se autocriasse como povo ignorante e manipulável, que se vende pelo dinheiro e se encanta pelas palavras vazias; se ele não tivesse alternativa para os sistemas representativos comprados pelo dinheiro, que dominaram sua vida política no passado, e as vanguardas esclarecidas que se apresentam como salvadoras, ambos divorciados da sociedade; se, emaranhado nas ideologias da modernização e do desenvolvimento, suspendesse uma vez mais o presente em nome do futuro; se ele viveu impensado entre dois males políticos, a representação oligárquica e a ditadura.

O fato de a grande maioria dos brasileiros não saber o que é uma constituinte; o fato de a constituinte sequer fazer lembrar sua íntima ligação com o problema da fundação apenas indicaria que o povo não está de fato preocupado com a questão de sua organização política. Indicaria que o povo está contente com a forma como vive. Ou então descre totalmente que mudanças se façam pela lei, pois o que contaria seriam as conquistas de fato, dentro ou fora da lei. A responsabilidade seria, portanto, do próprio povo.

Se os representantes do povo tiverem sido eleitos pelo dinheiro; se eles forem falsos e mentirosos; se eles forem apenas demagogos, que se elegeram por suas capacidades de manipular, de mentir; se, na realidade, a relação que se trava entre o povo e os candidatos não passa pelas idéias que estes esposam, mas

apenas por aparências, pelo número de vezes em que seus nomes aparecem, pela propaganda, de quem poderia ser a responsabilidade senão sobretudo do povo?

Ou haveria, na realidade, não ignorância ou ilusão popular, mas sim descrédito popular dos poderosos e descaso pela política? Mas, neste caso, o povo peca por negligência, descaso e desinteresse. Pois ele poderia, com seu poder, reverter a situação.

Os representantes do povo não poderiam tampouco ser responsabilizados por não corresponderem a uma expectativa popular. Pois não seria pelo descaso popular que não tivessem surgido melhores candidatos? Pois o povo não tem possibilidade de se associar, de se reunir, de discutir idéias, de propor nomes? Mesmo se não houvesse liberdade de expressão e de associação, mesmo que não fosse possível criar livremente um partido político por um reduzido número de pessoas, ainda assim seria possível fazer surgir lideranças a partir de interesses ou aspirações do povo, se este assim desejasse. Isso é tanto mais verdadeiro, quando as liberdades existem e as vontades podem encontrar canais institucionais.

Ou será que o povo tem medo de si próprio, de sua própria indeterminação, e por isso abdica de sua vontade, fazendo sua a vontade dos governantes? Ou então o que lhe falta é a simples vontade, o simples desejo, como dizia La Boétie no século XVI a propósito da recusa do povo em desejar a liberdade?

Ou será que o povo não existe porque não consegue se organizar, nem tem instrumentos para fazer valer suas vontades? É claro que muito pode ser feito ainda para facilitar as iniciativas populares. Por exemplo, os governantes têm poderes para decretar sozinho salvaguardas à ordem constitucional, através do estado de sítio: enquanto os governados, por maior que seja seu número, não têm sequer direito de convocação de plebiscito ou de iniciativas de lei. Ora, a representação política não deveria justificar que se retirasse da sociedade (do povo, portanto) a possibilidade de influir diretamente no comando da política. Talvez fosse extremo e pouco utilizado um instrumento constitucional para convocar plebiscito, até mesmo sobre a possibilidade de mudança do regime ou sobre a destituição do chefe de Estado. Mas não seria mais extremo que o que põe nas mãos dos governantes a possibilidade de decretar o estado de sítio, sendo mais legítimo que este último. O povo existirá mais próximo de sua expressão empírica quanto mais haja organização autônoma dentro da sociedade, quanto mais haja, portanto, liberdade de associação e de expressão. Mas, se acreditamos na vontade e soberania populares, também essa possibilidade de organização

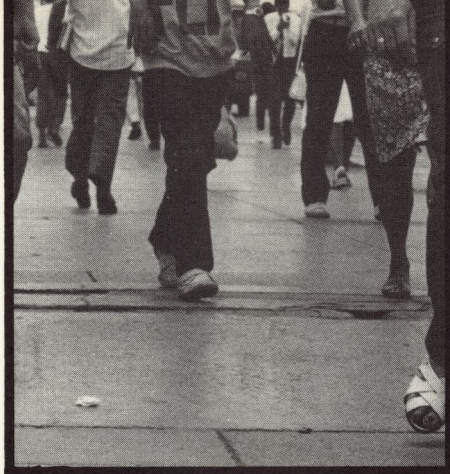
e de adoção de novos instrumentos de participação dependeriam da vontade do povo, de seu empenho, de sua luta.

O povo, então, tem soberania, mas não tem vontade ou sua vontade não deve ser levada em conta, pois, sendo ignorante, tolo, manipulável, enganando-se facilmente, não é possível nele confiar? Neste caso, caberia a quem está acima do povo criar o povo consciente e soberano?

Poderíamos imaginar que, na realidade, o povo uno, indivisível, pensado como totalidade imutável, seria apenas uma invenção de uma elite para reforçar sua dominação sobre cada um. Ao defender suas próprias posições, esta nada mais precisa fazer do que dar o sinal para que o povo indivisível se manifeste, reivindique, para mostrar seu poder soberano; dar o sinal para que o povo invista contra seus inimigos ou opressores com todos os seus recursos inesgotáveis. Mas quando o povo investe de fato, reivindica de fato, sua imagem de povo é transformada na imagem da ameaça ao povo. Neste caso, em que os interesses do povo resultam sem interesse e em que sua potência revela-se como uma impotência diante do inimigo, a culpa é dos desordeiros, seres que, mesmo tendo existência social, são extra-sociais e anti-sociais; que, como antipovo, dividem o povo indivisível em vários campos inimigos (cf. comentários de Marx no *18 Brumário*).

O povo brasileiro, por exemplo, é pacífico ou é violento, é cordial ou bárbaro, não se engana e é o único que sabe ou é massa ignorante e manipulável, é quem comanda a política ou é escravizado, dependendo da intenção dos inventores do povo. Ou então o povo, na mente dos inventores, não consegue traduzir uma existência positiva, ou seja, a de um povo que é e que age no presente. O povo seria, neste caso, entendido como em formação. No presente, ele se limitaria a ser povo futuro, ainda inexistente em sua forma madura.

Entretanto, talvez alguém queira alertar para o erro: o povo não pode ser uma invenção das elites; ele existe e teria uma vontade de possibilidade de adquirir sua soberania se os governantes propositadamente não o deixassem na opressão, na ignorância, embotando com as ideologias, suas consciências. Todas as decisões do povo que acima imaginávamos serem de sua própria responsabilidade seriam, na realidade, fruto da manipulação das elites governantes. Estas às vezes afirmam haver soberania do povo precisamente para retirar-lhe soberania. Caberia às vanguardas revolucionárias conscientizar o povo para que ele possa assumir seu papel histórico. Mas inventando ou não o povo, os governantes estariam, neste caso, sendo vistos como os que comandam a história.



Ainda assim continuaria existindo, contudo, um povo ao qual esta elite “que o inventa” ou que o comanda se opõe. Ao inventarem o povo ou ao comandá-lo, os governantes teriam diante de si um povo, cuja face natural haveria que retrair. Além de ser suas próprias imagens, o povo seria alguma coisa em si, podendo ser inscrito numa natureza.

Existiria, então, o povo em seu “estado natural”, livre da coerção da ordem existente, criador das novas realidades? Havendo um estado de natureza, este estado seria o descrito por Hobbes, em que todos são o lobo de todos ou ao contrário, o que imaginava La Boétie, Locke e Rousseau, um estado de liberdade, de igualdade e de razão? O que vemos no Brasil levaria a pensar que no estado de natureza os homens são desinteressados, indolentes, esperam as salvação divinas, nada fazem por si mesmos, sequer para realizar o contrato que os associa? Ou, ao contrário, são participantes, confiam em si mesmos, exercem seus direitos?

Este povo em seu estado natural afloraria precisamente nos momentos de passagem, quando a vontade ou desejo do povo estariam liberados de qualquer peso? Quando o desejo ou vontade contidos explodiriam, para reivindicar mudança total?

O paradoxo entre uma dialética da liberdade e a da necessidade presente na passagem, na ruptura histórica, se reflete sobre o sujeito da história, sujeito, portanto, da fundação, da constituição, da revolução. Se o concebemos como o homem ou o povo, apoiados em que estarão nesses momentos de passagem? Na ausência de ordem que comanda a ruptura da ordem existiria ainda assim uma ordem comandada pela necessidade? Ou estariam os homens livres e iguais, empregando livre e igualmente sua razão? Estaríamos autorizados a pensar que, nesses momentos de passagem, no limbo do ponto de mudança, no momento de substituição de uma ordem por outra, falta a ordem, mas existem os direitos naturais?

Talvez fosse mais simples dizer, lendo a questão em seu sentido contemporâneo, que o estabelecimento da democracia requer a democracia, pois só nesta estão assegurados os direitos naturais, estes mesmos que já haviam

sido divinos e que depois passaram a ser “do homem”.

Continuaria de pé uma das questões antes levantadas: será que este povo, livre da ordem opressora, é capaz de realizar o contrato, como povo soberano? Neste caso, ele pode assumir o comando da história e então os governantes serão apenas sua obra? Não seriam os governantes os inventores do povo, mas, ao contrário, o povo não apenas inventaria, mas também instalaria no poder os governantes? E a dúvida ressurgiria, pois, se deveria haver soberania do povo, não é também certo que a soberania, a despeito do povo, pode ser exercida por tiranos? Não é certo que o povo pode ter vontade, mas não soberania? Que ele pode deixar de ser soberano e imobilizar-se no temor aos poderosos? Será que o povo-classe-portadora-dos-destinos-da-humanidade, hoje sem poder, oprimido e explorado, será soberano após o verdadeiro ponto de passagem?

O fato é que ninguém detém o comando da história e que esta tampouco é governada por um só destino.

As contradições sociais movem a história e jamais se resolvem. O povo não é uno, mesmo que cada indivíduo tenha o direito de pensar o social e o coletivo e deles derivar uma vontade. Esta vontade social ou coletiva, assim como a vontade popular, tampouco tem expressão una. Caso tivesse e se fosse investida de soberania absoluta, não seria mais que o novo lugar da tirania.

Se a tirania pode se basear tanto na possibilidade de desautorizar o povo, para o suposto bem do povo, infantilizando-o, representando-o como povo em formação, na idéia, portanto, de que alguns, que estão acima do povo, têm a capacidade de julgar que o povo empírico ainda não tem o verdadeiro estatuto de povo, ela pode também se basear na convicção de que o povo consciente, esclarecido, dono de seu destino, que está no poder ou a quem o poder serve, deve ser defendido contra as ameaças de uma espécie de antipovo.

O povo não é apenas invenção das elites, nem só povo empírico, população indiferenciada à qual se opõem as elites. Ele é também e sobretudo sua própria invenção. Dele depende sua própria imagem.

Dizíamos que no imaginário moderno quem move a história é o homem — em suas diferentes encarnações como indivíduo, como povo, como sociedade, como classe — e que desde que existe democracia prevalece a imagem de que o povo tem vontade e soberania, auto-organizando-se politicamente. Então ao pensar a mudança, a fundação, que tem o homem ou o povo como sujeito, seria importante acrescentar que a mudança e a fundação podem aplicar-se também ao próprio povo. O

povo pode passar a ser outro, reinventando-se. Ao novo povo que surgiu ou que está por surgir corresponderá sua nova constituição.

Se o povo não se move senão em direção do que deseja, mas se o problema é que não sabe o que desejar; se é incapaz de fundar, de criar o que teoricamente deseja; se sabe que não existe, gostaria de ser criado, então a condição da mudança é a mudança no próprio povo, a mudança do povo pelo povo.

O começo que temos, então, que pensar é um novo começo do povo brasileiro? O momento da fundação seria o da reinvenção do povo?

Já vimos que esse ponto de passagem é ilusório; que ele deixará seu rastro empírico como ponto de passagem apenas na medida em que sua imagem tiver eficácia histórica.

Mas a idéia da fundação ou ponto de passagem pode liberar a mudança nas múltiplas direções em que possa ocorrer. O povo será criador e criado, num processo que não se reduz ao ponto de passagem, mas que pode estar nele simbolizado.

Como propõem Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, em *A nova aliança*, exploramos uma natureza com evoluções múltiplas e divergentes, que nos dá a pensar não em um tempo às custas de outros, mas na coexistência de tempos irredutivelmente diferentes e articulados.

As mudanças do povo pelo povo não se dão nem no tempo absoluto, newtoniano, da duração uniforme, nem no da evolução criativa de Bergson, em que duração significa invenção, criação de formas, elaboração contínua do absolutamente novo, mas nesta coexistência de tempos irredutivelmente diferentes e articulados, nos quais essas duas dimensões de tempo se articulam em vez de se excluírem (cf. Prigogine, op. cit.).

A verdadeira mudança não tem compromisso com a negação, muito menos com uma negação total. A mudança pode ser inscrita nos mais diferentes ritmos e direções.

O que cabe, portanto, num momento em que a sociedade recorre à imagem da fundação,

do novo, da ruptura, não é mudar necessariamente, mas é ter, em liberdade, a possibilidade de mudar. A mudança não é unidirecional, não é uniforme. É plural. Não tem por que se afirmar no singular.

A recusa em acreditar que a mudança completa ou absoluta ocorra num ponto da história libera o desejo de mudança. Este pode passar a exercer-se agora e sempre: não se vê bloqueado pela negação ou afirmação de uma permanência, nem é escravo de um presente. Uma liberdade maior nos é dada, de agir em múltiplos sentidos, em todos os momentos, pois os processos plurais estão sempre e totalmente em aberto.

Se a conjuntura e a estrutura têm a ver com a dimensão histórica que queremos analisar; se nossa escolha da dimensão histórica orienta-se pelo tamanho da nossa insatisfação, num momento em que os homens ousam pensar na fundação, a estrutura cabe na conjuntura, ou, em outras palavras, a mudança estrutural tem sua conjuntura.

Podemos e devemos buscar racionalidade e sentido para a história. Mas essa racionalidade e esse sentido serão também fruto de nossa criação plural e poderão aplicar-se a diferentes registros de tempos.

Se não temos por que nos prender à realidade, como se esta fosse apenas tradição, tampouco devemos obediência irrestrita à tirania do novo.

Não apenas porque o novo, a novidade, possa ser uma encarnação do velho. No fundo, é a velha esperança dos homens que gostaríamos de realimentar: a de serem iguais e livres, com direito à vida e à paz.

No Brasil de hoje, sobretudo não me seduz a novidade se ela significar a possibilidade de assalto ao Estado pelos poderes privados; se o vazio deixado pela tecnocracia autoritária ceder lugar a práticas supostamente políticas que têm que ver com a troca de favores, o apadrinhamento, as concessões aos caciques, o reforço das máquinas partidárias, a invenção de um "coronelismo" moderno que utiliza os

últimos recursos da tecnologia; se a noção de liberdade apenas servir para produzir a tirania do poder privado dos proprietários; se a da igualdade não puder ser mais que a base da tirania de uma burocracia.

Estar livre para pensar a fundação é pôr em jogo todas as normas das instituições. É liberar a paixão de auto-organização, assumindo a irrealidade nos limites das utopias possíveis.

Numa perspectiva democrática, em que não se pretende excluir da ordem o que a excede ou a contradiz, a ordem é vista de forma dinâmica e não excludente. Nessa perspectiva, a ordem convive com a desordem e mais que isso: ela em alguma medida se origina na desordem, pois, como já dizia Maquiavel nos *Discorsi*, todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião do povo e dos grandes. O ordenamento e a desorganização se dão ao mesmo tempo. São processos dinâmicos concomitantes.

Sou de uma geração cética, que surgiu do medo e do terror, que teve a esperança de assistir a grandes mudanças que trouxessem a liberdade e acabassem com as desigualdades. Geração desiludida com o terrorismo e a revolução. Cansada do nosso velho liberalismo autoritário. Angustitada pela miséria que invade o cotidiano. Que solução nos resta, senão a de interrogar, ousando um sonho tímido?

O que desejar? Apenas abertura de caminhos e não construção de modelos acabados, que se proponham a instalar a boa sociedade. Pois estes acabam tendo que prever uma sociedade coesa, uniforme, transparente a si mesma, onde serão caladas as vozes discordantes e punidas as ações desarmoniosas. ●

João Almino é diplomata, professor de filosofia política e de relações internacionais na Universidade de Brasília e de história das idéias políticas no Instituto Rio Branco. Autor, entre outros, de "Os democratas autoritários" (Brasiliense, 1980), "Era uma vez uma Constituinte" (Tempo Brasileiro, 1985), "O segredo e a informação: ética e política no espaço público" (Brasiliense, 1986).

Resumen

Filosofía Política

¿EL PUEBLO INVENTANDO AL PUEBLO?

Las ideas de asamblea constituyente, revolución y crisis se relacionan con la noción de una ruptura en el orden y en el tiempo con las de contrato social y de fundación, significando una inversión simbólica o ilusoria. Estas ideas exhiben claramente un sujeto de la historia: el pueblo; siempre reinventable y al mismo tiempo inscrito en una naturaleza inmutable. De la desmitificación de la ruptura, surge una visión del tiempo que hace con que el deseo de cambio no llegue a ser esclavo de un presente ni de negación ni de afirmación de una permanencia.

Abstract

Political Philosophy

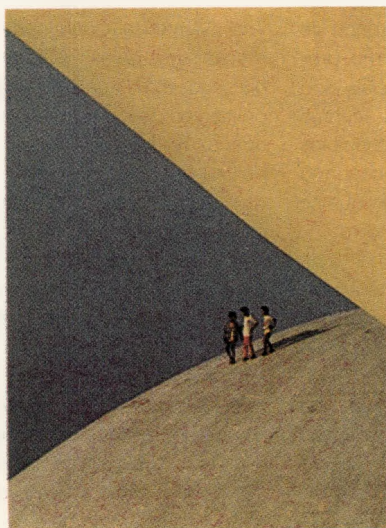
THE PEOPLE INVENTING THE PEOPLE?

The ideas of constituent, revolution, and crisis have to do with the notion of a rupture in order and in time, with the notions of social contrast and foundation, signifying symbolic or illusory reversal. They expose the people in history, a subject that is always reinventable, and at the same time inscribed in an immutable nature. From the demystification of the rupture, emerges a vision of time which assures that the desire for change does not become the slave of the present nor the negation or affirmation of permanence.

Ser constituinte

José Geraldo de Sousa Júnior

No momento constituinte a cidadania é compreendida no sentido militante de prática democrática, por meio da qual as classes sociais subalternas buscam a organização de um efetivo poder popular. Um projeto dessa natureza implica repensar as condições estruturais da sociedade e os paradigmas a que remetem as práticas das relações sociais na perspectiva do desenvolvimento econômico e seus reflexos nas questões da política e do poder.



O processo constituinte que se instaura no Brasil, hoje, abre perspectivas avançadas para a reorganização das forças sociais, enquanto possibilidade de incorporar processos sociais novos desenvolvidos na prática da cidadania.

Isto pressupõe esclarecer, no debate constituinte, algumas questões prévias: 1) que espaço eficiente pode a Constituinte instaurar para a construção social da cidadania e para o reconhecimento de formas relevantes de participação? 2) que plataforma comum e unidade de ação pode estabelecer-se para a articulação política no processo constituinte (antes, durante e após a promulgação de uma nova Constituição) de uma alternativa democrática real? 3) que projeto de organização de poder têm as forças sociais emergentes para articular a sua participação no processo constituinte, como etapa de seu aparecer histórico?

No Brasil, hoje, a experiência recente da luta pela construção da cidadania coloca, com clareza, reivindicações específicas que podem incorporar-se no texto de uma nova Constituição, articuladamente, com seus princípios fundamentais, na estruturação de direitos e liberdades básicos, ao mesmo tempo que instrumentos de organização, representação e participação na estrutura econômico-social e política da sociedade.

Mediação entre autoritarismo e democracia

A dinâmica do capital monopolista internacional, para garantir taxas de acumulação, definiu e favoreceu nas suas áreas de desenvolvimento novos perfis de dependência e novos

projetos de hegemonia entre setores, produzindo e combinando contradições, a partir das quais se instauram as crises de conjuntura.

No Brasil, esta conjuntura explica o processo de acumulação que abriga contradições internas profundas na base do arranjo de forças e alianças que o sustentam, agravadas, sobretudo, com a crise que envolve a economia brasileira a partir de 1974, com repercussão no pacto autoritário vigente nos anos do “milagre”.

A resposta interna à dialética de internacionalização do capital se dá, entre outros fatores, pela atuação de setores favorecedores da ação dos monopólios, pelo incremento de leis de exportação de lucros, do esgotamento de riquezas naturais e de matérias-primas, pelo emprego de tecnologia poluidora e pelo fortalecimento do aparelho de Estado para disciplina da força de trabalho, conduzindo à desorganização da economia local e ao agravamento das relações de produção. No plano da organização das classes populares, a resposta se dá através da resistência dos movimentos populares e sindical, por meio do trabalho de base e direto nas fábricas e nos bairros, compreendendo o conjunto de formas de mobilização e organização das classes populares ligadas direta ou indiretamente ao processo produtivo e que exercitam uma orientação política declarada, primeiro como simples veículos de reivindicações econômicas, e depois, conscientemente, como alternativa de ações que postulam mudanças estruturais na sociedade.

Esta é uma das contradições, na conjuntura de crise, que vão determinar os limites que circunscrevem o movimento geral da sociedade e o estágio de desenvolvimento dos conflitos inerentes à mobilização de grupos e classes, abrindo perspectivas de transição para a reorganização das forças sociais.

A questão constituinte aparece, assim, como resposta formulada dentro do debate que vinha ganhando expressão na ociosidade brasileira e assume, estrategicamente, a representação de uma crença nacional. A crença de que o processo constituinte organiza a mediação política necessária numa conjuntura de crise e de transição.

Como estratégia de legitimação, o debate em torno desta questão conserva um certo caráter idealista redutor: a possibilidade de construção e organização de uma sociedade solidária e homogênea, sem contradições e sem antagonismos.

Mas o momento é constituinte, até porque estas contradições e estes antagonismos existem e são eles, precisamente, que permitem distinguir, sob a aparente universalização de palavras de ordem e bandeiras, as diferentes associações de interesses que movem as forças sociais para a definição de seus

respectivos projetos históricos, como construção de espaço civil e articulação de poder na sociedade, à feição dos quais se concretizam valores já não redutíveis à mesma homogeneidade: a democracia, a liberdade, a cidadania, a justiça social e os direitos.

Se a transição é, conjuntamente, uma mediação entre o autoritarismo e a democracia, a possibilidade de associações livres faz com que condições efetivas de ruptura na esfera do político liberem o exercício de um poder contido na ação de outros setores sociais, instaurando novos espaços ideológicos e novos instrumentos políticos de participação, expandindo, como prática histórica, a dimensão democrática da construção social de uma cidadania contemporânea, representativa da intervenção consciente de novos sujeitos sociais neste processo.

Com efeito, a esfera de poder das chamadas organizações populares de base, em arranjo constituinte, não materializa, apenas, uma experiência recente de organização dos movimentos sociais na direção de um papel determinante ativo e soberano de seu próprio destino. No processo de busca de reconhecimento de suas formações contra-institucionais e contraculturais, classes e grupos sociais emergentes, por meio de suas formas organizativas, alcançam novas quotas de emancipação, instrumentalizando-se politicamente para a fundamentação jurídica de seu projeto histórico de organização social.

Paradigmas para a construção da cidadania

Ser constituinte, pois, no Brasil hoje, significa liberar a reflexão acerca dos paradigmas para a construção de uma sociedade alternativa que seja a expressão da legitimidade, recuperada através do roteiro histórico das lutas sociais do homem pela sua condição de cidadania. Em suma, um sentido histórico de verdadeira emancipação humana, como processo de organização de forças sociais sob forma de forças políticas, ou, como acentua Roberto Lyra Filho, “a articulação dos princípios básicos da Justiça Social atualizada, segundo padrões de reorganização da liberdade que se desenvolvem nas lutas sociais do homem”¹.

Afasto, assim, a análise de Marshall², na abordagem clássica do desenvolvimento da cidadania até o fim do século XIX, designativa da forma regulada da cidadania. Reconhece Marshall, a partir de um esforço de revisão histórica, especialmente da Inglaterra, pano de fundo de sua análise, que embora a construção de uma cidadania genuína e igual decorresse de uma evolução que contrastasse o *status*, como medida de desigualdade, com a especificação

de direitos e deveres de conteúdo universal, todo esse processo apenas ajustou os respectivos elementos num sistema político fundado numa estrutura de desigualdade social, combinando o reconhecimento dos direitos correspondentes — civil, político e social — às possibilidades em que podiam ser usufruídos na prática.

A cidadania é regulada no sentido de que o espaço público que a atividade política geralmente instaura, na sociedade, circunscreve, por meio de estratégias diversificadas de dominação, o processo de identificação de setores sociais, para limitar-lhes o reconhecimento de direitos ou para simplesmente excluí-los.

Assim, sob a noção de público, da democracia ateniense, equivalente de uma prática coletiva de cidadãos que expressam uma ação política orientada por valores reconhecidamente próprios de todos, nega-se a realidade de uma estrutura escravocrata como impossibilidade de acesso à cidadania plena.

Nem faltou a representação fundada em estratégia de dominação, que permitisse a Aristóteles, armado da materialidade de *seu* mundo, elaborar uma hermenêutica justificadora do lugar e do tempo de *sua* classe, por meio de uma explicação da divisão dos homens em seres livres e escravos, de modo que o senhor pudesse atribuir ao escravo a *sua* escravidão como útil e justa em decorrência da natureza das coisas.

Por isso que João Mangabeira, numa extrapolação crítica do esgotamento da fórmula individualista, denuncia a representação formal do enunciado da Justiça, contida na proposição romana do “dar a cada um o que é seu”, acobertadora de uma realidade de espoliados e de espoliadores: “se a justiça consiste em dar a cada um o que é seu, dê-se ao pobre a pobreza, ao miserável a miséria e ao desgraçado a desgraça, que isso é que é deles”, como era do escravo a escravidão, no sistema de produção em que aquela fórmula se criou.

A recusa à identidade social por meio de mecanismos de exclusão de direitos de cidadania segue a mesma lógica da negação do papel político ou de autonomia para os grupos sociais que os reivindicam no espaço público que a política instaura.

O processo político de compreensão das relações atuais entre a sociedade civil e o Estado tem acentuado a contradição reelaborada entre o homem membro imaginário da sociedade política e o homem imerso no plano da realidade onde se concretiza a sua vida material, em exercício de cidadania. O Estado, como pretensão mediadora “entre o homem e sua liberdade”, permanece ainda o “subterfúgio” regulador dos conflitos oriundos da diversificação de grupos de interesses e da heterogeneidade de situações que a sociedade em expan-

são faz eclodir. A prática constituinte passa a ser a arena onde se intensificam os vínculos entre o homem e a sua cidadania, e o espaço relevante para a experiência de sua construção social, para além dos limites de sua regulação.

Se o caso brasileiro pode prestar-se à ilustração, as quatro constituintes que tivemos são uma amostra da definição da cidadania, utilizando-se o critério da representação. Na prática, diz Marília Garcia, “era cidadão quem tinha o direito de votar nos seus deputados à Constituinte. E o sistema eleitoral adotado para isso, copiado do sistema português, restringia bastante esse direito”. Referindo-se à Constituinte 1823, diz ela: “A eleição era indireta, feita através de quatro escrutínios: as freguesias elegiam os seus eleitores compromissários; os compromissários escolhiam os eleitos paroquiais; os eleitos paroquiais escolhiam os eleitores da comarca, que finalmente compareciam à capital da província para escolher os seus deputados. Acontece que nos dois primeiros escrutínios o voto não era secreto e, a partir do segundo, que escolhia os eleitos paroquiais, o voto era censitário. Isso significa que, para ser eleito paroquial — o eleitor de comarca e deputado — era necessário dispor de uma renda acima de certa faixa. O Brasil já começou excluindo a participação popular. Não desfrutavam das liberdades políticas os brancos pobres

e a massa da população negra, escrava, cuja participação não era admitida nem em hipótese. A escravidão era um dos pilares da economia brasileira da época e os liberais que fizeram a independência não eram tão liberais assim... Por esse sistema, foi escolhida uma constituinte composta de cem cidadãos “instruídos e capazes” — parecidos com aqueles “de talento” da revolução francesa — em sua maioria, proprietários e comerciantes ³”.

A tutela não se exerce senão por uma prática de desclassificação, em que a condição da cidadania passa a ser a definidora da

possibilidade de representação, tal como Benjamin Constant sugeria, para fixar na propriedade a capacidade do homem exercer os seus direitos políticos. É assim que o trabalhador confinado à condição de escravo não se expressa como homem, que a mulher conserva a condição de agregado da casa, e que os índios, somente em 1537, por reconhecimento de Bula do Papa Paulo III dirigida aos fiéis cristãos, adquirem a “qualidade de verdadeiros homens”, ou como esclarece S. de Vasconcelos na “Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil”, de 1663: “que são eles verdadeiros indivíduos da espécie humana, e verdadeiros homens, como nós, capazes dos sacramentos da Santa Igreja, livres por natureza, e senhores de seus bens e ações”.

Assim, da República Velha à Nova que aí está, a ampliação dos limites da cidadania não se fez senão pela conquista de direitos na cena pública, por meio de mecanismos de auto-reconhecimento e da manifestação de identidade social, de grupos sociais subalternos ou de classes capazes de tornar autônomas suas formas de organização e de mobilização ativas no campo das lutas políticas.

O reconhecimento da própria força como força social não separada de si, e concretizável sob a forma de poder político, repõe a noção de cidadania, revigorada por um significado libertário, “como direito à igualdade de expressão de interesses na esfera pública, como direito à expressão da identidade, como promessa de representação no poder, e, sobretudo, como exclusão do privilégio”, conforme observa Maria Célia Paoli ^{4, 5}.

Procede desse contexto a formulação alternativa contemporânea ao enunciado romano do “dar a cada um o que é seu” e que fundamenta a luta política dos excluídos, de Espartacus aos nossos dias: a objeção, inclusive ideológica, organizadora de uma prática de mundo que já se desenvolvia numa formulação antagonônica para conteúdo de representações da Justiça: “a regra da justiça deve ser: a cada qual segundo o seu trabalho”, enquanto não se atinge o princípio “a cada um segundo a sua necessidade” (Atos 4, 35).

O espaço civil

Há necessidade, portanto, de atualizar a noção de cidadania para a configuração do quadro jurídico, que capte o direito vivo, em seu processo de geração. Trata-se de verificar o “lugar” que cada classe ou grupo ocupa na estrutura econômico-social, para definir a dimensão relevante de suas reivindicações por novos direitos e por espaços de efetiva participação.



“A ação coletiva — acrescenta Maria Célia Paoli — tem o desafio de fazer emergir um sujeito coletivo atuante na história e capaz de ser projetado na sociedade global, ao lado de outros. E isto é questão de formulação ideológica e de luta autônoma, o que quer dizer: o direito a contestar as regras normativas do Estado que incide sobre pessoas e grupos sociais diversos; o direito à transformação da esfera pública controlada pelo poder central, de modo a permitir a crítica e a formulação de um projeto alternativo para si e para a sociedade; e também o direito à garantia de diversidade por uma ordem jurídica democrática.”

É esse sentido histórico o que caracteriza toda emancipação humana, como processo de organização política das forças sociais. Na verdade, de acordo com o que acentuou Roberto Lyra Filho, citado acima, um processo de articulação dos princípios básicos da justiça social, como modelo atualizado de organização social da liberdade.

A cidadania expressa nestes termos é a condição constitutiva do que Maria Célia Paoli chama de “espaço civil”: algo que “se situa a meio caminho do domínio compreendido pela noção de cidadania no sentido estrito — a igualdade jurídica de cada indivíduo perante a lei na defesa de seus direitos e no cumprimento de suas obrigações — e a ação política propriamente dita, enquanto estratégias organizadas de

reivindicações coletivas. Situa-se no terreno do reconhecimento da legitimidade das experiências coletivas, ou seja: que o conjunto de experiências comuns a grupos sociais diversos, vividas no seio da dimensão privada, possa se expressar na esfera pública de modo autônomo e organizado”.

O sentido libertário da cidadania

O reconhecimento da própria força, como força social não separada de si, vale insistir, concretiza-se sob a forma de poder político e como projeto de organização popular de base.

Num momento constituinte, a perspectiva de estabelecimento de novos paradigmas sociais apresenta-se, pois, como oportunidade de abertura de novos espaços, inclusive ideológicos, para a ação de outras esferas políticas constitutivas de novos instrumentos políticos de participação.

Na linha das análises que têm captado o sentido libertário da cidadania como perspectiva de identificação social de um sujeito histórico emergente — o trabalhador —, emancipado e consciente de suas próprias forças, Marilena Chauí relaciona, no âmbito da cultura popular, três níveis simultâneos e diferentes de lutas para conquista da cidadania: representação, liberdade e participação. Diz ela: “assim, representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político — institucional ao da sociedade como um todo. Quando se examina o largo espectro das lutas populares, nos últimos anos, pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais. Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada do poder identificado com o poder do Estado, mas é luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. Por outro lado, no registro social, observa-se que as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou na sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social, o que é particularmente visível nos

movimentos populares e dos trabalhadores”

Assim, a elaboração, num documento constitucional, de uma estrutura de organização de poder e de direitos, resultará apenas num arcabouço formal, se as forças sociais deixarem de responder consciencie e mobilizadamente às indicações e referências de seu respectivo projeto histórico, âmbito em que se localiza a possibilidade concreta de organização de um efetivo poder popular.

Ora, a articulação de um projeto neste âmbito implica repensar as condições estruturais da sociedade e os paradigmas a que remetem as práticas das relações sociais na perspectiva do desenvolvimento econômico e seus reflexos nas questões da política e do poder, pois este é o contexto alternativo no qual se elaboram as experiências de renovação democrática com pretensão a substituir as instituições tradicionais, definindo o conteúdo material de novos direitos.

Os que vivenciaram este tipo de experiência participando de lutas de bairro, de movimentos populares ou de organizações de defesa dos direitos humanos, guardam o testemunho vivo desta elaboração, na qual aparece com mais nítida caracterização a pretensão das classes populares pelo seu direito de morar.

A afirmação do direito de morar se dá na contraposição ao direito de propriedade, expresso no direito positivo vigente nas formações estatais. As “invasões” e as “ocupações ilegais” do solo urbano em decorrência de ações populares conscientes de sua legitimidade social, a despeito de obstáculos ditados por uma situação estrutural com representação político-jurídica anacrônica, provocam frequentemente situações de conflito, ativando a intervenção do governo por meio de seus órgãos de controle do solo urbano e do aparelho policial, determinando medidas de contenção do inchamento das favelas provocado pelas condições espoliativas do processo econômico.

Ao mesmo tempo em que a comunidade se reconhece numa identidade determinada pela exclusão, a pretensão de justiça move a sua disposição de luta até que ela se articule numa comissão de representantes ou numa associação de moradores, constituindo a comunidade organizada por meio da qual a população desenvolve gestões, especialmente com o poder público, para a concessão de vários serviços públicos (água, luz, escola, saúde e transporte coletivo).

Direitos do Estado e outros direitos

A reivindicação do direito de morar emerge da mobilização e da organização das ações comunitárias orientadas em movimentos



de resistência contra a ação repressiva configurada na derrubada de "barracos".

A representação deste direito somente é possível no contexto paradigmático de formulações culturais e contraculturais. No terreno da teoria do direito, por exemplo, as circunstâncias que colocam tal possibilidade derivam da análise do pluralismo jurídico que admite no espaço social a existência de outros direitos que não os exclusivamente postos pela ação do Estado.

Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, examinou bem esta situação, aliás, a partir de um estudo sociológico

sobre as estruturas jurídicas internas de uma favela do Rio de Janeiro, à qual deu o nome fictício de "Pasárgada", com o objetivo de analisar em profundidade uma situação de pluralismo jurídico com vista à elaboração de uma teoria sobre as relações entre Estado e direito na sociedade capitalista.

Segundo este autor existe uma situação de pluralismo jurídico sempre que no mesmo espaço geopolítico vigoram, oficialmente ou não, mais de uma ordem jurídica. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a um período de ruptura social

como, por exemplo, num período de transformação revolucionária; ou pode ainda resultar, como nas favelas, da conformação específica do conflito de classes numa área determinada da reprodução social — neste caso, a habitação.

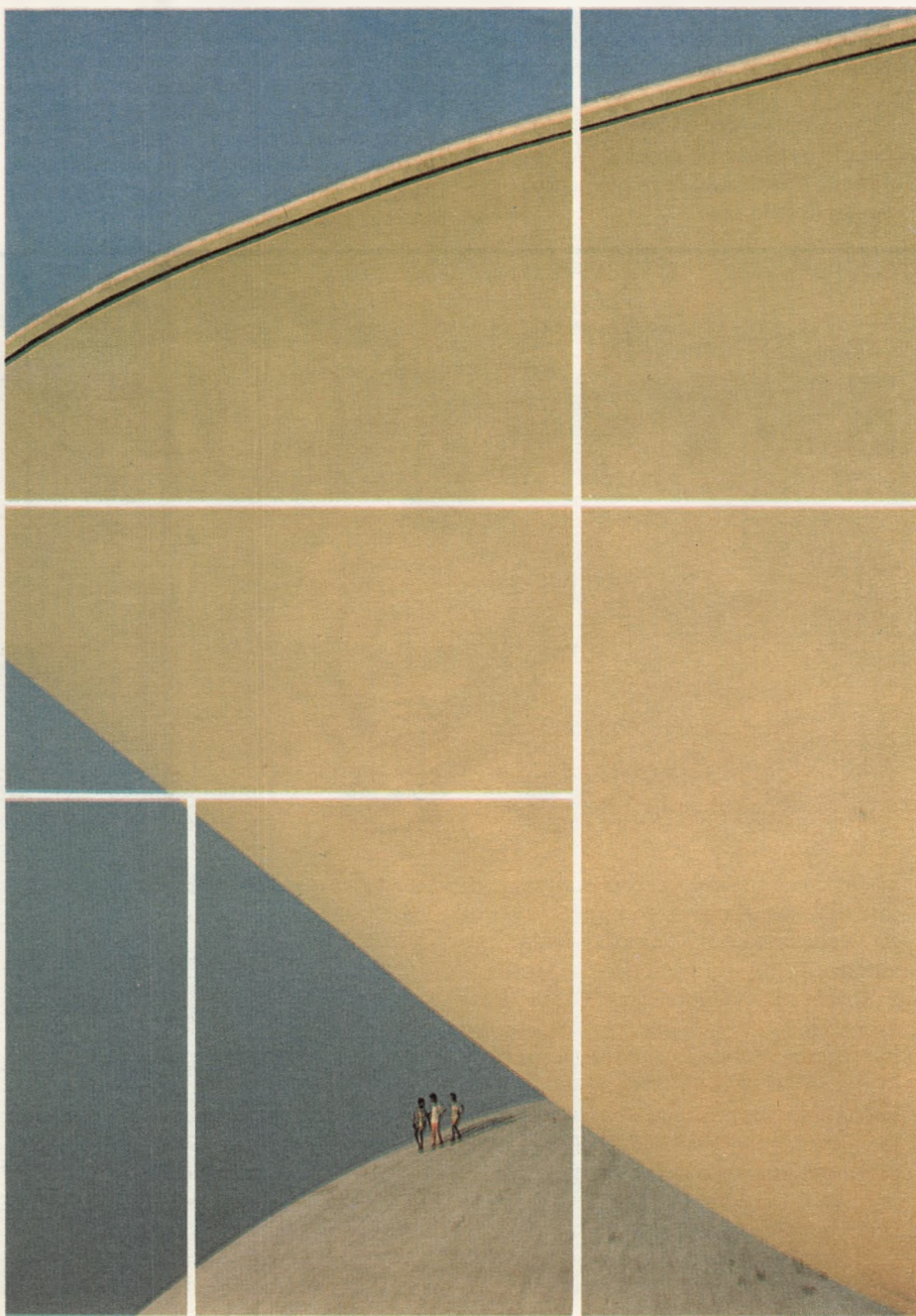
Num texto cuja base é a tese de doutoramento apresentada na Universidade de Yale, em 1973, com o título *Law Against Law: Legal Reasoning in Pasárgada Law*, o autor pretende demonstrar, e a meu ver com inteira razão, que uma "favela é um espaço territorial, cuja relativa autonomia decorre, entre outros fatores, da ilegalidade coletiva da habitação à luz do direito oficial" e que "esta ilegalidade coletiva condiciona de modo estrutural o relacionamento da comunidade enquanto tal com o aparelho jurídico-político do Estado". "No caso específico de Pasárgada — completa o autor — pode detectar-se a vigência não-oficial e precária de um direito interno e informal, gerido, entre outros, pela associação de moradores, e aplicável à prevenção e resolução de conflitos no seio da comunidade decorrentes da luta pela habitação ^{7. 8}".

Fundamentalmente, em face de uma situação que opõe duas pretensões jurídicas antitéticas, a legalidade alternativa da favela se constitui sob o pressuposto de que é impossível às classes trabalhadoras, nas sociedades capitalistas periféricas, o acesso à propriedade imobiliária, já que seus direitos sacrificados na espoliação das comunidades marginais são declarados ilegais pelo sistema legal oficial.

Neste passo, mesmo nas situações descritas no exemplo, embora a constituição de um direito de morar resulte de condições intraclassistas, não deixa de ser também expressão de um conflito interclassista muito mais vasto, reflexo de contradições estruturais profundas e potenciais. Assim, a consciência da posição de inferioridade social organiza as condições de luta e de defesa de seus direitos sacrificados, desenvolvendo estratégias que articulam desde a recusa e a resistência, à desobediência civil e a constituição de um poder dual ainda que complementário ou paralelo, mas, conforme salienta Boaventura de Sousa Santos, que é "a pré-história de um poder dual confrontacional".

A reivindicação de direitos, nestas condições, orienta a construção social da cidadania, na medida em que as classes e grupos espoliados e oprimidos definem a sua representação, a sua participação e instauram na sociedade a dimensão geral da liberdade como expressão da liberdade fundamental de todo ser humano, segundo a qual "o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos".

A par de direitos e liberdades básicos que já se tomaram patrimônio enraizado da humanidade e indissociáveis da compreensão geral de cidadania, que devem ser preservados e



revestidos de garantias ativas para a sua concretização, o horizonte histórico dos movimentos populares descortina um elenco de exigências, algumas das quais já realizadas no seu cotidiano cultural:

- direito de autodefesa democrática e da cidadania contra abusos e violações das liberdades, da vontade da maioria e das instituições da democracia.

- aplicabilidade direta e vinculativa dos preceitos constitucionais sobre direitos, liberdades e garantias.

- controle de constitucionalidade por omissão de iniciativa regulamentar.

- proibição de leis restritivas de direitos, liberdades e garantias relativamente ao alcance do conteúdo constitutivo dos preceitos constitucionais.

- adoção da iniciativa popular e do referendo em matéria constitucional e de legislação ordinária.

- adoção do mandato imperativo e revogável no sistema eleitoral de representação.

- fortalecimento e ampliação dos mecanismos de proteção aos direitos: acesso coletivo aos tribunais, direitos de petição, de fiscalização, de representação, ações populares e defensor do povo.

- definição e reconhecimento de organizações populares de base, sindical e de vizinhança, com acesso a informações e integrações da estrutura de poder local.

- definição de instrumentos de participação das organizações populares na fixação de diretrizes de planificação governamental.

- participação popular na administração da justiça: ampliação do sistema de júri para matérias cíveis e administrativas; criação de juízos, conselhos, tribunais populares e assessoria técnica para julgamento de questões determinadas — moradia, meio ambiente, consumo, etc.

- controle social da administração e da burocracia: extensão do princípio eletivo para provimento e destituição de cargos públicos renováveis em todo caso.

O momento constituinte define o estágio recente das relações políticas na sociedade brasileira como perspectiva de aperfeiçoamento dos instrumentos de participação popular. A cidadania é compreendida, neste processo, no sentido militante de prática democrática, por meio da qual procura-se definir o maior ou menor grau de exercício direto ou os tipos de instituições representativas que permitam às classes sociais subalternas concretizar vias próprias de manifestação e de articulação de um efetivo poder popular. ●

José Geraldo de Sousa Júnior, carioca, advogado, 39. Tem atuado junto aos movimentos de defesa dos direitos humanos, foi membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, em Brasília, e integra a Comissão de Justiça e Paz do DF. É diretor da revista *Direito e Averso*, lançada em 1982, e publicou "Para uma crítica da eficácia do direito", pela S. A. Fabris Editor (1984). Professor de Direito da UnB e da UDF e assessor jurídico da UnB.

Posseiros, não invasores!

Na semana de 21 a 26 de setembro, a Vila Paranoá, localizada às margens do Lago Paranoá de Brasília, viveu em clima de pé-de-guerra. A confusão começou quando os inquilinos da vila, que pagam aluguéis de até Cz\$ 500,00 por cômodos precários, sem água ou luz, recorreram à sua Associação de Moradores. Eles reivindicavam o não-pagamento de aluguéis. A maioria dos habitantes, por morar no local há 29 anos, adquiriu a terra por usucapião. Segundo Maria de Lourdes Pereira dos Santos, vice-presidente da Associação de Moradores do Paranoá — 31 anos de vida e 17 de Paranoá — a Terracap, órgão responsável pelas terras de Brasília, proíbe a construção de novos barracos na vila, obrigando os inquilinos a continuar pagando aluguéis. Revoltados, os moradores resolveram, no dia 21 de setembro, enfrentar as proibições e construir seus barracos. Foram construídos cerca de 800 barracos, destruídos posteriormente pela polícia. No dia 23, 60 barracos foram postos abaixo pelos policiais com a ajuda dos fiscais da Terracap.

Maria de Lourdes conta que as pessoas do Paranoá são trabalhadores da construção civil ou empregadas domésticas que trabalham no Lago Sul e Norte e recebem de um a dois salários mínimos. "Nós é que fizemos a barreira do Paranoá no início da construção de Brasília, mas não podemos sequer chegar perto da calçada do prédio que foi construído. As



Foto: Margaret Vitória

nossas casas são piores do que as casas de cachorro — das madames do Lago Sul", afirma ela. A comunidade do Paranoá reivindica mais escolas, água, luz, transporte, segurança — problemas que o governador do DF, José Aparecido de Oliveira, nega solução, alegando não poder resolvê-los antes da fixação da vila. É Maria de Lourdes quem conclui: "quando surgem os marginais, querem culpar a família sem antes reconhecer que é obrigação do governo investir nas crianças. O Estado forma o marginal e depois o mata, sem o interesse prévio de formar cidadãos."

Na conversa que se segue, a vice-presidente da Associação de Moradores do

Paranoá fala com determinação dessas questões.

Humanidades: Houve participação de toda a comunidade da Vila Paranoá na construção dos barracos dos inquilinos?

M.^a Lourdes: Houve uma minoria que não ajudou, porque acredita que a sua permanência está assegurada no Paranoá, porque já possuem barracos. Porém, é necessário esclarecer que ninguém está seguro no Paranoá enquanto não sair a fixação da vila. Apesar de termos adquirido a terra por usucapião e isso ser garantido por lei, nós não sabemos como o governo pode agir.

Resúmen

Asamblea constituyente

SER CONSTITUYENTE

En el momento de la elección de la asamblea constituyente, a la ciudadanía se la concibe en un sentido militante de práctica democrática, por la cual las clases sociales subalternas buscan la organización de un efectivo poder popular. Un proyecto de esta naturaleza implica repensar las condiciones estructurales de la sociedad y los paradigmas a que remiten las prácticas de las relaciones sociales en la perspectiva de um desarrollo económico, y los reflejos en los asuntos de política y de poder.

Abstract

The Constituent

BEING A CONSTITUENT

Currently, the status of rights of a citizen is understood in a militant sense of democratic practice, by means of which the lower classes seek the organization of an effective popular power. A plan of this nature implies rethinking the structural conditions of society. It also involves

the paradigms to which practices of social relations in a perspective of development and reflections about the relations in matters s and power are related.

Referências bibliográficas

- 1 Lyra Filho, Roberto. *O que é direito*. São Paulo, Brasiliense, 1ª ed. 1982.
- 2 Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- 3 Garcia, Marília. *O que é constituinte*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 4 Paoli, Maria Célia *et alii*. O sentido histórico da noção de cidadania no Brasil: onde ficam os índios? In: *O índio e a cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 5 _____. Violência e espaço civil. In: *A violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 6 Cahuí, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 7 Santos, Boaventura de Sousa. *The law of the oppressed*. Law and society, XII, 1977.
- 8 _____. Justicia popular, dualidad de poderes y estrategia socialista. *Papers: Revista de Sociologia* 13 (1980).

Ele pode tentar fazer valer uma lei que anule os direitos já conquistados pelos moradores da favela. Para isso, é só o governador se utilizar da autoridade que seu título lhe dá. O problema que os moradores enfrentaram na construção dos barracos foi o aparato policial que o governador de Brasília enviou à vila. Foi uma luta desigual. O pessoal da Terracap derrubou os barracos e espancou muita gente. Os representantes da Associação foram os mais perseguidos pela polícia e por isso eu fui presa. Essa atitude esclarece a idéia de que o governo está aí para atender os interesses da mesma classe que o colocou no poder. Trata-se de um governo biônico.

Humanidades: Por que foi criada a Associação de Moradores da Vila Paranoá?

Mª Lourdes: Para atender às necessidades da vila, que estava sem orientação para assegurar seus direitos. Nós apoiamos o movimento porque a Associação existe para auxiliar a comunidade em sua organização. Hoje, a Associação é uma forma de mobilização e nós sabemos que há um medo da organização da classe pobre. Mas o pobre está acordando para ver que também pode ter poder e influir nas decisões. Para isso, é necessário ter gente do povo no governo, porque se hoje eles precisam da gente, é justo que as oportunidades se igualem. O trabalho de conscientização deveria ser feito pelo governo, mas ele tem medo de perder o poder. Isso se reflete na educação que o Estado não dá à população, porque a

educação possibilita o acesso ao poder. Nesse caso, o voto do analfabeto é importante. Ser analfabeto não significa não saber opinar. Eu posso falar errado, mas sei que tenho direitos.

Humanidades: Os moradores do Paranoá se vêem como invasores de terras por serem favelados?

Mª Lourdes: Eu não sou uma invasora, eu sou uma posseira. Essa consciência do direito à cidadania está presente na maioria dos moradores da vila. O governo é que não cumpre com o dever de dar aos cidadãos o que eles têm direito. Hoje, há maior interesse das pessoas em colocarem suas posições devido a dificuldades maiores de sobrevivência. Antes havia o problema da repressão que ameaçava a mobilização das pessoas, o que acarretou o fechamento da nossa Associação duas vezes. Com a nossa mobilização nós conseguimos a participação de membros da Associação na Comissão do governo que vai estudar a fixação do Paranoá. Mas não estamos muito confiantes na palavra do governador, porque, em janeiro passado, ele prometeu incluir o Paranoá nas metas de solução de moradia do DF, o que não foi feito até outubro. Quando nós vamos procurá-lo somos recebidos pela polícia, como no caso da nossa manifestação no Palácio do Buriti. Quando reclamamos os nossos direitos, somos presos. Então não podemos acreditar na justiça, porque estamos injustiçados há anos. A Nova República ainda não chegou no Paranoá.

Humanidades: Interessaria à comunidade do Paranoá um outro local de moradia com assentamento já feito?

Mª Lourdes: Não. Nós queremos ficar no Paranoá por ser um lugar perto do nosso local de trabalho, além de que o pobre também tem direito a morar em lugares bonitos e defronte ao Palácio da Alvorada. O que está por trás do não-assentamento do Paranoá é o interesse do governo na construção de loteamentos que beneficiem o lucro. O próprio José Aparecido, em certa ocasião, afirmou que "permitir a construção de barracos seria incentivar a fixação da vila", e isso não é do interesse do governo.

Humanidades: Você acredita que a Constituinte seja o início de uma mudança político-social?

Mª Lourdes: Acho que ela continuará sendo elitista, porque falta ação em cima das leis que vão ser feitas. Tem que haver a conscientização para gerar o poder da classe oprimida. A gente tem que procurar gente representativa das nossas idéias, um governador eleito pelo povo da sua cidade.

Humanidades: Vocês acham que estão desacatando a autoridade do governo?

Mª Lourdes: Absolutamente. O governo é que nos desacata, porque não atende os nossos direitos. É necessário reagir enquanto se desconfia das atitudes de um governo. E nós desconfiaremos de suas atitudes até que ele nos prove o contrário.

Uma Constituição é, essencialmente, a forma de organização especificamente *política* das sociedades *economicamente* complexas. O ato convocatório da Constituinte e o processo de elaboração constitucional sofrem, assim, a influência e a intervenção diretas de diversos grupos e classes sociais, organizados em função de diferentes interesses econômicos, dentre os quais se sobressai a propriedade. A questão da representação dos interesses sociais é, portanto, o elemento crucial durante a etapa eleitoral constituinte e durante o próprio processo de formulação constitucional.

Uma interpretação econômica da constituição brasileira

Paulo Roberto de Almeida

Este ensaio interpretativo se inspira no clássico estudo histórico de Charles Beard sobre a influência do fator econômico na elaboração da Constituição norte-americana¹. Ao empreender a análise das fontes documentais relativas ao processo de elaboração constitucional norte-americano, particularmente pela leitura dos escritos deixados pelos *Founding Fathers*, Beard confessa que ficou surpreso “pela ênfase que muitos deles colocavam sobre os interesses econômicos enquanto forças na política e na formulação das leis e constituições”². Descobriu ainda que “muitos Pais da República viam o conflito em torno da Constituição como derivando essencialmente de conflitos entre interesses econômicos”³. Madison, por exemplo, considerava que a fonte mais comum e durável na constituição das diferentes facções e classes sociais “tem sido a distribuição desigual e diversa da propriedade”⁴.

Ao adotar o paradigma interpretativo de Charles Beard, o presente ensaio tem plenamente em vista que uma interpretação econômica do processo de elaboração constitucional pode ser tão “ideológica” ou “parcial” quanto qualquer outra, inclusive uma de cunho essencialmente político ou outra marcadamente jurídica. A adoção do artigo indefinido no título indica, aliás, que o presente ensaio não pode ser considerado como a interpretação econômica da Constituição brasileira e que a orientação privilegiada não constitui a *única* interpretação possível do processo constitucional. Não se deve contudo esquecer, como adverte Beard,

que “...aquele que deixa as influências econômicas fora da história ou fora da discussão das questões públicas corre o perigo mortal de substituir a realidade pela mitologia e de confundir as questões em lugar de esclarecê-las”⁵

Poder econômico e poder político

Uma Carta constitucional representa uma espécie de condensação jurídica da vida em sociedade e, como tal, legítima socialmente a teia das relações econômicas, políticas e sociais. As relações fundamentais, em qualquer sociedade, são, inegavelmente, as relações de apropriação e de dominação, isto é, as transações sociais que se estabelecem a partir da propriedade econômica ou que derivam do exercício da autoridade política. À medida que uma sociedade torna-se mais complexa, multiplicam-se os conflitos de interesse em torno desses dois princípios básicos da organização societária. “O que importa é reconhecer que qualquer estrutura social que haja alcançado um certo grau de diferenciação necessitará organizar-se politicamente a fim de que os seus conflitos internos não a tornem inviável”⁶. Uma Constituição é, precisamente, a forma de organização especificamente *política* das sociedades *economicamente* complexas.

A interpretação econômica da Constituição nada mais é, assim, senão a análise das

relações de apropriação e de dominação formalmente codificadas num instrumento jurídico que regula, num determinado momento histórico, a utilização da propriedade socialmente reconhecida e o exercício da autoridade legitimamente estabelecida. Uma Constituição estabelece, em última instância, as regras segundo as quais o *poder econômico* — fundado essencialmente sobre a propriedade — e o *poder político* — organizado em dominação legítima — podem apresentar-se de forma centralizada ou, inversamente, de maneira difusa. A *concentração* ou a *dispersão* dos diversos poderes societários podem ser idealmente representadas como “pontos momentâneos de fixação” constitucional, mas sua localização concreta no *continuum* histórico da sociedade normalmente se dá na ágora comunitária, enquanto praça de mercado ou arena de competição política.

A experiência histórica tem demonstrado — e a teoria política tende a reconhecer — que a multiplicidade e a dispersão das fontes de poder econômico e político conduzem normalmente a uma maior igualdade de chances de mercado, no sentido weberiano do conceito, numa determinada estrutura social. Inversamente, a monopolização e a concentração de bens socialmente raros e escassos, como a propriedade e o poder, levam a maior desigualdade social e à imposição da dominação de uma categoria social sobre outra. Se, como afirmou Galbraith, os “indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses

pecuniários”⁷, uma interpretação econômica do processo de elaboração constitucional, como a que aqui se pretende para a experiência brasileira, deve poder refletir, com relativa verossimilhança, a estrutura econômica da sociedade e os efeitos de elaboração constitucional, como a que aqui se pretende para a experiência brasileira, deve poder refletir, com relativa verossimilhança, a estrutura econômica da sociedade e os interesses sociais diferenciados nela representados. A “economia política” da Constituição, isto é, a identificação dos interesses econômicos que lograram obter salvaguarda constitucional no processo de codificação jurídica das relações societárias, pode assim contribuir para a decifração da “anatomia econômica” da sociedade, primeiro e indispensável passo para a correção de suas deformações mais gritantes e para a superação dos obstáculos sociais e políticos ao pleno exercício da cidadania.

A representação dos interesses na experiência de 1946

Uma caracterização adequada do problema da representação dos interesses econômicos e sociais no processo constitucional brasileiro exige que se considere, antes de mais nada, as condições do exercício da cidadania e seu conseqüente impacto sobre a base eleitoral. A representação dos interesses dos diferentes grupos e classes sociais no sistema político nacional depende, primordialmente, dos níveis de participação eleitoral em cada período, função por sua vez da proporção da população votante sobre o contingente populacional acima de dezoito anos. Tradicionalmente, no Brasil, a restrição ao voto universal através do requisito da alfabetização sempre manteve incrivelmente baixa a taxa de participação eleitoral.

Nas eleições à Assembleia Nacional Constituinte de 1934 votaram 1,2 milhão de eleitores sobre uma população de 20 milhões de adultos (18 anos e mais), ou seja uma participação de 6% aproximadamente. Em 1945, essa participação aumenta para 27% (6 milhões de eleitores numa população de 22 milhões de adultos), um formidável progresso em relação à experiência precedente de reorganização constitucional. Ocorreu nesse ano uma alteração substancial em relação a 1934, como observa o cientista político Gláucio Ary Dillon Soares: “O ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político e o advento da participação política das classes trabalhadoras”⁸. O jogo político-eleitoral, antes restrito às elites e às classes médias tradicionais, abre-se finalmente aos contingentes tipicamente populares. Segundo os cálculos de Dillon Soares, dos seis milhões de votantes em 1945, quatro

milhões e meio pertenciam às classes médias e altas e um milhão e meio de eleitores eram provenientes das classes trabalhadoras.

A representação dos interesses depende igualmente da estrutura e funcionamento dos sistemas partidário e eleitoral. Cabe lembrar aqui que o processo constituinte de 1945 desenvolveu-se em sucessivas etapas políticas, cada uma marcada por diferentes instrumentos legais. “A Assembleia Constituinte, eleita em 2 de dezembro de 1945, não era propriamente um fruto do Estado Novo. A Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, previra a eleição de um parlamento que, como qualquer outro, teria poderes para modificar a Constituição vigente, ou seja, a de 10 de novembro de 1937. Uma das críticas da oposição à Lei Constitucional nº 9 era justamente a de não prever uma função constituinte para esse parlamento. A complicada sistemática de mudanças constitucionais não agradava os opositores do Estado Novo, ansiosos pela sua superação efetiva. (...) No entanto, foi apenas no governo de José Linhares que se decidiu a missão constitucional do parlamento a ser eleito em 2 de dezembro. Foi preciso, portanto, a derrubada de Getúlio Vargas para que se impusesse uma intenção de superação institucional do Estado Novo”⁹. Em 1933, igualmente, a convocação da Assembleia Constituinte foi mais devida à luta da oposição que à vontade do chefe do governo provisório.

“Antes de cair, contudo, o governo do Estado Novo tinha tomado medidas importantes em relação à vida partidária. ... consubstanciadas no ... decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que regulou, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições”¹⁰. Foram adotadas disposições “que visavam principalmente evitar a fragmentação partidária, resultado natural da representação proporcional” e outro dispositivo importante “tomou obrigatório o âmbito nacional dos partidos”, exigindo a lei número mínimo de dez mil eleitores, distribuídos em cinco ou mais estados da República”¹¹.

Observou-se, portanto, notável avanço em relação ao processo constituinte de 1933-34, que tinha mantido o sistema partidário estadual, assegurado a participação de “associações de classe legitimamente constituídas” e permitido o registro do “candidato avulso”¹². A proibição da representação por agremiações de base unicamente estadual levou Afonso Arinos a considerar que “a influência centralizadora do Estado Novo [nesse particular] foi benéfica. Aquilo que não tinha conseguido a Constituinte de 1934 — o reconhecimento solene dos partidos como instrumentos de governo e a imposição de seu caráter nacional — a Constituição de 1946 já encontrou feito, através da lei eleitoral da ditadura”¹³.

Mas, a pretexto de facilitar e acelerar o alistamento eleitoral, o decreto-lei nº 7.586 criou a inscrição *ex-officio*, com a distribuição de títulos eleitorais nos locais de trabalho, o que além de levar ao alistamento de analfabetos “atuava como um instrumento de controle sobre o eleitorado urbano, atrelando-o ao oficialismo, haja visto que o eleitor considerava-se, freqüentemente, obrigado a votar com aquele que o alistou”¹⁴. Ainda mais deformador da representação dos eleitores no sistema proporcional adotado nesse decreto-lei foi o dispositivo relativo à distribuição das sobras eleitorais: as cadeiras não preenchidas com a aplicação dos quocientes eleitoral e partidário foram atribuídas ao partido com maior número de votos, com o que o grupo dominante sob o Estado Novo conseguiu controlar a representação, favorecendo o partido majoritário¹⁵.

A terceira e decisiva etapa do processo constituinte de 1945 apenas ocorre depois da queda do ditador e a passagem do poder ao Judiciário. A lei constitucional nº 13, proclamada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, em 12 de novembro, estabelecia que “os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembleia Constituinte. ...”¹⁶ Esse terceiro instrumento legal e o pleito que se seguiu encerram a fase propriamente eleitoral da representação dos interesses no processo constituinte de 1945-46, cabendo agora um detalhado exame desse fenômeno ao nível das bases sociais da representação partidária.

A base social dos partidos

Instalada em fevereiro de 1946, a Assembleia Constituinte reuniu-se com 320 representantes eleitos em todo o país, sob a legenda de nove partidos políticos nacionais. Os resultados do escrutínio evidenciaram a existência de duas grandes agremiações políticas: o PSD e a UDN. “O primeiro tinha mais da metade dos representantes, 173, e o segundo tinha 85, mais de um quarto do plenário da Assembleia. As bancadas que se seguiam eram as do Partido Trabalhista Brasileiro (23), do Partido Comunista Brasileiro (15), do Partido Republicano (12), do Partido Social Progressista (7) e de alguns outros partidos menores”¹⁷.

A questão da representação dos interesses ao nível do sistema partidário não pode se contentar com estereótipos ideológicos ou identificações mecânicas entre votos de legenda e categorias sociais específicas. Uma visão classista dos principais partidos brasileiros em

1945 tenderia por exemplo a identificar o PSD como o representante da oligarquia agrária, a UDN como o sustentáculo da classe média e da burguesia urbana e o PTB como o defensor dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial¹⁸. Dillon Soares estima, por sua vez, que o total de votos obtidos em 1945 pelos partidos baseados na classe trabalhadora — PTB, PCB e, acessoriamente, o Partido Popular Sindicalista, perfazendo um total de 1,2 milhão de votos — corresponde aproximadamente ao número de trabalhadores que ele estima tenham votado nessas eleições¹⁹. Em que pese a validade relativa desse tipo de identificação puramente sociológica entre a postura ideológica e a base social dos partidos considerados, a questão da representação efetiva é algo mais complexa que muitas caracterizações em base classista. Procedendo a uma cuidadosa análise dos dados relativos ao recrutamento partidário brasileiro, David Fleischer revela que a representação dos interesses, agrários ou outros, nem sempre correspondia à origem ocupacional do representante partidário²⁰.

Ainda assim, uma análise de tipo estrutural, comparando por exemplo performances eleitorais dos partidos com suas respectivas implantações regional ou espacial, pode revelar ao pesquisador determinada conformação da representação social dos interesses, evidenciando, em 1945, aquilo que Dillon Soares chamou de “herança do Brasil arcaico”. Esse autor informa que, em 1945, 89% dos deputados eleitos no “Brasil subdesenvolvido” pertenciam à legenda dos três maiores partidos conservadores (PSD, UDN e PR), em confronto com somente 5% dos partidos reformistas (PTB, PSP e PCB)²¹. A análise empreendida por esse cientista político, relativa à correlação entre votos partidários e indicadores selecionados de desenvolvimento [urbanização, alfabetização, renda interna per capita], indica que, em 1945, “os votos dados ao PSD e à UDN foram muito mais freqüentes nas áreas rurais do que nas urbanas, nos estados menos alfabetizados do que nos mais alfabetizados, nos com menor renda per capita do que nos com maior renda per capita”, podendo-se concluir, legitimamente, que esses dois partidos “tinham uma dependência em relação à infra-estrutura sócio-econômica”²². Inversamente, “a força eleitoral dos dois grandes partidos de esquerda [PTB, PCB] era consideravelmente maior nas zonas urbanas, não agrícolas, mais desenvolvidas”²³.

Com base nas evidências aferidas, que demonstram a existência de estreitas relações entre a penetração eleitoral dos diferentes partidos e os níveis regionais de desenvolvimento sócio-econômico, Dillon Soares observa que, de uma forma geral, no regime de 1946, “o domínio absoluto do PSD e da UDN pelos

deputados eleitos em estados rurais determinou, em boa medida, o comportamento ultra-conservador destes partidos nas questões diretamente ligadas com o interesse dos proprietários agrícolas”²⁴. Como demonstrou Charles Beard para o caso americano, os interesses constituídos em torno da propriedade fundiária representavam grande parte da riqueza social à época do reordenamento constitucional do país.

A propriedade é um direito individual

A “herança do Brasil arcaico” determinou portanto uma cristalização da representação político-partidária, no processo constitucional de 1945-46, em torno dos interesses ligados à preservação das diversas formas de propriedade, com especial destaque para a propriedade fundiária. Ainda que a exata dimensão da representação dos interesses ligados às formas tradicionais de propriedade não possa ser automaticamente deduzida de uma mera leitura da estrutura ocupacional da Assembléia Constituinte, a identificação precisa desses interesses dependeria evidentemente de uma investigação sociológica sobre as origens e perfil econômico-social dos membros do corpo constituinte e de sua atuação na elaboração dos princípios socialmente relevantes da nova Carta em preparação.

Esse tipo de pesquisa, realizado de maneira brilhante por Beard em seu já citado ensaio histórico, não pode, por motivos óbvios, ser conduzido nos estreitos limites deste trabalho. De qualquer forma, o objetivo de uma investigação desse tipo não seria o de mostrar — como bem salientou o historiador norte-americano — que a Constituição foi feita em benefício próprio dos membros da Assembléia Constituinte. “Longe disso. (...) A única questão a ser considerada aqui é: [os constituintes] representavam grupos específicos, cujos interesses econômicos eles compreendiam e sentiam de maneira concreta e definida através de sua própria experiência com idênticos direitos de propriedade, ou estavam eles trabalhando meramente sob a inspiração de princípios abstratos de ciência política [*working merely under the guidance of abstract principles of political science*]?”²⁵

Uma análise ainda que sumária do processo de elaboração constitucional brasileiro revela que os constituintes de 46 não estavam “trabalhando meramente sob a inspiração de princípios abstratos” de Direito Constitucional, mas ocupando-se concretamente dos interesses reais das classes sociais e seus diferentes grupos econômicos. Um dos debates mais

significativos, e instrutivos, levados a efeito na Comissão Constitucional,²⁶ instalou-se precisamente a respeito do direito de propriedade, sintomaticamente incluído no capítulo e no artigo dedicado aos direitos e garantias individuais²⁷.

Um estudioso do processo constituinte de 1946 confirma que “a inclusão do direito de propriedade entre os ‘direitos individuais’ tem um sentido claro: a afirmação da liberdade de cada homem não pode pôr em jogo a maneira como a riqueza está distribuída na sociedade”²⁸.

Alguns constituintes “doutrinários”, como Hermes Lima e Aliomar Baleeiro, tentaram, é verdade, transferir a discussão da matéria para o capítulo que trataria da “ordem econômica e social”, mas a maioria dos constituintes era evidentemente formada por homens essencialmente “pragmáticos”, muitos dos quais provinham daquele “Brasil arcaico” esmiuçado por Dillon Soares, apesar de que alguns continuassem a defender os “princípios abstratos da ciência política” referidos por Beard.

Para o representante do Partido Democrata Cristão de Pernambuco, Padre Arruda Câmara, por exemplo, “o direito de propriedade é um direito individual e pertence àqueles direitos chamados da ordem natural”, mas mesmo o representante do Partido Comunista — argumentando, pragmaticamente, não “em função de grupos ou interesses particulares, mas em função do Estado, da nação” — explicava que seu partido reconhecia que, “no estágio atual do desenvolvimento da economia brasileira, interessa a propriedade capitalista com todas suas garantias”²⁹. Em vista de tal consenso sobre a importância da propriedade na ordem social brasileira, explica-se, desse modo, como assinalou João Almino, que entre a primeira redação proposta à Comissão Constitucional e o texto finalmente adotado pela Assembléia Constituinte as diferenças sejam mínimas³⁰.

Como lembrou mais tarde Hermes Lima, dentro das limitações conservadoras que cingiam a Constituinte de 1946, diversos elementos renovadores lograram obter guarida no novo texto constitucional: o conceito de “desapropriação por interesse social” representa, para ele, um triunfo do pensamento social-democrático numa assembléia dominada, no essencial, por doutrinas liberal-conservadoras³¹. Prado Kelly pensa, inversamente, que a Constituição de 1946 serviu mais para assegurar os princípios de liberdade que para introduzir novos conteúdos sociais no ordenamento jurídico do país: “Sua missão foi restaurar a democracia. Não era hora de inovar, como em 34: era hora de consolidar as conquistas sociais obtidas no período que ia da Constituição de 91 até aquela

data e ressaltar os valores primaciais de um regime livre³². Em lugar do modelo da “inovação” ou o da “consolidação”, o jurista “burguês” Miguel Reale e o crítico “marxista” Fábio Lucas preferem adotar a tese da “continuidade” em relação ao processo Constitucional de 1934. Para o primeiro, a Constituição de 1946 “desenvolveu teses já contidas na Constituição de 1934 no que diz respeito aos direitos econômicos e à legislação social”. Fábio Lucas afirma por sua vez que “com algumas alterações impostas pelo momento, a Constituição de 1946 tem vários pontos de contato com a Constituição de 1934. O espírito é o mesmo e a inocuidade das medidas sociais prometidas é idêntica”³³.

A interpretação proposta pelo constitucionalista Pontes de Miranda tende a considerar os dispositivos inscritos no capítulo sobre a “ordem econômica e social” como uma adaptação do sistema jurídico às condições daquele momento histórico, marcado por doutrinas intervencionistas no campo econômico (reabilitação do planejamento estatal) e social (implementação de normas relativas à legislação do trabalho e previdência social)³⁴. Uma análise acurada do documento constitucional [abordando, entre outros, os seguintes temas: abuso do poder econômico, desapropriação, direito de greve, legislação trabalhista e social, intervenção no domínio econômico, etc.] revelaria a tensão existente entre a doutrina liberal, presente no pensamento de muitos constituintes, e a chamada questão social, colocada de maneira prática pelos novos grupos e partidos que passaram a representar os interesses sociais das classes subalternas. A ampliação da participação política, em 1945, não foi suficiente para conformar uma nova estrutura e um novo perfil para a representação dos interesses sociais no corpo constituinte, apesar de ter influenciado a redação de alguns dispositivos constitucionais. Mas a própria indefinição e ambiguidade do texto constitucional estariam na origem de muitos conflitos entre a “ordem legal” e a “sociedade real” que marcaram a história do país na vigência do regime de 46.

Uma outra fonte de conflitos, já de natureza propriamente institucional, era representada pela oposição entre duas “lógicas” políticas: a “razão partidária” e a “razão presidencial”. Como afirma Afonso Arinos, o sistema de representação proporcional e o expediente das coligações partidárias enfraqueceram, em lugar de fortalecer, o regime democrático: “O que constitui a maior fraqueza da Constituição de 46 foi o paralelismo entre o sistema presidencial e o voto proporcional (...) O voto proporcional leva à multiplicação de partidos (...) multiplica as correntes partidárias quando é

livremente exercido (...). Por meio do sistema de voto proporcional, faz-se um bom inquérito de opinião, revelam-se melhor todas as tendências, mas não se fazem maiorias para governar. (...) O voto proporcional, multiplicando os partidos, a partir do Governo Dutra, fazia com que nenhum partido tivesse condições de eleger o presidente da República. (...) Os presidentes arrebutaram as molduras partidárias e passaram a se dirigir diretamente ao povo, prometendo coisas que os partidos não os deixariam cumprir. (...) Todos prometeram o que não podiam fazer. (...) Os partidos sofreram com essa situação, esvaziando-se na medida em que se transformavam em alianças”³⁵.

A elaboração do atual processo constituinte

Apesar de suas óbvias limitações políticas, derivadas da já referida estrutura da representação dos interesses sociais, e de suas inconsistências partidárias e institucionais, supramencionadas, o processo constituinte e a elaboração constitucional de 1945-46 devem ser, de fato, reconhecidos como os últimos exemplos de reordenamento legítimo da ordem jurídico-legal do país no pós-guerra. A farsa “constitucional” de 1966-67, durante a qual o legislador autoritário de então convocou um Congresso em final de mandato para aprovar em regime de urgência e sob pressão um texto fabricado ao gosto exclusivo do Executivo, não preencheu os requisitos mínimos de legitimidade democrática para merecer o epíteto de “constituinte”. As sucessivas Emendas Constitucionais ao texto de 1967 [a começar pela de nº 1, que deformou completamente a Carta em vigor, bem como os treze atos institucionais que traumatizaram a vida política nacional desde sua adoção em 1968-69] dificilmente seriam encaixadas, por um observador isento, num legítimo processo de elaboração e revisão constitucionais. Ainda assim, a anarquia jurídico-legal prolongou-se por quase duas décadas, indiferente aos protestos veiculados por diversas entidades representativas da chamada “sociedade civil”. O processo constituinte atualmente em curso, dadas as circunstâncias consensuais e conciliatórias de sua inauguração e desenvolvimento, parece igualmente refletir uma característica básica da história política e constitucional do país: a lenta [e até agora recorrente] transição para formas mais democráticas e avançadas de organização social e política. Sem adentrar no processo de elaboração constitucional, a experiência de 1945-46 pode no entanto fornecer algumas chaves para a compreensão das perspectivas e limites de 1986-87.

Como na transição de 1945, o processo constituinte de 1985-86 desenvolve-se igualmente em sucessivas etapas políticas, cada uma marcada por um instrumento legal específico e dotada de suas próprias características político-institucionais. A maior rapidez relativa do processo anterior explica-se provavelmente, talvez seguramente, pela inexistência, naquela época, de parlamento e partidos políticos em operação, com o Executivo desempenhando todas as funções legislativas. O lento desenvolvimento do atual processo constituinte, como também a lenta maturação da idéia mesma de uma Assembléia Constituinte, derivam, assim, da preservação formal da ordem jurídico-legal no país e do recurso, sempre possível, ao expediente das emendas constitucionais para a atualização política do texto constitucional em vigor.

A rigor, poder-se-ia dizer que a transição política, do ponto de vista da ordem legal, tem início em 1979, com a liberalização casuística da legislação partidária, seguida, em 1980, do restabelecimento do sistema de eleição direta para os governadores dos estados³⁶. O sistema eleitoral sofre, por sua vez, o impacto de sucessivas alterações igualmente casuísticas, adotadas para preservar a fatia de poder do grupo dominante e que repercutem na estrutura da representação político-partidária e, indiretamente, na representação dos interesses sociais ao nível do sistema político global.

A legislação eleitoral é, como se sabe, estratégica do ponto de vista da maior ou menor fidelidade do corpo de representantes em relação à população representada, sendo o mecanismo da proporcionalidade o elemento sensível da representação política. A proporcionalidade não-rigorosa da Constituição de 1946 deformava a representação política na Câmara dos Deputados, “concedendo, aos estados menos desenvolvidos, uma parcela adicional de poder político”³⁷. Ainda assim, diversos fenômenos de natureza sociológica — como o grau crescente de urbanização, o crescimento da população assalariada média ou operária, o enfraquecimento do mandonismo e da manipulação do voto — contribuem para acelerar o que se chamou de “decadência do voto conservador” no Brasil³⁸. A tendência ao declínio do voto nos partidos mais conservadores desde 1945 é temporariamente interrompida na primeira fase do regime de 1964, para manifestar-se novamente com toda sua agudeza a partir das eleições de 1974. A resposta do sistema de poder consiste numa série de modificações casuísticas das regras eleitorais: em relação aos partidos, à representação parlamentar, à eleição presidencial, ao número de eleições, à propaganda eleitoral e à forma de votar. No que se refere exclusivamente à questão da proporcio-

nalidade, dispositivos do chamado “Pacote de Abril” de 1977 modificam, mais uma vez em favor dos estados mais atrasados, a composição da Câmara dos Deputados, ao fixar o número dos representantes do povo em cada estado não mais em função dos *eleitores* nele inscritos — como aliás estabelecia o texto de 1969 — mas em função de sua respectiva *população* (proporcionalidade ainda mais deformada num sistema de alistamento restrito aos alfabetizados). Esse e outros expedientes conseguem estabilizar a base eleitoral do regime, sobretudo em termos proporcionais, nas eleições de 1978, mas já antevendo a retomada do processo declinante na consulta às urnas a ser feita em novembro de 1982, o sistema de poder introduz, por via de Emenda Constitucional de junho desse ano, o sistema distrital misto, majoritário e proporcional, para as eleições de deputados federais e estaduais, sem eliminar contudo os defeitos da proporcionalidade não-rigorosa em vigor (isto é, mantendo-se os limites máximo e mínimo de representantes por estado). Temporariamente suspensa nas eleições de 1982, por força de dispositivo transitório fixando exclusivamente o sistema proporcional, a representação pelo sistema distrital misto foi definitivamente sepultada apenas no novo ciclo político aberto ao país em 1985³⁹.

Abafado precisamente por manobras dilatórias do sistema de poder, o processo constituinte só logra desenvolver-se de forma aberta a partir da derrocada do regime autoritário inaugurado em 1964, com a vitória da oposição — reforçada por importantes dissidentes do sistema em decomposição — no colégio eleitoral convocado em 15 de janeiro de 1985 para eleger o novo presidente da República. O primeiro marco legal desse processo é a aprovação de nova Emenda Constitucional — a de nº 25, em 16 de maio de 1985 —, que restabelece a eleição direta para presidente da República, em regime de maioria absoluta, permite o alistamento eleitoral dos analfabetos, introduz a representação política para o Distrito Federal e liberaliza a organização e funcionamento dos partidos políticos, além da já referida manutenção do sistema proporcional nas eleições de deputados⁴⁰.

Voto do analfabeto e novos partidos

Do ponto de vista da representação dos interesses sociais no próximo processo constitucional que atravessará o país em breve futuro, são particularmente importantes os dispositivos relativos ao voto do analfabeto e à vida partidária. Se parece prematura qualquer avaliação sobre os eventuais efeitos de cada uma dessas

medidas sobre a base eleitoral do país e sobre os índices de participação política global, algumas indicações são no entanto possíveis. Em princípio, ambas as medidas democratizam e ampliam o exercício efetivo da cidadania — apesar dos analfabetos permanecerem inelegíveis — e possibilitam o envolvimento de setores mais largos da população nas atividades político-partidárias. Mas, por outro lado, elas podem, igualmente, viabilizar novas e velhas formas de manipulação de voto e da vontade popular nas faixas mais humildes e carentes da sociedade, e portanto mais expostas ao clientelismo tradicional e à influência do poder econômico.

No que se refere aos índices de alistamento eleitoral, os dados já liberados pelo Tribunal Superior Eleitoral, indicando um contingente efetivo de 69 milhões de inscritos, revelam um aumento significativo na taxa de cadastramento eleitoral (+ 11,5% em relação ao eleitorado de 31.12.85), sem que se possa ainda avaliar com precisão o peso relativo dos analfabetos alistados⁴¹. O aumento da proporção de eleitores sobre a população global do país não necessariamente implicará numa ampliação espetacular da taxa de participação efetiva. O comparecimento às últimas eleições gerais no Brasil, em 1982, situou-se na faixa dos 48,5 milhões de votantes, o que, para um contingente eleitoral registrado de 58,6 milhões de pessoas, revela uma taxa de abstenção relativa de 17,3%. A abstenção será provavelmente menor em 15 de novembro de 1986, admitindo-se mesmo um contingente votante de cerca de 60 milhões de pessoas. Mais de dois terços desse total seriam constituídos por eleitores urbanos, com destaque para os estados do Sudeste e do Sul, onde a taxa média de comparecimento (87,5%) situa-se seis pontos acima da média global do país⁴². Essa combinação de fatores pode assim significar uma representação política algo mais condizente com a realidade sociológica nacional.

A etapa seguinte no processo de retomada do espaço político perdido durante a fase autoritária foi o restabelecimento, em 26 de junho de 1985, de eleições diretas para os prefeitos das capitais dos estados e de municípios até então submetidos a legislação especial, aproveitando-se a oportunidade para democratizar ainda mais as estruturas partidárias e os processos eleitorais. As consequências práticas não se fizeram esperar: as facilidades introduzidas pela nova lei para o registro e funcionamento de novos partidos (válidas, inicialmente, apenas para as eleições municipais de 15 de novembro de 1985, mas estendidas posteriormente às eleições constituintes e governatoriais de 1986) levaram inevitavelmente à atomização do quadro partidário, com o surgimento de

mais de duas dezenas de novas agremiações dispondo de escasso apoio na sociedade civil. Assim, a diminuição dos requisitos para o reconhecimento do caráter nacional dos partidos (derrogação da exigência de convenções regionais e municipais em pelo menos nove estados e existência de diretórios em 20% dos respectivos municípios, bastando a formação de comissões provisórias em cinco estados) e os novos dispositivos referentes às coligações partidárias deram e dão viabilidade política e eleitoral a forças por vezes extremamente minoritárias que, eventualmente, passarão a influir, de forma negativa, na estrutura da representação política e no jogo político-partidário.

Assembléia Constituinte Congressual

O processo constituinte é retomado quase que simultaneamente: em 28 de junho de 1985, o presidente José Sarney assinava mensagem ao Congresso Nacional submetendo à apreciação legislativa projeto de Emenda Constitucional que convocava, em termos claros e diretos, uma Assembléia Constituinte congressional a reunir-se a partir de 31 de janeiro de 1987. Como afirmou o presidente em seu discurso comemorativo: “A proposta que enviamos ao Congresso Nacional corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há normas que determinem o modo de convocar-se o poder constituinte”. A investidura constituinte dos próximos deputados e senadores repete, assim, o processo constituinte de 1945, correspondendo ademais aos interesses corporativos e profissionalizados da atual classe política. O “realismo político” do Executivo e do Legislativo procurava assim afastar a possibilidade de uma Constituinte exclusiva, tal como solicitado por entidades representativas da sociedade civil e da própria Igreja católica. O exame congressional da mensagem presidencial relativa à Constituinte estender-se-ia durante todo o segundo semestre da sessão legislativa de 1985.

Paralelamente, e após sucessivos adiamentos, o Poder Executivo institui, mediante decreto de 18 de julho de 1985, uma “Comissão Provisória de Estudos Constitucionais”, destinada a desenvolver “pesquisas e estudos fundamentais (...) para futura colaboração aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte”. Presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco e integrada ainda por 49 outras personalidades da vida pública do país, a Comissão Constitucional repete desta vez o processo constituinte de 1933-34, quando uma “Comissão de Notáveis” de 9 membros, sob a liderança do então ministro da Justiça Afrânio de Melo

Franco, ofereceu à Assembléia Constituinte um anteprojeto de Constituição. Para o presidente José Sarney, em seu discurso comemorativo, o objetivo dos “novos notáveis” não deve ser o de “ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o Povo as suas aspirações, estimular a participação da cidadania (...) e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes”. O próprio Afonso Arinos situa contudo sua colaboração na linha direta da tarefa cometida a seu pai em 1933: “o resultado final de trabalho desta comissão será um documento do Poder Executivo, que em forma de anteprojeto constitucional será remetido à Assembléia Constituinte para que esta, soberanamente, o aceite, o emende ou o rejeite”.

A proposta de Emenda Constitucional convocatória da Assembléia Constituinte congressional conheceu alguns lances inesperados quando de seu exame pela Comissão Mista do Congresso, e por ocasião dos debates em plenário, e só logrou aprovação depois de diversas alterações de substância. Seu primeiro relator, o deputado paulista Flávio Bierrembach (PMDB), apresentou um parecer independente e inovador, na verdade um substitutivo que ia ao encontro de muitas das demandas e sugestões emanadas de entidades civis: se propunha, em essência, definir a natureza da Constituinte e sua eventual vinculação ao Congresso através de consulta popular, sob forma plebiscitária; se cuidava de fornecer garantias políticas ao trabalho dos futuros constituintes, mediante a supressão de diversos dispositivos do atual texto constitucional concedendo poderes discricionários ao Executivo, e se concedia ampla anistia aos servidores civis e militares punidos durante o regime militar.

As lideranças governistas no Congresso, bem como a maior parte dos parlamentares, rejeitaram contudo o parecer e a concepção mesma da Constituinte embutida nas sugestões do relator designado, renegociando, sob forte pressão do Executivo, a proposta original, de forma a acomodá-la a algumas demandas com forte apoio político e eleitoral (como a questão da anistia aos servidores punidos), mas afastando completamente a possibilidade de uma Assembléia Constituinte desvinculada do Congresso. Após longo processo de discussão, acolhimento de emendas e votação em plenário, a Emenda Constitucional finalmente aprovada em 27 de novembro de 1985 confirmou a convocação de uma Constituinte congressional em 1º de fevereiro de 1987, concedeu anistia restrita aos atingidos por atos de exceção e estabeleceu prazos diferenciados de desincompatibilização para candidatos no exercício de cargos públicos segundo função ou desempenho de mandato eletivo.

O processo convocatório da Constituinte completou a fase legal de sua regulamentação em meados do corrente ano, através da regulamentação das eleições de 15 de novembro e das normas aplicáveis à propaganda eleitoral. Foram assim permitidas as coligações entre dois ou mais partidos políticos, proibindo-se porém o estabelecimento de coligações diferentes para eleições majoritárias e proporcionais. Segundo a lei votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 17 de junho, os partidos poderiam registrar candidatos até uma vez e meia o número de lugares em disputa na eleições proporcionais, mas até o dobro ou triplo de candidatos no caso, respectivamente, de coligações de 2 ou 3 e mais partidos. O Tribunal Superior Eleitoral, no entanto, interpretou a lei de forma conservadora, limitando assim o excessivo número de candidatos que poderia resultar de coligações espúrias com os chamados “partidos de aluguel”. A propaganda gratuita nos meios audiovisuais foi regulamentada de forma a conciliar os interesses dos principais partidos: fez-se a divisão do horário eleitoral em três blocos, distribuídos entre os partidos conforme os critérios de proporcionalidade das bancadas no Congresso, das representações estaduais e de igualdade de acesso.

No que respeita à legislação propriamente eleitoral, cumpre observar a infeliz preservação de expedientes casuísticos e antidemocráticos herdados do regime anterior, como as candidaturas natas e as sublegendas, bem assim a defesa oportunista de mecanismos normativos assegurando os interesses corporativos da classe política, como as coligações partidárias e o elevado número de candidatos. O desinteresse dos partidos e dos candidatos impediu, por outro lado, que o código eleitoral recebesse aperfeiçoamentos tendentes a coibir o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais com a amplitude e a eficácia que seriam desejáveis.

A “economia política” da Constituição: perspectivas para 1987

Este rápido sumário das principais etapas legais do atual processo constituinte permitiu apresentar o quadro jurídico-formal que presidirá a escolha dos delegados à Assembléia Constituinte de 1987 e dentro do qual se exercerá a representação dos interesses sociais no processo de elaboração constitucional. Se a lei introduz a possibilidade formal para o exercício de uma certa igualdade de chances nos mercados político e econômico, ela não cria, ela mesma, as condições sociais e estruturais dessa

igualdade. É certo, por exemplo, que o exercício da cidadania ampliou-se enormemente, no Brasil, desde a realização do último processo constituinte, mas não é menos certo que a estrutura e o funcionamento atuais dos sistemas eleitoral e partidário indicam a persistência de imperfeições formais e substantivas que podem viciar a representação dos interesses sociais no próximo processo de elaboração constitucional. A deformação da proporcionalidade, o “pecado original” da vinculação congressual do corpo constituinte e, sobretudo, a impotência da justiça eleitoral e da própria sociedade em face da possibilidade do emprego abusivo da indução econômica por parte de candidatos inescrupulosos podem vir a desvirtuar a legitimidade da representação política na fase da escolha dos delegados constituintes, ou no decorrer do próprio processo de elaboração constitucional.

A sociedade brasileira parece no entanto ter forjado algumas defesas “naturais” para assegurar uma representação, senão de todo adequada, pelo menos não totalmente deformada, de seus interesses na construção da nova ordem constitucional. A simples extensão da cidadania primária — isto é, educação e alistamento eleitoral — a faixas mais largas da população, bem como o sensível aumento nas taxas de participação política global tendem a tornar o próximo corpo constituinte bem mais representativo da sociedade em seu conjunto do que o foi seu imediato predecessor de quatro décadas atrás. Por outro lado, a mobilização interessada dos órgãos os mais diversos da sociedade civil e o acesso à informação de setores antes marginalizados e afastados do jogo político praticamente transformaram o processo de elaboração constitucional em uma atividade verdadeiramente nacional, retirando parte da exclusividade da representação política dos delegados constituintes.

O processo de elaboração constitucional tampouco precisou aguardar a inauguração formal da Assembléia Constituinte para penetrar no mérito das propostas que integrarão o próximo texto constitucional. Seja através da “Comissão Provisória de Estudos Constitucionais”, ligada ao Executivo, seja por meio da “Comissão Interpartidária da Constituinte” ou do “Projeto Constituição”, ambos de cunho congressional, ou ainda mediante a mobilização de partidos, entidades e associações diversas, setores expressivos da coletividade passaram a oferecer sugestões e a realizar exigências concretas com vistas ao conteúdo da Constituição 43.

Tudo indica, pois, que a sociedade brasileira prepara-se para discutir não “princípios abstratos da ciência política”, mas seus interesses básicos, isto é as questões relativas ao ordenamento econômico, social, político e

cultural da nação. Exatamente dois séculos após a convenção federal de 1787, que elaborou a primeira Constituição da era contemporânea e a única da história norte-americana, o Brasil caminha para sua quinta Constituinte e sua sétima Constituição, numa conjuntura histórica excepcional, marcada pela elaboração tentativa de um novo contrato econômico e social e por um grande debate político em torno das opções abertas ao desenvolvimento do país e de seu povo.

Um documento essencialmente econômico

A transição que ora se inicia, e que atingirá seu momento culminante no processo de elaboração constitucional, provavelmente não incidirá apenas sobre a construção institucional da democracia política, mas estenderá igualmente seus reflexos aos terrenos da democracia econômica e social. Nesse sentido, avançou-se enormemente desde a primeira experiência de elaboração constitucional em finais do século XVIII, quando a promessa da democracia formal não escondia a desigualdade real de condições ao colocar a defesa da propriedade como um de seus princípios básicos de organização política e social.

A Constituição norte-americana foi elaborada num momento histórico em que o constitucionalismo jurídico e político, inspirado nas concepções contratuais de Locke, propunha-se, mais essencialmente, a resguardar a propriedade e os direitos individuais do cidadão em face do poder arbitrário do Príncipe. O contrato constitucional visava, precisamente, resguardar a esfera dos negócios privados e a capacidade de imposição fiscal da intromissão indevida do Estado: *All Bills for raising Revenue shall originate in the House of Representatives*⁴⁴. O Estado já despertava então como entidade acessoriamente econômica, a par do exercício da soberania política.

Da concepção contratualista de Locke, do Estado a serviço do cidadão, passa-se ao segundo maior tema da teoria do Estado moderno: o da economia política, isto é, como o Estado deve relacionar-se com o mundo individualista e privado da sociedade civil organizada em torno da produção de mercadorias, das trocas e do dinheiro? Chega-se assim à concepção de Adam Smith, do Estado como mero *garantor* da liberdade econômica. É verdade que, desde a revolução smithiana do final do século XVIII, que enalteceu a liberdade de iniciativa e a “mão invisível” do mercado, a economia política conheceu sucessivas revoluções intelectuais: a ricardiana, de princípios do século XIX, a marxista, pouco depois, a margi-

nalista, de 1870, e a keynesiana, de meio século atrás. Ao cabo desse processo de revisões doutrinárias e descobertas práticas, o Estado emerge como a grande realidade econômica da era contemporânea: não apenas ele viabilizou o *laissez-faire* clássico, como sustenta hoje a versão atualizada do liberalismo econômico. Durante o século que precedeu a Primeira Guerra Mundial, o chamado “livre-cambismo” só sobreviveu à sombra da *Pax Britânica*, ou seja, o *free-trade* tinha atrás de si a *British Navy*. Da mesma forma, a moderna ordem liberal no campo das relações econômicas internacionais só se tornou possível graças à *Pax Americana*, implantada no imediato após-guerra e viabilizada pelo predomínio estratégico da superpotência norte-americana. Em outros termos, a implantação do *laissez-faire* tem hoje de ser planejada e mesmo a eficácia do liberalismo econômico depende do intervencionismo estatal.

O constitucionalismo, como a economia política, navegou nas águas da história: vibrou com a Revolução francesa, desatou revoluções autonomistas na América Latina, ganhou consistência social e política nas revoluções do século XIX e adquiriu conteúdo econômico depois da Paz de Versalhes. A economia política e o pensamento constitucional se encontram, de fato, na era keynesiana do capitalismo, caracterizada pelo crescente papel econômico do Estado. As relações sociais que pedem normatização constitucional não são apenas as derivadas da esfera dos negócios privados do cidadão empreendedor, mas sobretudo aquelas que regulam as relações dos indivíduos com o Estado em sua condição de agente econômico. Não é tanto o liberalismo econômico que requer ordenamento constitucional nos dias que correm, mas sobretudo o intervencionismo do Estado nos campos econômico e social.

Charles Beard já havia constatado que “é difícil para o observador superficial da Constituição, que leu apenas os comentários dos legisladores, conceber esse instrumento como um documento econômico”⁴⁵. E, no entanto, a despeito de seu caráter impessoal e de seu aparente compromisso com o “bem comum”, a Constituição é, a par de sua função reguladora das relações sociais como autoridade política soberana, um documento essencialmente econômico, estabelecendo condições para a utilização social da riqueza produzida em sociedade e regulando sua repartição na comunidade. Uma rápida consulta ao sumário e ao conteúdo do texto constitucional vigente confirma esse entendimento: os capítulos relativos ao sistema tributário, ao orçamento e fiscalização financeira, às atribuições do Poder Executivo em matéria fiscal e econômica, bem como todo o Título III (“Da Ordem Econômica e Social”),

condensam o que há de mais relevante para a vida diária do cidadão comum, visto como mero contribuinte pelo poder estatal e como simples mão-de-obra pelo poder econômico. A manifestação de interesses econômicos e sociais revelada durante o processo convocatório da Constituinte, e que continuará a se exercer durante a fase de elaboração constitucional, indica claramente o grau de mobilização de diferentes grupos e setores sociais em defesa de certas regras que normatizam o poder econômico, como forma de limitar o controle que a sociedade certamente imporá ao uso da propriedade como fonte de coerção social.

Mas a questão realmente crucial para o atual processo de convocação constituinte, e o ulterior de elaboração constitucional, como não deixou de notar Raymundo Faoro, é a de sua *legitimidade*⁴⁶. Com efeito, adverte outro especialista, “perdura a indagação... sobre ser realmente legítimo o Poder Constituinte decorrente da legislação eleitoral vigente... franqueada, como é, a todas as formas de influência e corrupções, especialmente aquelas vinculadas ao poder econômico e aos “lobbies” de toda espécie... Refletidos estes fatores na eleição dos representantes, inevitavelmente multiplicam-se os seus efeitos em dispositivos constitucionais comprometedores da soberania em geral e consagradores da dependência econômica, do colonialismo e do atraso em todas as suas manifestações. Completa-se este efeito quando os enunciados de política econômica e de conquistas sociais incutidos no texto constitucional são esvaziados na prática e anulados pelos expedientes da regulamentação restritiva das leis ordinárias elaboradas pelo Poder Legislativo composto do mesmo modo, pela ação autoritária do Poder Executivo, pelas facilidades à desídia e prevaricação de legisladores e administradores, assim como pelo despreparo e falta de sensibilidade dos julgadores”⁴⁷.

Não se pense porém que a simples inclusão, no próximo texto constitucional, de garantias formais de direitos econômicos e sociais possa assegurar uma ordem democrática justa e estável no Brasil. “A simples verdade nessa matéria”, como afirmou um crítico das constituições latino-americanas, “é que não existem fórmulas constitucionais que, por mais bem adaptadas a uma situação concreta ou a um contexto peculiar, possam garantir por si mesmas a inauguração de um regime democrático”⁴⁸. O problema da democracia — política, econômica, social — envolve e supõe uma teia complexa de relações entre categorias sociais, grupos políticos particulares, agentes institucionais e econômicos, cuja interação concreta não pode ser circunscrita ao arcabouço jurídico de um texto constitucional. A questão da democracia transcende o domínio do direito e se

inscreve no terreno da práxis social. Se quisermos sintetizar essa problemática em duas únicas fórmulas — mesmo correndo o risco de parecer simplistas — poderíamos dizer que, assim como a chove política do *autoritarismo*

não se encontra na sociedade, mas sobretudo no *Estado*, a chave social e econômica da *democracia* não pode ser encontrada no Estado, mas principalmente e essencialmente na própria *sociedade civil*.

Paulo Roberto de Almeida nasceu em São Paulo, em 1949. Sociólogo e diplomata, é mestre em economia internacional e doutor em ciências sociais. Professor na UnB e no Instituto Rio Branco.

Resumen

Economía y asamblea constituyente

UNA INTERPRETACION ECONOMICA DE LA CONSTITUCION BRASILEÑA

Una constitución es, esencialmente, la forma de organización específicamente *política* de las sociedades *económicamente* complejas. El acto de convocación de la asamblea constituyente y el proceso de elaboración constitucional sufren, así, la influencia y la intervención directas de diversos grupos y clases sociales organizados en función de diferentes intereses económicos, dentro de los cuales sobresale la propiedad. La cuestión de la representación de los intereses sociales es, por lo tanto, el elemento crucial durante la etapa electoral constituyente y durante el propio proceso de formulación constitucional.

Abstract

Economics and the Constituent

AN ECONOMIC INTERPRETATION OF THE BRAZILIAN CONSTITUTION

A constitution is essentially the specifically political organization of economically complex societies. The act of summoning the constituent and the process of constitutional development are thus subjected to the direct influence and intervention of various groups and social classes organized according to different economic interests among which property stands out. The question of the representation of social interests is therefore the crucial element during both the electoral stage and the process of constitutional formulation itself.

Notas e referências bibliográficas

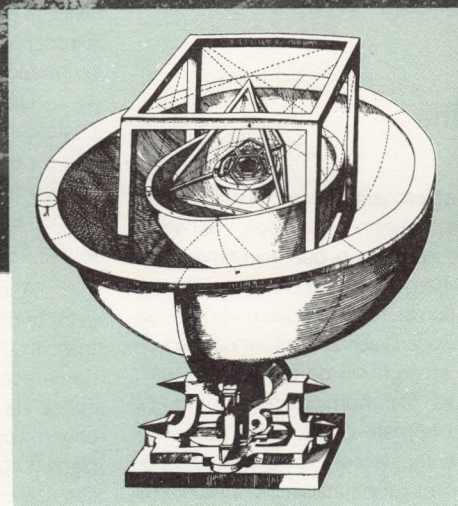
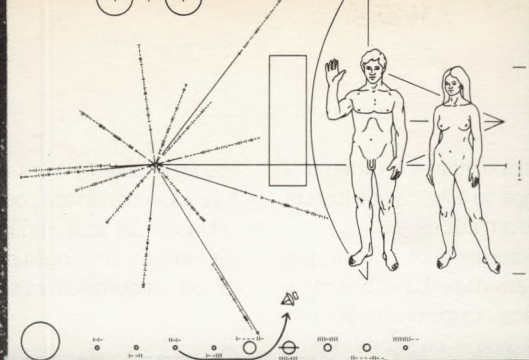
- 1 Charles A. BEARD. *An Economic Interpretation of the Constitution of the United States* (New York: Macmillan, 1960). No mesmo ano da edição original do livro de Beard, 1913, era publicado outro "clássico" da história constitucional americana, embora abordando os trabalhos da convenção federal segundo uma ótica mais condizente com o espírito e os métodos da historiografia tradicional: Max FARRAND: *The Framing of the Constitution of the United States* (New Haven: Yale University Press, 1913).
- 2 BEARD, op. cit., p. vi.
- 3 Idem, p. vii.
- 4 James MADISON, *The Federalist, number 10*, citado por BEARD, pp. 14-15. Madison aparece neste texto como um verdadeiro "marxista" *avant la lettre*: "Those who hold and those who are without property have ever formed distinct interest in society"; mas, em lugar de pregar a revolução social, Madison enfatizava que "the regulatin of these various and interfering interests [entre os quais ele colocava os "landed, manufacturing, mercantile, moneyed and many lesser interests"] forms the principal task of modern legislation"; op. cit., p. 15. Ver o texto em português de Madison na coleção Os Pensadores: *Jefferson-Federalistas-Paine-Tocqueville* (São Paulo: Abril Cultural, 1985), pp. 94-100.
- 5 BEARD, op. cit., p. xvii.
- 6 Cf. Celso FURTADO: *Dialética do Desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964), p. 37.
- 7 Cf. John Kenneth GALBRAITH: *Anatomia do Poder* (São Paulo: Pioneira, 1984), p. 8.
- 8 Cf. Gláucio Ary DILLON SOARES: *Sociedade e Política no Brasil* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973), p. 59.
- 9 Esta longa citação é extraída da excelente coleção didática de Hélio SILVA e Maria Cecília Ribas CARNEIRO: *História da República Brasileira, vol. 13: 29 de Outubro, 1946-1950* (São Paulo: Editora Três, 1975), p. 119.
- 10 Cf. Afonso Arinos de MELO FRANCO: *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil* (2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1974), p. 80.
- 11 Idem, loc. cit. Sobre a questão dos partidos na transição do Estado Novo para o regime de 1946 ver o excelente estudo de Maria do Carmo CAMPELLO DE SOUZA: *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964* (São Paulo: Alfa-Omega, 1976), pp. 105-124.
- 12 Cf. MELO FRANCO, op. cit., pp. 63-64.
- 13 Idem, p. 81.

- 14 Cf. Maria D'Alva Gil KINZO: *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil* (São Paulo: Símbolo, 1980), p. 81.
- 15 Idem, p. 99. Sobre a mesma questão da representação eleitoral na Constituinte de 1946, ver o já citado estudo de CAMPELLO DE SOUZA, pp. 124-136.
- 16 Cf. Francisco IGLÉSIAS: *Constituintes e Constituições Brasileiras* (São Paulo: Brasiliense, 1985), pp. 61-62. Ver o texto completo da Lei Constitucional em *Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações, 1º volume: Textos (Brasília: Senado Federal, 1986)*, p. 252.
- 17 Cf. SILVA-CARNEIRO: *História da República Brasileira*, op. cit., p. 120.
- 18 Essa visão marxista tradicional dos partidos brasileiros foi apresentada por Paul SINGER em "A Política das Classes Dominantes", in Otávio IANNI et alii: *Política e Revolução Social no Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), citação extraída do ensaio bibliográfico de Bolívar LAMOUNIER e Maria D'Alva Gil KINZO, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978" in David V. FLEISCHER (org): *Partidos Políticos no Brasil, Volume I* (Brasília: Editora da UnB, 1981), pp. 301-322, v. p. 306.
- 19 Cf. DILLON SOARES, *Sociedade e Política no Brasil*, op. cit., p. 60.
- 20 Cf. David V. FLEISCHER, "Dimensões do Recrutamento Partidário", in FLEISCHER (org), op. cit., pp. 45-63, que contesta as conceituações, algo simplistas, de Paulo Roberto MOTTA: *Movimentos Partidários no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971), v. p. 45.
- 21 DILLON SOARES, op. cit., pp. 188-9. Os dados ordenados por Dillon Soares permitem constatar, contra suposições apressadas, que a UDN "era fortemente dependente do apoio eleitoral recebido nos estados subdesenvolvidos, dependência ainda maior que do PSD"; loc. cit. Em seu trabalho, Fleischer confirma que se a linha partidária da UDN podia ser elaborada nos arranha-céus dos centros urbanos, a eleição de seus representantes era efetivamente decidida no meio rural e cita Afonso Arinos que afirmava que "a cabeça do partido estava nas cidades, mas seu corpo estava no interior", op. cit. p. 60.
- 22 DILLON SOARES, p. 217: a oligarquia é também um sistema sócio-econômico.
- 23 Idem, p. 222.
- 24 Idem, p. 191.
- 25 Cf. BEARD: *An Economic Interpretation*, op. cit., p. 73.
- 26 Instalada em fevereiro de 1946, a Assembléia Constituinte incumbia uma comissão especial de preparar um projeto de Constituição, aproveitando em parte o modelo gerado em 1934. Com um total

- de 37 membros, a Comissão do projeto é composta de representantes dos partidos, proporcionalmente às suas bancadas: 19 representantes do PSD, 10 da UDN, 2 do PTB e 1 de cada um dos demais partidos representados no Parlamento (Comunista, Republicano, Libertador, Democrata Cristão, Republicano Progressista e Popular Sindicalista); cf. IGLÉSIAS, *Constituinte e Constituição Brasileira*, op. cit., p. 62.
- 27 O exemplo do processo constitucional norte-americano é, mais uma vez, ilustrativo, como revela BEARD: "The Constitution was essentially an economic document based upon the concept that the fundamental private rights of property are anterior to government and morally beyond the reach of popular majorities"; op. cit., p. 324.
- 28 Cf. João ALMINO: *Os Democratas Autoritários: Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituição de 1946* (São Paulo: Brasiliense, 1980), p. 102.
- 29 *Anais da Comissão Constitucional, III*, pp. 121-3, citado por ALMINO, op. cit., pp. 102-3.
- 30 Idem, loc. cit.: a primeira proposta examinada pela Comissão rezava: "O direito de propriedade mantém-se em sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante prévia e justa indenização e vedado o seu exercício contra o interesse social"; o texto finalmente adotado é o seguinte: "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro".
- 31 Cf. Hermes LIMA: "A Democracia em 46", depoimento a Marcio Bueno e Mauricio Azedo in *MOVIMENTO* (25.07.1977).
- 32 Depoimento do constituinte Prado Kelly in Lourenço Dantas MOTA (coord.): *A História Vivida* (2ª ed., São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981), vol. 1 p. 160.
- 33 Depoimento de Miguel Reale in MOTA, op. cit., p. 340. Fábio LUCAS: *Conteúdo Social nas Constituições Brasileiras* (Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959), p. 77; acrescentava esse autor: "A crítica que fazemos à Constituição que nos rege o destino é quanto ao seu anacronismo, a sua incorrespondência à época e, principalmente, à sua indecisão, à sua capacidade de realizar um jogo ambíguo, tenso e, portanto, provavelmente de pouca duração"; pp. 80-81.
- 34 Vide a análise do Título V da Constituição de 1946 ("Da Ordem Econômica e Social") em Pontes de MIRANDA: *Comentários à Constituição de 1946, vol. IV* (Rio de Janeiro: Henrique Cahen Editor, 1947).
- 35 Depoimento de Afonso Arinos in MOTA, op. cit., pp. 106-109.
- 36 A Lei eleitoral que o regime em vigor consegue fazer aprovar pelo Congresso no final de 1979 dirigia-se na verdade contra o movimento de oposição, MDB, e extingue os dois partidos existentes, em lugar de simplesmente permitir o surgimento de novas agremiações. Mas, de escopo limitado e controlador, estabelecia, ainda assim, critérios rígidos para a organização e funcionamento dos novos partidos, praticamente inviabilizando as novas agremiações (exigência de convenções partidárias em 20% dos municípios de pelo menos nove Estados, exigência de um mínimo de 5% dos votos válidos em cada eleição, mas suspensa no escrutínio eleitoral imediato), além de "municipalizar" completamente a escolha dos Governadores ao estabelecer a vinculação total dos votos.
- 37 Cf. Hugo Porto SOARES et alii: "O Estado e os Partidos Políticos no Brasil" in *Revista de Administração Pública* (vol. 20, nº 1, Jan.-Mar. 1986, 5-43), v. p. 20.
- 38 Ver Raimundo PEREIRA et alii: *Eleições no Brasil Pós-64* (São Paulo: Global, 1984).
- 39 Para uma análise atualizada das alterações constitucionais e da legislação eleitoral perpetradas pelos regimes militares brasileiros, bem como de seu impacto sobre o sistema da representação política, ver o excelente texto de David FLEISHER: "Eleições e Democracia no Brasil", *Humanidades* (III: 10: Ago.-Out. 1986:84-92), que introduz o conceito gramsciano de "transformismo" para caracterizar a transição política brasileira. Na verdade, esse termo remonta a um discurso eleitoral de 1876, no qual o líder político Agostino Depretis – que com a vitória da esquerda assumiria a
- direção do Governo italiano – tinha desejado a "transformação dos partidos" e a criação de um bloco parlamentar que ultrapassasse as distinções tradicionais entre direita e esquerda. Daí sua conotação pejorativa que atinge os homens políticos que renunciavam a suas convicções ideológicas para integrar coalizões políticas marcadas pelo "pragmatismo". Ver Sérgio ROMANO: *Histoire de l'Italie du Risorgimento à nos Jours* (Paris: Seuil, 1977), pp. 72-3.
- 40 Ver o texto da Emenda Constitucional nº 25, de 15.05.85, in *Constituições do Brasil*, op. cit., pp. 510-13.
- 41 Cf. "Brasil conta com 69 milhões de eleitores", *Jornal de Brasília* (19.08.86). A proporção de analfabetos sobre a população de 15 anos e mais no Brasil ainda é de 17%, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil, 1985* (Rio de Janeiro: IBGE, 1986).
- 42 Cálculos obtidos com base nos dados do *Anuário Estatístico*, capítulos sobre "Representação Política" e "Movimento Eleitoral", que traz os números absolutos dos eleitores inscritos nos níveis federal, estadual e municipal, bem como o comparecimento às urnas nas últimas eleições.
- 43 O Partido dos Trabalhadores, oficiosamente através do jurista Fábio Konder Comparato, e a Igreja Católica, oficialmente através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, já apresentaram suas propostas concretas ao processo de elaboração constitucional. Cabe reter, por sua representatividade e ascendência social, a manifestação dessa última entidade, consubstanciada em "Declaração Pastoral" aprovada pela 24ª Assembléia Geral da CNBB: *Por uma Nova Ordem Constitucional* (s.1.: Edições Loyola, 1986).
- 44 Cf. "Article I, Section 7" da *Constitution of the United States* (Washington: U.S. Government Printing Office, 1985), p. 43. Ver também a Seção 8 do mesmo Artigo I: "The Congress shall have Power To lay and collect Taxes, Duties, Imposts and Excises, to pay the Debts (...) To borrow Money on the credit of the United States; To regulate Commerce with Foreign Nations (...) To coin Money, regulate the Value thereof, and of foreign Coin...", op. cit., p. 51.
- 45 BEARD, *An Economic Interpretation of the Constitution*, op. cit., p. 152.
- 46 Raymundo FAORO: *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada* (São Paulo, 1981).
- 47 Cf. Washington Peluso Albino de SOUZA: "Poder Constituinte e ordem jurídico-econômica", *Revista de Informação Legislativa* (23:89:Jan.-Mar. 1986:33-48), p. 38, que cita o constitucionalista Paulo Bonavides, para quem deve-se distinguir, no Brasil, o "Poder constituinte legítimo" e o "Poder constituinte usurpado". Ver *Direito Constitucional* (São Paulo: Forense, 1980), p. 158.
- 48 Cf. J. Lloyd MECHAM: "Latin American Constitutions: Nominal and Real" in John D. MARTZ (ed.): *The Dynamics of Change in Latin American Politics* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1965, 35-44), p. 44. Esse mesmo crítico inicia seu artigo por uma evidente ironia: "If the drafting of democratic constitutions serves as preparation for practice in the art of popular government then, indeed, Latin Americans are well prepared. (...) There seems to be no end to constitution-making"; p. 35.

Complemento da bibliografia

Além das publicações já citadas nas notas, os interessados numa reflexão sobre a problemática aqui tratada poderão consultar com grande proveito o livro de João ALMINO: *Era uma vez uma constituinte: lições de 1946 e questões de hoje* (São Paulo: Brasiliense, 1985), que complementa seu excelente livro anterior: *Democratas autoritários*. O Professor Washington Peluso Albino de SOUZA apresenta, em *Direito econômico* (São Paulo: Saraiva, 1980), o melhor tratamento jurídico-legal da questão econômica nas constituições. Ver ainda, do mesmo autor, "O Direito Econômico no Discurso Constitucional", *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (60/61: Jan.-Jul. 1985: 271-319). Para dois projetos constitucionais, de inspiração "petista" e "marxista", ver, respectivamente, Fábio Konder COMPARATO: *Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático* (São Paulo: Brasiliense, 1986) e Benedicto de CAMPOS: *A questão da Constituinte: uma análise marxista* (São Paulo: Alfa-Omega, 1985).



1ª Parte

A segunda parte deste artigo será publicada no nº 13 desta revista.

A consciência do cosmo

Oscar Toshiaki Matsuura

Na atual acepção da relação entre homem e cosmo, o homem enquanto consciência incorpórea é geralmente contraposto ao mundo da experiência sensorial na sua máxima abrangência.

Essa relação de oposição, coerente com o pensamento ocidental, é um desdobramento da radical dicotomia cartesiana entre espírito e corpo. Surpreendentemente, a moderna descrição do cosmo (ou cosmologia), de caráter exclusivamente científico e, portanto, com pretensões à absoluta objetividade, ao invés de se tornar cada vez mais impessoal e imune às influências do homem, tem mostrado veementemente a marca indelével da presença do homem, como observador e intérprete dos fenômenos

cósmicos. Definitivamente não existe ciência puramente objetiva, na mesma medida em que não existe consciência transcendente ao mundo material. Logo, a relação do homem com o cosmo não pode ser de oposição, mas de complementaridade: nem homem, nem cosmo, podem ser compreendidos isoladamente, mas ambos podem ser compreendidos através de uma ordenação recíproca. Assim, pois, a ciência (enquanto cultivada para o conhecimento da natureza, não para a sua dominação) não se opõe — como se pensa, em geral — à essência do ideal das humanidades, pois ela proclama a impossibilidade de cosmo, sem a presença do homem.

Pretende-se que o título, “O homem e o cosmo”, signifique inicialmente apenas a relação de oposição entre homem e cosmo fundamentada no reconhecimento sensorial ingênuo de que os contornos do corpo delimitam fisicamente a individualidade, do restante mundo exterior. Nesse caso, homem designa o ser humano em sua totalidade, incluindo sua corporeidade. Às vésperas do Iluminismo do século XVIII essa oposição assumiu forma mais sutil. Nela o homem, agente ou sujeito do conhecimento, passou a significar apenas a consciência incorpórea, em contraposição ao mundo material, ao qual foi transferida a realidade corpórea do homem. A recapitulação das concepções cosmológicas só poderá recuar até o passado mais remoto, se a relação do homem com o cosmo for tolerada em seu amplo espectro de significações.

Embora o termo cosmologia implique conhecimento de natureza científica, ele aqui designará quaisquer cosmovisões, mesmo as anteriores à época científica.

Pré-história

Etimologicamente cosmo significa harmonia, e se contrapõe a caos. Seríamos tentados a representar o quadro primitivo da relação entre homem e cosmo através de uma “cosmologia do caos”. Mas logo se vê que essa cosmologia não faria sentido por ser contraditória. Desde a emergência da consciência, esta condicionadora da hominização, tornou-se impossível ao homem conviver com uma sucessão de eventos desconexos e uma justaposição de objetos disparatados. É próprio da consciência ordenar. A emergência da consciência marcou o instante zero da ordenação do mundo, cuja primeira providência foi a de estabelecer a mais singela relação entre homem e mundo. É de capital importância que esta recapitulação recue até aqueles tempos.

O breve período de história, 5 mil anos, representa menos que dois milésimos do tempo desde o surgimento dos australopithecíneos, seres capazes de fabricar instrumentos, há 3 milhões de anos. Na pré-história nossos ancestrais tiveram que tomar decisões dramáticas e irreversíveis, como a de tornarem-se carnívoros, assegurando a sua sobrevivência e definindo os rumos da hominização. Inelutavelmente as origens mais radicais do modo de ser, pensar e agir do homem contemporâneo remontam ao homem pré-histórico. Uma característica física do hominídeo é a postura ereta, que possibilita a orientação do espaço a partir de um eixo vertical¹. O aprendizado do domínio sobre o espaço (ou

distância) foi conquistado através do arremesso de armas como a lança ou a flecha que perfuravam nuvens e ascendiam aos céus.

Além de ser inteligente, o homem pré-histórico desenvolvia atividades do inconsciente, com as quais entreteceu mitos cosmogônicos, mitos de origem da vida e da morte, etc. A linguagem primitiva em que esses mitos arcaicos foram expressos, sobrevive até nossos dias, pois, em última instância, moldou a nossa verbalização. Muitos elementos essenciais das cosmologias e cosmogonias posteriores, já aparecem embrionariamente nos mitos arcaicos.

Segundo o simbolismo religioso, a sepultura que era construída em decorrência da crença na vida *post mortem*, deve ser assimilada à terra que, por sua vez, é o útero da mãe universal. A sacralidade do céu era apresentada através de experiência primária dos fenômenos celestes e atmosféricos. O céu era a morada das divindades. A complementaridade entre masculino e feminino, respectivamente virtudes do céu e da terra, já é invocada no paleolítico superior para explicar o mistério da regeneração periódica e da organização do mundo.

Um mito cosmogônico que reaparece posteriormente e que já era conhecido no paleolítico superior descreve o início do mundo num cenário que tinha apenas as águas primordiais e o criador. Este teria ido ao fundo dessas águas para buscar a matéria necessária à criação do mundo.

A longa época do pleistoceno (idade do gelo) terminou há 10 mil anos. Veio depois o mesolítico marcando o início da agricultura e da domesticação de animais, deixando para trás a época da caça e da coleta de alimentos de origem vegetal. No mesolítico, os ancestrais da idade do gelo foram cultuados como seres míticos que viveram num mundo paradisíaco com caça abundante, e onde as noções do bem e do mal eram desconhecidas. Na versão do livro da Gênese, nem mesmo para Adão e Eva a beatitude do jardim do Éden chegou a durar a vida toda. Movidos pela ambição, eles comeram o fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal e atraíram, como punição, a dor e os labores do cultivo da terra, agora amaldiçoada. Havia-se estabelecido o conflito entre a ambição humana e a soberania de Deus.

É constatação científica, todavia, que o pleistoceno se caracterizou pela alternância de fases glaciais e interglaciais. O mundo míticamente paradisíaco teria sido mutável por excelência, onde as pessoas deviam se deslocar constantemente em busca de plantas e de animais. Ele contrasta com o mundo atual, cujo aspecto geográfico e clima não têm mudado sensivelmente nos últimos 5 mil anos. A beatitude ficaria preservada na medida em que os homens sentiam-se contentes com o fato de

apenas poderem prover as necessidades do aqui e agora. A habilidade para produzir artefatos e a utilização de uma linguagem rudimentar não implicavam numa postura de ambição ou transcendência dominadora sobre a natureza.

Começo da história

Depois que Deus disse ao homem: “Tirás da terra com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida” (Gênesis, Cap. 3, vers. 17), a sobrevivência ficou condicionada ao trabalho, e este adquiriu valor ético com implicações de dever e culpa. Em “Trabalhos e Dias” (700 a.C.), o poeta Hesíodo dizia que o destino do homem traçado por Zeus era trabalhar duro cotidianamente, de acordo com as regras práticas simples apresentadas nessa mesma obra. Não era a belicosidade, nem a vida fácil em prazeres e banquetes, mas o labor, que agradava aos deuses e trazia riquezas.

Quinze mil anos antes da introdução da agricultura, o fluxo do tempo já era controlado através das observações das fases lunares. Como a subsistência passou a ser assegurada pelas atividades agropastoris, o controle sobre o fluir do tempo foi revalorizado. Com base na previsão de datas futuras, o agricultor passou a planejar suas ações e a executá-las rigorosamente com vistas a uma boa colheita. À parte dos eventos prosaicos da vida ordinária, que aconteciam no espaço e no tempo ordinários, havia, contudo, uma permanente abertura para irrupções do sagrado, assim como locais e datas sagrados para os rituais.

A agricultura consagrou a percepção de que o tempo cósmico não era linear, mas periódico ou cíclico. O mundo seria um organismo a renovar-se anualmente. Essa renovação da terra sublinhou a associação entre fertilidade do solo e fecundidade feminina, entre a terra e a figura feminina da mãe. O céu, animado pelas nuvens portadoras de chuvas, pelo conjunto de astros iluminadores e reguladores do fluxo do tempo, era a residência dos deuses e o princípio antagônico masculino. As habitações ou tendas desses agricultores sedentarizados significavam o cosmo e também se revestiam do simbolismo cosmológico da dicotomia entre céu e terra.

Nos primórdios dos tempos históricos as sociedades continuavam sendo agropastoris e as cosmogonias, míticas. Todas estas mostram como o mundo palpável emergiu de um estado anterior informe e indefinido, exatamente quando céu e terra foram separados. Essa separação está na raiz da universal polaridade religiosa entre alto e baixo, macho e fêmea, luz e treva, espírito e carne, vida e morte. Essa separação dialética reflete o caráter analítico do conhecimento discursivo e, portanto, a ordenação cosmogônica

Box 1



Para os babilônios, no início havia só água. O mundo habitado, como uma montanha, teria emergido das profundezas, e estava circundado por oceanos. O céu era uma abóbada sólida, e sobre ela estavam as águas superiores (das chuvas). Acima destas, estava a morada dos deuses, dentre eles o Sol. Na crosta da Terra estava a casa da morte. Essas idéias reaparecem, com grande fidelidade, em inúmeras passagens do Antigo Testamento.

Para os egípcios, no princípio só havia água, sem limites, envolta em trevas. Invocado pelo nome, o espírito da água trouxe à

existência o céu e a terra. O universo era uma grande caixa retangular, cujo fundo era formado pela terra. Um teto sólido era suportado por quatro elevadas montanhas situadas nos quatro pontos cardeais, ligadas entre si por cadeias de montanhas. Pouco abaixo do topo, corria um rio que circundava a terra, no qual um barco transportava diariamente um disco de fogo, o deus Sol. A variação da obliquidade do curso diurno do Sol, ao longo das estações do ano, era explicada pela alteração do trajeto do barco solar por causa de cheias e vazantes no rio celeste. A Via Láctea era o Nilo celestial.

Box 2

Uma particularidade contrastante da astronomia chinesa consiste na predileção por longos períodos de tempo. Isso se explica, em parte, para evitar cálculos fracionários, mas, sobretudo, pela propensão a especulações cosmológicas. Um ciclo de 23.639.040 anos era considerado o período de recorrência universal.

Box 3

A cosmologia homérica naturalmente tinha que abrigar, além das emoções humanas, a sublimidade dos heróis semideuses e das próprias divindades antropomórficas que interferiam no dia-a-dia dos homens. A Terra consistia num grande disco, circundado pelo imenso rio denominado Oceano. Esse conjunto era coberto pelo céu, uma espécie de gigantesca campânula, logo abaixo da qual os astros se moviam. Acima da Terra estava a região do éter. Abaixo da Terra estava o reino de Hades (inferno) e o Tártaro (purgatório), região de caos e escuridão eterna.

estudo especulativo da natureza. A visão do mundo que precedeu esse período acha-se descrita na *Ilíada* e *Odisséia*. A consideração dessa visão é importante, na medida em que esses poemas clássicos deram conteúdo ao humanismo ocidental. A narrativa homérica de façanhas heróicas, mesmo sem preceituar, se impôs consensualmente como cânon de moral e prática. A cultura ocidental encontra nessas obras a identidade espiritual mais fundamental, a exaltação da consciência individual como fator de transcendência e de grandeza. Box 3

Nasce a ciência

A contribuição dos gregos não foi nada menos do que antecipar a concepção da ciência na sua acepção moderna. A motivação principal da ciência é a construção de um modelo ou figuração mental das coisas e do universo. Mas esse modelo não pode mais conter elementos míticos transmitidos pela tradição; deve conter somente princípios explanatórios (causas) intrínsecos às próprias coisas, delas captados a partir do poder da razão. Decisões baseadas na vontade das divindades são princípios explanatórios extrínsecos às coisas. A cosmogonia já não comporta mais o mito da criação por uma divindade, mas requer causas naturais.

A obra "Elementos" (300 a.C.) de Euclides exemplifica um aspecto do pensamento científico, o raciocínio geométrico ou dedutivo: teoremas são demonstrados a partir de poucos

dos fatos (primeiro caos, depois ordem) reflete a ordenação evolutiva do próprio conhecimento do homem. Box 1

Apesar desse quadro cosmológico ingênuo, as civilizações primitivas lograram deixar, como herança para gerações posteriores, uma primeira abstração do conceito de tempo. Numa sociedade agropastoril, como já foi dito, era muito importante que as atividades práticas como plantar e colher fossem feitas em momento apropriado. Para controlar o fluir do tempo era importante a observação do Sol, da Lua e das estrelas. Ora, os astros eram identificados (ou pelo menos associados) a divindades, cultuadas à época do plantio e da colheita. Não parece fora de propósito, nesta perspectiva, vislumbrar uma relação entre os eventos humanos e o movimento dos astros. Assim a elaboração do calendário tinha não só interesse prático, mas também religioso e astrológico.

Elaborar o calendário é contar os dias num mês, e os dias e os meses num ano. Essa tarefa

nada simples, bem como fazer previsões astrológicas, competia "àqueles que preparam o mapa do céu e observam os astros, que comunicam cada mês como irão as coisas" (Isaías, Cap. 48, vers. 13).

Com um bom controle do fluir do tempo, desde o reinado de Nabonassar (747 a.C.) até cerca do ano 100 d.C., os astrônomos caldeus mantiveram um registro contínuo de observações astronômicas. Analisando os eclipses do Sol e da Lua, descobriram o período de sua recorrência (saros) de 223 lunações, cerca de 18 anos, e se tornaram capazes de fazer previsões astronômicas. Sabendo controlar o fluir do tempo, o homem se tornou capaz de ordenar cronologicamente os eventos. Box 2

Humanismo ocidental

A ciência teórica despontou no século VI a.C. com os jônios, que se aplicaram ao

axiomas colocados como ponto de partida. Desde então o raciocínio geométrico ganhou *status* de forma acabada de pensar. Infelizmente os gregos aceitavam premissas aprioristicamente, sem demonstrações, por se aparentarem auto-evidentes, desprezando a observação e a experimentação.

Apesar das poucas restrições religiosas, o espírito de investigação científica custou a Anaxágoras — o primeiro a explicar a verdadeira causa dos eclipses — a acusação de impiedade e o exílio, por afirmar que o Sol não era divindade, mas uma rocha incandescente maior que o Peloponeso. Por defender a rotação da Terra e seu movimento orbital ao redor do Sol, Aristarco de Samos foi também acusado de impiedade (270 a.C.).

Segundo Aristóteles, Tales foi o primeiro a sugerir a água ou a umidade como o substrato material de todas as coisas (relembra o mito pré-histórico das águas primordiais). Em consonância ainda com os mitos arcaicos revividos por egípcios e caldeus, Tales considerava o universo como um ser vivo que se nutria de água e de suas exalações. Mais uma vez pode-se constatar que a ruptura traz em seu bojo elementos da tradição.

Seja a água o primeiro princípio, como propôs Tales; ou o ar, como propôs Anaxímenes, sua massa inicialmente uniforme e indiferenciada, com o decorrer do tempo se separou em partes, umas quentes, outras frias, algumas mais pesadas, outras mais leves, dando origem ao mundo tal como ele é hoje. Essa concepção não difere daquela que é aceita modernamente para explicar a formação de estrelas (inclusive do sistema solar) a partir de extensas nuvens interestelares.

Mais ou menos na mesma época, Pitágoras passou a se preocupar também com o princípio universal de todas as coisas, mas, desta vez, já não de natureza material, porém, estrutural. Propôs as relações matemáticas comportadas pelo universo como princípio explanatório geral. No século V a.C. Heráclito e Parmênides defenderam, respectivamente, a mudança e a permanência, dois princípios antagônicos para explicar o mundo. Empédocles propôs a noção dos quatro elementos, substâncias formadoras dos diferentes objetos.

Idealismo platônico

Duas figuras exponenciais do pensamento surgiram no século IV a.C. Platão e Aristóteles. Ambos, cada qual a seu modo, adotaram a teoria de Empédocles dos quatro elementos: terra, água, ar e fogo. Esses elementos eram mutuamente transmutáveis e significavam primordialmente as propriedades físicas (estado físico, densidade, temperatura) associáveis a cada um de-

les. Segundo eles o conhecimento se referia não a indivíduos, mas à classe de indivíduos. No idealismo platônico, o círculo de uma demonstração de geometria, o círculo idealizado ou ideal (não um círculo particular desenhado, por exemplo), era real, imutável e eterno. Os círculos particulares eram todos irrealis, meros simulacros do círculo ideal, esta entidade do mundo real das idéias. Já Aristóteles considerava reais os círculos particulares.

O idealismo platônico desempenhou papel decisivo na modelagem geométrica do mundo. Com efeito, impôs aos astros, entidades consideradas perfeitas e de natureza divina, o movimento perfeito (ou natural dos corpos celestes, segundo Aristóteles) que era o circular e uniforme. Os gregos representavam e prediziam o movimento cíclico dos astros através de um modelo baseado na geometria dos círculos. Antes os caldeus se limitavam a observar os fenômenos, a registrá-los, a captar as periodicidades e fazer predições.

Já desde o século V antes de Cristo havia entre os gregos a idéia de que a Terra seria esférica e que, imóvel, ocupava o centro do universo. As estrelas se dispunham sobre uma vasta esfera concêntrica à Terra, além da qual estava o caos. O problema maior consistia em descrever o movimento dos astros entre a Terra e as estrelas: Lua, Sol e os planetas: Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno.

O primeiro sistema do mundo, cuja aceitação foi ampla e duradoura, foi proposto por Eudoxo de Cnido. Consistia num conjunto de esferas concêntricas à Terra. Box 4 Dentro da linha platônica seguida por Eudoxo, esse sistema não constituía propriamente uma explicação, mas mera representação para “salvar as aparências”, como dizia Platão.

Esse sistema não correspondia fielmente às observações dos movimentos celestes. Além disso, o fato de o brilho dos planetas aumentar em decorrência da sua aproximação à Terra, não

era compatível com um modelo concêntrico que, todavia, persistiu até o século XVII, principalmente por ter sido endossado por Aristóteles.

Nesse universo geocêntrico, tudo o que estava contido dentro da esfera correspondente à Lua era de natureza terrestre, feito de terra, ar, água e fogo. O mundo sublunar era sujeito a mudanças e decomposição. Aí o movimento natural (não impelido, nem impedido por ação violenta) era o retilíneo: para cima ou para baixo. Nitidamente distinto desse mundo sublunar, o mundo supralunar era a região celeste. Tudo aí era constituído de um quinto elemento, a quintessência incorruptível, eterna e imutável. Aí o movimento natural era o circular e uniforme. A noção de que o movimento era natural, por si só dispensava explicações.

Lado a lado com o modelo concêntrico, entre os séculos II e XVII, principalmente para astrônomos e astrólogos, vigorou o sistema heliocêntrico de Ptolomeu. Box 5

Graças ao uso da geometria, os gregos foram os primeiros a determinar o tamanho da Terra, do Sol e da Lua, e a distância destes dois últimos. Apesar da imprecisão, chegou-se a sa-



Box 5

Sistema de Ptolomeu

A Terra estava imóvel ao centro. Cada planeta descrevia uma órbita circular denominada epiciclo, pois seu centro não era mais fixo, mas se movia sobre um outro círculo denominado deferente, cujo centro não coincidia com o centro da Terra. A velocidade do centro do epiciclo sobre o círculo deferente também não era uniforme. Estas complicações tornaram-se necessárias para dar conta do movimento dos astros melhor que o sistema de Eudoxo — o que era muito importante para as previsões astrológicas.

Box 4

Sistema de Eudoxo

A esfera mais externa, a das estrelas, girava centrada na Terra. A próxima esfera interna, a de Saturno, girava também em torno de um eixo, mas este encontrava-se fixado à esfera das estrelas numa direção conveniente de modo a explicar o movimento observado desse planeta no céu. A seguinte esfera interna era a de Júpiter, que também girava em torno de um eixo, este fixado agora, de forma conveniente, sobre a esfera de Saturno; e assim por diante. A rotação tinha diferentes velocidades para as diferentes esferas.

ber que o Sol era muito maior que a Terra, e que estava muito mais longe do que a Lua. Eratóstenes determinou a circunferência da Terra, tendo medido o arco do meridiano subtendido entre Alexandria e Syene (atual Aswan), através da sombra de um gnômon projetada pelo Sol no solstício.

Deslocamento para Roma

Com a morte de Alexandre, o Grande (323 a.C.), Atenas havia cedido a Alexandria o *status* de centro cultural. Esse centro reuniu por muitos séculos egípcios, gregos, caldeus, persas, fenícios e judeus, todos falando o grego e compartilhando a mesma cultura helenística, até que veio a destruição motivada pela intolerância da Igreja e pela conquista dos árabes em 642. Pérgamo e Bizâncio chegaram a rivalizar com Alexandria como centro da cultura helenística. Aquelas cidades contribuíram decisivamente para irradiar a cultura grega até a Mesopotâmia e a Síria, preservando-a até a conquista árabe. Assim foi que muçulmanos puderam herdar o pensamento clássico e levá-lo de volta mais tarde à Europa Ocidental.

A volta triunfal de Otávio (29 d.C.) depois de ter tomado Alexandria, marcou o deslocamento do centro cultural para Roma. Este era um centro de literatura, história, direito, e de compilação de ciência de outros povos. Mas o século IV assistiu à crescente aceitação do cristianismo, que culminou na sua oficialização em 391. O declínio cultural foi marcado quase comitaneamente, pelo saque de Roma por Alarico em 410. O conhecimento do grego desapareceu juntamente com o da cultura helenística, que passou a contar apenas com escassos comentários em latim de Macróbio e Simplicio, e obras do escritor enciclopédico Marciano Capella.

Padres da Igreja

Com o desaparecimento do Império Romano do Ocidente (476), o cristianismo de Roma herdou na versão latina apenas fragmentos do classicismo enfraquecido. Enquanto isso, Constantinopla se firmava como santuário da cultura clássica vazada em grego.

Os cristãos em Roma repudiavam a cultura grega, tachando-a pejorativamente de pagã. Isso culminou em confisco de biblioteca e de templo em Alexandria (391); no assassinio da matemática Hipátia naquela cidade, por uma multidão de fanáticos (415); e no fechamento da escola de filosofia de Atenas (529).

Começou o cultivo do desinteresse intencional pelas ciências naturais, pois nada era importante, exceto conhecer a verdade revelada

pela fé e viver virtuosamente. A gente letrada estava inteiramente tomada pela tarefa de refutar heresias e definir, com exatidão, aquilo em que o cristão devia crer. O herói modelar era a figura do santo.

As questões astronômicas que geravam disputa eram: a figura esférica da Terra, a consequente existência de homens antípodas, e o movimento circular dos planetas. O pensamento patrístico, de um modo geral, condenava a astronomia grega. A insistência na interpretação literal das Escrituras levou padres da Igreja a rejeitarem todas as noções de astronomia grega que não pudessem ser conciliadas. São Jerônimo escreveu com grande violência contra os que seguiam “a estúpida sabedoria dos filósofos”. No século VI o monge Cosmas, apelidado Navegador do Índico, escreveu em estilo sarcástico *Topographia Christiana*, uma das poucas exposições da época de um sistema cosmológico. O primeiro livro se intitula “Contra aqueles que, querendo professar o cristianismo, pensam e imaginam como pagãos que o céu é esférico”. Cosmas tenta colocar em ridículo as noções de epíclito e de esferas celestes. Para ele o tabernáculo de Moisés era o modelo do universo. **Box 6**

A cosmogonia oficial estava contida no primeiro capítulo do livro da Gênese. Depois que Deus tinha criado os binômios de oposição: céu-

Box 6

Tabernáculo de Moisés

No fundo do tabernáculo, uma mesa retangular com bordos ondulados representava a Terra circundada pelo oceano. Esse oceano, por sua vez, era circundado novamente por terra, onde havia estado o paraíso de Adão e a morada dos homens antes do dilúvio, quando a arca de Noé trouxe os homens e os animais para esta Terra. Dos bordos da terra paradisíaca subiam quatro paredes para o alto, cujo topo suportava uma espécie de câmara com a forma de tampa de baú. Esse compartimento era dividido pelo firmamento em duas partes: uma superior, a futura morada dos justos; outra inferior, morada dos anjos e dos homens até o dia do juízo final. Toda essa região celeste era figurada pelas partes que ficavam protegidas por um véu. Os astros percorriam seus cursos transportados pelos anjos. O nascer e o pôr dos astros requeriam uma explicação. Segundo Cosmas, os astros davam volta em torno de uma montanha ao norte. A noite ocorria quando o Sol, supostamente muito menor do que a Terra, passava por trás dessa montanha. A Terra era mais alta ao norte e oeste; por isso a corrente do Tigre e Eufrates era mais rápida do que a do Nilo.

terra, luz-trevas, criou o firmamento para separar as águas que ficaram acima e abaixo dele: “Faça-se um firmamento entre as águas, e separe ele umas das outras.” (vers. 6). As águas supraceléstias foram naquela época objeto de muita discussão e, segundo os escritores patrísticos, elas eram necessárias para proteger o mundo do calor do fogo celeste.

Não obstante, um esforço para conciliar o humanismo pagão com o cristianismo já vinha sendo feito por alguns padres, dentre os quais a figura mais proeminente foi o neoplatônico Santo Agostinho (354-430). Ele realizou a síntese entre o Novo Testamento e a tradição platônica, na linha da libertação da alma pela união mística com Deus através do exercício da inteligência.

Islamismo

A expansão islâmica logo após a morte de Maomé (632), felizmente poupou Constantinopla, depositária da cultura alexandrina. Durante o século VI, cristãos nestorianos, judeus e persas (não propriamente os árabes) haviam traduzido para o siríaco as obras de Aristóteles, Euclides, Ptolomeu e Galeno. Posteriormente, por volta de 850, os árabes puderam ter essas obras em sua própria língua. Foram acrescentados novos conhecimentos em farmácia, alquimia, matemática (álgebra; numeração e trigonometria trazidas da Índia) e astronomia. A astronomia árabe tinha um cunho bem mais prático do que a grega. Os astrônomos, na maioria, eram de origem persa. Os muçulmanos eram hábeis no fabrico de instrumentos, como o astrolábio, clepsidra, etc. Assim faziam observações mais precisas. Mas quase nulos foram os avanços nos princípios astronômicos que eles hauriram no Almagesto, designação árabe da Grande Sintaxe Astronômica de Ptolomeu. Além dos astrônomos da corte, havia os ligados a mesquitas, responsáveis pela execução das preces nos horários prescritos no Corão. Preceitos minuciosos de jejuns, peregrinações, esmolas e orações especiais por ocasião de eclipses, por exemplo, colocaram a astronomia a serviço de um estado teocrático.

Restauração da ciência

Já na época carolíngia, as grandes nações européias puderam se estruturar, sobretudo pela aliança dos reis com a Igreja. Isto se fez acompanhar de uma importante renovação cultural: a criação de escolas palatinas, os estudos de clássicos e a construção de catedrais. As sete artes liberais: gramática, retórica e dialética (trívio); aritmética, música, geometria e astronomia (quadrívio), constituíam o padrão educacio-

nal (*paidéia*) de Platão. Esse padrão foi adotado nas escolas palatinas.

O monge inglês, venerável Bede, promoveu nos mosteiros o estudo de velhos escritos latinos, e o sistema geocêntrico voltou a ser aceito. Sua obra *De Natura Rerum* traz abertamente noções acerca da esfericidade da Terra, do sistema geocêntrico, etc., tiradas de Plínio, o Velho. Peregrinações à Terra Santa e incursões na Islândia corroboravam a noção da rotundidade da Terra. A aceitação do sistema geocêntrico se consumou por volta do ano 1000, quando o culto Gerbert d'Aurillac ascendeu ao trono papal como Silvestre II.

A virada do milênio marcou o advento das universidades. A mais influente, a de Paris, começou como uma escola de lógica por volta de 1100. As de Oxford e Cambridge, por volta de 1200.

Nos séculos XII e XIII a cultura européia foi revitalizada através do reencontro com a cultura grega trazida pelos árabes para a Espanha e França. Esse reencontro não foi bem-visto inicialmente pela Igreja, tanto que, em 1209, nem a física de Aristóteles, nem os comentários sobre ela podiam ser lidos privada ou publicamente em Paris. Em 1215 essa proibição passou a fazer parte dos estatutos da Universidade de Paris, mas, já em 1254, estava revogada e a filosofia natural aristotélica era obrigatória naquela universidade.

Ao dominicano alemão Santo Alberto Magno (1200–1280), coube instaurar o estudo das ciências naturais no seio do cristianismo. Com efeito, foi ele o primeiro naturalista experimental depois de Aristóteles. Em sua concepção, o conhecimento era um todo que não se completava só com a doutrina religiosa; dela fazia parte também o conhecimento racional da natureza. As áreas do conhecimento natural mais em voga eram a medicina e a astronomia; principalmente a última, pela relação com a astrologia que despertava muito interesse.

Mas o representante maior da filosofia escolástica foi um discípulo de Santo Alberto Magno, Santo Tomás de Aquino (1224–1274). Comentando as obras de Aristóteles, ele sistematizou a filosofia e a teologia medievais. A revelação e a razão constituíam dois caminhos distintos para a busca da verdade. Mas ambos convergiam, em última análise, em Deus. Além disso, as verdades da fé podiam ser examinadas pela razão humana. Ao comentar o livro “Do Céu”, Santo Tomás mencionou que, depois de Aristóteles, o modelo concêntrico fora modificado pela introdução dos epiciclos (modelo ptolomaico), como também pelo acréscimo de mais uma esfera externa, além da esfera das estrelas, para dar conta dos efeitos da precessão² da Terra.

Ao lado das funções sacerdotal e política, a função intelectual tinha obtido reconhecimento e consagração através da instituição da universidade. Nela o discurso racional era praticado na forma de debate (*disputatio*) oral, cuja regra era ditada pela dialética escolástica. O latim, como linguagem comum em toda a Europa, assegurou a comunhão numa mesma fé e filosofia. Mas o conteúdo desse sistema de conhecimento era baseado nas obras de mestres antigos de reputada autoridade. A verdade, tida como consumada, era ensinada repetitivamente e apenas comentada. A astronomia aristotélico-ptolomaica, por exemplo, era considerada um conhecimento profano que se impunha com a mesma autoridade que os textos sagrados.

Não tendo sido filho predileto da Igreja, mas um estudante perseguido por ela, o genial Roger Bacon (1214–1294) não encontrou circunstâncias favoráveis para inaugurar precocemente a nova era da ciência, com a adoção do método experimental e da matemática para a interpretação da natureza. Bacon não se contentava com a aceitação da doutrina aristotélica, e

achava possível adquirir novos conhecimentos, independentemente de imposições autoritárias. Há indicações de que ele teria feito um telescópio em Oxford.

“A Divina Comédia”, porém, revela que, ao redor de 1300, a astronomia de Ptolomeu ainda não estava difundida, mesmo entre as pessoas letradas. O sistema da moda era o de Eudoxo. Box 7

Uma noção medieval importante, que torna compreensível a alta valorização da astrologia era a das influências dos astros. Deus exerceria uma contínua influência sobre suas criaturas na Terra, às vezes diretamente, mas geralmente por intermédio dos corpos celestes. Seu movimento no céu modificava as influências, causando pragas e pestes; daí o termo influenza (gripe). Essa noção não podia, todavia, conduzir ao fatalismo. Pelo livre arbítrio, os homens podiam lutar contra as más influências dos astros.

Renascimento

Depois do século XIII, o anseio pela cultura clássica foi levado a extremos. Em meados do século XV o grego começou a ser amplamente estudado na Itália, a fim de que autores do passado pudessem ser estudados sem a mediação de traduções árabes. Manuscritos antigos passaram a ser sofregamente procurados e colecionados em grandes bibliotecas como a Vaticana, dos Médicis (Florença) e do cardeal Bessarion (Veneza). O escolasticismo foi substituído pelo humanismo, este embasado no orgulho da condição humana e na visão da vida como tempo de fruição. Mas foi principalmente na Alemanha que essa volta ao passado contribuiu para a ciência e, posteriormente, para a Reforma protestante. Enquanto lá as universidades começavam a se multiplicar, Paris ia perdendo o prestígio de principal centro cultural, que vinha mantendo há séculos. Para isso contribuiu a guerra dos Cem Anos iniciada em 1337.

Para estudar os manuscritos de Ptolomeu em grego, Georg Purbach (1423–1461), da Universidade de Viena, empreendeu viagem à Itália, onde manteve contactos com o cardeal Bessarion. Tendo Purbach morrido precocemente, esse estudo foi feito por seu discípulo Johann Müller Regiomontanus. De volta à terra natal, Nuremberg, este montou um observatório e publicou suas efemérides, posteriormente utilizadas por navegadores espanhóis e portugueses.

A adoção da teoria de Ptolomeu era agora acompanhada de uma inovadora preocupação pela sua verificação através de observações. Já surgiam os germes da experimentação, uma das bases do futuro método científico. Este fato estava fortemente correlacionado com a transforma-

Box 7

Cosmologia de Dante

O inferno consistia numa cavidade cônica com o vértice no centro da Terra. Pecadores piores eram dispostos mais perto do centro, onde morava Lúcifer. Ao ultrapassar o fundo desse inferno, Dante e seu guia, Virgílio, viram Lúcifer de cabeça para baixo, pois começavam a subir para o outro lado da Terra. O purgatório consistia numa grande montanha, se projetando do oceano no ponto antipodal de Jerusalém, o umbigo da Terra. No topo dessa montanha estava o paraíso terrestre, de onde o poeta teve acesso às esferas celestes. Eram dez, na seguinte ordem: a da Lua, a de Mercúrio, a de Vênus, a do Sol, a de Marte, a de Júpiter e a de Saturno. (Numa outra obra, *Convito*, Dante expôs mais sistematicamente suas idéias cosmológicas, misturadas com noções astrológicas. Aí ele explica que as primeiras sete esferas correspondem às sete artes liberais do trívio e quadrívio.) Em cada uma dessas esferas Dante colocou espíritos de personagens conhecidos para ilustrar a relação entre os seus caracteres e a influência astrológica. A esfera seguinte, a oitava, era a das estrelas. A nona, era o *Primum Mobile*, que transmitia ímpeto a todas as esferas. Acima dela, a décima esfera era o Empíreo ou morada de Deus, imóvel. O desejo de unir-se a Ele é que punha todas as outras esferas em movimento, por meio de seres angelicais.

ção da economia, cada vez mais baseada nas relações comerciais, desde as cruzadas. O interesse estava voltado à produção, à navegação, aos novos conhecimentos que chegavam de outras partes do mundo, coisas que não constavam das obras antigas. Estas, naquele contexto de interesses e preocupações, logo ficaram sujeitas a um contínuo questionamento. O advento da imprensa e o uso internacional do latim ciceroniano (em substituição ao latim escolástico) tornaram explosivo o surgimento da ciência. Mas Purbach e Regiomontanus se contentaram com adaptar o sistema ptolomaico a novas observações.

Sistema heliocêntrico

Com a obra "*De Revolutionibus Orbium Coelestium*" (1543), Nicolau Copérnico promoveu a reforma da astronomia. Da própria volta aos autores do passado, *De Revolutionibus* surgiu como uma nova teoria capaz de fazer frente às velhas propostas de Hiparco e Ptolomeu. Seu conteúdo, porém, era tão revolucio-

nário na época que a primeira edição em Nuremberg (vista pelo autor só na data de sua morte) foi, por medida de cautela contra censuras eclesiásticas, precedida pela circulação do manuscrito *Commentariolus*, um simples esboço preparado por Copérnico, e pela publicação de *Narratio Prima* (1540) de Georg Joachim Rheticus, professor da Universidade de Wittenberg. Provavelmente a boa receptividade que teve *Narratio Prima* encorajou Copérnico a publicar *De Revolutionibus*. O teólogo luterano Andreas Osiander de Nuremberg completou a supervisão da edição. Para se safar de críticas acrescentou um prefácio anônimo intitulado "Ao leitor acerca das hipóteses desta obra". Nele afirmou que a doutrina do movimento da Terra era mera hipótese que possibilitava o cálculo dos movimentos celestes, sem nenhuma relação com a realidade desses movimentos. Para Copérnico, porém, o movimento da Terra não era mera hipótese, mas real, tanto que o citado prefácio provocou protestos indignados de amigos seus, pelo abuso de confiança. Box 8

Na visão cosmológica deixada nos seis livros que compõem *De Revolutionibus*, a Terra tem forma esférica; todos os astros descrevem

movimento circular e uniforme (vestígio aristotélico), exceto o Sol, objeto central; a ordenação dos planetas e da Lua relativamente ao Sol já é a mesma que se adota atualmente; a distância da Terra ao Sol (atual unidade astronômica) era reconhecida como incomparavelmente menor do que a distância do Sol a outras estrelas.

Infelizmente Copérnico não pôde escapar ao uso de círculos excêntricos e epiciclos. Em princípio, conforme as novas observações viessem a revelar discrepâncias, o sistema poderia ser reajustado acrescentando-se novos epiciclos. A contrapartida deste sempre possível ajustamento geométrico é o acréscimo de uma função matemática por série trigonométrica. Todavia, o defeito fundamental do sistema consistiu em localizar, quase que inadvertidamente, o centro de todos os movimentos no centro da órbita da Terra, onde não estava o Sol.

Para explicar a permanente obliquidade do eixo da Terra em relação ao plano orbital (plano da eclíptica) — causa das estações do ano —, Copérnico impôs à Terra um terceiro movimento, totalmente desnecessário segundo os

Box 8

Na dedicatória ao papa Paulo III, Copérnico apresentou os motivos que o levaram a escrever *De Revolutionibus*: "Gostaria que fosse do conhecimento de S. Santidade que fui levado a procurar uma nova explicação para o movimento das esferas celestes, pela simples constatação de que os matemáticos não estavam de acordo sobre a matéria de suas pesquisas. ...Ao explicarem os movimentos do Sol, da Lua e dos outros cinco planetas, eles não empregam em cada caso os mesmos princípios, hipóteses e demonstrações das revoluções e movimentos aparentes. Alguns usam só círculos concêntricos; outros, excêntricos e epiciclos, através dos quais, entretanto, não chegam plenamente ao que pretendem. Aqueles que acreditaram em círculos concêntricos, embora tenham demonstrado que muitos diferentes movimentos podem ser explicados através deles, não obtiveram qualquer coisa que realmente corresponda aos fenômenos. Aqueles que visualizam círculos excêntricos, embora aparentemente tenham explicado em boa parte os movimentos observados quando suas previsões são satisfatórias, eles próprios admitem que muitos fatos infringem o primeiro dos seus princípios: o da uniformidade do movimento. ...Assim, após longa ponderação sobre a incerteza das tradições matemáticas no

estudo do movimento das esferas, comecei a me aborrecer com o fato de que não existisse um melhor sistema dos movimentos da máquina do mundo — criado para nós pelo supremo Artífice de todas as coisas —, com o qual todos os filósofos pudessem concordar. ...Por isso eu também comecei a pensar sobre a mobilidade da Terra. Parece uma opinião absurda, todavia, sabendo que outros que me antecederam tiveram a liberdade de supor quaisquer órbitas que quisessem escolher para demonstrar o fenômeno das estrelas, eu achei que também bem poderia tentar verificar se demonstrações mais aceitáveis das revoluções das esferas celestes poderiam ser encontradas supondo algum movimento da Terra. E supondo aqueles movimentos da Terra, que descrevi na obra que segue, descobri através de muitas e longas observações que, se os movimentos dos demais planetas são comparados com os da Terra e calculados como revoluções planetárias, não só os seus movimentos aparentes decorrem naturalmente, como a ordenação e o tamanho dos planetas e de suas órbitas, enfim todas as coisas no sistema celeste se harmonizam, de forma que nada mais poderá se mover em qualquer parte sem que traga confusão ao resto e a todo o Universo."

Box 9



"Afirmo que é mais fácil aceitar esta teoria do que ter a mente violentada por um número sem fim de círculos, situação a que se sujeitam aqueles que insistem em manter a Terra no centro do mundo. A sabedoria da natureza é tal que ela não produz nada supérfluo ou inútil, mas geralmente produz muitos efeitos a partir de uma única causa. ...E no meio está o Sol. Quem poderia colocar esta lâmpada em outro ou melhor lugar neste magnífico templo, do que esse em que ele pode iluminar tudo ao mesmo tempo?"

Copérnico, *De Revolutionibus*

atuais princípios da mecânica. Mas nele, pela primeira vez, embutiui corretamente a precessão².

Subjacente à evolução das teorias está a fé cega na capacidade da razão reduzir a complexidade dos fenômenos a modelos simples. A simplicidade era o principal argumento a favor de *De Revolutionibus*. Box 9

A obra teve acolhida pouco favorável na Alemanha, Itália e França. Em 1527 Charles de Bourbon invadiu Roma, e a Reforma paralisou o Renascimento. Contra Copérnico, Lutero havia declarado: “O louco subverterá a astronomia, mas, como as Sagradas Escrituras mostram, foi o Sol e não a Terra que o Senhor ordenou que parasse”, numa alusão a Josué, Cap. 10, vers. 12 e 13. Embora humanista, Melancthon, amigo de Lutero, posicionou-se também contra Copérnico. Não era, porém, só resistência filosófica e religiosa. Uma nova teoria planetária deveria ser de fácil emprego à previsão satisfatória de fenômenos celestes e à elaboração do calendário. A base observacional deixada por Ptolomeu e aproveitada por Copérnico era de qualidade inaceitável, e o sistema do mundo se complicou num sistema com 34 círculos. A teoria de Copérnico só conseguiu suplantá-la de Ptolomeu no século XVIII, quando pôde fornecer previsões melhores graças ao estudo de Kepler.

Ao descrever o movimento excêntrico da Terra ao redor do Sol, Rheticus em *Narratio Prima* associou astrologicamente as variações de excentricidade a eventos como o início do Império Romano, seu declínio, o aparecimento da religião muçulmana; e previa a segunda vinda de Cristo quando o centro da órbita da Terra reassumisse a posição da data da criação, depois de 6 mil anos, com base nas profecias de Elias. Acredita-se que tais comentários não teriam sido do próprio Rheticus, mas de seu mestre, Copérnico.

Sistema tychônico

Coube ao dinamarquês Tycho Brahe (1546–1601) a tarefa de coletar, através de observações, um conjunto suficiente de medidas astronômicas mais precisas. Ptolomeu tinha determinado posições de estrelas com precisão de 30' (arco subtendido pela Lua cheia). Regiomontanus e Copérnico haviam refinado a precisão para 10'. Depois de ter aprendido a construção de instrumentos na Alemanha, Tycho Brahe erigiu o magnífico observatório Uraniborg na ilha de Hven. Nele a precisão melhorou para 10".

Em 1572 ele descobriu na constelação de Cassiopeia uma estrela hoje reconhecida

como supernova. Esta tornou-se visível até mesmo durante o dia. Tycho reconheceu que esse fenômeno ocorria na esfera das estrelas, em contradição com a idéia aristotélica da imutabilidade do mundo supralunar. Sem conseguir se libertar totalmente das concepções de Aristóteles, propôs que essa estrela nova era constituída de matéria celeste, porém imperfeita, pois, com o tempo, a estrela se dissolveu.

O aparecimento de um brilhante cometa em 1577 deu-lhe a oportunidade de constatar empiricamente (através das medidas de paralaxe³ do cometa obtidas por observações simultâneas em diferentes pontos da Terra) que se tratava de um objeto supralunar, em contradição com a teoria aristotélica de que cometas eram objetos da atmosfera terrestre. Segundo Kepler, graças a essa constatação Tycho “destruíu a realidade das órbitas”, ou seja, extirpou a idéia vigente de que as esferas celestes eram

sólidas e cristalinas. Foi também esse cometa que lhe deu oportunidade para expor o sistema tychônico do mundo. Box 10

Tycho achava, erroneamente, que as estrelas apresentavam dimensões angulares (i.e., se assemelhavam a discos e não a objetos punctiformes); e aceitando apenas *ad argumentandum* o movimento orbital da Terra, as maiores paralaxes anuais (com linha de base definida pelo diâmetro da órbita da Terra) exibidas pelas estrelas mais próximas, implicariam que seus diâmetros seriam maiores mesmo do que a órbita da Terra. Esse raciocínio era para ele uma das refutações à teoria de Copérnico.

Com a morte de Frederico II, Tycho encerrou seus trabalhos na Dinamarca. Em 1599 mudou-se para Praga, onde morreu dois anos depois, deixando longa série de cuidadosas observações que, mais tarde, ironicamente, serviriam para Kepler embasar o sistema heliocêntrico.

Órbitas elípticas

Michael Mästlin, da Universidade de Tübingen, era um ardoroso defensor de Copér-

Box 10



Ao lado das teorias de Ptolomeu e Copérnico, Tycho Brahe propôs em 1588 o sistema tychônico que estabelecia um compromisso entre aquelas duas teorias antagônicas. A Terra girava sobre seu eixo, mas, muito pesada para deslocar-se, permanecia no centro do universo. Concêntricas a ela giravam as esferas da Lua, do Sol e das estrelas. Os planetas Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno, por sua vez, giravam ao redor do Sol. O cometa de 1577 descrevia uma órbita circular numa esfera imediatamente externa à de Vênus. Um exame mais cuidadoso mostra que esse sistema é tecnicamente equivalente ao de Copérnico.

Box 11

Em *Mysterium Cosmographicum* Kepler se ocupou em deduzir o número dos planetas e a sua disposição, a partir de um princípio apriorístico: “A órbita da Terra fornece o círculo que determina a medida de todas as outras. Se lhe circunscrevermos um dodecaedro, o círculo que o conterá será o de Marte. Se circunscrevermos a este último um tetraedro, o círculo que o conterá será o de Júpiter. Se circunscrevermos a este último um cubo, o círculo que o conterá será o de Saturno. De outro lado, se inscrevermos um icosaedro na esfera terrestre, o círculo nele contido será o de Vênus. Se inscrevermos um octaedro na trajetória de Vênus, o círculo nele contido será o de Mercúrio. É assim que se obtém a explicação do número dos planetas.”

O acordo entre idéia e realidade não foi satisfatório nem mesmo para o próprio Kepler. Mas ele não perdeu a fé em seu postulado inicial exposto depois em *Harmonices Mundi* (1619): “a geometria que pertence, desde toda a eternidade, ao espírito divino... forneceu a Deus modelos para a criação do mundo, e é herdada pelo homem juntamente com a imagem de Deus.”

nico. Foi mestre de Johann Kepler. Este se tornou conhecido em Gratz quando publicou sua primeira obra, *Mysterium Cosmographicum* (1596). A idéia subjacente era a de que o sistema do mundo era regido pela ordem geométrica. Suas especulações nessa linha, inicialmente estéreis, mostraram-se depois fecundas, principalmente para a descoberta da 3ª lei. Box 11

Pressionado por perseguições religiosas em Gratz, Kepler decidiu atender ao convite de Tycho Brahe para ir a Praga a fim de se ocupar especificamente dos cálculos relativos às observações de Marte.

No fim do século XVI já eram bem conhecidas a geometria de Euclides, a trigonometria e as seções cônicas. Dos árabes se tinha aprendido a álgebra e o uso dos algarismos arábicos em substituição aos romanos. Os cálculos astronômicos foram imensamente facilitados com o logaritmo introduzido no século XVII. Em 1627 Kepler já tinha incluído a tabela de logaritmos nas Tabelas Rudolfinas.

Com a morte de Tycho, Kepler assumiu todo o estudo. Como matemático imperial, recebia pensão irregularmente, tendo sobrevivido com a venda de calendários e predições astrológicas. Após cálculos penosos, chegou à convicção de que a órbita de Marte não podia ser circular. Por um tempo pensou em órbita oval, mas, sendo esta também insatisfatória, adotou finalmente a elipse. Assim formulou a sua 1ª lei. O conteúdo relevante dessa lei era que a linha das ápsides (extremidades do eixo maior) passava pelo centro do Sol. A 2ª lei foi enunciada em seguida, predizendo a variação da velocidade ao longo da órbita. Através dessas duas leis (*Astronomia Nova*, 1609), a teoria de Copérnico pôde se despojar de suas fraquezas mais gritantes, e se contrapôs dignamente, com clareza e simplicidade, ao complicado sistema geocêntrico. Kepler confessou: "Despertei como de um sono, quando uma nova luz me atingiu."

Já em 1596 ele defendeu que o movimento planetário era causado por uma *anima motrix* emanada do Sol. A rotação deste fazia com que as linhas portadoras da força também girassem, produzindo vórtices circulares indutores do movimento planetário. Kepler achava que o movimento requeria a ação de uma força (o princípio da inércia ainda não tinha sido estabelecido por Galileu). Essa atuação do Sol envolvia a ação magnética nos eixos magnéticos dos planetas. A obra *De Magnete* (1600) de William Gilbert, também defensor de Copérnico, tinha chegado ao conhecimento de Kepler. Este intuiu corretamente que as marés eram causadas pelo Sol e pela Lua.

Kepler não escapou ao antropocentrismo vigente. O criador tinha feito as estrelas para ajudar os homens a se orientarem à noite. Por isso a distribuição delas no céu era irregular, pois, se fosse regular, essa finalidade seria frustrada. Ele foi conservador ao manter que as estrelas fazem parte de uma esfera sólida, em cujo centro encontra-se o Sol. O ocultista e copernicano Giordano Bruno, que viveu fugindo de um lado para outro para escapar de excomunhões e condenações, mas acabou condenado à fogueira em 1600, já concebia que o universo era infinito. Portanto, definir o seu centro era questão destituída de sentido. Adiantou ele que as estrelas eram astros similares ao Sol, também dotados de sistemas planetários. Para Kepler, porém, o Sol se distinguia das demais estrelas, pois colocado à distância delas seria a mais brilhante. A Via Láctea dividia a esfera celeste em duas metades. O interior dessa esfera era preenchido de éter. Condensações dessa matéria geravam os cometas, cujo movimento era retilíneo, isto é, inexplicavelmente não obedecia às suas três leis.

Num contexto cultural de descrédito sistemático ao pensamento antigo, mas ainda sem critérios claramente estabelecidos de rati-

Box 12

"A filosofia da natureza está escrita naquele grande livro que permanece continuamente aberto ante os nossos olhos, o universo. Mas nós não podemos compreendê-la se primeiro não aprendermos a sua linguagem e os caracteres em que está escrita. Ela está escrita na linguagem matemática e seus caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, sem cuja ajuda é impossível compreender uma palavra dela, sem que se caminhe em vão num escuro labirinto."

Galileu, *Il Saggiatore*

ficação de proposições, nem método de sistematização do conhecimento científico, restava amplo espaço para a credulidade. A astronomia foi uma exceção honrosa por se adiantar no estabelecimento desses critérios e métodos. Mas, ao mesmo tempo, eram aceitas como leis naturais toda sorte de explicações mágicas, trazidas por viajantes ou transmitidas pela tradição popular. O controvertido Paracelsus, médico e alquimista, praticava e ensinava a magia juntamente com a ciência.

Método experimental

Já desde o século XV faziam-se observações de fenômenos naturais tanto na astronomia, como também na biologia, anatomia, etc. Galileu é tido, porém, como o fundador do método experimental, porque, então, os fenômenos passaram a ser observados em experimentos sob condições controladas pelo observador. Além disso, os resultados das observações passaram a ser expressos quantitativamente. Box 12

Desde logo Galileu se posicionou a favor de Copérnico. Ele tinha habilidade nas mãos, sabia escrever bem e era bom matemático. Graças à primeira qualidade, construiu em 1609 sua própria luneta para observar o céu e inaugurou a astronomia telescópica. Constatou então as irregularidades do relevo lunar, em flagrante contradição com a idéia aristotélica de perfeita esfera feita de quintessência. As manchas solares também apareciam como imperfeições. Vênus apresentava fases, como a Lua, portanto era iluminado pelo Sol. Júpiter tinha quatro satélites orbitando a seu redor, tal como a Lua orbita ao redor da Terra. A observação telescópica da Via Láctea revelava a existência de uma multidão de estrelas invisíveis a olho nu. Ademais, as estrelas tinham aspecto punctiforme, e não de disco (opinião de Tycho). Todas estas novidades foram descritas em *Sidereus Nuncius* (1610) com o intuito de oferecer suporte à teoria de Copérnico. Esse objetivo, porém, foi bastante frustrado porque essas constatações, embora favoráveis à idéia heliocêntrica, não consubstanciavam uma prova positiva. *Sidereus Nuncius* mais serviu para precipitar em 1616 a condenação pela Inquisição da tese de que a Terra se movia. Essa tese foi qualificada como herética e o silêncio sobre a matéria foi ordenado a Galileu.

Por saber escrever bem, Galileu recorreu à polêmica. Escreveu *Dialogo* em 1632. O objetivo era emancipar a nova astronomia, da teologia católica e da filosofia de Aristóteles. Para isso lançou as bases da nova física, a mecânica, pela primeira vez formulada em linguagem matemática. Conceitos científicos (operacionais) como velocidade, força, inércia, foram definidos sem ambigüidade, com base no processo experimental da medição. Compreensivelmente Galileu caiu em tropeços no afã de advogar os movimentos da Terra, ao tentar explicar as marés como consequência desses movimentos. Mas a Terra e os corpos celestes ficavam semelhantes demais para o gosto dos teólogos. Assim, em 1633, *Dialogo* já estava condenada no *Index*.

Sem ser dotado de habilidades práticas como Galileu, o advogado Sir Francis Bacon percebeu precocemente as importantes consequências da introdução do método científico.

Box 13

"...a introdução de nobres invenções ocupa de longe o mais excelente lugar entre todas as atividades humanas. O julgamento dos antigos atribuía honras divinas aos inventores, mas conferia honras apenas de herói àqueles que as mereciam em ocupações civis, tais como fundadores de impérios, legisladores e libertadores de suas pátrias. ...Se alguém, finalmente, objetar que as artes e as ciências podem ser deturpadas para fins perniciosos, pecado, luxúria, etc., essa objeção será de pouco peso, pois isso pode ser dito de todas as melhores coisas do mundo tais como o grande talento, a coragem, a força, a beleza, a riqueza, a clarividência, etc. Deixai a humanidade recuperar o seu direito sobre a natureza, direito esse que lhe foi dado por Deus; que ela seja bem provida de materiais, que a reta razão e a santa religião orientarão o bom uso."

Francis Bacon, *Novum Organum*

Essas idéias inspiraram a geração de importantes cientistas ingleses, inclusive Isaac Newton, a partir do século XVII.

Em 1620 publicou *Novum Organum* em contraposição ao *Organum* que incorporava as obras de lógica de Aristóteles. Ao preconizar o método científico como novo instrumento para ajudar a mente humana, combatia os preconceitos, as idéias antropomórficas, a linguagem ambígua e as simplificações exageradas. Lucidamente Bacon previu que a ciência não era para fazer teorias acerca da natureza, mas para fundamentar o poder e a grandeza do homem.

Box 13

Cartesianismo

Já no continente europeu, até as primeiras décadas do século XVIII, prevaleceu o pensamento filosófico de René Descartes. Contrastando com o costume da época de escrever em latim, ele publicou *Discours de la Méthode* (1637). Nessa obra de base idealística é ensinado que a verdade deve ser atingida através do raciocínio demonstrativo dos geômetras, a partir de idéias (axiomas) claras e distintas, sobre as quais não haja lugar nenhum para dúvidas. Não é dada ênfase na importância da observação. Em *Le Monde*, Descartes pretendeu defender as idéias de Copérnico. Mas vindo a saber da condenação de Galileu, preferiu não entrar em conflito com a Igreja. Posteriormente achou que tinha contornado o problema e

propôs seu sistema planetário em que a Terra não se movia livremente no espaço. A teoria cartesiana era a de que vórtices repletos de matéria (a matéria era um *continuum* que não admitia o vácuo) giravam em redor do Sol, graças a um movimento imposto inicialmente por Deus. Os planetas ficavam nos contornos desses vórtices compartilhando do seu movimento, mas como as posições relativas não se alteravam, os planetas achavam-se em repouso. Essa teoria, exposta em *Principia Philosophiae* (1644) não dava conta das peculiaridades das órbitas planetárias e era especulação não suportada por fatos.

O homem elabora cosmologia

Se a existência do homem na Terra tivesse começado há um ano, o sistema solar já teria 15 séculos e o universo, uns 35 séculos. Tão novo no cosmo e certamente tão vulnerável, o homem não deixa todavia de impressionar porque, através dele — que também faz parte do cosmo — o cosmo, como totalidade, torna consciência de si mesmo. Sob esta perspectiva, ser homem é elaborar cosmologia. E acompanhar o desenvolvimento histórico das elaborações cosmológicas é sondar o âmago da relação entre homem e cosmo, e do espírito humano. Merece ser destacada a particularidade do objeto da cosmologia: o cosmo não é um sistema físico isolado, mas a própria totalidade. A ciência moderna, de metodologia analítica, encontra aí o singular desafio de abordar uma totalidade.

Durante a pré-história, sem ambição, o homem vivia num estado de invejável beatitude, entregue em submisso abandono às forças cósmicas. Intimidado por essas forças, a cosmologia era marcada pela dicotomia entre céu e terra. Outras dicotomias arcaicas associadas à história da criação traduzem a construção dialética das idéias no homem.

Depois que cedeu à tentação da ambição, o homem foi condenado à inadaptação, tendo que percorrer a série interminável de auto-superações. Cada uma delas o tem propulso a seguinte, o que dá dinamismo à substituição de valores que determinam no homem o seu modo de ser, agir, pensar, estar no mundo e ter consciência dele. Cada concepção cosmológica retrata portanto o próprio homem, através de seus valores, e é feita à imagem e semelhança do homem.

Nos primórdios da história, a primeira auto-superação ocorreu com a instituição do trabalho como dever, para assegurar a produção de alimentos. Dever envolve violação e culpa. As cosmologias da época reservavam o espaço inferior, debaixo da terra, para abrigar o

inferno e a casa da morte. O cultivo da terra devia obedecer o ritmo do tempo regido pelos astros. Estes eram divindades e o céu, sua morada. Os influxos sagrados do céu permeavam as atividades cotidianas. Eventos naturais extraordinários eram irrupções do sagrado, intervenções diretas das divindades. O mito da criação a partir de águas primordiais informes explica o surgimento das coisas pela imposição de formas e reflete a ordem evolutiva do trabalho do homem.

A auto-superação pela coragem, do herói homérico; ou pelo poder da razão, para libertar o homem de deuses caprichosos, exaltou a consciência individual e constituiu o núcleo do humanismo ocidental. A razão confiante tropeçou em apriorismos, mas ousou pesquisar os princípios explanatórios intrínsecos às coisas usando o raciocínio dedutivo. Esses princípios eram geométricos, com os quais Eudoxo construiu o sistema geocêntrico. Pôde-se conhecer a forma e o tamanho da Terra, o tamanho e a distância da Lua e do Sol. As múltiplas descrições provincianas de Terra plana foram acomodadas numa única Terra esférica. Esta não era feita de quintessência, mas ocupava o privilegiado centro do universo.

O cristianismo veio ensinar a auto-superação através da verdade revelada diretamente por Deus ao homem. A importância da razão foi depreciada e a cosmologia foi retratada pelo tabernáculo de Moisés.

A crise do feudalismo exigiu uma auto-superação coletiva através da produção para o comércio, e da reorganização política baseada na aliança entre os poderes real e religioso. O conhecimento conquistado através da razão recuperou sua importância e o papel da razão foi reconhecido na escolástica. Esse reconhecimento se traduziu na criação das universidades. Mas o conhecimento racional não devia ser adquirido livremente através da investigação direta da natureza, e sim nas obras de Aristóteles. O reconhecimento oficial de sua autoridade pela Igreja era a garantia da ortodoxia da doutrina. O modelo do mundo voltou a ser o de Eudoxo.

As auto-superações reclamadas no século XV eram para o homem dominar a natureza; elas estavam muito além do simples retorno a Aristóteles. Era necessário libertar a razão da tutela da autoridade, o que se fez no Renascimento com a criação do método experimental. Concomitantemente foram se consolidando instituições científicas. Os observatórios de Paris, Greenwich e Berlim foram inaugurados em 1671, 1676 e 1700, respectivamente. A sociedade londrina *Invisible College* se transformou em 1662 na *Royal Society*. Em 1665 surgiram as primeiras publicações científicas

periódicas. Com a teoria heliocêntrica, a Terra perdeu a posição central no universo, mas, em contrapartida, as imperfeições detectadas por Galileu nos astros revelaram parentesco entre céu e terra, demolindo a esfera lunar entre esses mundos incomunicáveis. Com *Principia Mathe-*

matica, céu e terra ficarão ambos sujeitos à mesma lei da gravitação universal. Se de um lado o homem foi removido de posições privilegiadas no universo, de outro, foi reconhecida a sua cidadania cósmica: em nenhum lugar do universo ele é estrangeiro. ●

Oscar Toshiaki Matsuura, 47, doutorou-se em astronomia pelo Instituto Astronômico e Geofísico da USP, onde realiza atualmente pesquisas sobre poeira cósmica, a partir de observações em infravermelho; fenômenos magneto-hidrodinâmicos e de plasma em diversos contextos astrofísicos.

Resumen

Cosmología

LA CONCIENCIA DEL COSMOS

Al paso del tiempo, las relaciones del hombre con el cosmos han asumido características distintas de acuerdo con los diferentes contextos culturales, y se han expresado a través de diversas concepciones cosmológicas. En este trabajo se presenta una recapitulación ordenada cronológicamente de las distintas cosmologías correlacionadas con los respectivos contextos culturales. Esta revisión histórica culmina con una evaluación crítica de las formas mentales del cosmos. Inclusive más recientemente, bajo la égida de la ciencia, ellas no dejan de reflejar la naturaleza y el propósito de su autor, el hombre. Así, la relación de éste con el cosmos permite vislumbrar, a despecho de todos los pesimismos en boga, una posibilidad sólida de rescate de los valores humanísticos a la luz de la ciencia moderna. El artículo estará dividido en dos partes. Esta primera contiene una recapitulación histórica previa a la revolución científica de 1687, fecha de publicación de *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* de Isaac Newton.

Abstract

Cosmology

AWARENESS OF THE COSMOS

In the current acceptance of the relation between man and the cosmos, man, from the point of view of consciousness, is generally set against the world of sensory experience in its broadest extent. This relation of opposition, coherent with Western thought, represents an unfolding of the radical Cartesian dichotomy between mind and body. Surprisingly, the modern description of the cosmos (or cosmology) which is of an exclusively scientific character and therefore has pretensions to absolute objectivity has strongly shown the indelible mark of man's presence as an observer and interpreter of cosmic phenomena instead of becoming increasingly impersonal and immuned to the influences of man. Purely objective science definitely does not exist just as consciousness transcendental to the material world does not exist. Thus, man's relation to the cosmos cannot be one of opposition but of complementarity, neither man nor the cosmos can be understood in isolation but both can be understood by means of a reciprocal ordering. Thus, science (when it is practised for the knowledge of nature, not for domination over it, is not opposed, as is generally thought, to the essence of the ideal of the humanities since it proclaims the impossibility of a cosmos without the presence of man.

Notas

1 – Nesse eixo vertical se define um centro à altura dos olhos. Passando por ele, um plano horizontal separa o alto do baixo. Sobre esse plano são definidas as quatro direções: frente, atrás, direita e esquerda.

2 – A precessão da Terra é um movimento cônico do eixo da Terra, como o de um eixo de pião, que explica o gradual deslocamento para oeste de todas as constelações da esfera celeste, já notado por Hiparco.

Essa precessão completa o seu movimento a cada 26 mil anos e é causada pela atração gravitacional exercida pela Lua e pelo Sol sobre o bojo equatorial da Terra.

3 – Paralaxe é a variação da direção da linha de visada, quando um mesmo objeto é observado de dois locais diferentes. Essa variação é perceptível em relação a outros objetos mais distantes, ao fundo. O segmento de reta entre os dois locais é a linha de base.

Referências bibliográficas

1. Antoniadi, E.-M. *L'Astronomie Égyptienne*. Gauthier-Villars, Paris, 1934.
2. Beer, A.; Beer, P. (eds.). *Kepler Four Hundred Years. Vistas in Astronomy*, v. 18, Pergamon, Oxford, 1975.
3. Beer, A.; Strand, K. Aa. (eds.). *Copernicus Yesterday and Today. Vistas in Astronomy*, v. 17, Pergamon, Oxford, 1975.
4. Biéńkowska, B. (ed.) *The Scientific World of Copernicus*. Reidel, Dordrecht, 1973.
5. Crombie, A. C. *Augustine to Galileo*. Heinemann, London, 1957.
6. Delambre, J. B. J. *Histoire de l'Astronomie Ancienne* (2 vols.). The Sources of Science, nº 23, Johnson Reprint Corporation, New York, 1965.
7. Delambre, J. B. J. *Histoire de l'Astronomie du Moyen Age*. The Sources of Science, nº 24, Johnson Reprint Corporation, New York, 1965.
8. Dreyer, J. L. E. *A History of Astronomy from Thales to Kepler*. Dover, New York, 1953.
9. Eliade, M. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*, Tomo 1: Da Idade da Pedra aos Mistérios de Elêusis, v. 1: Das Origens ao Judaísmo. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

10. Grant, R. *History of Physical Astronomy*. The Sources of Science, nº 38, Johnson Reprint Corporation, New York 1966.
11. Koyré, A. *The Astronomical Revolution*. Methuen, London, 1980.
12. Lodge, O. *Pioneers of Science*. Dover, New York, 1960.
13. Neugebauer, O. *A History of Ancient Mathematical Astronomy*. Parts 1, 2 and 3. Springer-Verlag, 1975.
14. Neugebauer, O. *Astronomy and History, Selected Essays*. Springer-Verlag, New York, 1983.
15. Rosen, E. (ed.) *Kepler's Conversation with Galileo's Sidereal Messenger*. The Sources of Science, nº 5, Johnson Reprint Corporation, New York, 1965.
16. Small, R. *An Account of the Astronomical Discoveries of Kepler*. The University of Wisconsin Press, Madison, 1963.
17. Taton, R. (ed.) *Histoire Générale des Sciences: 1. La Science Antique et Médiévale (Des origines à 1450)*. Presses Universitaires, Paris, 1957.
18. Taton, R. (ed.) *Histoire Générale des Sciences: 2. La Science Moderne (De 1450 à 1800)*. Presses Universitaires, Paris, 1957.
19. Thorndike, L. *A History of Magic and Experimental Science* (6 vols.), Columbia University Press, New York, 1959.
20. Whittaker, E. *From Euclid to Eddington*. Dover, New York, 1958.

Indivíduo e coletivo em plena harmonia

Em Roberto Lyra Filho a vida foi uma procura constante de sua dimensão de humanidade, como um “Prometeu reconciliado, protótipo de Homem na faina de transformar o mundo e a si mesmo, de aperfeiçoá-lo e de aperfeiçoar-se, quer no campo íntimo de suas tarefas individuais, quer no inseparável terreno coletivo, das lutas sociais libertadoras”.

Seu itinerário de rupturas e continuidades concretizou-se na expressão de suas múltiplas e não-heterônimas personalidades e na sobrevivência de sua pregação noutras personalidades e noutras idéias, em seus discípulos e em seus amigos. “Sou professor e escritor, nada mais do que professor e escritor. Isto quer dizer que o meu veículo é a pregação. Isto quer dizer que, buscando a lucidez sem sectarismo, desejo, nos livros, nas aulas, nos diálogos, separar joio do trigo, com a precisão de quem não se satisfaz com difusas postulações programáticas. Isto quer dizer que a matéria da reflexão, em qualquer disciplina, é o que a práxis social inspira e nutre. Isto quer dizer que todo problema tem raiz na História e toda solução há de encontrar o fio do progresso” — palavras pronunciadas por Roberto Lyra Filho quando completava trinta anos de docência.

Sob o pseudônimo Noel Delamare, com o qual Roberto Lyra Filho vestiu a sua personalidade de crítico, de poeta e de mestre experiente do ofício de tradutor, habita o mesmo professor, que encontra na expressão celebrante do verso a mesma pregação para a temática libertadora: “. / Temos de inventar juntos / Outro socialismo, / Que não vai nascer / Por decreto da velha ditadura. / Segue a práxis, envelheço, / E já não tarda o fim do itinerário / Minúsculo, cinzento. / Que fazer do meu resto de vida, / Senão dom aos que lutam, / Erram, corrigem, perdem, recomeçam? /” (Noel Delamare, “Sátira Desesperada”).

No projeto “lyriano”, a condição da práxis encarada também no sentido dialético, que ultrapassa a cisão do subjetivo e do objetivo, insere-se nas exigências de uma conjuntura de luta social e de crítica teórica, para a construção de um saber alternativo, naturalmente comprometido com a análise da estrutura social, tendo por objeto a sua transformação racional, sensível à direção do progresso.

Assim, o projeto geral subjacente ao compromisso crítico na formulação de Roberto Lyra Filho contém a proposta de um direito novo, elaborado na dimensão dialética de alargamento do campo de compreensão do fenômeno jurídico, para além dos restritos limites de sua captação positivista, até alcançar a realidade de ordenamentos plurais conflitantes, derivados do movimento das classes e grupos sociais em seu aparecer histórico e na afirmação cultural, subcultural e contracultural de seus respectivos projetos de organização política.

Este direito novo, revelado dialeticamente em posições que procuram consumir-se como expressões de diferentes supralegalismos, tem, no Brasil, em Roberto Lyra Filho, uma afirmação pioneira, em bases lançadas desde 1967, mas que se constitui, através da conferência — “Para um Direito sem dogmas” — lida em 1978, na Universidade de Brasília, e publicada posteriormente em 1980, por Sérgio Antonio Fabris Editor, o manifesto que convida a repensar o direito a partir da irradiante utopia de seu fundamento humanista que se consuma numa teoria geral dos direitos humanos militantes.

Foi irresistível a adesão, sobretudo pelos estudantes de direito de todo o país, a essa convocatória, que se consolidou como alicerce de uma Nova Escola Jurídica Brasileira. O seu núcleo, afirma Marilena Chauí, está em que “a apreensão do direito no campo das relações sociais e políticas entre classes, grupos e Estados diferentes permite melhor perceber as contradições entre as leis e a justiça e abrir a consciência tanto quanto a prática para a superação dessas contradições. Isto significa abrir o direito para a história e, nessa ação, para a política transformadora”.

É nesse sentido, acentua ainda Marilena Chauí, que o pensamento de Roberto Lyra Filho representa o resgate “da dignidade política do direito”, o que se pode constatar na sua concepção de justiça e de direito: “Justiça é justiça social, antes de tudo: é atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem; e o direito não é mais, nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos, enquanto modelo avançado de legítima organização social da liberdade”.

Nestas convicções partilhamos hoje, os companheiros de Roberto Lyra Filho, a motivação condutora de nossos trabalhos, como tarefa comum que assumimos, na condição de produtores, livremente associados. E lhe ofertamos como preito dessa motivação as mesmas palavras escritas outrora por um jovem jurista, para representar a natureza espontânea dos vínculos amistosos que nos uniram na Nova Escola: “A amizade — escreveu La Boétie — é um nome sagrado, é uma coisa santa: ela nunca se entrega senão entre pessoas de bem e só se deixa apanhar pela mútua estima; se mantém não tanto através de benefícios como através de uma vida boa; o que toma um amigo seguro do outro é o conhecimento que tem de sua integridade; as garantias que tem são sua bondade natural, a fé e a constância. Não pode haver amizade onde está a crueldade, onde está a deslealdade, onde está a injustiça; e, entre os maus, quando se juntam, há uma conspiração, não uma companhia: eles não se entreamam, mas se entretemem; não são amigos, mas cúmplices”.

José Geraldo de Sousa Júnior

Roberto Lyra Filho faleceu em 11 de junho de 1986, em São Paulo. A revista Humanidades publica nesta edição dois artigos de sua autoria: “Uma nova filosofia jurídica”, como jurista e pensador revolucionário do Direito, e “O cancionero dos sete mares”, como Noel Delamare, pseudônimo que usava na sua produção poética e de tradutor literário. É uma pequena homenagem que a revista presta a um grande pensador brasileiro.

A Nova Escola Jurídica Brasileira – que doravante designo com a abreviatura NAIR (1) e que fundei em Brasília, conquistando adeptos em quase todos os estados, do norte ao sul do país – representa, em si mesma, um esboço de totalização dialética, em que a cabeça do filósofo é como usina hidrelétrica.

Ali, a correnteza dos fatos sociais – isto é, a práxis jurídica inteira e sem mutilações – forma a energia esclarecedora das idéias, que logo regressam às mesmas águas potentes, estabelecendo a conexão com o fluxo da realidade móvel, sem a qual não há luz, nem se faz avançar o saber.

A nova filosofia jurídica

Roberto Lyra Filho

Neste quadro é que fica também situado o papel e trabalho do pesquisador em direito — assim como os entendo, segundo a nova abordagem filosófica, sociológica e jurídica.

1. Nem por outra razão Marilena Chauí pôde qualificar a minha teoria dialética do direito como “uma nova filosofia jurídica, baseada em uma sociologia jurídica”², mediante as quais se restitui a dignidade política ao direito³.

E é preciso aduzir que também se cogita duma preocupação com a dignidade jurídica da política — isto é, dos limites que traça o direito à própria práxis transformadora do mundo⁴.

2. Mas, para resumir o que traz a NAIR, é preciso, antes de tudo, explicar o que tal escola não é.

Com este fim, enumero cinco proposições negativas, de índole estrutural:

a) a NAIR não é um sistema de dogmas, forjados ou esposados;

b) a NAIR não é, tampouco, uma revolução copernicana, dentro das idéias jurídicas, nem a adaptação de qualquer modelo anterior, nacional ou estrangeiro;

c) a NAIR não é, ademais, um partido político ou clube jacobino, angariando recrutas e distribuindo carteirinha de membro deliberante, para as assembleias, com vozerio, patrulheiros, diretores de consciência revolucionária e rachas fragorosos;

d) a NAIR não é, por outro lado, um conjunto de intelectuais narcisistas e incapazes de absorver tanto as contradições não-antagônicas internas, quanto o elenco mínimo de princípios comuns, de que resulta o seu posicionamento conjunto;

e) finalmente, a NAIR não é grupo de gabinete, mas, está, sempre, num ir-e-vir, entre as tarefas indispensáveis da elaboração teórica e os compromissos da práxis avançada; e assim é que participamos, com a nossa pequena contribuição, de todas as campanhas de vanguarda suprapartidária — anistia; reconstitucionalização; combate à lei de segurança do poder, que se disfarça como segurança nacional; e diretas, já — nenhuma das quais encontrou, ainda, a plena realização de sua meta.

Cinco proposições antipositivistas

Como teoria dialética do direito, a doutrina da NAIR também se firma em cinco proposições negativas, de índole polêmica e oposta às noções correntes no ensino jurídico tradicional; isto é, combatendo as cinco inversões mais comuns do positivismo ainda predominante em nossas faculdades:

- a) não tomamos a norma pelo direito;
- b) não definimos a norma pela sanção;

c) não reconhecemos apenas ao Estado o poder de normar e sancionar;

d) não nos curvamos ante o fetichismo do chamado direito positivo, seja ele costumeiro ou legal;

e) não fazemos do direito um elenco de restrições à liberdade, como se esta fosse algo a deduzir a contrario sensu do que sobra, depois do sancionado o furor criativo de ilicitudes, quer pelo Estado, quer pelos microorganismos concorrentes, que estabelecem o poder social dividido (o chamado poder dual)⁵.

Não somos cachorro, que se mande roer os ossos restantes, num banquete normativo de quem se arroga a competência ilimitada de reger a conduta alheia.

Direito geral de libertação

Talvez fosse possível dizer que a NAIR tem, como balizas (mas, note-se, apenas balizas, não esgotam o seu conteúdo de idéias), estas cinco proposições — nas quais, é óbvio, não se explica todo o seu trabalho renovador:

a) que o direito é, antes de tudo, liberdade militante, a afirmar-se, evolutivamente, nos padrões conscientizados de justiça histórica, dentro da convivência social de indivíduos, grupos, classes e povos — e isto quer dizer que o direito é, então, em substância, processo e modelo de liberdade conscientizada ou conscientização libertadora, na e para a práxis transformativa do mundo; e não ordem social (que procure encerrá-lo e detê-lo), nem norma (que bem ou mal o pretenda veicular), nem princípio abstrato (que o desvincule das lutas sociais e concretas), nem apenas luta social e concreta (que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonegados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos, isto é, direitos humanos e gerais, pois o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos⁶ — o que exclui a pretensa legitimidade duma ação majoritária aniquiladora do que são, sentem, pensam, carecem e reclamam os titulares do direito inalienável à diferença⁷ pessoal ou grupal irredutível);

b) que a justiça histórica e concreta (como estalão avaliativo das séries concorrentes de normas, produzidas pelos grupos, classes e povos desnivelados) não se determina senão pelo estabelecimento gradual de porções crescentes de liberdade conscientizada, na luta dessas classes, grupos e povos, refletindo a dialética de opressores e oprimidos, espoliadores e espoliados; em síntese: dominadores e dominados, no interior dos Estados e nações e na comunidade internacional e interestatal;

c) que o padrão de legitimidade, na concorrência das normas, está no vetor histórico, donde se extrai a resultante mais avançada duma correlação de forças, em que se torna reconhecível a vanguarda, se marca o posicionamento progressista e se atua para garantir as suas reivindicações, tratando de exprimir o sumo e o extrato do processo libertador, a que se dá o nome de direitos humanos (e, note-se, não apenas as declarações, por assim dizer, oficiais desses direitos, porém os direitos mesmos, emergentes e ainda não “declarados”, senão em polarizações da práxis, ou declarados em documentos “não-oficiais”, como, por exemplo, o de Argel)⁸;

d) que o processo mesmo de libertação nem pode desconhecer os seus limites jurídicos (ver a), nem deferir “tutores” (estatal, partidário, classístico ou grupal) a determinação exclusiva e concreta do círculo de liberdade de cada um, já que a própria “emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe e, sim, uma luta por direitos e deveres iguais, bem como pela abolição de todo domínio de classe”;⁹

e) que a positivação dialética do direito, isto é, a sua efetivação gradual e em luta, na totalidade histórica em movimento, mediante a qual se esclarecem, concretizam e polarizam, como direitos reclamados, os aspectos concretos do direito geral de libertação, jamais toleram que aquela positivação seja acorrentada numa ordem social e seu suposto “direito positivo” (que, tantas vezes, não é nada “positivo” — isto é, não vige, materialmente, na sociedade global ou em amplos setores dela; nem caso obtenha essa vigência, dá mais do que um efeito transitório, que ademais não depende, para cair em desuso ou romper-se pela contestação eficaz, de um dispositivo formal revogador: o silêncio ou a repulsa social revogam as normas estatais ou não-estatais com muito mais força do que as leis.

O direito não é, portanto, uma ordem natural e fixa, nem uma ordem social concreta, nem sequer uma ordem que troca de conteúdo, dentro de parâmetros conceituais ou substanciais do Estado ou da razão pura.

Qualquer ordenação traz em si mesma o germe de outra, mais avançada, em que, por fases de maturação e rompimento final, ela se transfunde. E o direito, em totalidade e movimento, está precisamente nos parâmetros mais avançados, não nos esquemas em superação, que a ordem futura vai transfigurar, incorporando e reenquadrando a parte viva da anterior e eliminando a parte morta, para criar novas formas de vida ou convivência.

O objetivo do processo nunca se consuma em perfeição, repouso e estabilidade definitivas, mas permanece como estrela condutora,

para reapresentar-se, a cada etapa, como a imagem constantemente aperfeiçoada e enriquecida pelas aquisições históricas, duma sociedade em que o direito objetivo não determine, senão que consagre, os direitos subjetivos de cada indivíduo, grupo e povo, conscientizados e afirmados, em princípio e em ação¹⁰; uma sociedade em que o direito público não seja um aparelho constritor (estatal ou não-estatal, de “sistema” grupo, classe, partido, povo dito superior ou associação multinacional imperialista), mas direito público mesmo, que apenas viabiliza os direitos privados dos indivíduos, grupos e povos, isto é, garante a busca da “existência positiva da liberdade”, concebida como “direito de fazer buscar tudo que a outrem não prejudica.”¹¹

1. As cinco proposições da NAIR constituem, afinal, uma tentativa de harmonizar a herança liberal (em sua parte viva, de garantias democráticas e cortadas as aderências burguesas), a dialética de Hegel (que tampouco é adotada *sic et simpliciter*¹² e sem dúvida não o é nas aplicações que o sistema hegeliano dela faz ao direito, pois a filosofia jurídica do idealismo absoluto é a sua parte mais reacionária)¹³, a ontologia jurídica do jovem Marx¹⁴ (podados certos excessos idealistas e reforçados os pontos positivos por uma consideração mais acurada de parte do legado kantiano¹⁵, fichteano¹⁶, e até do jovem Schelling¹⁷, a sociologia crítica marxiana dos anos maduros¹⁸ (evitando ambigüidades e um certo mecanicismo do desbravador empolgado pelos seus aqüestos¹⁹), a contribuição da sociologia crítica pós-marxiana²⁰ e da hermenêutica material²¹ dos tempos mais recentes.

Mas não se trata dum ecletismo ou duma salada, com esses ingredientes bastante heterogêneos, e sim duma *Aufhebung*, uma superação que, como disse, incorpora, transfunde e reenquadra os materiais assim discriminados.

2. Não poderia, aqui e agora, fundamentar, exaustivamente, as cinco proposições da NAIR; e, assim, me limito a fornecer algumas rápidas indicações e insistir em que elas demandam a mais profunda e ampla discussão que lhes dei noutros escritos.

A primeira proposta consiste em repor o direito em seu lugar próprio, a fim de cancelar as inversões positivistas.

A segunda consiste em determinar-lhe o critério objetivo, segundo o impulso libertador, na luta pela justiça histórica, social e concreta.

A terceira consiste em sustentar os direitos das classes, grupos e povos ascendentes, conforme o vetor histórico indicativo de sua posição vanguardista: assim é que se enriquecem os direitos humanos em constante evolução e com eles é que se pode medir a legitimidade das normas jurídicas estatais e não-

estatais, cuja pluralidade tem origem na cisão classista, grupal e nacional de dominantes e dominados.

A quarta proposição consiste em sublinhar que a própria práxis transformadora do mundo tem limites jurídicos, pois o processo de libertação se desnatura, quando pretende sacrificar, paradoxalmente, o seu fim nos meios utilizados para alcançá-lo.

E, finalmente, a quinta proposição consiste em mostrar como a positivação dialética do direito é um processo transformativo incessante, superior e mais amplo do que qualquer ordem determinada, conjunto de normas produzido, instituição ou sistema que se arroguem o controle do movimento histórico, segundo o seu próprio e autoritário modelo de estruturação da convivência e padronização de condutas²².

Abordagem crítica da pesquisa em direito

Tive a preocupação de sintetizar o posicionamento da NAIR em quinze proposições — cinco relativas ao que ela não é; cinco relativas ao que ela combate e cinco relativas ao que ela sugere, alternativamente.

E é mediante elas que chego às conclusões deste roteiro.

1. Deste modo é que nos dedicamos à pesquisa em direito, com a ressalva que antepus a toda a meditação precedente sobre que direito cabe pesquisar. Isto é, não trazemos à pesquisa um esquema que ponha os fatos em camisa de força, para violentar a realidade manifesta; mas também não poderíamos voltar aos fatos (donde intuímos a filosofia jurídica da NAIR), senão com a humildade necessária para nos rendermos ao que, naquela realidade, possa desmentir-nos e determinar uma correção.

O sobrevôo filosófico ajuda o pesquisador de campo a não se perder entre as árvores, desconhecendo o mapa da floresta. A verificação empírica ajuda o filósofo a não se perder nas nuvens idealistas, esquecendo que a floresta é composta de árvores, e não de conceitos que estas tenham a “obrigação” de corporificar²³.

2. Nas condições atuais, existem, certamente, muitas dificuldades e preconceitos a vencer, para a realização correta da pesquisa jurídica.

Entre eles, encontra-se a esclerose institucional, num clima autoritário, que emana do poder social e envolve e coarcta os próprios canais de funcionamento das universidades e outras instituições científicas.

A malícia dos controladores de verbas e sua aplicação tem, inclusive, raízes multinacionais; com as Dalilas financiadoras sempre

voltadas para o corte da cabeloira dum Sansão progressista e antiimperialista.

Mas é preciso lembrar que, reduzindo o jurista a beija-flor de pacotes e o direito à castração da liberdade pelas instâncias formalizadoras de dominação, logo e de plano se inabilita o investigador a um trabalho sério, fecundo e eficaz.

Temos de romper o bloqueio ideológico e evitar as armadilhas²⁴, pois cedendo às circunstâncias adversas, acabaríamos reforçando, pela rendição desavisada, a própria conjuntura ingrata de que nos queixamos.

Recorde-se, antes de tudo, que algo mostra quem tanto se agacha e do corpo do direito não verá, então, mais do que nádegas normativas e os flatos ideológicos.

3. Em larga parte, é o próprio jurista, de formação dogmática e que considera a abordagem crítica como “não-jurídica”, o responsável pelo desprestígio em que somos tidos na comunidade dos cultores das ciências sociais.

Mas o verdadeiro jurista há de ser também um cientista social, sob pena de não ser nada, cientificamente; e assim deve procurar a colaboração mais fecunda com o sociólogo, impedindo que este, ironicamente, acabe adotando a concepção dos juristas dogmáticos, para desprezá-los pela mesma razão por que eles se envaidecem. Então, juntos, enterram o direito e desviam a pesquisa para a visão falsa do universo jurídico, reduzido a expressão, mais ou menos coesa, mais ou menos contraditória, porém na substância coincidente com as leis das classes, grupos e povos dominantes — o que, repita-se, de passagem, tornaria propriamente ininteligível o direito de revolução, o direito internacional e tudo mais que não seja direito do Estado, mas sobre, além e até contra ele.

Combato este nó de equívocos, não apenas como jurista e, sim, também como sociólogo profissional, com título registrado no MT e militando na Associação dos Sociólogos do DF.

4. Já existem vários estudos sociológico-jurídicos, na perspectiva da NAIR.

Por exemplo:

a) o estudo sobre o silêncio e a inércia sociais que aniquilam as ilicitudes penais e legais, segundo o que Friedrich denominou (em filosofia jurídica) a “honra de infringir a lei”²⁵;

b) a análise da jurisprudência contra legem (aliás, muito mais numerosa do que se pode imaginar), mostrando como em largos setores, seja pela implosão hermenêutica²⁶, seja pela introdução de princípios supralegais, o juiz, aristotelicamente, “ressocializa o que o legislador logicizou”²⁷;

c) o confronto entre os parâmetros da criminologia tradicional, que atribui ao crimino-

so um perfil egocêntrico, lábil, agressivo e efetivamente neutro, e as situações sociais de estrutura e classe, que abonam, exigem e até exaltam egocentrismo, labilidade, agressividade e indiferença afetiva – sobretudo no modo de produção capitalista.

5. O juriconsulto, como cientista social – que há de ser, insisto, sob pena de não ser nada cientificamente – há de evitar, simultaneamente, o sectarismo e a pseudoneutralidade.

Porque o “neutro” acaba castrando o direito e se diz “eu não faço política”, realmente já está fazendo o que nega, inclusive quando troca o direito pela norma estatal e reduz a

liberdade ao que sobra do banquete pantagruélico da dominação. Mais: ele se recusa a admitir que existe o banquete, escondido sob a ficção do Estado isento, superior aos conflitos sociais e emissor de preceitos “indeclináveis”, para “garantir a paz social” (rectius: para garantir a “liberdade” das classes, grupos e povos dominantes de comer “em paz” os quitutes do privilégio).

Como dizia Marx, “ninguém combate a liberdade; no máximo, combate a liberdade dos outros”²⁸ com o poder do Estado e as leis dele oriundas, inclusive.

O “neutro” é um reacionário encabulado e não tem a coragem e a fraqueza de confessar

que é moço de recados da dominação que mascara.

Por outro lado, o sectário não é, de fato, um cientista, já que traz, pré-fabricados e inabaláveis, a descrição, a explicação e o próprio princípio explicativo²⁹. ●

Este artigo foi publicado originalmente na revista DOXA, do Instituto Juan Gil-Abert, do Departamento de Filosofía del Derecho de la Universidad de Alicante, na edição de apresentação dos seus membros do Conselho Editorial, sobre “Problemas abiertos en la Filosofía del Derecho”, 1984.

Resumen

Derecho

LA NUEVA FILOSOFÍA JURÍDICA

La Nueva Escuela Jurídica Brasileña – que desde ahora designo con la abreviatura NAIR, y que fundé en Brasília, conquistando adeptos en casi todos los estados, desde el norte al sur del país – representa, en sí misma, un esbozo de totalización dialéctica, en que la cabeza del filósofo es como una planta hidroeléctrica. Ahí, la fuerte corriente de los hechos sociales – es decir, la praxis jurídica entera y sin mutilaciones – forma la energía esclarecedora de las ideas, que luego regresan a las mismas aguas potentes, estableciendo la conexión con el flujo de la realidad móvil, sin la cual no hay luz ni se hace avanzar el saber.

Abstract

Law

A NEW PHILOSOPHY OF LAW

The New Brazilian School of Law (hereafter referred to by its abbreviation NAIR) which I founded in Brasília, acquiring adepts in virtually every state throughout the country, represents a rough draft of a dialectic whole, in which the head of the philosopher acts like a hydroelectric dam.

There, the flow of social facts, that is, the entire legal praxis without mutilations – forms the clarifying energy of the ideas which in little time return to the powerful waters themselves, establishing a connection with the flow of mobile reality without which there can be no light, not even if there is an advance in knowledge.

Referências bibliográficas

- ROBERTO LYRA FILHO. Humanismo Dialético, in *Direito & Avesso*, boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, Edições Nair Ltda., 3 (1983): notas 9-10.
- MARILENA CHAUÍ. Roberto Lyra Filho ou Da Dignidade Política do Direito, in *Direito & Avesso* (1982), p. 28.
- _____. Roberto Lyra Filho, cit. p. 16.
- ROBERTO LYRA FILHO. Direito do Capital e Direito do Trabalho, Porto Alegre, Fabris – IARGS – AGETRA, 1982, passim; ROSA LUXEMBURG. Oeuvres, Paris, Maspero, 1971, II, p. 84-85; ROBERTO LYRA FILHO. Introdução ao Direito, in *Direito & Avesso* (1982), p. 41-47; JOSÉ GERALDO DE SOUZA JR. Para uma Crítica da Eficácia do Direito, Porto Alegre, Fabris, 1984, passim; RAYMUNDO FAORO. O que é Direito, Segundo Roberto Lyra Filho in *Direito & Avesso* (1982), p. 31-35.
- Ver JOSÉ GERALDO DE SOUZA JR., Para uma Crítica, cit., p. 59 ss.
- K. MARX. Oeuvres, Paris, Gallimard-La Pléiade, 1969-1982, I, p. 183.
- LYRA FILHO. O Que é Direito, cit. p. 11.
- _____. O Que é Direito, cit. p. 101 ss.
- MARX, in K. MARX & F. ENGELS. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, s/d. I, p. 322.
- E. BLOCH. Droit Naturel et Dignité Humaine, Paris, Payot, 1976, p. 13.
- GUASTINI. Lessico Giuridico Marxiano in RICCARDO GUASTINI, Marx: Dalla Filosofia del Diritto alla Scienza della Società, Bologna, IL Mulino, 1974, p. 431, 462.
- ROBERTO LYRA FILHO. A Reconciliação de Prometeu, Brasília, Centro de Estudos Dialéticos, 1983; ROBERTO LYRA FILHO. Filosofia, Teologia e Experiência Mística, Belo Horizonte, Kriterion, FAFICH – UFMG, 1976; LYRA FILHO. Filosofia Geral e Filosofia Jurídica, in Cristianismo e História, CARLOS PALÁCIO, org., São Paulo, Loyola, 1982.
- ERNST BLOCH. Sujet-Objet, Éclaircissements sur Hegel, Paris, Gallimard – NRF, 1977, p. 230.
- ROBERTO LYRA FILHO. Karl, Meu Amigo: Un Diálogo com Marx sobre o Direito, Porto Alegre, Fabris. TARES, 1983, p. 43-47.
- NICOS POULANTZAS. Nature des Choses et Droit, Paris, LGDJ, 1965, p. 3.
- V. VLACHOS. Dialectique de la Liberté et Dépreissement de la Contrainte chez Fichte, in Archives de Philosophie du Droit, Paris, Dalloz, 1963, n° VIII, p. 75-114.
- LYRA FILHO. Karl, Meu Amigo, cit., p. 45-47; ROBERTO LYRA FILHO. Arguição à Tese do Prof. Renato Czerna (O Direito e o Estado no Idealismo Alemão), como examinador no concurso desde último para a vaga de professor titular de Filosofia Jurídica (São Paulo, USP, 1982, inédito); XAVIER TILLIETTE. Schelling, Une Philosophie du Devenir, Paris, Vrin, 1970, I, p. 108-112; 222-224.
- _____. Karl, Meu Amigo, cit. p. 91-95.
- _____. Karl, Meu Amigo, passim.
- _____. Introdução ao Direito, cit. p. 43.
- _____. Direito do Capital, cit., p. 46-61.
- MARX. Oeuvres, cit., II, p. 1.402-1.403; III, p. 453.
- LYRA FILHO. Karl, Meu Amigo, cit., p. 88, 342.
- R. FAORO. O Que é Direito. Segundo Roberto Lyra Filho in *Direito & Avesso*, 1982, p. 34.
- CARL J. FRIEDRICH. Perspectiva Histórica da Filosofia do Direito, Rio, Zahar, 1965, p. 229.
- LYRA FILHO. Direito do Capital, cit., 45-58.
- CHAUÍ. Roberto Lyra Filho, cit., p. 23-24.
- MARX. Oeuvres cit., III, p. 166.
- MADELEINE GRAWITZ. Méthodes, cit., p. 346-347, 382-385, 518-520.

O cancionero dos sete mares

Noel Delamare

A tradução do poema tem o mesmo itinerário caprichoso da criação do poema. Há um momento especial, em que a convivência com a obra a traduzir chega ao ponto de saturação, e o objeto estético substitutivo, saltando, como um peixe, de ondas profundas, pode ser fisgado pela pena do tradutor.

Fui convocado pelos organizadores deste ciclo para um depoimento sobre a importância, a beleza e a extrema dificuldade da tarefa que me seduz.

Em mim, o eventual crítico é apenas aquele que procura, na interpretação e julgamento das obras, o mistério gerador da arte literária. E isto serve de apoio ao poeta bissexto que, a cada 29 de fevereiro, é novamente surpreendido pelas musas.

Não importa que me considerem, como poeta e crítico, um simples amador. Nas traduções, entretanto, e, antes de tudo, na tradução de poesia, não sou um dilettante.

Embora, como a maior parte dos escritores, tenha de extrair, noutro campo, o indispensável para o que se chama ganhar a vida (e é, às vezes, desperdiçá-la), reservo cada momento de lazer e até muitas horas de vigília ao esforço que atende a imperioso chamado vocacional. Há mais de 30 anos, venho consagrando à tarefa de traduzir poesia o melhor, o mais amoroso empenho. Neste mister, portanto, é meu direito invocar uma longa experiência e um conhecimento íntimo dos ossos do ofício.

O propósito é único: oferecer ao estrangeiro os tesouros da lírica nacional — como, por exemplo, na tradução para o francês de *Somos poucos*¹, do nosso grande poeta, Carlos Nejar; ou difundir aqui: figuras e vozes estrangeiras ainda desconhecidas ou mal conhecidas, pela falta de traduções ou pela inexistência de traduções adequadas. Assim, na *Canção do Jacobino Húngaro*, que constitui o 1º volume do *Cancioneiro dos sete mares*², com Endre Ady, ou na tentativa de aproximar um pouco mais o leitor brasileiro dos sonetos de Shakespeare, 33 dos quais integram o 2º volume daquele Cancioneiro³.



Todos os meus ensaios de crítica e poemas originais constituem o arrimo teórico e prático da faina dum tradutor de poesia.

Mas, antes de esclarecer melhor a natureza, o alcance e as etapas do projeto dum *Cancioneiro*, imagino que me podem perguntar se todo esse trabalho não seria inútil. Decerto, não falta quem desaconselhe ou menospreze a tradução de poesia, afirmando que se trata de traduzir o intraduzível.

Note-se que, precisamente com esta expressão — traduzir o intraduzível — Paulo Rónai⁴ cuidou, não do transplante de poemas, porém de tradução dos textos artístico-literários, em geral. E sua conclusão antes estimula do que desencoraja o empreendimento.

Sob tal aspecto, é evidente que — traduzir o intraduzível — ganha dimensões bem amplas. Todavia, o grande ensaísta húngaro-brasileiro permanece no domínio da linguagem e creio que é, hoje, necessário ir além, na medida em que a própria lingüística se insere no território mais vasto da semiologia. Qualquer veículo de comunicação, mesmo verbal e escrito, envolve referência à teoria geral do signo e às práticas que, através dele, ocorrem, no espaço-tempo histórico-social.

Até aqueles que, como Guiraud⁵, definem a semiologia enquanto “estudo dos sistemas de signos não-lingüísticos” (p. 5) acabam, de uma forma ou de outra, abordando as questões lingüísticas imbricadas no discurso (p. 13 e passim). Basta lembrar que toda escrita agrupa sinais enucleados em códigos e ligados à teoria do signo, em funções icônicas (de imagem) e simbólicas (analogias), formando padrões, ora tendentes à monossímia, ora à polissemia. Isto é, movimenta significantes, polarizados em um ou vários significados.

Tratando da expressão artístico-literária, veremos, aliás, que a polissemia é um de seus elementos caracterizadores, com intensidade sempre maior, quando caminha da prosa para o poema. Neste, ademais, a consideração estritamente semiológica adquire um relevo especial, devido àquela implosão dos códigos mais rijamente convencionais, que dominam a comunicação vulgar ou se requeimam nos axiomas básicos do discurso técnico-científico. O signo estético, nota Haroldo de Campos⁶, há de ser visto “como entidade total, indivisa, na sua realidade material (no suporte físico, que muitas vezes leva a dianteira nas preocupações do tradutor) e na sua carga conceitual” (p. 35).

A importância do “suporte físico”, assinada pelo excelente crítico e poeta, resulta óbvia, por exemplo, na poesia concreta, desde Mallarmé⁷ e E. E. Cummings até os seus mais afoitos sucessores.

O foco de irradiação temática permitiria, além disso, levar bem mais longe a consideração do “intraduzível”.

Refiro-me à questão da chamada incommunicabilidade da experiência pessoal, em sua natureza singular. Martinet, entre outros, quer destacá-la (*apud* Mounin, p. 209)⁸, com forte propensão ao que um dialético tacharia de obstrução idealista.

Aqui está em jogo não a tradução do objeto estético, o seu transplante para outro universo lingüístico, mas o que Mounin denominou “utopia da comunicação” (p. 209).

As ilusões psíquicas dum singular-fechado assentam no eu, que se pretende opor, de forma não-dialética, ao outro e ao mundo, como um tipo de compartimento estanque. Ou seja, a unidade individual-concreta que só admite contactos externos.

O poema, como objeto estético, é, antes de tudo, um foco de sugestões polissêmicas, depois de cortado o cordão umbilical que o liga ao seu produtor.

Eis aí um dos equívocos mais renitentes que, pela cisão sujeito-objeto, dá partida a todo o tecido da filosofia idealista, com base na irredutibilidade do eu-autônomo.

Todavia, mesmo nas profundezas do *superego* e do *ego*, o social está presente, através do influxo exterior intra-subjetivado. Goldmann⁹ demonstrou-o, discutindo precisamente o problema do sujeito da criação cultural (p. 102).

Nem de outra maneira se perceberia por que algumas condutas, pedidas pelo *id*, o substrato instintivo, são autorizadas pelo *superego*, e outras, ao revés, sofrem o processo de recalque e sublimação.

Os imperativos morais não são subjetivamente autóctones, mas resultam do impacto, na psique, das normas hauridas no contexto social. O tempo, o lugar, a estrutura da sociedade, a posição ocupada pelo sujeito nessa estrutura, sua formação, sua ideologia pressionam o *superego* e dão-lhe configurações diversas.

Não quero dizer que cada um de nós seja mero epifenômeno, a simples resultante dessas forças; daí, porém, não resulta que a tais influências possa escapar. Resulta, sim, que o indivíduo não é mōnada incomunicável (Schaff, p. 78)¹⁰, círculo fechado, interioridade pura, mas o produto dialético de contradições e superações, derivadas do enlace, no campo íntimo, das exterioridades intra-subjetivadas e esforço de conscientização desses ingredientes, para dominá-los. É este jogo superior

em que Sartre¹¹ desejava colocar a “possibilidade incondicionada”, como “unidade sintética do eu” (p. 34) — e regressava, com isto, à cisão idealista. O fato é que o eu e o mundo não interagem: interligam-se.

E, de qualquer forma, o social compadre em todos os níveis, desde a experiência interior a comunicar, até o revestimento lingüístico dela inseparável e que não só a modela, mas, de certo modo, a premolda.

A conquista do estruturalismo, na demonstração desse fenômeno — isto é, dos limites semiológicos e lingüísticos do pensável, sentível e exprimível, se me permitem essa maneira de dizer —, há, porém, de livrar-se dum vazo, não menos idealista (Lefebvre)¹² que reifica a linguagem e os códigos, como estrutura superior, anterior e incontrolável pelo homem. Isto, quando não a situa em um plano a-histórico e submetido a dinamismo que se pretende desligar da infra-estrutura social¹³.

No admirável estudo de Calvet¹⁴, fica evidenciada a série de equívocos resultantes da leitura de vários apanhados das lições orais de Saussure. Daí emergiu o bloqueio, que dificultou a construção duma verdadeira lingüística social.

Hoje em dia, aquele hiperestruturalismo, que invadiu, inclusive, o campo sociológico, exige uma dupla libertação: de um lado, a flexibilidade criativa do homem, perante as estruturas postas, na base e no topo; de outro, a análise, no sujeito, das mediações complexas, através das quais o social vem colhê-lo, internamente, inclusive no fornecimento de premoldados, que desavisadamente interioriza. Aí está, sem dúvida, por que, a nível lingüístico, se reavaliam, entre outras contribuições descuradas, as que Bakhtin¹⁵ já trouxera, há muito.

Espero que as observações anteriores, um tanto sisudas, não tenham desanimado o auditório. Impedido, pelo tempo curto, de esmiuçá-las, fui obrigado a desfiar certos pressupostos, em forma algo abstrata. Mas o que viso a destacar é exatamente o oposto: é a colocação real, concreta, histórica e social de todo o assunto. Por outras palavras, é a primeira conclusão, de que a idéia dum intraduzível se propaga, de obscurecimento em obscurecimento, até mostrar o seu vínculo, na forma radical que assume, com o impasse idealista. E, mais: que todos os fenômenos, ligados à experiência interior dita pura, à expressão artística, aos signos e à linguagem estão sendo progressivamente desvendados, analisados, catalogados e podem — ou, mesmo, devem — ser conscientizados pelo tradutor, como pressuposto do seu afazer. Cada texto apreciado ganha, então, maior transparência, e uma compreensão mais segura permite ver que ele

O que não pode ser “explicado”, no poema, há de ser “compreendido”. Isto é, o “inexplicável” cede à captação propriamente empática... O que está ali é a vivência transfigurada, coagulada em fórmula cujo lirismo lhe atribui uma irradiação muito larga.

resulta de um processo bastante complexo, mas de nenhum modo inapreensível.

Antes do transplante, convém ao tradutor-jardineiro uma introdução à botânica, para entender melhor as flores de que cuida. Precisamos ultrapassar, de vez, a fase do empirismo vulgar, das tentativas ocas, das ilusões de opacidade e impenetrabilidade que fazem da tradução um jogo de cabra-cega. A tarefa do tradutor é eminentemente artística, mas toda arte é ciência aplicada, com um toque pessoal inconfundível; ou então é arte “primitiva”, ingênua e indigna de um artista consciente.

O que não pode ser “explicado”, no poema, há de ser “compreendido”, na distinção que a língua alemã realiza, entre *erklären* e *verstehen*. Isto é, o “inexplicável”, na forma lógico-discursiva e causal-probabilística de abordagem, cede à captação propriamente empática, mas em termos de processo heurístico, bem controlado e lúcido, sem conotações idealísticas e platônicas. O que está ali é vivência transfigurada, coagulada em fórmula cujo lirismo lhe atribui uma irradiação muito larga. O poema, como objeto estético, é, antes de tudo, um foco de sugestões polissêmicas, depois de cortado o cordão umbilical que o liga ao seu produtor. Uma característica do processo artístico-literário em geral, então, emerge. Isto é, o poema *intensifica* o complexo de funções referenciais, emotivas, conotativas que se entrecruzam na função estética, assim como a via Jakobson: a semiologia particular, com estilização, hipótese de significantes, simbolização, elementos icônicos e assim por diante (*apud* Guiraud, p. 11-12).

O tradutor de poesia lida com obras de arte. E é preciso demarcar, portanto, o que distingue um texto artístico-literário de um texto técnico-científico. A ênfase será dada, por motivos óbvios, à poesia, de que se trata aqui, mas esta é apenas uma forma concentrada, mais intensa, do processo estético geral.

Octavio Paz¹⁶ destaca essa afinidade, lembrando que a prosa, como “instrumento de crítica e análise” (p. 11-36), assim como a poesia, que Valéry¹⁷ assemelhava à “dança”, compartilha a base rítmica, sem confundi-la com a metrificação e o verso. Daí, evidente-

mente, o “poema em prosa”, mostrando que metro e verso não são, de nenhum modo, garantia de que se trata dum verdadeiro poema; ou, diversamente, que o discurso não metrificado, não versificado, traz em si, muitas vezes, altíssima poesia. Basta lembrar Saint John Perse, em quem, precisamente, a intensificação rítmica supre a ausência do corte versificado convencional. Já Edmund Wilson¹⁸ traçava, a respeito, uma boa série de observações argutas e sutis (p. 15-30).

De qualquer sorte, enquanto produtos artísticos e objetos estéticos, os textos, de prosa ou poesia, assentam num elemento rítmico, a que dedicarei atenção mais adiante, pois ele não se confunde, tampouco, e de nenhum modo, com o aspecto superficial e musical do ritmo.

A diferença, aqui esboçada, entre prosa e poesia, destaca, no entanto, para efeito desta análise, aquele dado de *intensidade expressiva*; e é o ponto que interessa, superlativamente, ao tradutor. Isto pode resultar mais claro se percorreremos toda a gama, que vai do discurso técnico-científico à concentração poética, àquela espécie de mergulho, participação e epifania leiga, àquela “dança” de Valéry.

Para dar um critério aproximado, a fim de que se distinga o discurso técnico-científico, lembrarei que, nele, há predominância (digo predominância, e, não, exclusividade) da monossímia, a procura deliberada de significantes com significado único, num código mais rígido, preciso e convencional. No discurso artístico-literário, ao revés, há nítida predominância (repito, predominância e, não, exclusividade) da abertura polissêmica, do código fluido, que

A ciência visa a explicar. A arte intui e mostra, sem explicação; se explica, degrada-se como arte, sem chegar à dignidade metódica da ciência. A arte não é um pensamento analítico, mas celebrante, que comunga na realidade apreendida, ao invés de desmontá-la e demonstrá-la.

convoca as funções icônicas, os signos que representam imagens, e as funções simbólicas, os signos de correspondência ampla, flexível, analógica.

Isto, porque a ciência visa a explicar. A arte intui e mostra, sem explicação; se explica, degrada-se como arte, sem chegar à dignidade metódica da ciência. A arte não é um pensamento analítico, mas celebrante, que comunga na realidade apreendida, ao invés de desmontá-la e demonstrá-la. A ciência é demonstração; a arte é “mostração” dum conhecimento intuído.

Mas tal oposição jamais será radical. Há elementos polissêmicos no discurso técnico-científico, apesar de toda a sua buscada exatidão. E isto perturba, inclusive, o tradutor, como anota Mailliot¹⁹ (p. 1-9), na excelente obra que podemos ler em modelar tradução-adaptação de Paulo Rónai.

Todavia, não é apenas o tradutor que se incomoda com a polissemia do discurso técnico-científico. As imprecisões fatais que ele envolve, em certos setores, constituem assunto interno da ciência mesma, pois que se inserem no discurso técnico-científico original.

Maurice Fréchet²⁰, com a autoridade do matemático, dizia que as ciências sociais são tanto mais falsas quanto mais exatas (p. 116). E o que pretendia assinalar é que, no referente ao humano, a complexidade do real só tolera uma aproximativa formalização, quantificada; resta sempre a ampla margem do real não-matematizável.

As interferências, porém, não se detêm aí. Muitas vezes, o discurso técnico-científico revela uma emoção humana e certa iluminação poética. Isto não é, obviamente, o essencial nesse tipo de discurso; mas será, em certos momentos, inevitável. Porque a ciência é produto do homem, que não tem a frieza duma pedra. Daí certos paradoxos, como por exemplo, uma página técnico-científica de Buffon, que embora perdendo o alcance propriamente de ciência, permaneceu, pela prosa poética, e foi, um dia, introduzida numa antologia de... poemas franceses.

Albert Guérard²¹ oferece um recorte do poético, na fórmula elegante de “um discurso conscientemente carregado de emoção” (p. 130-146). É a participação, o mergulho apaixonado, amoroso, que se verte na *intensidade* dos efeitos rítmicos. Mas essa rítmica, já o veremos, não está propriamente na exterioridade musical.

Mário de Andrade²², há muito já atinava com a mais intensa polissemia do poético. Demonstra-o, na censura a Castro Alves, que tantas vezes incorreu no colapso monossêmico, abaixo do nível da poesia mesma, senão da arte, em forma geral. É evidente que, àquela época, o crítico paulista não tinha as informações, nem mesmo o vocabulário que hoje empregamos. Entretanto, chegava a intuir o aspecto fundamental, quando cobrava ao poeta a “fluidez originária da palavra”, notando, com tristeza, que a dição de Castro Alves fica, repetidamente, acachapada em mero alcance “lógico”, no verso de “exato sentido” (p. 114-115).

Por outro lado, se a expressão poética se desprende do “logicismo”, se não é um discurso tendente ao monossêmico, ao código fechado, subsiste uma fronteira, além da qual se rompe a

comunicação poética, e a poesia mesma se evolva.

Quero dizer que, na dicção poética, os segmentos da expressão aberta, livre, “ilógica” permitem um ajustamento ao que é inexprimível em termos prosaicos. Mas há de subsistir um fio de Ariadne, um resíduo inteligível, em termos amplos, a fim de que não se perda o feixe icônico e simbólico e a dicção inteira não se disperse numa espécie de algaravia.

Falando da algaravia (gibberish), T. S. Eliot²³ assinala que “o poeta cuida de fronteiras do conhecimento, além das quais falham as palavras, embora ainda existam sentidos” (p. 30). Isto é, uma *representação* insólita e indireta, ambígua e fluida, permanece. Nada se “explica”, mas algo como um *logos* intuitivo é apreendido. Sem isto, falha, de outra parte, como relembrou o próprio Eliot, o aspecto comunicativo: “enquanto a poesia”, diz o crítico e poeta anglo-americano, “tenta transmitir algo situado além do que se pode comunicar em termos prosaicos, ela continua sendo, apesar de tudo, uma comunicação de pessoa a pessoa” (p. 31). Isto é, requer a introdução do leitor no seu mundo imagístico e simbólico.

Numa sutil e densa comunicação a congresso de estética, Raissa Maritain²⁴ procurava estabelecer essa relação entre a poesia, o sentido poético (ínsito no poema, nele corporificado e dele inseparável) e uma certa inteligibilidade global, que repele o *non-sense* deliberado e sistemático (p. 13-49).

Se é ilegítimo solicitar ao poeta a “explicação” lógica de cada elemento da sua dicção, o delineamento geral do poema deve permitir que o leitor penetre no que ele “mostra” e participe da emoção coagulada no texto. O “sentido”, assim fixado, não é, de todo e univocamente, proposto — seria uma “explicação” redutora —, mas uma admissão no que Raissa Maritain chama de “universo da intuitividade” (p. 17) — isto é, o universo lírico por excelência.

É, neste aspecto, relevante e oportuno destacar que o labor científico de racionalização encontra o seu limite na franja mítico-simbólica, em que não há um conhecimento inferior, mas uma diversa atitude cognitiva. A trans-razão introduz uma referência extrema, não oposta, mas complementar da racionalidade. O trans-racional, em sua “intuição privilegiada” (Cencillo, p. 31 e passim)²⁵, muitas vezes alcança, quando potentemente utilizado, uma visão que se liga diretamente ao que, mais tarde, a elaboração científica virá organizar, noutra forma de conhecimento e discurso. A título de ilustração, assinalo que a psicologia de Platão, infestada de elementos míticos, ofereceu, nada obstante, com aqueles cavalos preto e branco da alma e o seu cocheiro, uma antevisão do que

se poderia, hoje, reenunciar, à luz da psicanálise, como as relações entre *ego*, *superego* e *id*.

Raissa Maritain não olvidou o problema da tradução. Ela mostra que a tradução poética exige a produção dum “novo poema, em simpatia com o primeiro, uma dessas correspondências em que as intuições resultam simétricas” (p. 16). Para chegar a esse *optimum*, Paul Valéry antepôs à sua tradução das *Bucólicas* de Virgílio o melhor conselho metodológico: “O trabalho de tradução”, escreve ele, “efetuado no empenho de certa contigüidade formal, obriga-nos de algum modo a seguir as pegadas do autor — não produzindo um texto a partir de outro, mas deste remontando à época virtual de sua constituição, à fase em que o espírito era como uma orquestra, cujos instrumentos despertam, convocam-se mutuamente e procuram harmonizar-se, antes de iniciado o concerto. É desta viva situação originária”, conclui Valéry, “que cumpre baixar, para a resolução no idioma diverso” (op. cit. p. 215-216).

Daí parte a reconstituição do objeto estético. O momento originário é que nos vai oferecer a pista, em cujo encaixe nascerá o “novo poema” equivalente. Na observação de Sérgio Milliet, a “expressão do mesmo sentimento, até da mesma imagem, sob forma diferente” (*apud* Bandeira, II, p. 100)²⁶.

O que é que parte daquele instante, colhido à fonte da elaboração poética? Um roteiro, governado pelo ritmo, a que me tenho reportado insistentemente. Convém, agora, ensaiar uma explicação sintética do que ele representa.

Muitas vezes o discurso técnico-científico revela uma emoção humana e certa iluminação poética. Daí certos paradoxos, como uma página científica de Buffon, que, embora perdendo o alcance propriamente de ciência, permaneceu pela prosa poética (...)

Na introdução geral do *Cancioneiro dos sete mares*, pretendi sugerir como se processa o itinerário (p. 11-20). Reproduzo, aqui, o essencial da anterior exposição, e sem medo de repetir-me, pois foi tão limitada a divulgação da obra que, mesmo lida e louvada por alguns críticos de escol, ela tem um sabor de ineditismo...

Para seguir o processo de Valéry, é preciso uma afinidade especial com os poetas escolhidos e uma demorada residência em seus escritos. Mergulhando no *corpus* literário, procura-se, então, o ritmo secreto, que bate no coração dos poemas e escorre pelas veias de

cada verso. Deste modo é que se pode orientar a liberdade, nas traduções, quanto a métrica, rimas, giros de expressão idiomática e todos os outros aspectos ligados à estrutura da língua e dicção trasladadas.

É preciso reconstituir o objeto estético e sempre se perde algo em trânsito, mas a pesquisa do ritmo secreto permite conservar o essencial.

Existe, nisto, um processo de substituição, pois o tradutor de poesia, notava Mário de Andrade, “substitui um objeto por outro, apenas lembrando, do primeiro, para efeito de substituição, o elemento funcional (assunto) e suas conseqüências estéticas (a realização técnica)” (*apud* Bandeira I, p. 569)²⁷. A poesia some, na transposição de meros significados. Preservá-la, recorda Haroldo de Campos, é uma obra de “criação paralela, autônoma, porém recíproca” (op. cit. p. 24). Deste modo é que os materiais isolados, cada fragmento da dicção, se refundem noutra estrutura formal. Decerto, não se desprezam os elementos originais. O aproveitamento exige, todavia, uma adaptação que os ajusta aos parâmetros do sistema linguístico diferente.

O ritmo secreto, captável naquela fonte descrita por Valéry, não é, contudo, o agrupamento de valores sonoros, em sucessão regular, que forma o não desprezível aspecto musical. Aqui se trata dum ingrediente mais esquivo, exigindo também outra espécie de ouvido.

Virginia Woolf²⁸ alude a esse ritmo, naquele instante lírico-genético. A escritora inglesa mostra como o artista vai transformando as pulsações existenciais no próprio núcleo do poema, que se extrai dum quadro referencial de objetos e reações aos estímulos por eles produzidos. Não existe criação *ex nihilo*. A arte realiza uma espécie de combinatória, cujo valor criativo é gerado pela natureza insólita dos enlances. Então, surge o poema; rompe-se o cordão umbilical; cristaliza-se a dicção; as imagens e símbolos que a integram adquirem um batimento que as liberta em funções polissêmicas. Um automóvel pode dançar com os narcisos do prado (p. 141), a música da vida é martelada por um cego no piano preto de Ady (Delamare, I, p. 69). Sangra o coração do poeta; e o nosso também. O poema feito é um coágulo, que o vinagre das recepções fluidifica e revive.

Nas suas recomendações ao jovem poeta, Virginia Woolf escreve: “deixe o senso rítmico abrir-se e fechar-se, repetidamente, até que os objetos se fundam e, de todos esses retalhos, um conjunto se forme (...) Eis aí talvez a sua tarefa: descobrir o vínculo entre as coisas aparentemente incompatíveis e, nada obstante, dotadas de afinidade misteriosa; absorver interminavelmente qualquer experiência advinda e saturá-la

cabalmente, até que o poema seja um todo, e não fragmento; repensar a vida humana em termos de poesia, devolvendo-nos tragédia e comédia, mediante figuras, não desfiadas comprimadamente, ao jeito do romancista, mas condensadas, na síntese, ao jeito do poeta” (op. cit. p. 141).

Assim nasce a poesia, como o poema que a exprime. Não estou regressando ao velho dualismo de forma e conteúdo, mas pondo-o numa espécie de interação dialética, desde a gênese do poema. Isto é tanto rebelde à antítese tradicional, quanto aos reducionismos de “inspiração”, por um lado, e “realização”, por outro. O tecnicismo da pura hermenêutica (o que é que ele disse?) ou da pura análise formal (como é que ele disse?) gera equívocos funda-

Para Paul Valéry o trabalho de tradução, efetuado no empenho de certa contigüidade formal, obriga-nos de algum modo a seguir as pegadas do autor; não produzindo um texto a partir do outro, mas deste remontando à época virtual de sua constituição. Daí parte a reconstituição do objeto estético. O momento originário é que nos vai oferecer a pista, em cujo enalço nascerá “o novo poema” equivalente.

mentais. De um ângulo, brota o racionalismo antipoético das “explicações” ou a metafísica nefelibata do mistério incommunicável. Doutra ângulo, aparece o exame cadavérico, no *rigor mortis* da poesia mesma. Poesia não é apenas estrutura de elementos formais, assim como o corpo morto não é a vida — captável, reconstituível — daquele cadáver. Já causa tédio a repetição da velha polêmica de “corpo” e “alma” do poema. Em todo caso, isso é tudo o que pode haver de mais antidialético.

Poeta vicário, o tradutor há de encontrar-se com a matriz, ao nível genético, donde “baixa”, como dizia Valéry, para as tarefas reconstrutivas. O jogo leviano de transpor servilmente os segmentos da dicção, com sacrifício das polarizações imanentes e da porosidade polissêmica, mais deturpa do que segue o roteiro exato. Está visto que, após a apreensão do ritmo secreto, a tarefa obviamente apenas começou. Ele se limita a indicar o balanço do trampolim; e ainda falta o salto mortal da equivalência, no objeto estético substitutivo. O aproveitamento máximo do original é de norma. São-no também as alterações necessárias à verdadeira fidelidade. Um passo aquém, o lite-

ralismo destrói a poesia; um passo além, a arbitrariedade se inaugura.

Trata-se, antes de tudo, de considerar a estrutura global do poema e o ritmo enucleador que lhe sustenta a dicção. Em seguida e à luz dessa descoberta, é que se busca a passagem dos significantes-significados, inseridos nos versos de irradiação polissêmica. Em síntese, aí está o reconhecimento de que a poesia, enquanto existe, não se acha no sentido das palavras, expressões ou imagens, isoladamente, porém no toque mágico através do qual elas se agrupam e fluem, misteriosamente, para a indicação de algo que se mostra, mas não se explica. Nada obstante, volto a assinalar, em última análise é o que se “compreende”.

Parece-me, ademais, que o tradutor deve ter uma grande afinidade com a obra. Sem esse encontro, não há meio de extrair do original um texto adequado, noutra registro lingüístico. Daí no *Cancioneiro dos sete mares* o critério subjetivo adotado, no 2º volume, quanto aos sonetos de Shakespeare. Escolhi aqueles que poderia sentir, em mim, antes de retrabalhá-los, em português. Da mesma forma, quanto a Ady, no 1º volume, houve um longo período em que ele “viveu”, primeiro, a meu lado, até que eu o sentisse incorporado ao elenco daqueles poetas que nos acompanham, vida afora. Hoje é um dos meus.

Também, como trabalho artístico e poético, a tradução nunca se faz burocraticamente. Há um momento especial, em que a convivência com a obra a traduzir chega ao ponto de saturação, e o objeto estético substitutivo, saltando, como um peixe, de ondas profundas, pode ser fogado pela pena do tradutor. A reconstituição do poema tem o mesmo itinerário caprichoso da criação do poema. O tradutor deve ler e reler a obra; estudar a vida do poeta; analisar os poemas; enfronhar-se no quadro literário e histórico-social em que se deu a criação; familiarizar-se com as interpretações e avaliações críticas a respeito; mas tudo isso é preparação indispensável, assim como, no caso do poeta original, a experiência e conhecimento literários constituem uma espécie de exercício, de treinamento, para o poema a fazer que nasce quando quer...

Isto significa, portanto, que uma encomenda de tradução, quanto à poesia, é jogo de azar. Lembro-me de que Paulo Rónai pediu-me a antologia de Ady, para comemoração do centenário. Primeiro, solicitei algum tempo, a fim de verificar se a obra do grande lírico magiar me tocava a ponto de me sentir habilitado a realizar o transplante. Em seguida, ela permaneceu encubada, em mim, cerca de um ano. Só depois é que comecei a redigir as traduções. Da mesma forma, com Shakespeare. Leio e releio os sonetos, desde a adolescência. Posso recitar

alguns de cor. Entretanto, só me veio a tradução várias décadas depois. Comecei pelo soneto nº XXX, que, um belo dia, me “apareceu” (repito a palavra, à falta de melhor designação deste impulso recreativo), “apareceu” o texto em português. Mais tarde, quis prosseguir, traduzindo outros sonetos. Foi impossível. Não me “saíam”; ficava uma coisa pedestre, incolor. Perdera o fio da meada. Alguns anos depois e movido pelo entusiasmo, que me vinha de situação existencial, reencontrei o acervo. E, um após outro, fui traduzindo mais 32 peças. As soluções fluíam, espontâneas, naturais. O fio da meada fora recuperado.

Em todo caso, o objetivo deve ser um texto que se leia desembaraçadamente, como poema, e, não, como transporte de elementos do original. É um rastro do poeta que o tradutor propõe. Mas um rastro *poético*, e não o resultado frio de exegese e pretensão decalque. Do contrário, nem vale a pena “traduzir” poesia (aqui, ponho “traduzir” entre aspas, indicando muita coisa que não nos dá a sensação duma presença lírica e às vezes, passa por “tradução” do poema). Torno a enfatizar que o processo de tradução de poesia é eminentemente um processo artístico, paralelo e *semelhante* ao da sua criação. Nem por isto, é claro, ao tradutor se dispensaria a pesquisa antecipada, sem a qual toda solução resulta mero capricho. Mas não confundamos os movimentos preparatórios e o momento executivo. Este não pode ser forjado, por um ato de vontade; vem ou não vem. É como calhar.

Por todas essas razões, o *Cancioneiro dos sete mares* é um roteiro caprichoso, entre países, autores e épocas diversas. Dentro do seu objetivo de fornecer documentos líricos, divulga um elenco de poetas selecionados, ao acaso, por nacionalidade, época e importância. Vou tomando, dentre os poetas maiores, aqueles que, não adequadamente conhecidos entre nós ou mesmo totalmente desconhecidos, até

Após a apreensão do ritmo secreto, a tarefa (do tradutor de poesia) apenas começou. Ele se limita a indicar o balanço do trampolim; e ainda falta o salto mortal da equivalência, no objeto estético substitutivo. O aproveitamento máximo do original é de norma. São-no também as alterações necessárias à verdadeira fidelidade. Um passo aquém, o literalismo destrói a poesia; um passo além, a arbitrariedade se inaugura.

por leitores eruditos, figuram entre os poetas meus. Isto é, aqueles que *posso* traduzir. A subjetividade é inevitável, nesse terreno.

De objetivo, permanece, entretanto, o fato de que são poetas maiores. E o que é um poeta maior?

Todos os autores incluídos no *Cancioneiro*, apesar das eventuais contradições de classe, temperamento e roteiro, mostram aquelas três linhas que caracterizam, a meu ver, o tipo superior de poesia. Isto é, as linhas que, embora diversas e eventualmente opostas, ao limite se confundem, escoram e superam dialeticamente.

A primeira define a solidariedade, voltada para as transformações da estrutura e denunciando o “todo-dia dos imolados sem razão”, como disse Mário de Andrade (p. 82)²⁹. É o poeta que, perante a sua terra e segundo as irradiações universais, participa da luta, para remodelar, à altura do tempo, o ideal permanente de liberdade; e que, nisto, porém, não abandona a esfera íntima do homem, na procura da felicidade, dentro do vórtice da História. O empenho não é direto, propagandístico — o que, muitas vezes, pode até prejudicar a poesia, transformando-a numa oratória. Mas deve ser um sentimento constante, como aquele “sentimento do mundo”, que enriquece e fecunda a melhor poesia de Carlos Drummond de Andrade.

A segunda linha, dentro do panorama coletivo, revela a problemática individual e concreta, que remói, na solidão, toda a aspeireza do destino humano. Sob este ângulo, aparece a tragédia. No itinerário entre berço e túmulo, as horas felizes bordam o seu desenho com fio dourado, mas num tecido negro. Ninguém escapa ao isolamento e à morte. Escrevia Ady, sobre o *Morto no trigal*: “O cravo, o abróbano, o manjerição/jamais virão cercar o corpo morto./sem túmulo, deixado sobre a neve./Mas, da terra, da chuva, arrancará/um viço a lhe fazer brotar no tronco/o triunfante rebento do grão./No estio, mofará, como espantelho,/abatido entre as ondas desdenhosas/do grande mar dourado a recobri-lo./O destino prossegue, interminável,/e brilha nele, em tomo, acima, a vida./com seu dom de esperança enganadora” (Delamare, I, p. 185).

A terceira linha carrega solistas e coral da humanidade pelas espirais da transcendência. Procura-se, então, o Absoluto, em que se esconde a verdade inteira: “Orfeu, que te chamamos, baixa ao tempo/e escuta;/só de ousar-se teu nome, já respira/a rosa trismegista aberta ao mundo”. É a invocação de Carlos Drummond de Andrade, (p. 215)³⁰.

A ciência procura explicar os fenômenos, a certo nível. A filosofia deseja fundamentar, na auscultação radical, a visão científica. A arte,

sobretudo a arte mais condensada e tensa dos poetas, intui e mostra uma aura de mistério, envolvendo as coisas que surgem e desaparecem. É aquela epifania leiga, sem amarras teológicas, que vai subindo da *natura naturata* à *natura naturans*. O pensamento celebrante do artista fica próximo do pensamento orante do místico, mas guarda uma distinção: ele não intenta eliminar as contradições; ou, quando o faz, cai no malogro, tanto de fé, quanto de estética. Não à toa se nota que o Dante do Inferno é mais vivido e forte do que o Dante do Paraíso. Todos, ao cabo, exibem a dialética do temporal e do eterno, mesmo quando transpõem os mitos, do céu à terra, pedindo à História a escatologia de algum modo ascendente, que lhes parece inadmissível noutra sede.

Todos os poetas que figuram no *Cancioneiro dos sete mares* pertencem a essa estirpe, a maior, que une as três linhas citadas, Ady, Shakespeare, nos volumes publicados, e, nos volumes em preparo, Paul Éluard, E. E. Cummings, Anna Armatová, Goethe e vários outros.

A maior parte das traduções é feita diretamente, porque tenho a felicidade do manejo de sete línguas vivas e noções de algumas outras, além de algum conhecimento dos idiomas clássicos, do grego ao latim. O caso de Ady foi uma exceção.

O tradutor deve ter uma grande afinidade com a obra. Sem esse encontro, não há meio de extrair do original um texto adequado, noutra registro lingüístico.

Muita audácia era necessária para tentar fazer uma tradução limpa, considerando-se que, do húngaro, tenho uma aproximação bastante vaga. Além do cotejo de textos vertidos para o espanhol, o francês, o inglês, o alemão, o italiano e o russo, tive a assistência de Paulo Rónai, que me forneceu traduções literais e prosaicas. Ele não é, entretanto, responsável pelas soluções dadas aos problemas reconstrutivos. Coube a mim cozinhar todo o material no meu tempero lírico, e nem sempre como imaginava o meu erudito e generoso amigo. Espero não haver ultrapassado a liberdade necessária (aliás, uma comparação com as versões, nos idiomas citados, convenceu-me disto). Reconheço, entretanto, uma carência elementar: não tenho o ouvido habilitado a apreender, diretamente, o húngaro, de sorte que a busca do ritmo secreto foi, nesse caso, duplamente problemática. Não é, contudo, uma tentativa sem precedentes. Chericíán, que se deu mal, e Rousselot, que produziu excelentes versões

francesas, também não sabem mais húngaro do que eu. O Rónai deles foi, para Chericíán, Eva Tóth, e, para Rousselot, Ladislav Gara.

Nos outros tomos, publicados ou em preparo, traduzo de idiomas familiares e, sem ser ingrato, dispensei as mediações. Mas, lá como aqui, faltarão inevitavelmente as asas com que pudesse voar à altura dos poetas abordados. Se eu fosse, como tradutor, um poeta daquele nível, esse talento provavelmente não seria empregado em traduções, mas em poesia original. Pelo menos, não o utilizaria em tão larga escala para servir à obra alheia. O *genus irritable* nunca foi modelo de altruísmo... De minha parte, que não chego a poeta menor — sendo, antes, mínimo — percebo as distâncias, lamentando-as, mas insisto. E a desculpa é óbvia; não surgiu ainda quem se dedique mais, e melhor, à tarefa levada a termo no *Cancioneiro*: antologias de poemas, com estudo crítico, servindo a grandes vozes que não ecoaram, ou ecoaram imperfeitamente (ainda mais imperfeitamente do que nessas tentativas) aqui entre nós. Ou, no caso de brasileiros, exportados por mim nas versões, como foi Carlos Nejar, ainda não atingiram o público do idioma escolhido. Nejar, por exemplo, é lido em inglês, em alemão, em castelhano. Faltava um texto francês e procurei fornecê-lo. É a propósito dele e como fecho desta conferência, que desejaria mostrar, após todo o *background* teórico das traduções, algo da intimidade do trabalho, em seu desenvolvimento prático.

Antes disso, observarei, mais, que de algo me serve a condição de *poète manqué*. Isto me deu certa intimidade com as agruras do ofício e os meus insucessos não criaram inveja, mas paciência humilde, no trato com as vitórias dos outros. Tornei-me assim o vivandeirola literário, descobrindo a maior satisfação no polimento dos metais que pertencem aos meus queridos combatentes. Eles me emprestaram as suas medalhas.

Prometi-lhes uma visita à oficina do tradutor de poesia. Para esse fim, extraio dos meus arquivos a carta inédita, que, na Páscoa de 1977, escrevi ao poeta Carlos Nejar:

“Querido amigo, Carlos:

Queria dar-te um presente de Páscoa, mas demorei-me um pouco. Há quatro dias, recolhi-me ao gabinete, aproveitando os feriados da Semana Santa; e, afinal, aqui está. É o primeiro rascunho duma tradução completa de *Somos poucos*. Nota bem: primeiro rascunho, pois tenho de aperfeiçoar o texto, sob muitos aspectos. Os principais serão:

1º) Ritmo: apurar, de novo, este implacável ouvido, com horror ao estilo que não conserva, nas pulsações enucleadoras, todo o vigor centrípeto. Estilo sem ritmo é discurso mal alinhavado, que se rompe à leitura. Gide redigiu

O objetivo da tradução poética deve ser um texto que se leia desembaraçadamente, como poema, e, não, como transporte de elementos do original. É um rastro do poeta que o tradutor propõe. Mas um rastro poético, e não o resultado frio de exegese e pretenso decalque. Do contrário, nem vale a pena “traduzir” poesia.

algumas páginas admiráveis, aplicadas ao sutil enlace da prosa mesma, que absorve a trama superposta da melodia e o acréscimo vertical das harmonizações. Entre nós, e sobre o ‘verso livre’, Bandeira também registra algumas observações agudas e pertinentes. E o bom Proença, em *Ritmo e poesia*, oferece abordagem correlata e substancial. Mas conheces tudo isso, e dispensas maior explicação.

2º) Expressões, sintaxe, adequação ao universo lingüístico adotado. O francês é uma das minhas línguas naturais e, por isso mesmo, eu o pratico, em geral, diretamente, e não como receptor de um discurso, antes vazado noutro idioma. O leva-e-traz me impõe, agora, um senso das fronteiras e até da alfândega, para evitar os possíveis contrabandos. Serão dois modelos paralelos, na recriação em confronto: uma tarefa arriscada.

3º) O próprio vocabulário, evitando coisas como a tradução para o castelhano de *Sobrados e mocambos*, do Gilberto Freyre. Sabes de algo mais anti-estético do que verter o título elegante por *Casas de Pisos de los Ricos* a *Tugurios de los Pobres*? Céus! Tugúrios!

O esquema do trabalho foi o seguinte:

a) Impregnação: li dezenas de vezes o original, anotando os ‘acidentes geográficos’ do texto, em que poderia tropeçar, na hora da tradução;

b) Geração: deixei que o texto repousasse, em mim, até senti-lo definitivamente ‘incorporado’;

c) Taquigrafia: quando amadureceu o produto, escrevi, sem interrupção ou emenda, o texto francês que me jorrava da pena. O processo era ler em voz alta o original e passar a recitá-lo no idioma da transposição, à medida que se consumava a metamorfose. No papel, era logo registrado o encontro, em verdadeira taquigrafia, para não me fugirem os achados instantâneos;

d) Revisão: a seguir, corriji o produto espontâneo, suprimindo omissões, equívocos e a escamoteação de certas dificuldades emergentes, que contornara na primeira redação, para não sacrificar o andamento fluente. (...)

Eis aí o resultado.

Quero justificar três opções: alteração eventual da literalidade; soluções estilísticas ligeiramente afastadas da semântica original; troca do título.

Exemplifico.

Encontrarás, não raro, um desdobramento que visa à preservação da riqueza conotativa. Assim, *cacimba*, que se abre para o poço cavado, o olho d’água e o nevoeiro úmido, aparecerá desdobrada em *puits* e *serein* (orvalhada), que me parece desempenhar uma função especial, no con-texto.

Nos jogos de palavras, que têm clara finalidade estilística, tomei, sem hesitação, a via das adaptações. A língua francesa tem ojeriza a neologismos líricos. Como traduzir-te a ‘ombridade (sem h) do ombro’? Uma *épauleté de l’épaule* provocaria no leitor gaulês risadas e xingamento. Que designa, ali, ‘ombridade do ombro’? Dentro do texto, vejo que refere um *nós*; é fraternização e rejeita, de um lado, a incomunicabilidade do eu, e, de outro, a alienação objetiva no peso da multidão sobre o indivíduo. Eu e tu (o outro, os outros) fraternizemos, ombro a ombro, nessa ‘ombridade’, que é identificação humana e aconchego. Usei a palavra *épaulement*. Ela existe, em francês, para indicar o muro ou muralha, que sustenta as terras. Saiu-me o *épaulement de l’épaule*, a escora recíproca.

Finalmente, o título. *Somos poucos*, em francês, cai a prumo e se esborracha, sem elegância. Além disso, para abertura do livro, sugeriria os *happy few*, que em Shakespeare, como no chauvinismo de todo *in group* (nacional ou de classe), resultam contrários ao sentido da tua obra. Não é uma elite, não é uma coterie.

Então, eu me perguntei: quem são eles, os ‘poucos’ referidos? O poema é transparente. São os livres, os lúcidos, os trágicos, os solidários e solitários, marginalizados, que se rebelam contra os poderosos, os conformistas, os *in groups* convencionais; são os que não admitem normas opressivas, horários burocráticos, planos de régua e esquadro; que não suportam o amesquinamento nas médias e estatísticas redutoras; que detestam a mediocridade; as elites entronizadas, girando em torno de privilégios e umbigos; os que denunciavam os autocratas, os alienados e os bemsentidos, os demagogos e os mandarins da erudição sem vitalidade, os falsos rebeldes, os hipócritas, os gordos porquinhos da subversão, os escravizadores do povo miúdo e os pobres diabos que se deixam escravizar, naquela *silent majority* comandada pelos donos do mundo e da vida. Poucos? Contra tudo isso: líricos, meio anárquicos, emergindo no tédio das conversas na praça de aldeia, entre os cronogramas estúpidos e as angústias vagas.

Quem? Uma espécie de horda selvagem, excelentemente ‘bárbara’, com a pureza de feras indomáveis. Aprisionam os corpos? O espírito grita: liberdade! e sacode os grilhões. O espírito libertou-se? Ainda falta romper o jugo, emergir do poço, correr em tropel e juntar-se aos que procuram, no esforço conjunto, o meio de preservar a própria individualidade, esmagada pelos sistemas de opressão. *Ainda* uns poucos, de gosto nômade, explodindo no calabouço, rompendo grades, partindo em cavalgada. Mas não será fuga: é invasão. É invasão lírica do inconformismo. As montarias relinchando, os companheiros aos gritos, rústicos, belos, indomesticáveis. No meio dos apartamentos e seu chapéu de ilusões (aquelas antenas de TV, captando mensagens alienantes), o berro que incita cada um a fruir as coisas verdadeiras; a lutar pelos descampados, no meio das muralhas; a abrir a visão para o espetáculo assombroso do social e do cósmico; o êxtase do amor ao sol; o terror das vigílias que falam de morte; a esperança duma ressurreição que não se evola para camarotes no céu com rechonchudos anjos de folhinha; que procura o PANorama, o homem perdido no Universo e no tempo, com horror, tanto aos demagogos, quanto aos que o Quintana chamou de teogogos; são ‘uns poucos’ e falam de Deus à Teilhard du Chardin, que sugere, na confusão dos elementos, a ‘transcendência concreta (...) levando o mundo à triunfante unidade’.

De algo me serve a condição de poète manqué. Isto me deu certa intimidade com as agruras do ofício e os meus insucessos não criaram inveja, mas paciência humilde no trato com a vitória dos outros. Tornei-me assim o vivandeiro literário, descobrindo a maior satisfação no polimento dos metais que pertencem aos meus queridos combatentes. Eles me emprestaram as suas medalhas.

Quem seria essa gente, que exprimes, na altitude da tua poesia, se a desejássemos rotular em francês?

Meu amigo, é PEUPLADE. Não a massa em pasmaceira, mas o grupo que a desperta; não a elite prepotente ou adormecida, mas o punhado de gente heróica e autêntica, invadindo o território do quotidiano; puxando os cabelos do homem artificializado por pseudo-culturas; mostrando o semelhante nu, trêmulo, patético, mas disposto a retomar a peleja, entre esperanças e morte; o Homem, atrás, acima e debaixo desse tipo teleguiado, que se dobra na

sua vidinha. PEUPLADE. Isto assume, inclusive, a conotação pejorativa, em francês; ela existe, mas é obra do sensato, do acachapado, que teme os 'bárbaros'. Há, no francês, duas vertentes: a *clarté* e a *finesse*. Neste lado, Pascal diria: 'Je ne suis pas un théorème'. A PEUPLADE, fazendo tremer o anêmico bom gosto dos salões, não se limitava com negar que o homem seja um teorema. Diria: Bosta para os teoremas! É preciso libertar. E VIVER.

Aí está o *Somos poucos* engolido, assimilado e reconstituído em francês. É o teu presente de Páscoa. Tal como o imaginária, não o bem comportado rabiscador de autos sacramentais. Como o imaginária, sim, um tipo muito ao gênero da tua PEUPLADE. Ofereço-te Páscoa à Pasolini. Vira a página. Lê. Espero a

tua crítica. Pode ser um abraço de aprovação ou um pontapé que castigue o atrevimento.

De qualquer jeito, saio cantando. A tua canção, meu poeta. Pelas ruas de França. Como a voz da nossa América e suas tragédias de veias abertas. Vamos acordar o compadre gaulês?

Como diria o Gilberto Amado, *abracissimos* e *saudadérrimas* do Noel Delamare."

Não recebi o pontapé. O poeta deu-me o abraço e a bênção.

Vou terminar. Quando pensei no *Cancioneiro*, expunha certo universo literário que será, breve, domínio dos paleógrafos. Nele se prolonga o roteiro iniciado na Antiguidade Clássica; e os seus poetas já sentem o aperto crepuscular, diante das outras formas de vida e

de expressão e comunicação. No entanto, resistem: constituem presença viva, na alma dos humanistas impenitentes. Empurram-me a caneta, como antigos e amados companheiros. E quis apresentá-los assim, talvez desajeitadamente, porém com a maior união. Quando morrer esta cultura e calarem os seus poetas, cada um deles ficará – "tal como em si mesmo a eternidade o muda". Assim queria Mallarmé (op. cit. p. 70). E o poeta, morto estará sempre ali, por si, por nós, na marca inapagável do humano, reconhecível, suplicante, dramática. Para que a re-conheçam, no mundo e no dizer futuro, nas formas novas de viver. Tal como, ainda agora, enxergamos o que há de próximo e familiar no vulto e nas inscrições do irmão que habitava as cavernas.

Resumen

La traducción

EL CANCIONERO DE LOS SIETE MARES

La traducción del poema tiene el mismo itinerario caprichoso de la creación del poema. Hay un momento especial, en que la convivencia con la obra a traducir llega a un punto de saturación, y el nuevo objeto estético, saltando como un pez de las profundas, puede ser atrapado por la pluma del traductor.

Abstract

Translation

A TREASURY OF THE SEVEN SEAS

The translation of a poem follows the same capricious path as its creation. There is a special moment when close association with the work being translated reaches a saturation point and the object of an esthetic substitution jumping like a fish out of deep water can only be caught by painful effort on the part of the translator.

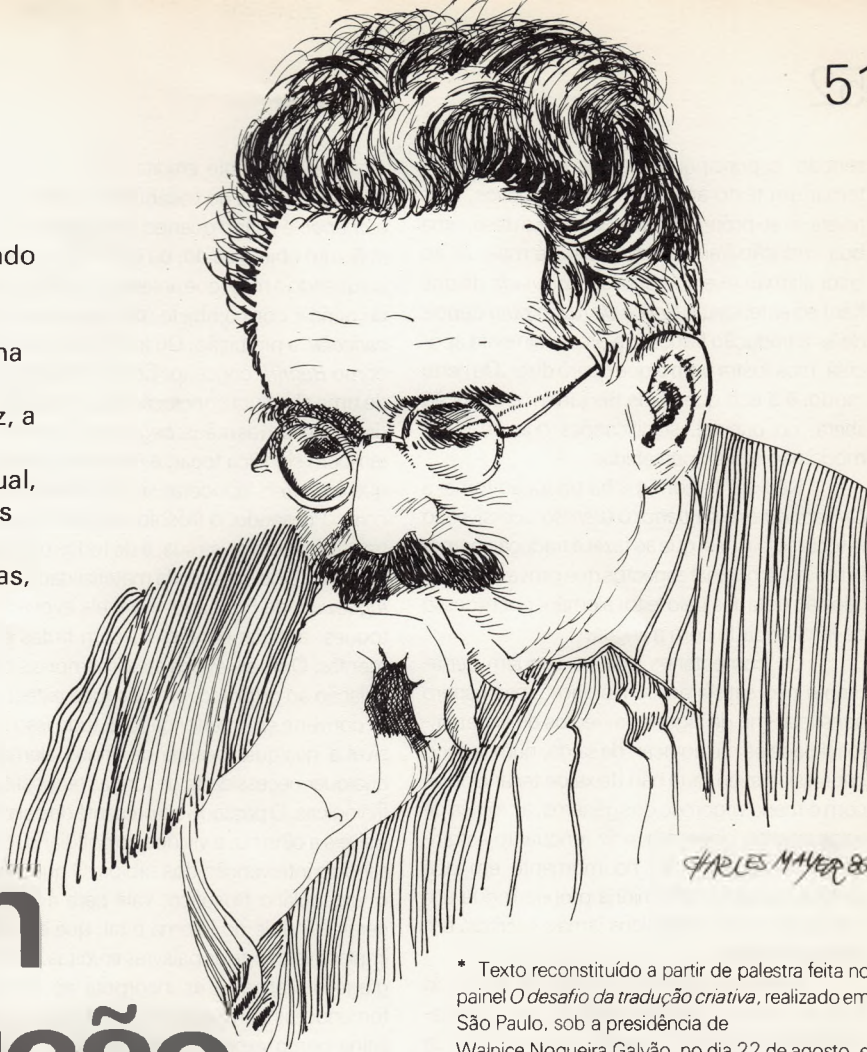
Referências bibliográficas

1. NEJAR, Carlos. Peuplade – versão francesa de *Somos poucos*, por Noel Delamare. Brasília, edição mimeografada, 149 p.
2. DELAMARE, Noel. *Cancioneiro dos sete mares*, I: *Canção do Jacobino Húngaro*. Brasília, Liv. Galilei (distribuidora), 1979, 197 p.
3. Id. *Cancioneiro dos sete mares*, II: 33 sonetos de Shakespeare. Brasília, edição mimeografada, 1980. 50 p.
4. RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro, Educom, 1976. XII, 132 p.
5. GUIRAUD, Pierre. *La sémiologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971, 127 p.
6. CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem*. São Paulo, Cultrix, 1976, 112 p.
7. MALLARMÉ, S. *Oeuvres Complètes*. Paris, Gallimard, s.d. 1.659 p.
8. MOUNIN, Georges. *Linguistique et philosophie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971. 216 p.
9. GOLDMANN, Lucien. *Marxisme et sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1970, 377 p.
10. SCHAFF, Adam. In: DELLA VOLPE et alii. *Moral y sociedad*. Córdoba, Eudeba, 1967, 159 p.
11. SARTRE, Jean-Paul. Ver SCHAFF.
12. LEFEBVRE, Henri. *Le langage et la société*. Paris, Gallimard, 1966. 340 p.
13. Id. *L'idéologie structuraliste*. Paris, Anthropos, 1971, 254 p.
14. CALVET, Louis-Jean. *Pour et contre Saussure: vers une linguistique sociale*. Paris, Payot, 1975. 157 p.
15. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979. 182 p.
16. PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo, Perspectiva, 1976. 320 p.
17. VALÉRY, Paul. *Oeuvres*, I. Paris, Gallimard, 1957. 1.807 p.
18. WILSON, Edmund. *The triple thinkers*. New York, Oxford University Press, 1984. 270 p.
19. MAILLOT, Jean. *A tradução científica e técnica*. São Paulo, Mc Graw-Hill & Universidade de Brasília, 1975. 196 p.
20. FRÉCHET, Maurice. *Les mathématiques et le concret*. Paris, Presses Universitaires de France, 1955. 438 p.
21. GUÉRARD, Albert. *A preface to world literature*. New York, Henry Holt & Co., 1947. 536 p.
22. ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Martins, 1967. 253 p.
23. ELIOT, T. S. *On poetry and poets*. London, Faber and Faber, 1954. 262 p.
24. MARITAIN, Jacques & MARITAIN, Raissa. *Situation de la poésie*. (s.l.), Desclée de Brouwer, 1938. 174 p.
25. CENCILLO, L. *Mito, semântica y realidad*. Madrid, B.A.C., 1970. 507 p.
26. BANDEIRA, Manuel. *Poesia e prosa*. II. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958. 1.525 p.
27. Id. *Poesia e prosa*, I. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958. 1.237 p.
28. WOOLF, Virginia. *Death of a moth*. London, Hogarth Press, 1942. 157 p.
29. ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo, Martins, 1955. 504 p.
30. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, 280 p.

Traduzir Benjamin? É difícil, mas no fundo trata-se de uma tarefa meramente técnica. Mais apaixonante é traduzir *através* de Benjamin, comprovando sua tese de que na tradução não lidamos com duas línguas, mas com três: a língua para a qual se traduz, a língua da qual se traduz e, incrustada nesta, em seus interstícios, uma língua virtual, que de algum modo contém a verdade das outras duas, e cujos contornos podem ser entrevistados, em fulgurações privilegiadas, durante o trabalho da tradução.

Walter Benjamin e a tradução

Sergio Paulo Rouanet



* Texto reconstituído a partir de palestra feita no painel *O desafio da tradução criativa*, realizado em São Paulo, sob a presidência de Walnice Nogueira Galvão, no dia 22 de agosto, e com a participação de Antonio Houaiss, Modesto Carone, Ray-Guede Martin, e do autor.

Walnice Nogueira Galvão pediu-me para relatar minhas experiências e dificuldades como tradutor de certos textos de Benjamin, principalmente a *Origem do drama barroco alemão*¹. Não seria difícil atender a esse pedido, mas julgo que no fundo seria um pouco anticlimático. Tudo se resumiria, em última análise, num inventário de problemas e soluções, de pouco interesse para o grande público. Por exemplo, eu justificaria determinadas escolhas — porque *Trauerspiel* foi traduzido por drama barroco, e não por tragédia; ou confessaria alguns fracassos — a esplêndida palavra *Sinnbild*, que significa, literalmente, “imagem dotada de sentido”, teve que ser traduzida pelo inexpressivo “símbolo”, que além do mais se confunde com *Symbol*, que Benjamin usa em oposição a alegoria; ou faria certas autocríticas — como o deslize de referir-me a “São Gregório de Nazianzo”, e não a São Gregório Nazianzeno, nome pelo qual o simpático santo da Capadócia é conhecido há séculos em Portugal e no Brasil.

Creio que Benjamin merece mais do que isso. Pergunto-me se a melhor maneira de fazer

justiça ao tema não seria refletir sobre a teoria benjaminiana da tradução, e tentar extrair dela algumas consequências práticas.

Sabemos que Benjamin traduziu Baudelaire e Proust. Mas além disso teorizou sobre a tradução. Essa teoria é parte de uma reflexão sobre a linguagem, que ele expôs em vários textos², e que inclui entre seus elementos principais a idéia de uma língua primitiva, uma *Ursprache*, falada por Adão, antes da queda, e que se caracteriza por sua capacidade nomeadora. Longe de ser um sistema arbitrário de signos, como sustentam as lingüísticas pós-sausurrianas, a linguagem adamítica tinha a capacidade de chamar as coisas por seu verdadeiro nome. Nesse sentido, era uma língua totalmente concreta. Depois do pecado original, essa fala edênica foi substituída por uma multiplicidade de falas, em que a dimensão nomeadora foi substituída pela dimensão comunicativa, mas que de alguma forma conservam ecos da língua primitiva. Daí a importância da tradução. Traduzir não é transpor significações de uma língua para outro, mas tornar manifestos os vestígios da língua

pura, que habita obscuramente a língua original, e que só na translação lingüística se torna visível. O papel da tradução consiste em reencontrar na língua e na obra os traços da língua pura. “Reencontrar a linguagem pura, estruturada no movimento lingüístico, tal é o violento e singular poder da tradução... Redimir em sua própria língua essa linguagem pura exilada na língua estrangeira, liberar, pela transposição, essa pura linguagem exilada na obra, tal é a tarefa do tradutor.”³

Não precisamos acompanhar Benjamin em suas especulações teológicas para descobrir nelas algo de inteiramente plausível. A tradução não se limita a reproduzir o original, com maior ou menor fidelidade — ela modifica, de alguma forma, o original. Traduzir é interpretar, e toda interpretação muda o texto interpretado. Mas traduzir é interpretar de uma certa maneira: é interpretar segundo a ótica do estrangeiro, ou pelo menos segundo as categorias de uma língua estrangeira. Ora, a língua revela sempre ao estrangeiro, na leitura e na tradução, dimensões que permanecem ocultas a quem a utiliza como idioma materno. Nesse

sentido, o principal mérito da tradução não é tornar um texto acessível a outros povos, mas revelá-lo ao próprio locutor nativo. Em tese, uma boa tradução francesa do *Fausto* é mais útil ao leitor alemão que ao francês. A *boutade* de que Kant só entendeu a *Crítica da razão pura* depois de ler a tradução francesa é provavelmente apócrifa, mas ilustra bem o que quero dizer. De certo modo, é a isso que alude Benjamin: a tradução libera, no original, significações que de outro modo não seriam percebidas.

Não sei se com minha tradução tornei a *Origem do drama barroco alemão* acessível ao leitor brasileiro; sei que ao fazer a tradução percebi na língua original aspectos que provavelmente não são notados pelo leitor alemão, por excesso de familiaridade com a língua.

Os comentários que se seguem certamente não satisfarão os filólogos, mas espero beneficiar-me de alguns privilégios de extraterritorialidade se me colocar, de saída, num terreno impressionístico, que não deixa de ter analogias com o menos rigoroso dos gêneros, a crônica de viagem: uma viagem que fiz, enquanto estrangeiro, à língua alemã, no momento em que tentava transpor para minha própria língua um dos textos mais herméticos jamais escritos, em qualquer idioma.

À medida que mergulhava na leitura do livro, comecei a dar-me conta de que o verdadeiro objeto da minha reflexão não era o texto de Benjamin, mas a própria língua alemã. Aconteceu então algo de muito estranho: o idioma perfeitamente moderno em que Wittgenstein escreveu seu *Tractatus* e em que os engenheiros escrevem especificações para o funcionamento da usina de Angra, se transformou sob meus olhos, e passou aos poucos a assemelhar-se à língua pura: uma língua quase tão concreta, com uma vocação nomeadora quase tão irresistível, quanto o idioma “adamítico” descrito por Benjamin.

Aderência obstinada ao imediato

Metafísica à parte, percebi, simplesmente, graças à experiência da tradução, uma característica básica da língua alemã: sua ligação direta com a práxis, com o mundo vivido.

O vocabulário filosófico alemão, por exemplo, é o mais concreto da cultura ocidental. Seu universo é o da vida quotidiana, com seus objetos, utensílios, ações elementares. Tome-se uma palavra como *Aufhebung*, estratégica para a compreensão da dialética, e que costuma ser o pesadelo dos tradutores. Em inglês, a tradução habitual é *sublation*, termo raro que denuncia imediatamente sua origem acadêmica. Nas línguas latinas, teríamos que nos contentar com algo do gênero “guardar-negar-transcender”,

criação igualmente erudita. Ora, em alemão a palavra faz parte do vocabulário infantil. O verbo *aufheben* é usado quando uma criança *pega* no chão um objeto caído, ou o *guarda* numa caixa, ou quando a mãe, que antes havia proibido o filho de brincar com o objeto, decide *suspender*, ou *cancelar*, a proibição. Ou tomemos uma palavra como *Begriff*, conceito. Como os demais, ele é de uma absoluta concreção. Sua raiz é *griff*, ato de pegar com as mãos: *begreifen*, compreender, também significa tocar, e é da mesma natureza que *ergreifen*, apoderar-se fisicamente de uma coisa. Pensando, o filósofo pega um objeto, e o transforma em coisa sua, e de todos os homens. A palavra é de uma sólida materialidade, a *réalité rugueuse*, de Rimbaud. Tátil, ela evoca antigos toques, antigos contactos, com frutas e ferramentas. Oral, ela evoca atos imemoriais de assimilação ao orgânico, em que toda exterioridade se converte em interioridade. E tudo isso é acessível a qualquer pessoa de língua alemã, sem qualquer necessidade de longas reconstituições filológicas. O passado e o presente da palavra são visíveis a olho nu, e vividos no cotidiano, dispensando a intervenção dos sábios. O que vale para o vocabulário filosófico, vale para a língua em geral: a índole do idioma é tal, que ele expulsa implacavelmente as palavras eruditas, de origem grega ou latina, e as incorpora ao vernáculo, tornando-as transparentes. Uma palavra greco-latina como *exorcismo* é traduzida, luminosamente, por *Teufelsaustreibung*, expulsão do diabo. Um helenismo como *filantropia*, ou *misantropia*, é inadmissível: o alemão só aceita *Menschenfreundlichkeit*, ou *Menschenfeindlichkeit*, amizade, ou inimizade, pelos homens.

Se é verdade que a língua alemã é a língua original da filosofia moderna, como o grego o foi da filosofia antiga, isso é devido, em grande parte, a essa aderência obstinada ao imediato — como é o caso das categorias de Platão e Aristóteles, extraídas do grego que se falava nas ruas de Atenas, e que só se transformaram em jargão de especialistas quando latinizadas por Cícero e incorporadas, em sua forma latina, à filosofia medieval.

Essa total acessibilidade dos elementos que se condensam na palavra facilita a tarefa do filósofo. Pois é *nessa* linguagem — plástica e visual, expressiva e concreta — que as coisas e ações se oferecem à consciência reflexiva. A interpretação recorre a uma pré-interpretação, já efetuada pela linguagem. As palavras não são ainda conceitos, mas contêm em si a virtualidade do conceito, impõem a exigência da conceptualização, já constituem, em sua forma imediata, um convite ao trabalho do conceito. Antes de começar sua jornada, o filósofo alemão encontra diante de si um mundo estruturado linguisticamente de tal maneira que os objetos nomeados já indicam, em seu próprio modo de existência, o

caminho a ser percorrido para que eles deixem o campo da mera empiria. As palavras são seu próprio programa. Elas contêm, em estado latente, o mapa de um percurso ontológico ainda virtual. De certo modo, Hegel foi um funcionário da língua alemã. Sua tarefa foi desempenhar-se, conscienciosamente, de um mandato que lhe foi confiado pelo idioma. A realidade lingüística já era idealista. Hegel foi um burocrata, não do Estado prussiano, mas da língua em que escreveu a “Fenomenologia do Espírito”. O mais alto dos burocratas — um *Regierungsrat* da língua, um *Geheimrat* da língua — mas de qualquer maneira, um burocrata, sujeito a circulares e regulamentos: os embutidos na própria língua.

Assim, uma palavra como *Aufhebung*, em que lateja, em sua existência bruta, a idéia da preservação e da superação, já é, *virtualiter*, a dialética hegeliana. Uma palavra como *Begriff*, articulando o mais abstrato no mais concreto, já indica seu caminho ao idealismo alemão, em que o concreto, ao contrário do empirismo, não é o ponto de partida, e sim o ponto de chegada. Pois só no fim do percurso, terminado o calvário da abstração — que se inicia na abstração vazia da mera coisa, passando pelo concreto ainda não-conceitual da língua —, pode ser atingida a concreção suprema do conceito, um *begreifen* que é também um *ergreifen*, apropriação integral da coisa como ela é em si mesma. Enfim, a realidade que o filósofo quer conhecer não pode ser outra que a dada pela língua: *Wirklichkeit*. A raiz da palavra é *wirken*, agir, trabalhar, produzir efeitos. Ela é um convite a conceber a realidade como processo, e não como *stasis*, ao contrário da *realitas* latina, que é no máximo um convite a concebê-la contemplativamente. Dóceis às instruções da língua, Hegel e Marx debruçam-se sobre essa realidade prometéica — reino das forças subterrâneas e das convulsões sísmicas, forja e oficina, de onde irrompem ruídos metálicos — e a vêem como ela quer ser vista: como processo. Em consequência, Hegel interpreta, processualisticamente, o mundo. E Marx transforma, processualisticamente, o mundo.

A palavra-chave do livro de Benjamin, *Trauerspiel*, é das mais reveladoras. No sentido do dicionário, ela significa tragédia, palavra que também existe em alemão: *Tragedie*. Mas fiel à tendência imanente da língua, o barroco alemão lançou em circulação um equivalente vernáculo: *Trauerspiel*, que ele concebia como sinônimo da tragédia. Essa transposição aparente foi na realidade uma recriação. A palavra grega é opaca, e não deixa transparecer imediatamente o seu conteúdo histórico: somente um etimologista sabe que em sua composição (*tragos*, bode, e *ode*, canto) ela alude aos mistérios dionisiacos, durante os quais os acólitos do deus dançavam e cantavam, vestidos com disfarces caprinos. O mesmo não ocorre com *Trauerspiel*, palavra to-

talmente transparente, como todas da língua. Ela significa, com absoluta concreção, *espetáculo triste*, ou *lutuoso*. Com isso, o barroco mostrava ter compreendido intuitivamente que o conteúdo do drama mudara. Ele não estava mais radicado num culto arcaico, mas numa sensibilidade contemporânea, marcada pela idéia da guerra, da morte violenta, do sofrimento físico: o luto. *Trauerspiel* é assim uma palavra exemplar, que ilustra as duas características acima mencionadas: transparência radical, e nessa transparência um convite implícito à interpretação, já contido virtualmente na própria palavra.

Ecoss da língua de Deus

Foram essas, em suma, algumas das reflexões que me ocorreram, durante a tradução. Como nunca traduzi a partir do português, falta-me a experiência inversa: em que medida o português, visto por um tradutor alemão, despretenderia dimensões invisíveis ao usuário brasileiro. Mas não creio que os resultados fossem muito diferentes. Paulo Rónai conta que quando começou a aprender português ficou arrepiado ao ler num livro brasileiro a frase: "Vi com estes olhos que a terra há de comer." Achou a frase de uma extraordinária beleza literária, e só se convenceu de que o autor não era um gênio universal comparável a Shakespeare quando lhe explicaram que a expressão era um lugar comum da língua. E no entanto, Paulo Rónai tinha razão: seu instinto de estrangeiro, infalível, ajudou-o a perceber o que um brasileiro jamais perceberia — a frase é de fato extremamente bela. É bem possível que sob o exame mais lúcido de um estrangeiro as palavras portuguesas se revelassem tão concretas quanto as alemãs, vistas por um brasileiro. Fiz a apologia de *Begriff*, salientando seu substrato sensorial, ligado ao ato de *segurar*, mas um alemão possivelmente faria a mesma

observação com o termo *conceito*, pois o latim *conceptus* também está ligado a *capere*, pegar.

É claro que do fato de que o brasileiro descubra no idioma alemão significações que escapem ao falante nativo, e vice-versa, não se segue que tais significações se preservem na tradução. Em muitos casos isso pode acontecer, mas não em todos. Traduzir *aufheben* por transcender elimina a idéia de *erguer* e de *guardar*; traduzir *Wirklichkeit* por realidade elimina a evocação do trabalho material; traduzir *Trauerspiel* por drama barroco elimina a dimensão do sofrimento.

Mas o que a tradução não consegue, é conseguido pelo olhar do tradutor. Quem vai traduzir, não vê mais a palavra da mesma maneira. Ele a vê de um modo descontextualizante, desenraizador. A simples tentativa, mesmo mal sucedida, de extrair a palavra do meio linguístico que constitui o seu *habitat*, trasladando-a para outro universo, constitui um gesto de violência libertadora, que faz a palavra dizer o que ela não sabia que sabia. O tradutor não é um verdadeiro Messias, no sentido de Benjamin, por que nem sempre consegue dar corpo, no novo texto, às suas intuições linguísticas, libertando as significações exiladas no original; mas ver a palavra como tradutor é vê-la, durante algum tempo, como ela seria visível à luz da redenção. Quem traduz do alemão descobre, fugazmente, na superfície bruta da língua humana, os ecos, exilados, da língua de Deus: concreção, transparência, paixão nomeadora. O texto torna-se *unheimlich*, no sentido psicanalítico: familiar e inquietante ao mesmo tempo. As palavras mais quotidianas mostram uma face desconhecida, irradiam significações que não sabíamos que elas continham, aludem a uma realidade de cuja existência não suspeitávamos. Estamos na origem dos tempos, nos primeiros dias da Criação: seres e animais são nomeados com o nome que

verdadeiramente lhes corresponde. Mas o êxtase dura pouco, os vapores do jardim do Éden se dissipam, as palavras voltam a ser banalmente elas mesmas, e o tradutor trai suas próprias visões, transpondo-as na sóbria língua dos homens. O exílio se perpetua, e o tradutor, longe de ser agente da salvação, acaba reforçando o castigo e eternizando a culpa.

O que resta, então, da teoria de Benjamin? Muito, se distinguirmos o trabalho da tradução e o resultado desse trabalho. Do ponto de vista do resultado, a expectativa de Benjamin é exagerada: só muito raramente o novo texto consegue libertar dimensões "aprisionadas" no original. Mas enquanto dura, o trabalho da tradução provoca no texto aquele "estranhamento", *Verfremdung*, pelo qual o familiar revela o não-familiar que se dissimula, não em suas estruturas profundas, mas em suas camadas mais superficiais. O olhar do tradutor é o de Brecht, de Kafka, de Freud, que nos ensinaram a descobrir no mais banal a presença do mais enigmático. É o olhar de Benjamin, sempre atento a todos os sinais que anunciem, no mundo profano, a vinda do Messias.

Traduzir Benjamin? É difícil, mas no fundo trata-se de uma tarefa meramente técnica. Mais apaixonante é traduzir *através* de Benjamin, comprovando sua tese de que na tradução não lidamos com duas línguas, mas com três: a língua para a qual se traduz, a língua da qual se traduz, e incrustada nesta, em seus interstícios, uma língua virtual, que de algum modo contém a verdade das outras duas, e cujos contornos podem ser entrevistos, em fulgurações privilegiadas, durante o trabalho da tradução. ●

Sérgio Paulo Rouanet nasceu no Rio de Janeiro, em 1934. Diplomata de carreira, ensaísta e tradutor, publicou os livros "Édipo e o anjo — itinerários freudianos in Walter Benjamin", "Teoria crítica e psicanálise" (1983) e "A razão cativa" (1984).

Resumen

La traducción

WALTER BENJAMIN Y LA TRADUCCIÓN

Traducir a Benjamin? Es difícil, pero en el fondo se trata de una tarea meramente técnica. Más apasionante es traducir *por medio* de Benjamin, comprobando así su tesis de que en la traducción no lidiamos con dos lenguas, sino con tres: la lengua a la que se traduce, la lengua de la que se traduce, e, incrustada en ésta, en sus intersticios, una lengua virtual, que de algún modo contiene la verdad de las otras dos, y cuyos contornos se pueden entrever en fulguraciones privilegiadas durante el trabajo de la traducción.

Abstract

Translation

WALTER BENJAMIN AND TRANSLATION

Translating Benjamin himself is difficult but in reality it is only a technical task. It is more stimulating to translate *by means* of Benjamin, bearing out his theory that in translation we do not struggle with two languages but with three: the language into which we are translating, the language from which we are translating and encrusted in the interstices of the latter a virtual third language which in some way carries the truth of the other two and whose outlines can be discerned in rare flashes of insight during the work of translating.

Referências bibliográficas

1. Walter Benjamin, *Origem do Drama Barroco Alemão*, tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet (São Paulo: Brasiliense, 1984).
2. Vide, além de *Origem do Drama Barroco Alemão*, que desenvolve a idéia da "linguagem adamítica", *Ueber das Mimetische Vermoegen* (Sobre a Faculdade Mimética), em *Gesammelte Schriften*, vol. II-I; *Lehre*

vom Aehnlichem (A Doutrina das Semelhanças) GS, vol. II-I; *Ueber Sprache ueberhaupt und ueber die Sprache des Menschen* (Sobre a Linguagem em Geral e sobre a Linguagem Humana) GS, vol. II-I; *Die Aufgabe des Uebersetzers* (A Tarefa do Tradutor), GS, vol. IV-I; e *Probleme der Sprachsoziologie* (Problemas da Sociologia da Linguagem) GS, vol. III.

3. W. Benjamin, *Die Aufgabe des Uebersetzers*, op. cit., p. 19.

A questão básica da teologia na América Latina não é a pessoa; é a não-pessoa. Para entender essa produção constante e massiva de não-pessoa, a teologia tem que necessariamente buscar os recursos das ciências sociais. Buscando os recursos das ciências sociais, por honestidade intelectual não pode ignorar a contribuição do marxismo. A preocupação de Roma com a Teologia da Libertação é muito mais política do que doutrinária, na medida em que esta teologia defende um projeto social diferente do projeto liberal-burguês, ao qual a Igreja está historicamente vinculada.



Por que hoje existem pessoas na Igreja que defendem alternativas futuras de um projeto socialista? Por que nós temos simpatia pelo marxismo e pelos atuais países socialistas? Eu diria que a primeira razão é por decorrência da nossa própria fé. Nos anos 1250 a.C. havia um país imperialista chamado Egito que vivia sob o modo de produção asiático, no qual se usava a força do trabalho escravo na construção das chamadas obras faraônicas. A dominação ideológica dos faraós no Egito se mantinha através da hierarquia de deuses, do politeísmo. O deus do faraó, evidentemente, era um deus importante, capaz de resolver os problemas do país,

enquanto que o pequeno agricultor egípcio tinha um pequeno deus que só servia para o quebra-galho doméstico. A própria estrutura politeísta legitimava, então, a divisão social, porque se há diferentes deuses no céu, nada mais normal do que haver diferentes classes sociais na terra. Ouvi o mesmo argumento da boca de um bispo brasileiro, Dom Sigaud, que numa ocasião me disse: "Tem que haver divisão na sociedade. Pois se, até entre os anjos há diferentes classes, os querubins e os serafins!" Porém se acreditamos que há um só Deus que é Pai, somos todos irmãos, nenhuma barreira que impeça nossa fraternidade se justifica à luz

da fé. Tudo o que impede a fraternidade humana deve ser subvertido pelo cristão. O cristão não pode compactuar com nenhuma forma de dominação e discriminação, porque ele crê num Deus que é Pai e que nos fez irmãos.

A caminho da utopia

Os padres do colégio onde estudei diziam: "Olha, essa estória de paraíso na terra é

Por um outro cristianismo

Frei Betto

uma utopia dos comunistas!" E descobri que a primeira página da Bíblia trata exatamente disto. Deus nos criou para vivermos num paraíso, e se o paraíso não existe não é por culpa de Deus. A experiência do social predominando sobre os interesses privados, que é a essência do projeto socialista, é intrinsecamente bíblica. O critério da pregação da prática de Jesus é o bem-estar da maioria, principalmente dos pobres. E na Bíblia Deus tem uma opção preferencial pelos pobres não porque eles sejam bons ou ruins, mas porque a mera existência da pobreza é o sinal mais evidente de que o projeto de Deus na História foi subvertido. Deus se alia aos pobres porque se alia ao projeto de libertação. Jesus escolhe como companheiros trabalhadores comuns e sua pregação se dirige a todos, mas a partir de um universo social específico, o universo social dos oprimidos. Não se deve confundir universalidade da pregação de Jesus com neutralidade social do seu conteúdo. Não há um só exemplo no Evangelho de quem tenha aderido a Jesus sem antes aderir à causa do oprimido. Essa invenção de cristão-burguês, essa absurda contradição do sujeito cuja prática não tem nada a ver com a proposta do Evangelho, mas se diz cristão, é coisa de Constantino para cá. Todo o exemplo evangélico é de uma atuação de Jesus a favor dos interesses de uma maioria e colocando critérios muito rigorosos do que ele entende por liberdade e personalização.

Porém a Igreja se aliou historicamente ao projeto de dominação, tanto na ocupação

ibérica da América Latina, também conhecida como "descoberta", quando começou o genocídio dos índios, quanto em relação à escravidão dos negros, quando a omissão, o silêncio e a cumplicidade da Igreja foram completos. Posteriormente, a Igreja se aliou ao projeto de dominação burguesa. Hoje, as contradições sociais se acirraram de tal forma que essa hegemonia da aliança de dominação dentro da estrutura da Igreja se rompeu, e ela voltou a descobrir suas fontes evangélicas.

Participando de um debate no Teatro Casa Grande, no Rio, um famoso intelectual marxista disse que a Igreja é oportunista e tem uma grande sabedoria de perpetuação na história. Assim, ela oportunamente optou por uma aliança com a burguesia e agora no Brasil passa a optar por uma aliança com os trabalhadores, assegurando sua perpetuação. Particularmente acredito que do ponto de vista de um raciocínio idealista, de quem imagina a Igreja uma sociedade de anjos que pairam acima das contradições de classe, o argumento é perfeito. Eventualmente damos uma revoada para os pobres, e outra para os ricos. Mas, num raciocínio dialético, sinto que a Igreja é uma instituição integrada por pessoas que fazem parte das contradições de classe que estão aí, e enquanto houver contradição social haverá contradição dentro da Igreja. Em função disto ela vem sofrendo uma mudança, já tardia. O Manifesto Comunista é de 1848 e a Encíclica Rerum Novarum de 1891 já chegou muito atrasada, nem assim indo à raiz da questão, que

é não haver solução para a classe trabalhadora dentro do sistema capitalista.

O sistema capitalista é intrinsecamente perverso, não possibilita reformas, a menos que nós aceitemos, dentro do ponto de vista moral e ético, que existam pessoas que devam viver numa situação privilegiada às custas do trabalho de uma grande maioria de pessoas que vivam numa situação de carência. É muito fácil falar dos modelos da Europa Ocidental, esquecendo-se que a Holanda, Bélgica, França, Itália, Inglaterra dão maiores benefícios à sua classe trabalhadora às custas da miséria de outros povos. É muito fácil falar destes modelos com democracia. A doutrina social da Igreja vai muito por aí. Ela ainda não rompeu este esquema, porque a teologia da Igreja é uma teologia que também paga tributos ao lugar social e político em que ela é elaborada. Daí a diferença entre a Teologia Liberal da Europa e a Teologia da Libertação.

Quatro teologias

E será que na mesma Igreja, com o mesmo Papa, podem existir várias teologias? Os quatro evangelhos são quatro diferentes teologias. Se a Igreja primitiva comportava quatro teologias, porque esta idéia de uma América Latina respirando uma teologia própria do contexto europeu? Isso sem falar na liturgia. A liturgia católica tradicional, felizmente reno-

vada em muitas comunidades, nada mais é do que o filme "Sissi, a Imperatriz da Áustria". Aquela coisa das pessoas todas em silêncio, ajoelhadas, nada mais é do que a monarquia européia. Não tem nada a ver com quem tem sangue de negro e índio. O candomblé, sim, é a mais completa liturgia que há no Brasil. No candomblé não há sacerdotes e fiéis, todos são fiéis e sacerdotes ao mesmo tempo. Há uma totalização celebrativa, porque ali se inclui a música, o cheiro, a comida, a bebida, e todos os fiéis fazem experiências místicas. Acho que a liturgia católica tem muito a aprender com a liturgia do candomblé, e isto é uma questão cultural muito séria.

A teologia é sempre tributária das condições políticas em que ela é elaborada. O fato principal ocorrido na Europa em todo o século XX foram as duas guerras mundiais. A grande perplexidade da presunção européia de berço da civilização vem com aqueles refinados devotos de Bach, de Mozart e de Beethoven se trucidando. Não há nada na cultura européia no século XX, seja num filme de Bergman, de Fellini, de Saura, seja num romance de Joyce, de Thomas Mann, de Camus, seja a filosofia de Sartre ou de Heidegger, que não represente uma tentativa de resposta à indagação: afinal, que valor tem a nossa vida, que valor tem a pessoa? E a teologia não ficou isenta disso. Toda a filosofia européia está centrada na filosofia personalista, no conceito de pessoal, só que uma pessoa abstrata. A pessoa da filosofia européia não come, não dorme, não toma ônibus, não tem CPF, não enfrenta fila, é a "pessoa". Já a Teologia da Libertação foi elaborada a partir da experiência de fé na América Latina. E o fato principal da história da América Latina no Século XX é a massiva existência de miseráveis. O Brasil, por exemplo, tem 135 milhões de habitantes e 135 milhões de cabeças de gado. O nível de vida do gado brasileiro é invejavelmente superior ao nível de vida da população brasileira. Nós temos 100 milhões de pessoas vivendo com menos de três salários mínimos e 30 milhões de pessoas na miséria absoluta. No Brasil, o genocídio político chega ao ponto de trucidar mil crianças por dia com menos de um ano. Aqui são fuziladas politicamente todo ano 365 mil crianças com menos de um ano. É o índice oficial de morte por subnutrição no Brasil. Portanto, a questão básica de teologia na América Latina não é a pessoa, é a não-pessoa. Para entender essa produção constante e massiva da não-pessoa, a teologia tem que necessariamente buscar os recursos das ciências sociais. E buscando os recursos das ciências sociais, por honestidade intelectual, não pode ignorar a contribuição do marxismo, a única teoria que nos permite entender as raízes desse sistema que aí está.

Cristianismo e marxismo

Mas há uma incompatibilidade ontológica entre cristianismo e marxismo, entre fé e socialismo? Como já disse, a expressão política e social de fé cristã é o projeto socialista, eu diria mais, é o projeto comunista. Nos Atos dos Apóstolos se fala claramente das experiências dos primeiros cristãos com um projeto comunista: "Punham em comum os seus bens, que eram divididos de acordo com a necessidade de cada um". Mas há uma certa versão do marxismo que não tem nenhum ponto de contato com uma certa versão do cristianismo. Por exemplo, a maneira como a TFP (Tradição Família e Propriedade) entende o cristianismo não tem nenhum ponto de contato com a maneira como Stálin via o marxismo. Stálin via o marxismo por uma ótica muito mais positivista do que marxista, e transformou o marxismo naquilo que pretende ser uma religião, um catálogo de dogmas. Não quero uma teoria política transformada em religião nem uma religião transformada em teoria política. Temos que lutar pela dessacralização da política e pela desideologização da fé. Enquanto julgo que a minha fé traz no seu bojo um projeto político, eu me equivoco e corro o risco de tentar implantar uma cristandade de esquerda, depois do equívoco da cristandade de direita. Do mesmo modo, também não posso aceitar que uma teoria dialética revolucionária se apoie no esquema dogmático. Mas há uma certa maneira de entender o marxismo que tem perfeita sintonia com uma certa maneira de entender o cristianismo.

Tanto o marxismo quanto o cristianismo suportam diferentes leituras. Todo texto é compreendido segundo a leitura do contexto. A mesma Bíblia é diferentemente lida nas Igrejas brancas da África do Sul, nas comunidades eclesiais de base do ABC paulista, nas Igrejas fundamentalistas dos Estados Unidos. Mas quem está mais próximo da verdadeira interpretação do texto é quem se coloca mais próximo do contexto em que o texto foi produzido. Se a Bíblia e o marxismo foram elaborados a partir da experiência da luta das classes trabalhadoras, quem se coloca dentro desta experiência estará mais próximo da compreensão correta destes textos. Numa Igreja burguesa a gente lê a Bíblia como quem abre uma janela para observar os interessantes fatos do passado, enquanto que numa comunidade de base a gente lê a Bíblia como quem coloca diante de si um espelho para saber o que Deus quer da gente aqui e agora. Do mesmo modo, o marxismo lido na Sorbonne é diferente do marxismo lido na guerrilha de El Salvador. E

diria mais: o marxismo lido num continente crente e oprimido como a América Latina certamente sofrerá uma interpretação muito diferente do positivismo que predominou na sua leitura na Europa Ocidental e inclusive Oriental.

Burice política é a esquerda brasileira dizendo para a massa que somos ateus, que a religião é o ópio do povo e que para nós sermos revolucionários é preciso abandonar a idéia de Deus. Nenhum partido comunista até hoje fez revolução na América Latina. Os movimentos que fizeram, como o Movimento 26 de Julho ou a Frente Sandinista, incorporam o sentimento religioso do povo no seu projeto de libertação. Não peço à esquerda brasileira que passe a fazer profissão de fé, mas que analise melhor o contexto, a realidade latino-americana, para entender o significado político do sentimento religioso do nosso povo. Vivemos num continente onde a cultura popular mais elementar é tecida em categorias religiosas. Se você perguntar a um operário ou a um agricultor como ele vê o mundo, ele vai dar uma resposta religiosa. Aos olhos do meu condicionamento universitário isto pode soar como uma alienação, porque eu estou no olimpo da generalidade, da abstração do real. O próprio conceito de universidade significa ser universal, abarcar toda a realidade através dos conceitos, a ponto de se julgar nas universidades que a guerra dos conceitos é suficiente para mudar a realidade e então se fazer o jogo do sistema. A leitura que o oprimido faz de sua experiência religiosa em geral não coincide com a leitura que eu faço da experiência dele, a partir da minha classe social.

Toda postura pastoral é política

Um companheiro, numa comunidade de base, diz que domingo não vai à reunião porque vai com a família a Aparecida do Norte, já que Aparecida é a única santa da cor de sua mãe, de sua mulher e de sua filha. Apesar de toda tentativa da Igreja oficial de impor à América Latina virgens européias brancas, o que predominou no continente foram virgens negras e morenas. Isto se chama cultura de resistência. A religião, ao mesmo tempo em que jogou um papel de subserviência, de dominação e alienação, jogou também o papel de libertação, de resistência na América Latina. A religião, como a arte, não é intrinsecamente uma alienação, nem intrinsecamente uma libertação. Depende de como esta energia está sendo canalizada. Neste ponto a burguesia sempre foi mais inteligente do que a esquerda. Porque embora atéia na prática e idólatra por princípio, a burguesia sempre se declarou cristã para reforçar seu domínio sobre o povo.

Eu dizia para meus companheiros de cárcere: o Deus que vocês negam, o Deus do capital, das cerimônias oficiais, dos protocolos, dos generais, eu também nego. Um famoso marxista brasileiro, Diógenes de Arruda Câmara, que já morreu, depois de uma celebração no cárcere, no presídio Tiradentes, em São Paulo, me disse: "Betto, eu não acredito, mas agora acredito que vocês acreditam". Então é essa prática que vai levando à quebra de preconceitos, a aproximações e a descobertas fantásticas de como Marx e Jesus são tributários de sua experiência judaica. Se você coloca os arquétipos judaicos num quadro e escreve em cima Jesus e embaixo Marx, e começa a fazer um gráfico, você tem enormes surpresas. Porque Marx diz o seguinte: no início dos tempos havia uma sociedade comunista primitiva. A Bíblia diz que no início dos tempos havia o paraíso. Marx diz: essa sociedade comunista foi rompida pela luta de classes, pela apropriação privada. A Bíblia diz que Caim voltou-se contra Abel e o desentendimento entre os irmãos por ambição quebrou a harmonia inicial da história. O marxismo diz que essa harmonia quebrada vai ser recuperada pela classe mais explorada. O cristianismo diz: essa harmonia quebrada tem o seu ponto central na experiência do crucificado. O marxismo diz que todo o nosso projeto político está em direção à utopia comunista, que o cristianismo chama de Reino de Deus. Reino de Deus, na Bíblia, não é algo lá em cima, é algo lá na frente.

E a gente fica pensando, por que será que Jesus morreu como prisioneiro político, falando de religião? Porque o jeito de Jesus falar de religião tinha uma incidência fortemente política. Falar de um outro reino que não é de

César dentro do reino de César era a mesma coisa que se falar no Brasil, há uns anos atrás, de um outro regime que não aquele que estava aí. No tempo de Jesus não havia nem sequer essa separação didática entre religião e política, e Jesus fez política. A rede Globo, no Império Romano, era a religião pagã, a veneração a César como Augusto, através da ideologia. Como não tinha televisão, existia a religião. Então a Igreja tem ou não tem que fazer política? A CNBB critica a Nova República porque fez um projeto de reforma agrária que é pior do que o Estatuto da Terra do general Castello Branco, ou porque fez uma substituinte no lugar de uma Constituinte... Aí vem o arcebispo de Porto Alegre dizer que a CNBB não deve se meter em questões políticas. Acontece que, evangelicamente, não há como assumir uma postura religiosa pastoral sem uma forte incidência política.

Portanto, acho que a fé cristã tem como horizonte o projeto socialista, acho que nosso encontro com os marxistas se fará na prática. Acho também que, assim como há cristãos de direita e de esquerda, há comunista de direita e de esquerda. O partido comunista argentino nunca rompeu com a ditadura militar argentina, nunca foi ilegal durante todo o período da ditadura. Alguns dizem que são comunistas como se isso fosse atestado de alguma coisa. Isso não é atestado de nada. É a prática que vai definir realmente qual é o seu compromisso político e histórico. Acho que Cuba tem muito a ensinar para nós, não como modelo a ser copiado, mas como horizonte de possibilidades. Veja o que fizeram com o Brasil em 21 anos e o que fizeram em Cuba em 26. Lá não há nenhuma criança subnutrida. No Brasil morrem

83 em cada mil crianças, no Nordeste 130, em Cuba 15 e nos Estados Unidos 14, mas nenhuma morre em Cuba por subnutrição. A sociedade cubana conseguiu efetivamente erradicar a miséria, as classes sociais, a prostituição, as drogas, e uma série de outros males. O bom cristão tem muita vergonha do tipo de sociedade que nós cristãos estamos ajudando a construir no Ocidente e diante da minha fé acho que Deus fala alguma coisa de novo a partir da experiência socialista. ●

Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), frade dominicano, 41 anos, é um dos principais nomes do grupo de teólogos da libertação no Brasil. Assessor da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo e de comunidades eclesiais de base por todo o país, desenvolve também um trabalho pastoral junto às igrejas de Cuba e da Nicarágua. O lançamento de seu livro "Fidel Castro e a Religião" foi o pretexto para trazê-lo pela primeira vez à UnB, quando proferiu esta palestra.

Esta palestra foi publicada originalmente no jornal *Idéias*, Ano 1, nº 1, novembro/85, caderno especial do jornal laboratório *Campus*, editado pelo Departamento de Comunicação da UnB. A palestra de Frei Betto foi realizada graças à iniciativa da estudante de Comunicação Margarete Vitória e da repórter Catarina Guerra, dando início à circulação do *Idéias*, que se caracteriza por edições monotêmáticas, abordando questões tais como "eleições no DF", "a cidade de Brasília", "o amor", "jovens" etc. Os interessados nos jornais *Idéias* e *Campus* devem dirigir-se à sala de redação do Departamento de Comunicação da UnB, ou pelo telefone: 274-0022 R. 2463.

Resumen

Teología de la liberación

POR UN OTRO CRISTIANISMO

El problema básico de la teología en América Latina no es la persona; es la no-persona. Para entender la producción constante y masiva de no-persona, la teología tiene necesariamente que buscar los recursos de las ciencias sociales. Por honestidad intelectual, al buscar los recursos de la ciencias sociales, no puede ignorar la contribución del marxismo. La preocupación de Roma con la teología de la liberación es mucho más política que doctrinaria, en la medida en que esta teología defiende un proyecto social diferente del proyecto liberal burgués, al que la Iglesia está históricamente vinculada.

Abstract

Liberation Theology

FOR ANOTHER CHRISTIANITY

The basic question of theology in Latin America is not concerned with the person but the non-person. To understand this constant and massive production of non-person, theology must of necessity seek the resources of the social sciences. Seeking the resources of the social sciences with intellectual honesty cannot ignore the contribution of Marxism. The concern of Rome with Liberation Theology is much more political than doctrinal to the extent that this theology defends a social program that is different from the liberal — bourgeois one to which the Church is historically linked.

Mesmo para quem não tem filhos ou a obrigação de disseminar o hábito de leitura entre crianças e jovens, a questão do livro infantil e juvenil pode ser um assunto interessante. Primeiro, pela possibilidade de se conhecerem excelentes trabalhos literários, com prêmios no exterior, que não devem ficar alheios à cultura de um povo. Depois, questões ideológicas, mercantilistas, culturais, editoriais, etc., podem ser também analisadas através da leitura de obras destinadas ao chamado público infanto-juvenil. Um mundo mágico e cativante, conscientizador e alienante, totalmente manipulado pelos adultos. Qual a participação da criança e do jovem no destino dessa literatura que rende tanto às editoras, distribuidoras e livreiros? Como fica o papel do educador, dos pais em toda essa polêmica questão dos modelos repassados através da "inocente" literatura infantil? Se as fadas e bruxas perdem terreno nas milhares de páginas de livros de histórias, as maquinações e bruxarias que são feitas para se ganhar o espaço, vender o livro, são uma outra história. Afinal de contas, o livro é um produto e, como todo produto, quanto mais consumido, melhor. Agora, melhor para quem? E a criança, como fica nisso tudo? Há fortes indícios de que ela gosta de ler e ver um livro, independentemente da chamada concorrência dos meios eletrônicos, como a tevê. Se houver condições e liberdade, se os adultos deixarem, o livro estará sempre nas mãos das crianças, em suas mentes e corações.

FADAS E BRUXAS A SERVIÇO DE QUEM?

Guido Heleno

Era uma vez uma montanha de livros que principiavam invariavelmente por *Era uma vez...* Esse afastamento temporal permitia não só se pôr a salvo da possível ira de algum rei que pudesse sentir-se ofendido, mas principalmente dar um toque mágico capaz de fazer bortar do nada um fascinante mundo, repleto de fadas, duendes, dragões e uma infinidade de personagens. Era o mundo do faz-de-conta, generoso em palácios deslumbrantes, em abundantes riquezas e pleno de exemplos de injustiças, dominações, trabalhos forçados e muita abnegação, caminhos tortuosos que poderiam terminar nos luxuosos palácios, atirando qualquer

plebeu nos braços da realeza. Nesse mundo os desencantos são necessários ao encantamento, pois tudo é possível e ilimitado, na mesma proporção em que são ilimitadas as estradas da imaginação. Era uma vez uma narrativa para se abrir os ouvidos e a mente, para se fechar os olhos e percorrer fantásticas aventuras. Ouvir e sonhar certamente com o outro lado da realidade, com a real irreabilidade de se ser rei descalço, esquelético e lanhado pela vida.

Era uma vez a possibilidade de um gato, parte menor de uma desafortunada herança, transformar seu dono em Marquês de Carabá, desde que tivesse acesso a um par de tiranas

botas, pudesse estilizar-se de humano e exercer sua demoníaca esperteza. Ser feio e rejeitado não é um problema eterno. Pobre patinho, sofrendo a indiferença discriminatória por parte daqueles que julgava serem seus semelhantes. A descoberta se dá em outro lago, com outros parâmetros: o feio pato de hoje pode ser o lindo cisne de amanhã. E o amanhã a Deus pertence. Nada de reagir, ir à luta, forçar a barra contra a classe dominante. Foi o conformismo de Cinderela, sua capacidade de dizer sim à madrasta e cumprir todas suas tarefas que tocou o coração da Fada Madrinha. Mas esta, mesmo com varinha de condão, só teve o poder de fazer





uma princesa com hora marcada para voltar ao borralho. No máximo, deixar ao acaso. Quem sabe tudo se ajeita segundo o inexorável destino.

O mundo infantil construído pelos adultos pretende ser edificado com os tijolos da imaginação e o cimento da aventura. Recorre-se à memória — todo adulto já foi criança — para buscar o lúdico, mascarar o lógico, descaracterizar o trágico. Douram a pílula, cobrem-na com róseos grãos de açúcar e esperam que modelos, ideologias e preconceitos desçam goela abaixo. Quanto mais se distanciar da realidade, mais alto se voar nas costas de pássaros

encantados, melhor. Fadas alienadas e alienantes cumpriram sua milenar tarefa e teriam direito ao merecido ócio, ao diploma de honra ao mérito, à aposentadoria. Toda bruxa, por ter cumprido exemplarmente sua parte no jogo do maniqueísmo sufocante, poderia tirar vestimenta com que exerceu sua maldade, limpar a maquiagem fulgente do rosto e descer do palco.

Enganaram-se os que deram ordens para desmontar o cenário de castelos e destruir os dragões de papel machê. Nem só de alienação vive o delirante mundo dos contos de fadas. Há hipóteses bem fundadas de que o ato de

exercer a imaginação desbravadamente na infância possibilita à criança, mais tarde, encontrar melhores soluções para as armadilhas do dia-a-dia.

Quem conta um conto, tira um ponto

Era uma vez uma bela história com tristes situações. A rudeza de determinados conflitos foi um descuido ou ingenuidade dos antepassados. Relações incestuosas, abandono de filhos por não se ter com que os alimentar,

deixar uma pobre vó permanecer nas tripas de um lobo é muito mal. Os tempos mudam e a adaptação ao novo enseja uma providencial pasteurização. Se possível fosse regredir às cavernas, decodificar rabiscos representativos das lutas travadas pelo homem contra os animais, as adversidades da natureza e o próprio homem; se viabilizada fosse uma caminhada pelo tempo distante até nossos dias, ouvindo os primeiros momentos de uma história, o contexto conflitual pela sobrevivência ou pela manutenção de determinados status, quão diferentes seriam as histórias que alcançaram a mídia impressa dos livros infantis. Cuidados moralizantes, zelos excessivos para com a frágil

criança, acabaram por dar a ela a visão de um mundo belo e perfeito, portanto inversossímil. A desconflitização dos contos infantis, além de deixar mais sem graça as histórias, provoca um conflito maior e em menor espaço de tempo, no momento do confronto com a realidade. Papai Walt Disney cinematografou Charles Perrault, Christian Andersen, os Irmãos Grimm, Collodi, etc. Cinderelas, Pinóquios, Soldadinhos de Chumbo, todos voaram das páginas dos livros infantis e pousaram no desenho animado musical, explodindo em cores e situações engraça-

das. O único conflito estava restrito à decisão de se ir de manhã ou à tarde ao cinema. Com a televisão, até mesmo esse conflito é minimizado.

A Editora Kuarup, de Porto Alegre, sob a coordenação de Vera Teixeira Aguiar, vem apresentando o texto integral de importantes obras da literatura infantil. Em sua coleção *Era uma vez Grimm*, os livros da Kuarup apresentam narrativas que podem soar estranhas às crianças de hoje. Quem imaginaria Rapunzel errante pelo deserto, enquanto seu príncipe vagava pela floresta, cego, alimentando-se de raízes e frutas? Se há o final feliz, há toda uma gama de privações e situações chocantes, como o fato do príncipe furar os dois olhos em um espinheiro que salvou-lhe a vida após uma tentativa de suicídio.

O conflito não vive apenas no intrincado espaço entre o bem e o mal, o certo e o errado. Pode se gerar pela consciência de mundo, pela análise da realidade em confronto com o imaginário. Joãozinho e Maria são crianças com fome, duas bocas a mais em uma casa com falta de alimentos. Abandoná-los na floresta, deixá-los à própria sorte (ou azar) é uma alternativa atenuante do drama de consciência da eliminação dos próprios filhos. E se as crianças fossem as responsáveis? A desobediência por terem ido muito longe na floresta justifica os castigos e as privações que os indefesos Joãozinho e Maria iriam passar. E se no início se falasse do ciúme de uma madrasta com relação aos dois filhos do primeiro casamento e se arrumasse a desculpa da falta de comida para convencer o pai a abandoná-la na floresta? Joãozinho e Maria é dessas histórias que mereceram uma carga forte de sublimação, de pasteurização. Em alguns desenhos animados, apenas alguns sustos diante da velha bruxa, que chega a ser tola ao ponto de confundir o fino rabo de um rato com o dedo de uma criança. A fome, os conflitos de um segundo casamento, em que o pai cede à paixão pela nova esposa em detrimento da vida de seus dois primeiros filhos, tudo isso ficou de fora dos livros, dos filmes, das histórias em quadrinhos. Sem problemas, as histórias assim tornam-se, elas próprias, soluções preventivas contra possíveis questionamentos e perigosa conscientização da existência de classes que comem tanto e de tantos que sobrevivem com migalhas, apesar de seu trabalho.

O adulto exerce sua autoridade pensante e decisória e consegue arrumar plausíveis desculpas para seus atos. Tudo em nome do bem e tranquilidade da criança enquanto criança. Mas ela cresce e correrá o risco de naufragar sob a primeira tempestade, ao vivenciar seus primeiros conflitos. A alienação voluntária, consciente, apesar de covarde, pode até ser aceita. A



alienação imposta, premeditada, cultivada na cabeça da criança como flores eternas em um etéreo jardim, essa não dá para engolir.

Os caminhos do livro

Se no início eram as fadas, príncipes e animais falantes, hoje os personagens são bem diferentes, movidas a diodos, chips e suas armas expõem poderosos raios laser. He-Man, no entanto, mora em um castelo, assemelha-se a um príncipe encantado das velhas e tradicionais histórias. As fadas eletrônicas lutam contra bruxas intergalácticas e seus dragões robotizados. Rapunzel hoje teria que atirar suas tranças de fitas magnéticas de um asteroide a outro. O esquema é o mesmo. Modernizaram o cenário, deram um novo visual aos fatigados moradores do mundo mágico, modificaram o linguajar para que a história continuasse. De velho, só o miolo, o tal do conteúdo ideológico que permanece o mesmo.

Cronologicamente, há fatos dignos de registro em se situando no Brasil. Não se pode esquecer dos textos escolares, apoiando a leitura do didático, o ler pelo ler. Livro e criança

só se encontravam na escola, ou entre os deveres de casa. Textos moralizantes, edificantes, patrióticos e nada lúcidos, prazerosos. Não verá país nenhum como este, onde as lições escolares pretendiam ser lições de vida. A boa conduta era passada em quadro-negro, estampada em amareladas fotos, em rimados versos a martelar a obediência, o respeito aos mais velhos, os hábitos higiênicos e de urbanidade.

"O livro é sempre um degrau: sobe, se é bom; desce, se é mau. Por ele o espírito ascende à claridade ou abisma-se na treva". Palavras de Coelho Neto, um dos que criaram textos para aumentar nas crianças o sentimento de respeito e a boa educação, embora reconhecesse que na escola apenas se lapidava uma pedra, e se esta já viesse com mancha de casa, com falhas no caráter, nada se podia fazer.

Claro, falar em livro infantil brasileiro sem falar em José Bento Monteiro Lobato é impossível. Sua recriação de muitas histórias infantis ganhou um significado todo especial pela descoberta do leitor. Talvez Lobato, um leitor assíduo, tivesse sentido em sua meninice a falta de espaço para falar, da presença humana nas narrativas. Não só os irreais príncipes e seus

tênuos castelos, mas a presença viva de pessoas como as que liam as histórias. Dar voz ao leitor, fazer com que cada leitor se identificasse com seus personagens, foi uma das guinadas conseguidas pelo fabuloso Monteiro Lobato, obstinado em escrever, em editar o que escrevia.

Lobato não matou duendes nem fez desaparecer bruxas. Submeteu-os a um processo dialógico com os humanos, deu condições a uma Narizinho de questionar atitudes da equivocada turma da maldade. O passo seguinte observado na trajetória das histórias infantis foi a reversão, o surgimento de livros onde fadas mostravam seus poderes de bruxa e esta revelava o seu lado de fada. No fundo, exemplificando que todos têm seus momentos de fada e de bruxa, ora poxa! Se esta ambiguidade foi aceita ou não pelas crianças, não sei. Só sei que foi discutida entre os adultos e repaldada por conceituados psicanalistas.

Aí se atentou para o volume de irrealidades que o livro infantil portava. Tirou-se a cabeça das nuvens e firmou-se os pés no chão. Enxergaram a criança restrita a seu quintal, seu bairro. Basta de sonhos e ingenuidades. O realismo é a solução, o ideal de leitura para a criança. Quem será o adulto de amanhã é bom ir se preparando hoje. Nada de ludicidades inconseqüentes e de faz-de-conta. Não que o mundo tenha ficado feio, descolorido, triste, mas era preciso que o feio, o descolorido e o triste fossem enxergados pelas crianças. Quem olhava para o céu, passou a olhar o chão. melhor talvez deixar olhar o céu, o chão e toda a vida ao redor.

A literatura realista brasileira para criança fez um incrível sucesso. Entre os adultos. Com algum exagero, viam-se adultos escrevendo livros infantis que eram lidos e premiados pelos adultos. A criança lia o que era obrigado, recomendado, trabalhado em classe. Seria tão bom se o rotulismo radical não tivesse se manifestado com tanta veemência, se bons livros falando da realidade fossem tidos como mais um tipo de história e que a criança gostaria ou não. Em meio a muitos equívocos, excelentes livros como os do Wander Piroli, de Vivina de Assis, de Drumond Amorim; e alguns outros.

A mistura da realidade com a ficção, a arte de combinar fatos cotidianos com lúdicas aventuras foi uma das tônicas da coleção "Jovens do Mundo Todo", da Editora Brasiliense. Ali, muitos textos marcantes, como *As incríveis aventuras de El Condor*, de João Silvério Trevisan, redimensionando o problema dos regimes de exceção na América Latina, mostrando que regimes militares faziam vítimas além do Brasil e que não era só aqui que



aconteciam fatos não noticiados nos jornais. A ficção cheirando à realidade, como nos livros de Carlos Moraes (*A vingança do Timão e Tidão, o justiceiro dos pampas*); ou na emoção de *Rio Liberdade*, de Werner Zots, na denúncia de *Cão vivo, leão morto*, de Ary Quintella. Muitos autores brasileiros voltaram-se para a literatura infantil como uma maneira de expressar-se, de comunicar, de trabalhar sua linguagem literária. Ao mesmo tempo marcas profundas de um regime autoritário ainda vigente eram sentidas no conteúdo de obras destinadas às crianças e aos jovens. *O outro lado do paraíso*, de Luiz Fernando Emediato fala de um menino e de suas lembranças em Brasília, vivendo em uma cidade satélite bem distante dos palácios e monumentos existentes no Plano Piloto. Recordações avivando o dia em que um caminhão do Exército chegou e levou seu pai preso.

O difícil equilíbrio entre o panfletário e o literário, o engajado e o alheamento das histórias de peixinhos, férias na fazenda e monotônicas aventuras em um espaço não-dominado; um veio explorado por muitos que recém-chegavam à literatura infantil e juvenil. De um tempo em que se contavam nos dedos escritores como Orígenes Lessa, Maria Mazzetti, Érico Veríssimo, Josué Montello, chegou-se ao fervilhamento de novos autores. Onde há fumaça, há fogo. Por que será que havia tanta movimentação em torno dos livros para criança? Vejamos. . .

O pique do livro infantil

Abre-se uma livraria para crianças, depois outra, e mais outra. Todas as editoras abrem espaço para o livro infantil e juvenil, algumas delas só trabalhando com publicações para essa faixa etária, como é o caso da Miguilim, de Belo Horizonte. Se a grande maioria dos livros destinados aos adultos tinha uma tiragem média de 3.000 exemplares, o livro infantil começava com 5.000 ou até 40.000 números, de saída. Se os livros infantis tinham saída, mereciam tiragens sucessivas, era indício de que havia um público emergencial querendo ler — ou sendo obrigado a ler. Nas editoras, os livros de poesia eram recusados sumariamente, os de contos e os romances poderiam ser estudados. Agora, textos para livros infantis, estes sim, eram demandados. Na medida em que foram aperfeiçoadas técnicas de edição e apresentação gráfica, em que ilustradores de livros para criança passaram a receber atenção especial das editoras, teriam que surgir e permanecer autores significativos, com propostas, com condições de ter seus trabalhos estudados pela crítica e serem assunto de teses universitárias.

Até por questão de probabilidade matemática, teríamos que ter, em meio a uma enxurrada de pseudos-escritores de literatura infantil, nomes que hoje são consagrados como tal. É o caso de Ana Maria Machado, Lygia

Bojunga Nunes, Ruth Rocha, Fernanda Lopes de Almeida, Ricardo Azevedo, Joel Rufino dos Santos, Marcos Rey, Ziraldo e alguns poucos mais. Tem-se hoje no Brasil uns cinquenta nomes cujos textos encontram edição certa e, com maior ou menor intensidade, passam a ser conhecidos pelas crianças, pelos adultos também. Em meio à enorme quantidade de livros infantis e juvenis que são jogados anualmente no mercado brasileiro, é possível fazer uma boa garimpagem, recolher preciosidades, obras que cremos farão parte de listas futuras como marcos de nossa literatura. Mas quem lê os bons autores, os textos merecedores de prêmio internacional? Quem consegue ter contato com o que há de melhor em nossa literatura infantil e juvenil? Acredito que poucos, muito poucos mesmo. E sabem por quê?

Os atravessadores da literatura infantil

Vavá vê o livro. Mas Vavá, que por obra e graça do acaso viu um livro, não tem dinheiro para comprar livros. Entre a criança e o livro há uma multidão de atravessadores, de editores, livreiros, distribuidores, bibliotecários, professores e os próprios pais. Quando as crianças têm o dinheiro da mesada (algumas têm), não possuem informações sobre o livro. Chicletes, álbuns de figurinhas, jogos eletrônicos, roupas e

Livros infantis e juvenis: o que ler?

Caso queira dar algum livro a seu filho, ou mesmo inteirar-se do que vem sendo produzido para crianças e jovens, eis algumas sugestões:

(Livros sem texto)

- Amendoim, de Eva Furnari. Edições Paulinas
- *Ida e volta* — De Juarez Machado, Editora Agir.

- *A bruxinha atrapalhada*, de Eva Furnari, Global Editora.
- *A menina, o cobertor*, de Luiz Lorenzon, FTD.

(Livros infantis)

- *Luciana na janela*, de Fernanda Lopes de Almeida, Ed. Ática.
- *Com roupa de gato*, de J. Thomaz Filho — Ed. Vozes.
- *Um homem no sótão*, de Ricardo Azevedo, Ed. Melhoramentos
- *Procurando firme*, de Ruth Rocha, Ed. Nova Fronteira.

— *Uxa, ora fada, ora bruxa*

— Sylvia Orthof, Ed. Nova Fronteira.

— *No barraco do carrapato*, de Ana Maria Machado, Ed.

Melhoramentos.

— *Nos ombros fortes do papai*, de Maria de Lourdes Krieger, Ed. Mercado Aberto.

(Livros Juvenis)

— *Tchau*, de Lygia Bojunga Nunes (contos) Ed. Agir.

— *Bisa Bia, Bisa Bel*, Ana Maria Machado, ed. Salamandra.

— *Caindo na real*, de Ulisses Tavares (poesia) Ed. Brasiliense.

— *Bicho-do-mato*, de Martha A. Pannunzio — Ed. José Olympio.

— *O pastor de nuvens*, de Marco Túlio Costa, Ed. Record.

— *Rio Liberdade*, De Werner Zots, Ed. Nórdica.

— *As incríveis aventuras de El Condor*, de João Silvério Trevisan, Ed. Brasiliense.

As indicações de livros infantis e juvenis são, muitas vezes, em função da capacidade de leitura e entendimento do pequeno leitor. Obviamente que muitas crianças com mais de dez anos têm a capacidade de ler, entender e refletir muitos livros tidos como juvenis. Com relação aos jovens, à medida que eles se familiarizam mais com leitura, lêem qualquer livro, independente da faixa etária. O melhor mesmo é deixar que as crianças e jovens escolham o que querem ler ou ver nos livros.

É bom dizer que há muitos livros importantes para a literatura infantil e juvenil que não foram listados, porque se trata de uma indicação aproximativa com o assunto. Livros do Ziraldo, do Marcos Rey, da Lúcia Pimental Góes, do Jair Vitoria, Wander Piroli etc., certamente vão agradar em cheio ao

discos são alguns dos produtos destinados às crianças sobre os quais elas são informadas, massivamente, exaustivamente. E os livros infantis são apresentados na escola, como um dever de leitura, com obrigação de preencher fichas de leitura. Raras vezes, um livro é dado de presente à criança.

Mas a desinformação quanto ao livro infantil não é privilégio somente da criança. Pais, professores e bibliotecários não negam que desconhecem muito do que se tem no mercado para o leitor mirim. No recente V Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil e Juvenil, ocorrido na semana de abertura da 9ª Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, mais de setecentas pessoas ligadas à literatura infantil discutiram os principais problemas relativos ao

hábito de leitura nas crianças. Uma das conclusões mais evidentes foi a desinformação sobre o livro, segundo a maioria dos professores presentes. O fato torna-se mais grave porque se tratava de professores de língua e literatura, os responsáveis diretos, na escola, pela aproximação da criança ao livro. Bibliotecárias presentes confessaram a mesma ignorância quanto aos melhores títulos disponíveis, quanto à adequação ou não de determinados livros para as diversas faixas etárias dos alunos. Outras, mais "zelosas", conseguiram distribuir aleatoriamente os livros infantis e juvenis de acordo com a série escolar cursada pelo aluno. Ou seja: criança da 2ª série do 1º grau não pode retirar livro destinado aos colegas da 3ª série, por exemplo.

Em meio à desinformação reinante, o sucesso de um livro infantil independe de seu valor literário, de sua riqueza temática. O sucesso será decorrente de um melhor trabalho de divulgação nas escolas, de uma estratégia de marketing das editoras e distribuidoras. Não se divulgam livros junto às crianças, mas para professores que poderão adotar esta ou aquela publicação, passar o dever de casa para seus alunos, recomendar que comprem. Cabe à turma de alunos ler para responder perguntas, para obter boas notas ao final do mês, do semestre.

A obrigatoriedade em um país em que pouco se lê não vai criar hábito de leitura. O problema é cultural, é social, é financeiro. Não são os meios de comunicação de massa, entendendo-se principalmente a televisão, os únicos responsáveis pela falta do hábito de leitura entre nossas crianças. Em outros países há televisão e a tiragem mínima de qualquer livro sempre é superior a 50 mil exemplares. Ler com prazer, como divertimento, encantamento, deve ser um direito, uma escolha, uma opção. Para ser opção, é necessário que haja livros em casa, que se aumente a disponibilidade de livros infantis, que o livro seja divulgado junto a seu público consumidor. Álbuns de figurinhas, demandantes de uma verba superior ao preço de vários livros infantis, quando anunciados na TV, têm grande aceitação nas diversas camadas sociais. A meninada da chamada periferia é que mais coleciona figurinhas, apesar do baixo



público alvo. Os livros que compõem as séries da *Ciranda do Livro* ou do Projeto *Salas de leitura* — da FAE — passaram por um crivo selecionador, o que já é uma boa indicação.

A ida, com tempo, às livrarias vai revelar muitos e bons livros para crianças e jovens. Há livros como os da série *Mico Maneco*, de Ana Maria Machado, editado pela Melhoramentos, que podem substituir as chatíssimas cartilhas, na alfabetização. É a literatura prestando-se ao ensino e, ao mesmo tempo, atendendo um desejo infantil de ter enredos imaginativos. No mundo da literatura infantil e juvenil há novidades quase

que diárias, já que o público dessa faixa etária é maioria no Brasil.

Se você está pretendendo aprofundar-se na questão da literatura feita para crianças e jovens, comece lendo alguns desses livros:

- 4) *Literatura Infantil Brasileira* — História e Histórias, de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, Editora Ática.
- 5) *O estranho mundo que se mostra às crianças*, de Fany Abramovich, Editora Summus.
- 6) *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*, de Nelly Novaes Coelho, Ed. Quíron.
- 7) *Problemas da Literatura Infantil* — Cecília Meireles — Editora Nova Fronteira.
- 8) *Literatura Infantil: teoria e prática*, de Maria Antonieta Cunha, Editora Ática.
- 9) *A Psicanálise dos Contos de Fadas* — de Bruno Bettlheim, Editora Paz e Terra.
- 10) *A Leitura e a Formação do Leitor* — de Eliana Yunes — Ed. Antares.

- 1) *O que é Literatura Infantil?* — de Ligia Cademartori, Ed. Brasiliense.
- 2) *A criança e o livro*, de Laura C. Sandroni e Luiz Raul Machado — Editora Ática.
- 3) *A arte de fazer artes*, de Glória Pondé, Editora Nórdica.

poder aquisitivo. Logicamente, em termos de atrativo, o álbum de figurinhas pode ganhar dos livros infantis. Porém, é inquestionável que a divulgação da literatura infantil através da mídia eletrônica, dos meios impressos, redundaria em uma maior penetração dos livros junto às crianças. É sabido que só o fato de participar da chamada publicitária da "Ciranda dos Livros" faz com que alguns títulos passem a ser procurados nas livrarias, tenham uma vendagem maior.

Poucas são as livrarias de nossas cidades. Algumas capitais de países vizinhos têm mais livrarias do que o Brasil todo. Ainda menor é o número de livrarias com seções de livros infantis. E quando elas existem, os livros estão dispostos inacessivelmente às crianças, empilhados verticalmente, sem se mostrar por inteiro ao seu possível leitor. Somente algumas capitais brasileiras têm livrarias unicamente para as crianças, o que é uma pena. Ao que se sabe, este é um ótimo negócio, principalmente quando se misturam livros a brinquedos, roupas de bonecas. . .

Como encurtar distâncias

Inúmeros são os exemplos de pessoas que leram um primeiro livro por acaso, gostaram e continuaram sendo leitores costumeiros. Vários são os casos de crianças que, por terem lido o que não queriam, quando não queriam, passaram a detestar qualquer tipo de leitura. O prazer de ler deve e pode coexistir com o prazer de se ver televisão, jogar video-game, ouvir música. Se a leitura de determinado livro não dá prazer, não traz emoções, não é interessante, passa-se a outro. O prazer de ler pode começar no prazer e encantamento de ouvir. O ser humano é um ouvinte por excelência. Antes de distinguir o rosto do pai, os olhos da mãe, o recém-nascido acostuma-se a ouvir e distinguir a voz do pai e da mãe. Toda criança gosta de ouvir histórias, casos. Seu mundo mágico

descortina-se mais intensamente quando a criança ouve, relaciona, imagina.

Há livros hoje em dia que são feitos para brincar, para quando o pequenino está mais interessado em pegar, cheirar, olhar, apertar. Livros de pano, em cartões resistentes, em plástico, verdadeiros brinquedos, podem fazer uma primeira aproximação da criança com o livro. Há livros com figuras apenas, coloridas ilustrações para serem vistas pelo menino ainda não alfabetizado. Mesmo nessa fase é interessante que ele "leia" alguns livros, vendo o dedo do pai, mãe ou de irmãos já leitores, percorrer as linhas com palavras. É o conhecimento da existência de um outro código que não o sonoro e o pictórico, mas o da escrita. Ler um livro para uma criança é despertar-lhe a curiosidade da leitura, de aprender a decodificar aquelas manchas miúdas, alinhadas: as palavras escritas.

A leitura na escola, mesmo na pré-escola, não deve ser apenas a de textos didáticos, de enfadonhas cartilhas, de ultrapassadas narrativas, mesmo que de autores consagrados. Ler literatura, ler textos cativantes e que tenham algo a ver com as suas expectativas, consegue mais adeptos para a leitura do que a maioria das estratégias usadas junto às crianças.

Quando algum escritor vai à escola, uma das invariáveis perguntas é quanto ao ato de se fazer um livro. Nota-se que a criança não só está propensa a ler mais, mas tem sonhos de ser, ela própria, autora de seus livros. Brincar de escrever, de fazer livros, espontaneidades dos alunos pouco exploradas pelos professores, pelos pais. Ler pode ser a recompensa e não o castigo. Mas a leitura prazerosa não faz parte do currículo. A biblioteca chega a ser transformada, em alguns casos, em um lugar de castigos, para onde são encaminhados os alunos bagunceiros. A bibliotecária, muitas vezes, está mais interessada em manter os livros em perfeito estado, sem rabiscos, sem folhas arrancadas e, de preferência, sem serem lidos.

Em casa, os pais pouco ou nada lêem. E quando a criança quer ler, vem logo o aviso ditatorial: "isto aqui não é para criança". A alternativa é ler o dever ou ver televisão. Esta, sim, dá mais opções, tem outros canais, programas variados. No que diz respeito à tevê, os pais não ligam muito se este ou aquele programa é próprio para seus filhos.

Em rápida pinceladas, em exageradas comparações e afirmações, pretende-se chamar atenção para o fato de que o livro infantil tem um número maior de adultos gravitando em torno dele e que resta ao público infantil a participação passiva de ler o que lhe chega, o que tem por obrigação ler. Há mecanismos a serem encontrados ou desenvolvidos para dar à criança um papel mais participativo com relação ao livro infantil. Se muitos escritores criam seus textos para agradar às editorias infantis e não às crianças, por que não manter cada editora um conselho editorial formado por meninas e meninos? Por que não promover concursos juntos aos alunos para publicar os melhores trabalhos, um merecido e desejado prêmio? Por que não se abrem bancas, aos moldes das bancas de revistas, para se vender livros para a petizada? Por que os programas infantis de nossas tevês não reservam espaços dignos para a literatura infantil?

É, perguntas as temos em abundância. As respostas, porém, só virão com um envolvimento maior da sociedade, com a participação real das próprias crianças. Para que um dia, quem sabe próximo, não tenhamos que começar uma última história com *Era uma vez o livro infantil*. . . ●

Guido Heleno é jornalista, natural de Anápolis. Trabalha atualmente na Embrater, na área de produção de vídeos, e mantém coluna no *Correio Braziliense* sobre livros infanto-juvenis. Publicou os livros infantis "O mistério dos triângulos amarelos" e "A lenda da noite". Durante cerca de 3 anos foi editor do "Jornalzinho de Brasília", edição infanto-juvenil.

Resumen

El libro infantil

¿HADAS Y BRUJAS AL SERVICIO DE QUIÉN?

Incluso para quien no tiene hijos o la obligación de expandir el hábito de la lectura entre niños y jóvenes, la realidad del libro infantil y juvenil puede ser un asunto interesante. Primero, por la posibilidad de dar a conocer excelentes trabajos literarios con premios en el extranjero que no deben quedar ajenos a la cultura de un pueblo. Después, temas ideológicos, mercantilistas, culturales, editoriales, etc., también pueden ser analizados a través de la lectura de obras destinadas al llamado público infanto-juvenil. Un mundo mágico y cautivante, concientizador y alienante, totalmente manipulado por los adultos.

Abstract

Books for children

FAIRIES AND WHITCHES: INSERVICE OF WHOM?

Even for those who do not have children or the obligation to disseminate the habit of reading among children and youth, the issue of books for children and young people can be an interesting matter. First, because of the possibility of seeing excellent literary works that have been awarded prizes abroad which should not be alien to the culture of a people. Next, ideological, commercial, cultural, editorial, etc., considerations can also be analyzed through reading works destined to a so-called children's and juvenile public. It's a magical and captivating world, which raises and alienates consciousness, totally controlled by adults.



Os apelidos do Cláudio

Hildo Honório do Couto

Na cidade mineira de Cláudio, todo mundo tem um apelido. A apelação é bastante antiga na região e já no período colonial registram-se os casos de "Tiradentes" e "Aleijadinho".

Em Cláudio o apelido é uma realidade tão arraigada que seus habitantes já superaram a fase de mero uso; o claudiense não só usa o apelido, mas também o troca e brinca com ele.

Contrariamente ao que dá a entender o título, não vou falar dos apelidos de um indivíduo chamado Cláudio. Tratarei, em vez disso, dos apelidos usados na cidade mineira de Cláudio, situada a cerca de 130 quilômetros de Belo Horizonte e aproximadamente 60 de Divinópolis. O artigo definido que aparece antes do nome da cidade também deve ser esclarecido. Normalmente nós o usamos antes de nomes de pessoas denotando intimidade. Aqui, ele está sendo usado antes do nome da cidade mesmo. É a maneira normal de os claudienses se referirem a sua cidade: "Eu tô no Cláudio", "Eu vô lá no Cláudio", "o Cláudio é uma cidade pequena", etc. Voltarei ao assunto mais abaixo. A pergunta que se põe agora é: por que um trabalho sobre os apelidos usados numa pequena cidade do interior do Brasil?

Bem, antes de mais nada, o apelido é uma das diversas manifestações do fenômeno linguagem, na práxis humana diária. Só isso já justificaria uma investigação sobre ele. Mas, então por que foi escolhida precisamente esta localidade e não outra? Afinal, o fenômeno apelido não é apanágio dela. Eu mesmo já fiz uma coleta da onomástica de Major Porto (ex-Capelinha do Chumbo), município de Patos de Minas, Minas Gerais¹.

A escolha de Cláudio resultou de uma opção pessoal que, não obstante, foi motivada por diversos fatores. Em primeiro lugar, porque é a única localidade, de que tenho notícia, com *status* de cidade, onde os apelidos são de uso generalizado. Major Porto é apenas um povoado que até há bem pouco tempo nem os benefícios de luz, água encanada e telefone tinha, se bem que hoje já tenha até televisão.

Cláudio existe desde 1758 e há muitos anos é cidade. Tem uma população urbana estimada em 18.000 habitantes. A rural está por volta de 7.000, na qual se inclui cerca de 13 povoados (Bocaina, Corumbá, Matias, Ribeirão do Cervo, Rocinha, etc.). Tem 15 fundições, das quais apenas duas não são de gente do lugar, mas de gaúchos e cariocas. Possui três siderúrgicas (Secol, Siderúrgica Trindade e Siderúrgica Claudiense), todas de propriedade de claudienses. Além disso, tem oito fábricas de cachaça (Mathusalém 960 ou Paquinha, Carinhosa, Açucarina, Areana, Zazá, Moreninha, Matutinha e uma outra cujo nome não peguei) e quatro ou cinco fábricas de móveis. Quando lá estive (agosto/1985) estava sendo instalada uma destilaria de álcool, com inauguração prevista para 1986, com capacidade para 60.000 litros/dia e que geraria em torno de 800 empregos diretos e indiretos.

Em segundo lugar, a cidade de Cláudio se tornou famosa devido a umas duas reportagens na TV Globo e uma na TV Manchete que deram uma idéia dos apelidos usados na cidade

a todo o Brasil, via Embratel. Além disso, diversos jornais e revistas têm publicado matérias sobre o assunto.

Em terceiro lugar, o movimento pelas eleições diretas (Diretas Já!) e pelo fim dos desmandos da ditadura militar também chamou a atenção de todo o país para a pequena Cláudio. É que ela está a apenas 180 Km de São João del Rei, terra natal de Tancredo Neves, e também porque é no município de Cláudio que se localiza a Fazenda da Mata, de propriedade de sua família. O Brasil inteiro tomou conhecimento dela, pois era aí que descansava Tancredo Neves. Por fim, Cláudio é a terra natal da esposa de Tancredo, Risoleta Neves, e grande parte de sua família ainda mora lá. O atual (agosto/85) prefeito, Múcio Guimarães Tolentino (o Paquinha), é um de seus irmãos.

Por todos esses motivos achei de bom alvitre tomar a cidade de Cláudio como modelo das localidades onde proliferam os apelidos.

A apelação

A apelação é um setor especial da antroponímia e apresenta muitas afinidades com a hipocorística. A única diferença entre as duas é que no caso desta o nome é tirado do nome próprio da pessoa, como em "Lilita" (de Carlita), "Titrancia" (de Tancredo), "Ticanjo" (de Cândido), "Zé" ou "Zezé" (de José), "Quedo" (de Tancredo, filho de Múcio), etc. O apelido, por seu turno, não tem nada a ver com o nome próprio da pessoa. Há línguas que parece não distinguirem as duas realidades. É o caso do inglês, que abrange as duas coisas sob o nome de "nickname", do francês, que usa para ambas o termo "surnom" e do alemão, que só tem "Kosenamen". Entretanto, é bom manter a distinção, pois o hipocorístico é motivado pelo (é tirado do) nome próprio, de registro, e em geral é associado à linguagem infantil, ao passo que o apelido é uma denominação inteiramente arbitrária e aleatória.

Arbitrariedade e aleatoriedade não devem ser entendidas como se no surgimento do apelido não houvesse nenhum princípio orientador. Significam apenas que o nome (o apelido) não está subordinado a um único princípio como, por exemplo, ser motivado pelo nome oficial. Um de meus informantes (um taxista) disse, em resposta a minha pergunta sobre por que põem o apelido tal e não outro: "Cê olha pra ele e acha que tem cara de alguma coisa e põe o apelido". Até o seguinte pode ocorrer: "Ô Tico-Tico, como vai?" Não se tratava do apelido do interpelado. O interpelante o inventou na hora e, provavelmente, nunca mais voltará a usá-lo. É que naquela hora o interpe-



lante viu no interpelado algo que lembrava o pássaro em questão.

Como exemplo de apelação momentânea poderia citar também casos como o de "Bigode", "Horroroso", "Cascudo", "Alemão", "Gordo", "Careca", etc. Todos eles estão associados a alguma característica do nomeado, tanto psicológica (Peixe Elétrico) quanto física (todos os exemplos). Neste contexto, o sufixo *-udo* deve ser lembrado. Seu significado é: "que tem... grande". Assim, se as reticências forem substituídas por "bigode", teremos "o Bigodudo"; se o for por "boca", teremos "o Bocudo" e assim por diante (cf. também "Barrigudo", "Beicudo", "Narigudo", etc.).

O apelido é tão comum no Brasil, em geral, e em Cláudio, em especial, que são comuns diálogos como:

- Que moça feia!
- Feia é apelido, é horrorosa!

Aqui poderíamos lembrar a famosa canção que diz: "Seu nome é Virgulino, apelido Lampião". No caso específico de Cláudio, quando eu perguntava pela origem do apelido, frequentemente o informante dizia: "O apelido é de família. Tenho ele desde menino. Foi meu pai e minha mãe que me puseram esse apelido".

Vê-se que o apelido está arraigado na tradição brasileira. Em Cláudio, registrei por várias vezes diálogos como os seguintes:

- Quem é Tiago Costa Amorim?
- É o Sá Rita, ou o Totó!
- Quem é Maria Júlia Prado?
- É a Fiça!

Ou seja, para a comunidade claudiense (e, em geral, para as outras comunidades pequenas do Brasil), o que importa não é o nome completo, o nome oficial. Não é por ele que as pessoas são conhecidas. A tal ponto que os catálogos telefônicos traziam o apelido do assinante ao lado do nome oficial pois, do contrário, ele não seria identificado pela maioria das pessoas.

Mesmo nas sociedades altamente desenvolvidas ocorrem apelidos, pelo menos no âmbito familiar. A filha de Karl Marx, por exemplo, relata que em sua família todo mundo tinha apelido. Assim, Marx era o "Moor", o "Challey" (de Charles) ou "Old Nick"; Jenny, sua mulher, era "Mohme"; a criada Helene Demuth era "Nym"; Engels, o maior amigo da família, era "General"; Eleanor Marx-Aveling, Laura e Jenny (as três filhas) eram, respectivamente, "Tussy" (ou "Quo-Quo, Sucessor do Imperador da China" ou "Getwerg Alberich"), a "Hotentote" (ou "Kakadou") e "Qui-Qui, Imperador da China" (ou "Di"). Nem a amiga, Lina Schöler, escapou: era a "Velha Toupeira"². Mas isso se deu na segunda metade do século passado. Não sei se hoje ainda seria a mesma coisa.

Em Cláudio a apelação continua mais viva do que nunca, apesar da industrialização por que a cidade está passando e da comunicação de massa. Assim, além dos casos já comentados, gostaria de citar mais um que revela o espírito apelidístico dos claudienses. No ônibus que vai de Cláudio a Divinópolis um colega do motorista se dirigiu a ele, referindo-se a um terceiro colega, dizendo:

— Eu num sabia se o motorista era o Mandioca ou o Batata!

Ao que o motorista retrucou:

— Uai sô, se num era o Mandioca nem o Batata era o Cará!

Devo observar que não havia ninguém chamado Cará. O nosso motorista só usou este nome porque vive num meio em que o apelido é uma realidade do cotidiano de todos. É um fato natural.

Apelidos e estrutura social

Já vimos que há uma afinidade muito grande entre apelidos e contexto familiar. Até mesmo o exemplo estrangeiro citado revela essa intimidade entre ambos. Por isso, gostaria de tecer alguns comentários sobre ela nesta seção.

Em primeiro lugar, examinemos mais de perto a já mencionada afinidade entre apelidos e hipocorísticos. Percebe-se facilmente que estes estão intimamente associados à linguagem infantil. Tanto que os processos lingüísticos de que se serve são os mesmos que se dão na linguagem infantil: ausência de estruturas silábicas complexas, reduplicações silábicas (Zezé, Lilita, Dudu, etc.). Nos apelidos também encontramos muitas simplificações, bem como outros processos típicos da linguagem infantil e, por extensão, do contexto familiar. Assim temos, por um lado, apelidos como "Fia" (de filha), "Fiica" (diminutivo de "Fia"), "Neném", etc. Por outro lado, está surgindo um prefixo



"ti-" (de "tio") na formação de apelidos. Como exemplos poderíamos citar, entre outros, "Tiranca" ou "Tiquedo" (de "Tio Tancredo"), "Tirrorrô" (de "Tia Risoleta"), "Tineca", "Ticanjo" (de "Tio Cândido"), etc. O penúltimo tem como nome oficial "Carlos". No entanto, não é difícil imaginar um intermediário "Neca" do qual teria derivado.

O diminutivo nos nomes próprios são sabidamente denotadores de ambiente familiar. Pois bem, dentre os mais de mil apelidos que coletei em Cláudio, há aproximadamente uma centena que contêm sufixos diminutivos. Entre eles estão "Pequitita", "Muxibinha", "Duquinha", "Neguinha", "Finquinho", "Viquinho", "Gigantinho", "Casquinho", "Gaguinho", etc. Frequentemente o diminutivo designa um membro mais novo da família (filho, neto ou irmão). É o caso de "Mariazinha" (por causa da avó do mesmo nome), "Xaropinho" (por causa do irmão mais velho), "Goiabinha" (o pai é o "Goiaba"). Mas, frequentemente o diminutivo indica carinho, afeição, intimidade, em vez de pequenez. É o caso dos nove recém-citados.

O oposto do diminutivo, ou seja, o aumentativo, não pode ser ignorado neste contexto. Ele está no outro pólo, isto é, os dois articulam-se ao longo do mesmo eixo. Trocado em miúdos: o aumentativo também conota familiaridade, intimidade. "Lobão", "Bicão", "Dedão", "Rosão", "Gaiolão", "Mancão", "Figuirão", "Baxadão", etc. são alguns das várias dezenas que registrei.

A linguagem usada em família é bastante contextualizada, prática, intimamente associada aos objetos a que se refere. Estes são vistos, amiúde, pela ótica infantil, como acabamos de ver. Dos cerca de 1.325 apelidos que recolhi, não há praticamente nenhum que se refira a

coisas não pertencentes ao dia-a-dia da comunidade claudiense. Quer se trate de objetos fisicamente presentes e que são manuseados diariamente, quer sejam realidades recebidas através do cinema ou da televisão. Conclui-se, assim, que Cláudio é, desta perspectiva, uma grande família, uma família ampliada. Com efeito, nessa cidade temos fatos típicos de um ambiente familiar, e os apelidos (ao lado dos hipocorísticos) não são os menos importantes dentre eles.

Para reforçar a contextualidade do apelido gostaria de dar um exemplo de fora de Cláudio, já que nesta comunidade não registrei muitos casos. De Major Porto e proximidades tenho, entre outros, "Pedro Gomes", "Pacamã" e "Rengo". Os dois primeiros mudaram-se para Brasília, o terceiro para Paracatu. Todos eles perderam o apelido no novo contexto em que se inseriram. Aí são chamados, respectivamente, por Belmiro (Pedro Gomes), João Dutra dos Santos (Pacamã) e Agostinho Barbosa Filho (Rengo). Ou seja, quando o indivíduo sai do círculo restrito, de tipo familiar, a que pertence, e no qual o apelido surgiu, descontextualiza-se e o apelido desaparece. Com efeito, este pertence ao indivíduo *x* no contexto *y*. Aliás, tudo isso não passa do reflexo lingüístico do fato social chamado migração. Na realidade, quando alguém migra todo um conjunto de meios de interação social se alteram, não apenas a linguagem, e muito menos só o apelido.

Não só em Cláudio, mas no Brasil inteiro e até mesmo em várias partes do mundo e em diversas épocas (cf. COUTO 1983, p. 125-130) verificamos que há nomes do tipo "Dão do Binga", "João do Dadá", "Zé do João do Dadá", "Chico do João do Dadá", "Fiica do Dão", etc. De modo bem transparente esses nomes revelam a tessitura familiar da comunidade, revelam que esta está centrada na família. Assim, o filho em geral é conhecido (e/ou referido) através do pai e, em alguns casos, até mesmo através do avô (Chico do João do Dadá). A mulher também é, freqüentes vezes, referida através do marido, como em "Fiica do Dão".

Em geral quando um cientista social vai a campo coletar dados, leva uma hipótese que dificilmente é negada por eles. Em outros termos, ele só vai lá confirmar uma idéia preconcebida. No caso presente, porém, devo confessar que fui surpreendido. Eu fui a Cláudio com a idéia na cabeça de que apelidos ridículos, pejorativos como "Zé Fogo", "Zé Gamela", "Piolho", "João Carrapato", "Peidô", "Maria Viadinha" e outros seriam usados só para pessoas simples, do povo. Para os membros da burguesia, da elite local, assim eu pensava, os apelidos seriam mais "bonitos", mais "elegantes", como

"Senhor Tadeu", "Bonito", "Zezinho", "Marquinho", etc. Não foi o que constatei. Na realidade isto pode acontecer. Mas pode também acontecer justamente o contrário. Assim, um fazendeiro tem o apelido de "Tampinha"; "Pelado" é o nome de outro fazendeiro. Um pedreiro aposentado é o "Bonito". O "Feio" é um comerciante. Um advogado é chamado de "Caçapa". O "Sambanga" é um funcionário da Emater. E assim por diante.

A conclusão a que cheguei foi a de que no final das contas a linguagem é de todo o povo. O apelido em especial é de domínio público; ele foge totalmente do controle do apelidado. Quer este goste quer não, o apelido será usado. Aliás, se ele achar ruim aí é que o apelido pega com mais facilidade. Se ele for valentão, pode ser até que não usem o apelido em sua presença. É só ele virar as costas e todos se referirão a ele através do apelido e, frequentemente, rindo.

Uma vez que a sociedade capitalista é injusta, distribui desigualmente as oportunidades, há pelo menos uma maneira de o povão se vingar. Assim, o apelido é um meio de se conseguir a igualdade social pelo menos através da linguagem, já que não sócio-economicamente. Na apelação todos são iguais, todos têm as mesmas chances e todos são tratados da mesma maneira. No entanto, como no caso do artigo da Constituição que diz que todos são iguais perante a lei, essa igualdade é, literalmente, apenas nominal, ou seja, só existe "no nome", ou melhor, no apelido. Quando se trata da distribuição da renda, do gozo do consumismo capitalista, os pobres vão para suas casinhas de madeira, desconfortáveis, quando as têm. E toda uma série de desvantagens, que todos conhecemos.

Metalinguagem

Como sabemos, metalinguagem é a linguagem que se usa para falar da própria linguagem. Ou seja, quando falamos metalinguisticamente, falamos da própria linguagem, não de coisas. No caso da apelação claudien-se, entende-se por metalinguagem o uso do apelido, o seu manuseio não para se referir ao apelidado, mas com finalidades outras, como, por exemplo, a fim de classificá-los, de listá-los, de fazer jogo de palavras com eles, etc. Pois bem, como mais uma prova de quão impregnada pelo espírito apelidístico a sociedade de Cláudio está, comentarei três usos metalinguísticos do apelido, três casos de meta-apelação que são justamente os que acabo de mencionar.

Os primeiros informantes que procurei já fizeram referência a uma classificação (lista, segundo eles) feita pelo Dondoca (Sebastião),

um dos barbeiros da localidade. Essa classificação, feita no verso de uma folha de resultado da Loteria Federal, obedece ao critério semântico da origem do nome. Apresento-a em seguida, porém dou só alguns exemplos de cada "classe", uma vez que ela compreende mais de 600 nomes.

"Apelidos com nomes de:

1. Bichos: Jegue, Tatu, Boi, Rato, Jacaré, etc.
2. Polícia: Capitão, Tenente, Major, etc.
3. Flores: Rosão, Margarida, Zabumba.
4. Bebidas: Qui Suco, Café, Licor, etc.
5. Cigarros: Arizona, Cachimbo, Charuto.
6. Comida: Bolacha, Mocotó, Fubá, Coco, etc.
7. Peixes: Pacu, Pexe Elétrico, Traíra, Bagre, etc.
8. Armas: Garrucha, Espingarda, Flecha, etc.
9. Lugar de Futebol: Campinho.
10. Insetos: Abelha, Mosquito, Grilo, Barata, etc.
11. Aves: Galinha de Angola, Curió, Tico-Tico, etc.
12. Ferramentas: Alicates, Foices, Fuêro, etc.
13. Dia da Semana: Domingo, Quinta-feira, Dez-Pras-Duas, Brisa, Lua, etc.
14. Utensílios: Panela, Garrafa, Caneco, Cueca, Chapéu, etc.
15. Raça de Cavalo: Manga Larga, Piquira.
16. Piadas 85: Breguesso, Botão, Cutuca-nas-Esporas, Bonito, Filme-das-Dez, etc.
17. Mata: Bambu, Piteira, Cipó.
18. Cobras: Jibóia, Caninana, Urutu, etc.
19. Cérebro: Miolo, Cuca.
20. Professor: Matemático.
21. Nacionalidade: Alemão, Suíço, Japonês, Goiano, Gaúcho, etc.
22. Jogo: Sinuca, Zape, Coringa, etc.
23. Carros: F.N.M., Furreca, Buléia, etc.
24. Inflamáveis: Gasolina, Querosene, Petróleo, Foguete, etc."

Acrescentados nas entrelinhas e nos espaços em branco, fora de classificação, estão cerca de mais cem apelidos. Isso saliente mais uma vez o dinamismo da apelação. A todo instante surge um novo nome. Daí a necessidade de se fazer acréscimos à classificação depois de pronta.

No final da folha está escrito:

"Isto é uma brincadeira. Qualquer semelhança é mera coincidência".

Ou seja, o apelido aqui é usado com finalidades declaradamente lúdicas que, sabidamente, são de caráter mais metalinguístico do que linguístico propriamente dito. Ou, para usar uma linguagem econômica, o uso lúdico da linguagem enfatiza o valor de troca mais do que o valor de uso. Este se refere ao consumo imediato, o que equivale em linguagem a usar as palavras para se referir àquilo a que efetivamente se referem.



O segundo exemplo de uso metalinguístico do apelido ou, para usar a linguagem da lógica, o segundo exemplo de *menção* do apelido (e não de seu *uso*) é a lista elaborada por Dona Dora do Cirim. Ela compreende 487 apelidos numerados, mas sem qualquer veleidade de classificação. É apenas uma lista. Os números 488 e 489 já estão escritos, mas sem o nome equivalente. Isso mostra que também Dona Dora do Cirim está cônica de que a qualquer momento novos nomes deverão ser acrescentados a sua lista pois a realidade é dinâmica.

Numa outra parte do caderno Dona Dora apresenta uma lista de "Frases de pára-choque de caminhão", uma de "Provérbios velhos modernizados" e outra com "As dez grandes mentiras da humanidade".

A apelação é bastante antiga na região. Já na época colonial temos o caso de "Tiradentes", do "Aleijadinho" e outros. O primeiro deles tinha também os apelidos de "República" e "Liberdade" (cf. Oiliam José. 1985. *Tiradentes*. Belo Horizonte: Itatiaia). No que se refere a Cláudio, um informante me disse que antigamente havia, numa única família, os apelidos "Dadá", "Dodô", "Dedé", "Didi", todos já falecidos. Com isso surgiu naturalmente o seguinte jogo de palavras (de apelidos):

"Dadá num dá, Dodô num dô;
se Dedé num dé, Didi Piorô"

Trata-se, como se vê, de um exemplo de uso lúdico da linguagem. Mais precisamente, trata-se de um caso de *menção* do apelido, em vez de seu uso para falar do apelidado.

A conclusão geral que tiramos desse uso metalinguístico do apelido é que ele permeia a vida do claudien-se em todos os sentidos. Ele é

uma realidade tão arraigada, portanto natural em Cláudio, que seus habitantes já superaram a fase de mero uso; já chegaram à etapa da menção do apelido, de seu uso como brincadeira. O claudiense não só usa o apelido, mas também o troca, joga com ele.

Estrutura lingüística do apelido

Para ser mais preciso, o subtítulo deveria ser "Estrutura sociolingüística do apelido". No entanto, como não vou falar sobre a estrutura interna (fonológica, morfológica e sintática) do apelido, mas apenas das variações que ele sofre segundo é usado por este ou aquele tipo de falante, não vejo nenhum inconveniente em mantê-lo como está.

Uma coisa que me chamou a atenção foram algumas discrepâncias entre a pronúncia que se ouve na rua e a transcrição que se lê, por exemplo, na lista de Dona Dora do Cirim. Esta é uma simpática senhora, com inquietações intelectuais que transcendem de muito sua pequena cidade. No entanto, ela não é uma pessoa do povo, pobre, da rua. Pelo contrário, apesar de ser bastante simpática e não preconceituosa, ela se afina mais com a burguesia local do que com o homem da rua. Com isso, apresenta um nível de instrução acima da média, com acesso fácil à linguagem culta, à escrita, e não apenas à oralidade, como ocorre com os desprivilegiados sócio-economicamente. Assim sendo, na sua lista os nomes aparecem transcritos como, por exemplo, "Toureiro", "Peixe-Elétrico", "Coelho", "Quilinho", etc. Na boca do povo, na rua, porém, o que se ouve é "Torero", "Pexe-Elétrico", "Cueio", "Quilim", etc.

Para aqueles que acham que a nossa não é uma sociedade de classes, até os apelidos aí estão para mostrar que ela realmente o é. Se não dá para vislumbrar uma "classe alta", uma "classe média" e "uma classe baixa" no uso do apelido, pelo menos uma *elite* sócio-econômica e um *povoão* (equivalentes aproximados da burguesia e do proletariado de Marx) são facilmente detectáveis. A elite tem acesso ao *código elaborado* da língua geral, mesmo que não o use a todo instante. O povo, por seu turno, só conhece o *código restrito* que, segundo seu proponente, é centrípeto, contextualizado, particularizante, por oposição ao elaborado, mais centrífugo, descontextualizado, universalizante³. Tudo isso salta à vista quando observamos o uso do apelido.

Ainda do ponto-de-vista lingüístico temos que considerar os apelidos simples e os compostos. Simples são os que constam de um único vocábulo, amiúde monomorfemático, como "Canarinho", "Paquinha", "Pisquilha", "Pelado", "Pacolé", etc. Os compostos podem ser de diversos tipos. Assim temos, em primeiro

lugar, nomes como "Pexe-Elétrico", "Senhor Tadeu", "Pé-de-Ferro", "Sá Rita", "Bate Trôço", "Manga Larga", "Teje Preso", etc. A motivação para o seu surgimento está no ser que já portava o nome, ou então a expressão como um todo é descritiva (Bate Trôço).

Em segundo lugar, temos que considerar os apelidos resultantes de uma mistura com parte do nome oficial. Os exemplos são inúmeros: "Zé Gamela", "João Carrapato", "Chico Espingarda", etc. Por fim, temos os que resultam de uma mistura com o nome de outra pessoa como, por exemplo, "João do Dadá", "Zé do João do Dadá", "Dona Dora do Cirim", etc.

Resumindo, pode-se dizer que a estrutura do apelido se insere no contexto maior da estrutura das palavras do português em geral. Pode ser um nome simples, pode ser um nome composto, sendo que este pode aparecer sob diversas formas. Na maior parte das vezes, ele é descritivo, portanto, indissolivelmente ligado ao contexto de surgimento. Assim sendo, até mesmo em sua aparência fenomênica o apelido reflete, como qualquer setor da linguagem, os níveis sociolingüísticos, os códigos elaborado e restrito e, por conseguinte, a estrutura sócio-econômica da comunidade.

Apelidos e denotação

Desde pelo menos a Grécia Antiga se vem discutindo a questão da referência ou denotação. Dentre outros temas, tem se discutido se há ou não uma relação necessária entre o nome e a coisa por ele denotada. Em outros termos, a questão tem consistido em saber se a linguagem foi criada pela natureza ou por algum tipo de convenção, se o nome reproduz a coisa a que se refere ou não. Trata-se de uma questão polêmica, inglória e até certo ponto ociosa.

O grande defeito de várias teorias do significado que têm surgido até hoje sobre a denotação é o assumir uma atitude de metafísica em relação ao assunto. Considerando determinado nome e possíveis coisas a que ele se refere, tenta-se resolver, explicar a relação entre eles como se existissem isolados da práxis humana. Posta nesses termos, a questão é insolúvel, é inteiramente desprovida de sentido⁴. Neste ponto, creio que os apelidos podem ser de grande valia. O estudo de seu surgimento e uso pode lançar luz sobre esta espinhosa questão.

Consideremos os conjuntos de apelidos (a), (b) e (c).

(a) Careca, Pernambuco, Relaxo, Chevelo, Bigode, Paquinha, Canarinho, João Espírito, Dedão, Garrucha, Bode, Cubu.

(b) Pexe-Elétrico, Alemão, Bagre, Sambanga, Abelha, Maria Viadinha, Geraldo Cotia, Gasolina.

(c) Tifu, Fu, Dita, Fiica, Té, Fia, Di, Zezinho, Chico, Bonga, Naldinho.

Já vimos que a motivação para o surgimento do apelido é totalmente aleatória. É impossível estabelecer uma regra como a seguinte: "Na circunstância x, surge o apelido y". Isso não significa, no entanto, que seja impossível vislumbrar qualquer tipo de princípio em seu surgimento. Observando as três classes de apelido alinhadas acima, verifica-se que em (a) temos nomes que denotam, que se referem à coisa (pessoa) por estarem associados a ela, por terem algum tipo de ligação com ela. Assim, "o Pernambuco" tem este nome por ser pernambucano, está associado ao estado de Pernambuco: "o Careca", "o Bigode", "o Dedão", são assim chamados por razões óbvias: têm a característica em questão. "O Paquinha" (o prefeito) tem esse apelido porque é dono de uma fábrica de cachaça que engarrafa a pinga "Paquinha". Ou seja, ele recebeu o apelido porque está associado à coisa que este designava originariamente.

Os apelidos da classe (b) são de um tipo bem diferente. Eles designam a pessoa por algum tipo de semelhança, e não por estar ligados a alguma característica dela, como no caso anterior. Desse modo, "o Sambanga" é assim chamado porque parece com outra pessoa que tinha este apelido. "O Pexe-Elétrico" por ser irrequieto, por parecer elétrico. "O Alemão", por seu turno, tem as características dos alemães (é claro, alto e louro). E assim por diante. Ou seja, a relação entre nome e coisa é sempre de semelhança.

A classe (c), finalmente, consta de nomes que se referem à coisa (pessoa) apenas porque foi assim convencionado. Não designam nada que esteja ligado a alguma característica da pessoa nem lembram, por semelhança, nada fora da própria relação de designação. São usados porque passaram a ser usados no grupo a que o apelidado pertence. A causa do apelido praticamente é desconhecida. É assim porque todos dizem assim.

É interessante notar que as três classes correspondem exatamente à classificação que Peirce faz dos signos em relação à coisa referida. Ou seja, *signo indicial* (refere-se à coisa por algum tipo de ligação com ela), *signo icônico* (refere-se à coisa por ser semelhante a ela) e *signo simbólico* (refere-se à coisa por mera convenção)⁵.

Quando observamos as três classes na ordem em que foram apresentadas, verificamos que em (a), ou seja, nos *índices*, há uma espécie de contato (às vezes físico) entre o nome e a coisa (pessoa) designada. Em (b), isto é, nos

ícones, já não há contato entre nome e coisa (pessoa) designada, mas mesmo assim há algum tipo de motivação, ou seja, a semelhança entre ambos. Em (c), por fim, não há nem ligação nem semelhança entre eles. E é aí que parece estar a chave para o entendimento da questão da denotação. Como mostram os índices (a) e os ícones (b), a denotação começa por uma situação concreta, localizada espaço-temporalmente, passando em seguida por uma etapa mais abstrata, na qual não há ligação direta entre designante e designado, mas apenas uma evocação deste por aquele através da semelhança. Em (c), por fim, não há nem evocação, a relação entre nome e coisa é inteiramente arbitrária, aquele não contém nada que de alguma for lembre esta.

Na origem dos apelidos verificamos que a denotação não pode ser considerada apenas na relação nome-coisa. Temos que considerá-las nas condições de seu surgimento e uso a fim de não cairmos numa metafísica vazia. Ou seja, a denotação é um processo não abstrato, propriamente dito, mas *histórico*. Ela surge e é usada em um tempo e um lugar determinados. A referência de um nome a uma coisa começa só na práxis da interação humana. Quer a relação entre nome e coisa seja concreta, como nos índices, quer seja apenas reprodutiva, como nos ícones, ela será sempre histórica, contextualizada. Mesmo que ela seja na aparência totalmente imotivada, como é o caso dos símbolos (c), a historicidade estará presente. A primeira vez que alguém associou o nome à coisa foi sempre numa situação concreta. Se a perdemos, se não temos registro dela, isto não lhe tira a historicidade. Tem que ter havido um momento histórico em que alguém associou os

dois pela primeira vez. Em seguida, outro e mais outro e mais outro também o fizeram, até que a associação entre eles passou a ser um fato coletivo, como qualquer fenômeno de linguagem. E aí temos o símbolo de Peirce.

Aqui parece estar um dos únicos caminhos para se chegar a alguma conclusão válida sobre a denotação. Mas não só sobre ela. Como ela é histórica e, em muitos casos, pode ser e está datada, ao segui-la estamos procedendo como se deveria proceder até mesmo para se conjecturar sobre a origem da linguagem de modo que não seja inteiramente bizantino. Os resultados das pesquisas com sujeitos, levadas a efeito por, entre outros, Pavlov e Piaget, confirmam essas sugestões.

Todo brasileiro tem apelido

No decorrer de toda a exposição acima, encontramos expressões do tipo de "Dona Dora do Cirim". Em outros contextos conhecemos apelativos como "o Dr. Mandu", "o Silva", "o Ferreira", "o seu Quincas", "Dona Xepa", "o seu Gordo", etc. O que inferimos daí?

Sabemos que de um modo geral o brasileiro se trata pelo primeiro nome, o que não é o caso entre os anglo-saxônicos. Em geral dizemos "o João", "o José", "a Maria", etc. Quando dizemos "o Silva", "o Ferreira", etc. não é pelos mesmos motivos que os alemães, por exemplo, o fazem. Lá, quando se diz "Herr Müller" (senhor Müller), "Frau Bentz" (senhora Bentz) é com a finalidade de demonstrar distanciamento, formalidade, respeito, etc. Nós dizemos "o Ferreira" simplesmente para distingui-lo de outras pessoas de nossa convivência

que têm o mesmo prenome. Mesmo quando dizemos "seu Joaquim" (senhor Joaquim, numa linguagem mais culta), não estamos estabelecendo a mesma distância que os alemães estabelecem ao usarem expressões como "Herr Müller". Tanto assim que podemos perfeitamente encontrar "senhor" (seu) antes de um apelido aparentemente ridículo. É o caso de "Dona Xepa", "seu Gordo" (registrado por mim entre peões aqui em Brasília). O "Dr. Mandu" é um famoso político do interior mineiro do passado.

Podemos concluir dizendo que todo brasileiro tem apelido. Ou melhor, nós não usamos o nome oficial, mas só apelidos. Tanto que o artigo definido quase sempre vem acompanhando o nome. Numa situação de aula, por exemplo, os alunos se dirigem ao professor dizendo "professor João!" ou "professor!", mas também "João!" no caso dos mais informais. Na ausência do professor, no entanto, todos dizem simplesmente "o João". No caso dos políticos isto fica mais patente ainda. Quando têm um apelido fazem questão de serem chamados por ele (pelo menos na época das eleições). Quando não o têm, são chamados por "o Tancredo", "o Ulisses", "o Múcio", etc. Em geral acrescentam uma expressão caracterizadora bem próxima do apelido, como "o homem do chapéu". ●

Hildo Honório do Couto é doutor em lingüística pela Universidade de Colonia (Alemanha) e professor do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula/UnB. Entre outros trabalhos, publicou "Uma introdução à semiótica" (Presença, 1983) e "O que é português brasileiro" (Brasiliense, 1986).

Resumen

Sociolingüística

LOS SOBRENOMBRES DE CLÁUDIO

En la ciudad minera de Claudio, todo el mundo tiene un sobrenombre. El usar apodos es una peculiaridad bastante antigua en la región y ya en el período colonial se registran los casos de "Tiradentes" y "Aleijadinho". En Claudio, el apodo es una realidad tan arraigada que sus habitantes superaron ya la fase del mero uso. El claudiense no sólo emplea el sobrenombre, sino que también lo cambia y juega con él.

Abstract

Sociolinguistics

NICKNAMES IN CLÁUDIO

In the Minas Gerais town of Cláudio, everybody has a nickname. The practice of giving nicknames is quite old in the area and in the colonial period names like "Tiradentes" and "Aleijadinho" were already registered. In Cláudio the nickname is such a deeply – rooted phenomenon that the inhabitants have already gone further than mere usage: not only do they just use nicknames but they also change and play with them.

Referências bibliográficas

1. COUTO, H. H. 1974. *O falar capelinense. Uma visão sociolingüística*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (inédito).
2. FROMM, Erich. 1970. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 5ª ed.

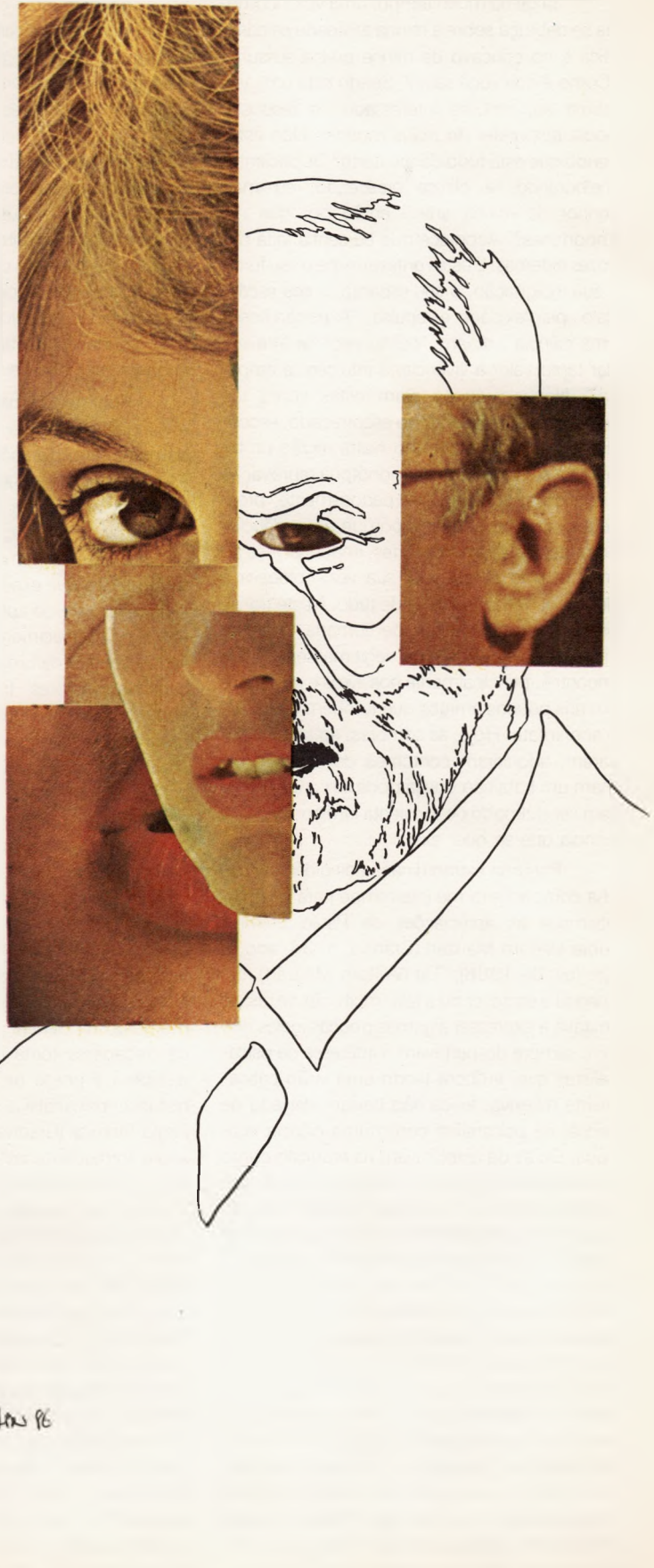
3. BERNSTEIN, Basil. 1972. "Social class, language and socialization". In: GIGLIOLI, P. P. (org.). *Language and social context*. Harmondsworth: Penguin Books, p. 157-178.
4. ALGEO, John. 1973. *On defining proper names*. Gainesville: University of Florida Press.
5. PEIRCE, Charles Sanders. 1972. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Editora Cultrix.

Ser ou não Ser?

Nahman Armony

A psicanálise tornou-se de tal maneira difundida que dificilmente uma pessoa de nossa época deixará de pensá-la. Ao buscar, porém, compreendê-la, vê-se atropelado por um tal número de posicionamentos que a perplexidade torna-se inevitável. Este é o momento de maior perigo. A necessidade humana de encontrar a segurança do absoluto poderá eleger um "Profeta Detentor da Verdade". Como encontrar a verdade da psicanálise? Adotando os procedimentos científicos existentes? Buscando outros caminhos de conhecimento? Permanecendo com a ortodoxia freudiana? Com a "releitura" lacaniana? Engrossando a fileira dos cultores de Melanie Klein? Em qual das dezenas, centenas de desdobramentos da teoria psicanalítica encontraremos o lampejo da verdade? Este artigo pretende trazer à consideração do leitor algumas meditações sobre epistemologia psicanalítica que apontam para uma especificidade, talvez radical, deste saber. A singularidade da psicanálise inicia-se já naquilo que é o seu principal instrumento de conhecimento: a identificação.

Identificação em diversos níveis: apreensão da situação analítica, construção da teoria e sua compreensão. Várias consequências decorrem desta constatação. Interessa-nos, no momento, a vertente que, através da identificação com o inconsciente do teorizador, permite compreender a abrangência e limites de sua teoria. Esta maneira de entender a atividade psicanalítica produz uma noção de verdade que difere da de outras ciências.



Secc 11/10/96

Já de há muito tempo, uma voz incômoda se debruça sobre a minha atividade psicanalítica e no côncavo de minha orelha sussurra: “Como é que você sabe?” Sendo esta uma voz íntima eu, embora interessado na resposta, podia responder de maus modos: “Não estás vendo que está tudo dando certo? Os pacientes melhorando, a clínica crescendo, eu mais senhor de minha arte... então por que me importunas?” Acontece que eu sentia falta das vozes externas. E estas gritavam-me o seu furor, a sua indignação, o seu espanto, o seu escândalo, perplexidade e repulsa. “A psicanálise é uma ciência”, diziam, “como você se atreve a dar tanto valor à vivência, à intuição, à empatia?” Naquela época eram estas vozes tão poderosas que, qual bicho escoraçado, escondi-me nas trevas. Mesmo nesta região protegida eu sentia o peso da monótona reprovação cientificista; só consegui, penosamente, prosseguir no meu caminho porque as evidências eram demasiadamente fortes, impunham-se ao meu espírito e este, por sua vez, colocava o desejo de verdade acima de tudo. Neste transe procurei companheiros de jornada que me ajudassem, apoiassem e legitimassem. E os encontrei, principalmente nos livros e revistas, e em uns poucos amigos que também preferiam o anonimato. Hoje, as sombras, ao se multiplicarem, adquiriram contornos definidos e formam um batalhão que já pode sair à luz do dia sem ser dizimado pela violenta luminosidade da ciência que se quer exata.

Por uma extraordinária coincidência, minha companheira me interrompe para ler entusiasmada as apreciações de Paulo Sternick sobre William Mauzart (Gradiva, nº 34, ano 6, jan.-fev. de 1986): “Ele (William Mauzart) não chegou a escrever ou a falar muito. Às vezes, se limitava a expressar algumas poucas idéias que nem sempre despertavam o interesse de psicanalistas que, embora tendo uma visão criticamente reflexiva, ainda não haviam deixado de pensar na psicanálise como uma ciência acabada. Ou ainda acreditavam na erudição como um substituto da intuição indagadora e descobridora e se iludiam num apego a um suposto rigor teórico e técnico como podendo ocupar o lugar de uma arte rigorosamente pessoal.” E mais adiante: “Ele até aceitava que as formulações expressas nas categorias do mito, da fábula, da lenda podiam ter menos precisão do que um conceito, mas eram muito mais ricas e férteis de significado, e, na sua opinião, continham e incluíam (muito mais do que negavam e excluíam), os elementos teóricos mais simples dos sistemas conhecidos.” Um tanto perplexo com esta providencial contribuição (o amor possui formas encantadoras e misteriosas de se manifestar), prossigo, agora fortalecido e confortado por mais companheiros de viagem.

As perguntas cruciais que se impõem, são: É ou não a psicanálise uma ciência? E em sendo, que espécie de ciência seria? Com o prestígio que a palavra ciência ainda goza hoje em dia, nós, cultores da psicanálise, preferíamos que ela lá se incluísse. A circunstância de não estar bem fixado o conceito de ciência, permite aos mais necessitados extraordinários malabarismos procustianos para adequar a disciplina ao conceito. Em sendo necessário trabalhar-se com um consenso, há que escolher uma concepção de ciência que reflita o pensamento médio dos psicanalistas. Vou atrever-me a ser o porta-voz desta média; sei que posso me enganar mas não vejo outra solução.

Roberto Machado ao estudar Bachelard e Canguilhem (no seu livro “Ciência e Saber”), dá-nos a seguinte visão de ciência: “A ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo específico de discurso: é um discurso que tem a pretensão de verdade” (p. 20). Mas que espécie de verdade é esta? “A idéia de progresso aplicada à ciência assinala o fato de o conhecimento científico se desenvolver no sentido de uma verdade e racionalidade cada vez maiores” (p. 32). E reforçando: “E como a ciência é permanente progresso e o progresso, aperfeiçoamento da racionalidade, *produção cada vez mais perfeita da verdade*, o critério, o princípio de julgamento da história de uma ciência, *é a sua atualidade*.” (p. 48. Os grifos são meus). Portanto, a cada momento histórico corresponde, ou deveria corresponder, uma única verdade provisória científica, que, naquele momento, seria a mais próxima de seu objeto. As divergências acaso existentes deveriam ser resolvidas para que pudesse fulgurar límpida e inconteste a verdade científica daquele momento da ciência. Ora, o modo de teorizar da psicanálise toma inacessível para a nossa disciplina a posse de uma verdade provisória histórica psicanalítica única. Cito novamente Paulo Sternick (Gradiva – *ibid* – “Uma conversa sobre formação analítica”, p. 9): “O Fernando teve o privilégio de um contato prolongado com a Joyce Mc Dougall. Ela é um exemplo de analista que *consegue aproveitar diferentes referenciais teóricos* (grifo meu), ao mesmo tempo em que sabe guardar espaço para a descoberta, a originalidade e criatividade analítica pessoal...”. A expressão “diferentes referenciais teóricos” evoca em mim os muitos comentários de alguns colegas que no seu trabalho analítico se reportam alternadamente a várias formulações teóricas, por vezes contraditórias – Freud, M. Klein, Bleger, Balint, Winnicott, Bion, Lacan, etc. – sem que essas contradições perturbem a sua ação terapêutica. Um certo paciente evoca Lacan, outro Melanie Klein. Numa certa fase da análise poderemos nos

sentir diante dos escritos de Freud e, numa outra fase, Winnicott parece falar daquilo que estamos vivendo com o paciente. Não há a superação de uma teoria pela outra. Não há uma única verdade científica, nem mesmo provisória. As verdades teóricas são múltiplas e surgem de acordo com a situação vivida.

Por que a psicanálise atualmente difere de forma tão radical das ciências da natureza e da vida? Múltiplas são as respostas. Hoje, porém, deter-me-ei em apenas um aspecto. Em Mezan (“Freud, pensador da cultura”) encontrei sugestões que me levaram a um reagrupamento de pensamentos já formulados, mas logo relegados pelo mergulho prioritário no dia-a-dia da labuta psicanalítica: “Em todo caso, julgo de extrema importância a vinculação que podemos assim estabelecer entre sua visão de ciência, a determinação da análise como instrumento das luzes e os conteúdos inconscientes que as sustentam, já que como tais conteúdos só podem ser reconstituídos pela interpretação dos escritos de Freud, estes são em si mesmos a prova mais patente de que sua disciplina não se reduz à dimensão científica a que ele pretende restringi-la. Ao contrário, porque trazem em si a marca do inconsciente de quem os escreve, e porque até certo ponto o tematizam explicitamente, fundam um modo de pensar e de teorizar que é único e que deve ser reivindicado como tal, mesmo se tal reivindicação vai de encontro às teses pessoais do autor” (pp. 606/7). Desta longa citação destaco a idéia de que a teoria traz a marca do inconsciente do autor. Daí podermos tirar consequências talvez além das intenções de Mezan. Estarão também além das intenções de Catherine Clement, algumas hipóteses que levantamos a partir de seu livro “Vidas e Lendas de Jacques Lacan?” Vejamos: “Quando se trata de Jacques Lacan, um dos lugares comuns mais frequentes é sua aversão às mulheres, sua profunda misoginia” (p. 45). “Assim, como homem, Lacan fica reduzido a saber, a falar; não em pensar realmente. O gozo feminino representa, na totalidade de seu pensamento e de sua obra, o obstáculo absoluto; aí a teoria estanca” (p. 48). Estanca ou se amolda às suas características de personalidade, pergunto eu? Prossigamos nas citações: “Lacan buscava a boa distância, mas, para si próprio, amava a loucura, esta má distância” (p. 58). “Para Lacan só existe o amor na mais desnuda distância” (p. 156). Medo de em amando enlouquecer ao se perder no outro? Medo de perda da individualidade, de fragmentação? “Para Lacan, só existe amor na mais desnuda distância. De um lado, a ciência, o jogo, a verdade, os matemas e seus caminhos obstinados; do outro, a paixão do amor, a loucura inspirada, o olhar que olha sem ver e se prende a si próprio, ao tentar

prender o outro" (p. 156). Entre estes dois extremos, onde fica aquela relação pessoal que permite identificações primárias sem perda da individualidade? "Lacan não via verdadeiramente o elo entre o poético e o patológico: dança, seduzido: observador enamorado como terapeuta; perto demais ou longe demais" (p. 60). Se Lacan só poderia estar ou perto ou longe demais, isto não o impossibilitaria de viver uma história de criação poética com o seu cliente? E esta impossibilidade não se refletiria em sua teoria?

Se Lacan apresenta estas limitações, Freud, segundo Guntrip, tem dificuldades de se aprofundar nas fases pré-edípicas. "Eu sofro de uma série de handicaps que me impedem de ser um grande analista. Entre outras, eu sou demasiadamente um pai," diz Freud para Kardiner. (*Mon analyse avec Freud*, Kardiner, p. 103). Mais adiante Freud fala para Doolittle: "Não gosto de ser a mãe na transferência. Isto sempre me surpreende e me choca um pouco." (*Ibid*, p. 65). Klein e outros aprofundam-se nas fases pré-edípicas. Melanie Klein, no início de sua teorização, dava uma ênfase extraordinária à agressividade primária, considerando-a uma pulsão extremamente forte; já Fairbairn colocava a agressividade como consequência da frustração. Como não pensar que terapeutas tão argutos chegaram a conclusões tão diferentes em questões tão básicas por terem diferentes instrumentos de percepção e avaliação – diferentes personalidades? Como então dizer que um tem a verdade e o outro não?

Creio que fica claro estar a personalidade do terapeuta profundamente envolvida na percepção dos dados e na elaboração da teoria. Fazem parte da personalidade as áreas possíveis de identificação e empatia, os pontos cegos e as zonas livres. Estou obviamente falando da

contratransferência como instrumento de conhecimento do mundo interno de si e do outro. Os dados fornecidos pela contratransferência (dados estes necessariamente incompletos), estão integrados em um conjunto que traz o selo da personalidade do analista, refletindo, até certo ponto, o seu "feeling" do que é o homem. É inevitável. Então, será esta teoria subjetiva e, portanto, falsa? Se pensássemos em termos de ciências da natureza e de ciências da vida, uma teoria assim conseguida estaria sujeita a sérios questionamentos. Porém, em se tratando de Psicanálise é justamente a subjetividade que permite um aprofundamento e ampliação do conhecimento. Se por um lado a subjetividade e a personalidade limitam, por outro possibilitam uma extraordinária intimidade com formas específicas do ser do homem. Uma boa teoria psicanalítica será profunda, autêntica e... limitada. A limitação é intrínseca à boa teoria psicanalítica; ela é até necessária para que se possa alcançar uma maior riqueza na apreensão do homem. Uma concepção totalizante seria, se não impossível, pelo menos pobre, pois nenhum teórico pode ter uma profunda intimidade com todas as facetas do ser humano. A personalidade de cada um só permite conhecer aspectos parciais do ser humano total, e a orientação vital global só permite um certo alcance na teorização, deixando de fora o que a personalidade não percebe e organizando peculiarmente os dados percebidos. Uma certa organização exclui outra que então será parida por outro analista-teórico. Creio que a piada do elefante examinada por um grupo de cegos tem aqui a sua pertinência. Cada cego construía a representação do elefante de acordo com a região apalpada. Impossível abarcar a complexidade do ser humano mesmo porque o instrumento básico de compreensão-conheci-

mento na psicanálise é a subjetividade-objetiva de um outro ser humano complexo.

Estaríamos então condenados a permanecer nos limites de nossas personalidades? Sim e não. A ampliação é sempre possível enquanto há vida, mas ela será sempre limitada. A auto-análise permanente é o sustentáculo desta ampliação. O estudo aprofundado de autores com estruturas de personalidade diferentes da nossa é uma outra maneira de ampliar a nossa percepção e de criar novos pontos de referência, que nos ajudarão a compreender um maior número de clientes, desde que possamos realmente transformar a Letra do autor em Vida. Teremos, então, a possibilidade de viver, melhor ou pior, múltiplos dinamismos em múltiplas relações, estendendo a nossa capacidade de entendimento a mais pessoas e a mais teorias.

Diferentemente das ciências da natureza e da vida, em psicanálise a verdade proclamada por um autor de qualquer época, em sua teoria, é verdadeira e atual, mesmo quando em contradição com a verdade de autores mais recentes, e ressurgirá sempre que a relação terapeuta-cliente recair na área teorização-personalidade daquele autor. A psicanálise ou é uma ciência diferente das outras ou não é uma ciência. Ela não possui uma verdade histórica provisória. Ela acumula teorias que não perdem seu valor por serem contraditórias entre si, e que, lado a lado, constituem um patrimônio crescente da psicanálise e do psicanalista. ●

Nahman Armony é médico e psicanalista didata da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise-seção Rio de Janeiro e professor da Universidade Santa Ursula, publicou vários artigos psicanalíticos em revistas do Brasil e do exterior.

Resumem

Sicoanálisis

¿SER O NO SER?

El artículo pretende aportar una contribución a la epistemología del sicoanálisis. Propone que, a diferencia de otras ciencias, la verdad proclamada por un autor de cualquier época, en su teoría, podrá ser verdadera y actual, aunque esté en contradicción con la verdad de autores más recientes. El sicoanálisis no posee una verdad histórica provisoria. Acumula teorías que no pierden su valor por ser contradictorias entre sí y que, unidas, constituyen un creciente patrimonio del sicoanálisis y del sicoanalista.

Abstract

Psychoanalysis

TO BE OR NOT TO BE?...

The article presents a contribution to the epistemology of psychoanalysis. It proposes that, unlike in other sciences, a truth proclaimed by a psychoanalyst at a given period in his theory can be true and contemporary even when it is contradictory to the truths of more recent authors. Psychoanalysis does not have a provisional, historical truth. It accumulates theories which do not lose their value when contradictory among themselves, and which, side by side, constitute a growing heritage for psychoanalysis and psychoanalysts.

Referências bibliográficas

1. Clement, C. (1981) *Vidas e lendas de Jacques Lacan*. São Paulo, Editora Moraes, 1983.
2. Kardiner, A. (1977) *Mon analyse avec Freud*. Paris, Ed. Pierre Belfond, 1978.
3. Machado, R. (1982) *Ciência e saber*. Rio de Janeiro, Editora Graal.
4. Mezan, R. (1985) *Freud, pensador da cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense.
5. Sternick, P. (1986) *Carta ao leitor*. Grádiva, nº 34, ano 6.
6. ——— (1986) *Uma conversa sobre formação analítica*. Grádiva, nº 34, ano 6.

Uma ação para a paz e a democracia

No último mês de agosto de 1986, a Universidade de Brasília assinou uma carta de intenções com a Universidade para a Paz das Nações Unidas, sediada em São José da Costa Rica, com o objetivo de realizar em conjunto estudos e reflexões, atuando sobre uma das questões de maior relevância hoje para a humanidade — a paz e os direitos humanos.

A celebração desse compromisso se deu no contexto e como consequência do II Encontro para a Iniciativa de Paz e Desarmamento, realizado em Ixtapa, no México — a reunião de cúpula dos Seis, como foi denominado. Este encontro foi realizado pela primeira vez em 1985, em Nova Delhi, na Índia.

O Brasil foi representado pelos reitores Cristovam Buarque, da UnB, e José Goldemberg, da USP. Tal participação teve especial importância porque levou o Brasil de volta a um fórum em que a comunidade internacional — mais de cinquenta personalidades do mundo acadêmico e científico, político e literário — manifesta o seu repúdio à carreira armamentista e às diferentes formas de injustiça e discriminação praticadas em diferentes nações, além de se proporem à mediação e fiscalização de iniciativas visando a paz.

Trata-se, no final das contas, de um grupo de pressão comprometido politicamente com a libertação e a paz, que reúne cinco presidentes ou chefes de Estados (Argentina, México, Grécia, Índia e Suécia), dois ex-presidentes (Tanzânia e Venezuela), ex-ministros ou assessores de governos (Jacques Lang, da França, e John Kenneth Galbraith), prêmios Nobel tais como Alfonso García Robles, Gabriel García Márquez, e escritores como Carlos Fuentes, Octavio Paz, e o conhecido sociólogo latino-americano Pablo Gonzalez Casanova.

Foi na década de 70 que os estudos sobre a paz sofreram grandes alterações. As pesquisas voltaram-se mais para a paz do que para a guerra. Os novos temas se referem à organização e integração internacional, às relações econômicas entre os países e o desenvolvimento econômico, e os pesquisadores latino-americanos se sensibilizam cada vez mais pelo tema. Hoje, a pesquisa para a paz apresenta um quadro em que a sua temática abrange o Terceiro Mundo, que contribui também com experiências e recursos humanos.

Em 1977 os latino-americanos se incorporaram explicita e formalmente às pesquisas sobre a paz. O VII Congresso da Associação Internacional de Pesquisa para a Paz (IPRA), realizado no México, deu origem à criação do

Conselho Latino-Americano de Pesquisa para a Paz (CLAIP), ocasião em que a perspectiva latino-americana de concepção da paz se manifestou formalmente.

A América Latina vivencia um conflito de guerra permanente — econômica, social, política — contra a dominação a que está subjugada. A luta pela paz na América Latina significa a busca de uma estratégia que permita a construção de um mundo mais democrático.

Democracia e paz são conceitos intimamente relacionados. Democracia é uma forma de organização do Estado que supõe igualdade entre os homens. Qualquer relação de desigualdade, que possibilite de algum modo privilégios, dominação, subordinação, é anti-democrática. A mudança social deve levar à superação dos mecanismos de dominação, no sentido de uma autêntica democracia que estabeleça a paz entre homens e nações — e isto é muito mais que mera ausência de guerra.

Os estudos para a paz, tanto pela necessidade do seu desenvolvimento enquanto disciplina, como pelas implicações práticas e políticas, necessitam de um espaço onde se amplie o entendimento e se aprofundem conceitos e teorias. Discussões e fóruns internacionais são fundamentais para precisar conceitos, trocar idéias e posições, esclarecer as possíveis vias de atuação.

O acordo entre a Universidade de Brasília e a Universidade para a Paz reafirma o compromisso da UnB com a paz e a democracia. Põe a UnB em contato com uma grande rede de instituições, nacionais e internacionais, tais como o IPRA, Unesco, COPRED e CLAIP, em países como a Argentina, Chile, Peru, Brasil, Porto Rico, México, Colômbia, Venezuela e Costa Rica.

Com essas preocupações e com o compromisso inicial de executar esse convênio para a paz, desenvolvendo trabalhos essencialmente multidisciplinares de pesquisa, docência e publicações, assim como marcando a opção política de luta para a construção da paz e da democracia, criou-se o Núcleo de Estudos sobre a Paz e Direitos Humanos na UnB, que assume a tarefa de contribuir para atualizar e fundamentar no Brasil o projeto de educação para a liberdade.

Nielsen de Paula Pires
UnB — Deptº de Ciência Política
Coordenador do Núcleo de Estudos do
Caribe e Latino-América — NECLA



El cataclismo de Damocles

Gabriel García Márquez

Un minuto después de la última explosión, más de la mitad de los seres humanos habrá muerto, el polvo y el humo de los continentes en llamas derroterán a la luz solar, y las tinieblas absolutas volverán a reinar en el mundo. Un invierno de lluvias anaranjadas y huracanes helados invertirá el tiempo de los océanos y volteará el curso de los ríos, cuyos peces habrán muerto de sed en las aguas ardientes, y cuyos pájaros no encontrarán el cielo. Las nieves perpetuas cubrirán el desierto del Sahara, la vasta amazonia desaparecerá de la faz del planeta destruida por el granizo, y la era del rock y de los corazones transplantados estará de regreso a su infancia glacial. Los pocos seres humanos que sobrevivan al primer espanto, y los que hubieran tenido el privilegio de un refugio seguro a las tres de la tarde del lunes aciago de la catástrofe magna, sólo habrán salvado la vida para morir después por el horror de sus recuerdos. La creación habrá terminado. En el caos final de la humedad y las noches eternas, el único vestigio de lo que fue la vida serán las cucarachas.

Señores presidentes, señores primeros ministros, amigos: esto no es un mal plagio del delirio de Juan en su destierro de Patmos, sino la visión anticipada de un desastre cósmico que puede suceder en este mismo instante: la explosión —dirigida o accidental— de sólo una parte mínima del arsenal nuclear que duerme con un ojo y vela con el otro en las santabárbaras de las grandes potencias.

Así es: hoy, seis de agosto de 1986, existen en el mundo más de cincuenta mil ojivas nucleares emplazadas. En términos caseros, esto quiere decir que cada ser humano, sin excluir a los niños, está sentado en un barril con unas cuatro toneladas de dinamita, cuya explosión total puede eliminar doce veces todo rastro de vida en la Tierra. La potencia de aniquilación de esta amenaza colosal, que pende sobre nuestras cabezas como un cataclismo de Damocles, plantea la posibilidad



teórica de inutilizar cuatro planetas más que los que giran alrededor del sol, y de influir en el equilibrio del sistema solar. Ninguna ciencia, ningún arte, ninguna industria se ha doblado a sí misma tantas veces como la industria nuclear desde su origen, hace cuarenta y un años, ni ninguna otra creación del ingenio humano ha tenido nunca tanto poder de determinación sobre el destino del mundo.

El único consuelo de estas simplificaciones terroríficas, — si de algo nos sirven —, es comprobar que la preservación de la vida humana en la Tierra sigue siendo todavía más barata que la peste nuclear. Pues con el solo hecho de existir, el tremendo apocalipsis cautivo en los silos de muerte de los países más ricos está malbaratando las posibilidades de una vida mejor para todos.

En la asistencia infantil, por ejemplo, esto es una verdad de aritmética primaria. La Unicef calculó en 1981 un programa para resolver los problemas esenciales de los quinientos millones de niños más pobres del mundo. Comprendía la asistencia sanitaria de base, la educación elemental, la mejora de las condiciones higiénicas, del abastecimiento de agua potable y de la alimentación. Todo esto parecía un sueño imposible de cien mil millones de dólares. Sin embargo, ése es apenas el costo de cien bombarderos estratégicos B-1B, y de menos de siete mil cohetes Crucero, en cuya producción ha de invertir el gobierno de los Estados Unidos veintiún mil doscientos millones de dólares.

En la salud, por ejemplo: con el costo de diez portaviones nucleares Nimitz, de los quince

que van a fabricar los Estados Unidos antes del año 2000, podría realizarse un programa preventivo que protegiera en esos mismos catorce años a más de mil millones de personas contra el paludismo, y evitara la muerte — sólo en África — de más de catorce millones de niños.

En la alimentación, por ejemplo: el año pasado había en el mundo, según cálculos de la FAO, unos quinientos setenta y cinco millones de personas con hambre. Su promedio calórico indispensable habría costado menos que ciento cuarenta y nueve cohetes MX, de los doscientos veintitrés que serán emplazados en Europa Occidental. Con veintisiete de ellos podrían comprarse los equipos agrícolas necesarios para que los países pobres adquieran la suficiencia alimentaria en los próximos cuatro años. Ese programa, además, no alcanzaría a costar ni la novena parte del presupuesto militar soviético de 1982.

En la educación, por ejemplo: con sólo dos submarinos atómicos Tridente, de los veinticinco que planea fabricar el gobierno actual de los Estados Unidos, o con una cantidad similar de los submarinos nucleares que está construyendo la Unión Soviética, podría intentarse por fin la fantasía de la alfabetización mundial. Por otra parte, la construcción de las escuelas y la calificación de los maestros que harán falta al Tercer Mundo para atender las demandas adicionales de la educación en los diez años por venir, podrían pagarse con el costo de doscientos cuarenta y cinco cohetes Tridente II, y aún quedarían sobrando cuatrocientos diecinueve cohetes para el mismo

incremento de la educación en los quince años siguientes.

Puede decirse, por último, que la cancelación de la deuda externa de todo el Tercer Mundo, y su recuperación económica durante diez años, costaría poco más de la sexta parte de los gastos militares del mundo en ese mismo tiempo. Con todo, frente a este despilfarro económico descomunal, es todavía más inquietante y doloroso el despilfarro humano: la industria de la guerra mantiene en cautiverio al más grande contingente de sabios jamás reunido para empresa alguna en la historia de la humanidad. Gente nuestra, cuyo sitio natural no es allá sino aquí, en esta mesa, y cuya liberación es indispensable para que nos ayuden a crear, en el ámbito de la educación y la justicia, lo único que puede salvarnos de la barbarie: una cultura de la paz.

A pesar de estas certidumbres dramáticas, la carrera de las armas no se concede un instante de tregua, ahora, mientras almorzamos, se construyó una nueva ojiva nuclear. Mañana, cuando despertemos, habrá nueve más en los guarnes de muerte del hemisferio de los ricos. Con lo que costará una sola alcanzaría — aunque sólo fuera por un domingo de otoño — para perfumar de sándalo las cataratas del Niágara.

Un gran novelista de nuestro tiempo se preguntó alguna vez si la tierra no será el infierno de otros planetas. Tal vez sea mucho menos: una aldea sin memoria, dejada de la mano de sus dioses en el último suburbio de la gran patria universal. Pero la sospecha creciente de que es



Señores:

Los niños no odiamos a nadie y nos gustan las cosas buenas y hermosas. Contamos nuestros sueños y todo lo que imaginamos. Estamos acostumbrados a querer al sol y a las flores. Son bonitas las noches con sus estrellas y la luna, y el sonido de la lluvia y la frescura del viento.

Ahora nos platica la maestra que ustedes están trabajando para que los niños sigamos viviendo sin que nadie nos quiera matar. Así se parecen ustedes a los niños, porque los niños a nadie lastimamos con maldad. Ojalá que lo que ustedes hacen por la paz sea verdadero y dure muchos años.

Ixtapa, Guerrero, agosto 1986.

Melisa García. 8 años.

el único sitio del sistema solar donde se ha dado la prodigiosa aventura de la vida, nos arrastra sin piedad a una conclusión descorazonadora: la carrera de las armas va en sentido contrario de la inteligencia.

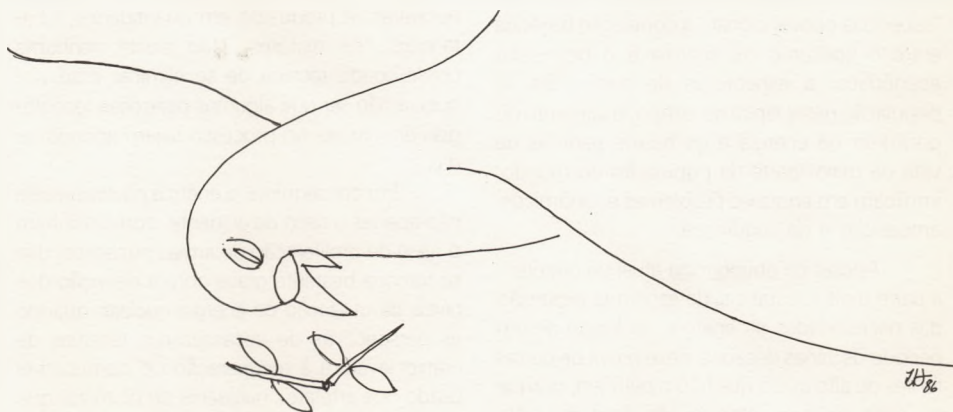
Y no sólo de la inteligencia humana, sino de la inteligencia misma de la naturaleza, cuya finalidad escapa inclusive a la clarividencia de la poesía. Desde la aparición de la vida visible en la Tierra debieron transcurrir trescientos ochenta millones de años para que una mariposa aprendiera a volar, otros ciento ochenta millones de años para fabricar una rosa sin otro compromiso que el de ser hermosa, y cuatro eras geológicas para que los seres humanos, a diferencia del bisabuelo pitecántropo, fueran capaces de cantar mejor que los pájaros y de morirse de amor. No es nada honroso para el talento humano, en la edad de oro de la ciencia, haber concebido el modo de que un proceso multimilenario tan dispendioso y colosal, pueda regresar a la nada de donde vino por el arte simple de oprimir un botón.

Para tratar de impedir que eso ocurra estamos aquí, sumando nuestras voces a las innumerables que claman por un mundo sin armas y una paz con justicia. Pero aún si ocurre — y más aún si ocurre —, no será del todo inútil que estemos aquí. Dentro de millones de millones de milenios después de la explosión, una salamandra triunfal que habrá vuelto a recorrer la escala completa de las especies, será quizás coronada como la mujer más hermosa de la nueva creación. De nosotros depende, hombres y mujeres de ciencia, hombres y mujeres de las artes y las letras, hombres y mujeres de la inteligencia y la paz, de todos nosotros depende que los invitados a esa coronación quimérica no vayan a su fiesta con nuestros mismos terrores de hoy. Con toda modestia, pero también con toda la determinación del espíritu, propongo que hagamos ahora y aquí el compromiso de concebir y fabricar un arca de la memoria, capaz de sobrevivir al diluvio atómico. Una botella de naufragos siderales arrojada a los océanos del tiempo, para que la nueva humanidad de entonces sepa por nosotros lo que no han de contarle las cucarachas: que aquí existió la vida, que en ella prevaleció el sufrimiento y predominó la injusticia, pero que también conocimos el amor y hasta fuimos capaces de imaginarnos la felicidad. Y que sepa y haga saber para todos los tiempos quiénes fueron los culpables de nuestro desastre, y cuán sordos se hicieron a nuestros clamores de paz para que esta fuera la mejor de las vidas posibles, y con qué inventos tan bárbaros y por qué intereses tan mezquinos la borraron del universo. ●

Gabriel García Márquez

O futuro energético e a proliferação nuclear

Prof. José Goldemberg



Um vínculo indissolúvel entre as armas nucleares e a energia nuclear surge do fato de que o plutônio, um material utilizado em armas nucleares, é produzido em quantidades substanciais nos reatores. Não existe nenhuma possibilidade técnica de se eliminar esse vínculo, a não ser que algumas perigosas tecnologias envolvidas no processo sejam abandonadas.

A única maneira de se evitar um mundo no qual as armas nucleares se disseminem por todo o globo, tanto horizontal como verticalmente, é aliar a não-utilização de tecnologias nucleares perigosas a esforços por parte das superpotências no sentido de se distanciarem da dependência das armas de destruição de massa.

A responsabilidade social dos cientistas decorre do fato de que eles podem enxergar um pouco mais longe que os não-cientistas. Eles desempenham o papel do marujo que está no topo do mastro e, portanto, pode divisar a costa antes dos seus colegas no convés do navio.

Esta responsabilidade social torna-se particularmente importante na era nuclear.

Os médicos identificaram, imediatamente após o cataclisma de Hiroshima, os terríveis efeitos, a curto e longo prazo, da radiação nuclear. Eles demonstraram também, mais recentemente, a impossibilidade de enfrentar com sucesso os problemas médicos que resultariam de uma guerra nuclear. Sagan e seus colegas salientaram a possibilidade de uma guerra nuclear desencadear, como consequência, um inverno nuclear. Outros cientistas demonstraram, do ponto de vista técnico e econômico, a tolice de tentar justificar as explosões nucleares como pacíficas e destinadas à abertura de portos ou escavações de canais, escondendo, dessa forma, o fato de tais explosões terem sido planejadas como uma fachada para testes militares.

Os cientistas também provaram que as explosões nucleares com potencial inferior a 1 kton podem ser detectadas, abrindo, por conseguinte, o caminho para inspeção mútua no território das grandes potências, e destruindo o argumento político frequentemente usado pelos Estados Unidos para evitar que se chegue a um acordo sobre a paralisação dos testes nucleares subterrâneos.

Os cientistas têm enfatizado, com base em argumentos técnicos, a insensatez da guerra nas estrelas, embora este debate ainda esteja em curso.

Finalmente, há a questão da necessidade da energia nuclear para usos civis, e sua conexão com a proliferação nuclear.

A maioria das análises globais relativas à energia prevê que o consumo total de energia, dentro de uns 40 a 50 anos, será de 2 a 4 vezes maior que o nível de 1980. À luz da atual "sabedoria convencional", a correlação histórica entre o consumo de energia e o bem-estar econômico, a expectativa de duplicação da população neste lapso de tempo, o aumento do consumo de energia e os baixos padrões de vida da maior parte da população do mundo, implicam em enormes problemas econômicos, ambientais e de segurança.

Apesar da abundância atual de petróleo, a parte mais substancial da esperada expansão das necessidades de energia, ao longo de um período de várias décadas, deve provir de outras fontes de alto custo que não o petróleo, porque as suas reservas globais são limitadas. No entanto, os custos elevados levaram ao abandono da maioria dos projetos de combustíveis sintéticos iniciados na década de 1970. Além disso, os problemas de controle de qualidade, e normas mais rígidas de segurança e de controle da poluição, também contribuíram para a elevação dos custos das usinas de carvão e de energia nuclear.

O Banco Mundial estima que, para elevar o consumo comercial de energia "per-capita", nos países em desenvolvimento, de 2,5% ao ano, em média, seriam indispensáveis investimentos no campo energético da ordem de 130 bilhões de dólares por ano, entre 1982 e 1992. Para atingir esse objetivo, o banco estimou que as alocações de recursos para investimentos em energia teriam que crescer, em termos reais, a uma taxa de 15% ao ano, ao longo desse período — uma expectativa totalmente irrealista.

A expansão da oferta de energia impõe igualmente outros custos sociais. A ampliação do uso do petróleo levaria a uma diminuição da segurança global, já que as economias de mercado estão se tornando cada vez mais dependentes dos produtores do Oriente Médio.

Uma mudança para o carvão exacerbaria o problema da chuva ácida, enquanto o aumento do consumo de combustíveis fósseis em geral aceleraria o ritmo das alterações climáticas, em função da acumulação do CO₂ na atmosfera.

A energia nuclear poderia se transformar na principal fonte global de energia durante milênios, se os atuais reatores nucleares, que utilizam apenas cerca de 0,5% da energia armazenada no urânio, fossem substituídos por reatores de plutônio, que podem aproveitar cerca da metade desta energia armazenada. Entretanto, a energia nuclear está se mostrando bem mais dispendiosa do que indicavam as expectativas de duas décadas atrás, quando se acreditava que sua eletricidade se tornaria "barata demais para ser medida".

Um vínculo indissolúvel entre as armas nucleares e a energia nuclear surge do fato de que o plutônio, um material utilizado em armas nucleares, é produzido em quantidades substanciais nos reatores. Não existe nenhuma possibilidade técnica de se eliminar esse vínculo, a não ser que algumas perigosas tecnologias envolvidas no processo sejam abandonadas.

Por conseguinte, a energia nuclear enseja não apenas o risco de acidente, como também o risco de proliferação de armas nucleares, que se tornaria bastante grave com a elevação dos níveis de utilização de energia nuclear, quando as perspectivas de escassez das reservas de urânio levarem à recuperação do combustível usado nos artefatos nucleares de plutônio, que seria reciclado para posterior utilização.

Se a energia nuclear tiver de contribuir com uma parcela importante para o suprimento de energia, quando a demanda mundial passar a exigir um maior consumo energético, nos próximos 50 anos, a quantidade de plutônio comercializado mundialmente, para utilização em instalações de reprocessamento de combustível nuclear, usinas de fabricação de combustível nuclear, e em reatores nucleares, atingirá o montante de milhões de quilogramas por ano. Apenas como dado comparativo, são necessários somente cerca de 5 a 10 kg de plutônio para a fabricação de uma arma nuclear.

O uso indiscriminado da biomassa pode também acarretar a erosão do solo, o deflorestamento e o aparecimento de desertos.

Entretanto, o futuro energético não precisa, necessariamente, ser tão sombrio como sugerem essas considerações, porque o vínculo entre energia e crescimento econômico não é imutável, como demonstram algumas experiências recentes: o consumo de energia "per-capita" diminuiu em 6%, ao passo que o PIB aumentou em 21% nos países filiados à Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD), no período de 1973 a

1985. Existem ainda outras possibilidades de desvincular a energia do crescimento econômico.

Uma maneira alternativa de encarar o problema é a da ênfase nos "usos finais da energia", que toma como ponto de partida óbvio o fato de que o uso da energia não é um fim em si mesmo. A energia é útil apenas na medida em que proporciona serviços energéticos (iluminação, culinária, refrigeração, trabalho mecânico, etc.) que possam melhorar a qualidade de vida. Essa forma de encarar a questão facilita a compreensão não apenas das tendências da demanda de serviços energéticos que, muitas vezes, são obscurecidas por análises que se baseiam em indicadores globais de demanda de energia, como também da capacidade potencial de proporcionar serviços energéticos empregando tecnologias mais eficientes, voltadas para os "usos finais" da energia.

A Tabela I apresenta exemplos dos níveis atuais de eficiência no aproveitamento da energia utilizada na fabricação de aparelhos e para fins industriais de uso corrente, bem como os níveis possíveis com tecnologias avançadas.

Melhoramentos da eficiência energética tornam possível reduzir a utilização do petróleo, o que implica uma pressão menor no sentido da elevação dos preços mundiais do petróleo, e um aumento da segurança global, em função da redução da dependência das economias de mercado em relação ao petróleo do Golfo Pérsico.

A redução da ênfase em combustíveis fósseis e a maior utilização do gás natural (que libera apenas cerca da metade de CO₂ por unidade de energia que o carvão) resultam em menos alterações climáticas decorrentes da acumulação do dióxido de carbono.

Um aumento mais modesto do uso da energia nuclear evitaria a necessidade de reciclagem do plutônio. A energia útil extraída da biomassa também poderia aumentar dramaticamente, porque a maior parte da biomassa seria usada na forma de combustíveis modernos de energia e não como lenha. A energia renovável (principalmente a biomassa e a hidroeletricidade) aumentaria sua participação no orçamento mundial de energia, de 16% em 1980, para 18% em 2020 — um crescimento relativamente pequeno, que não seria impedido pela disponibilidade da terra ou outras restrições (Figura 1).

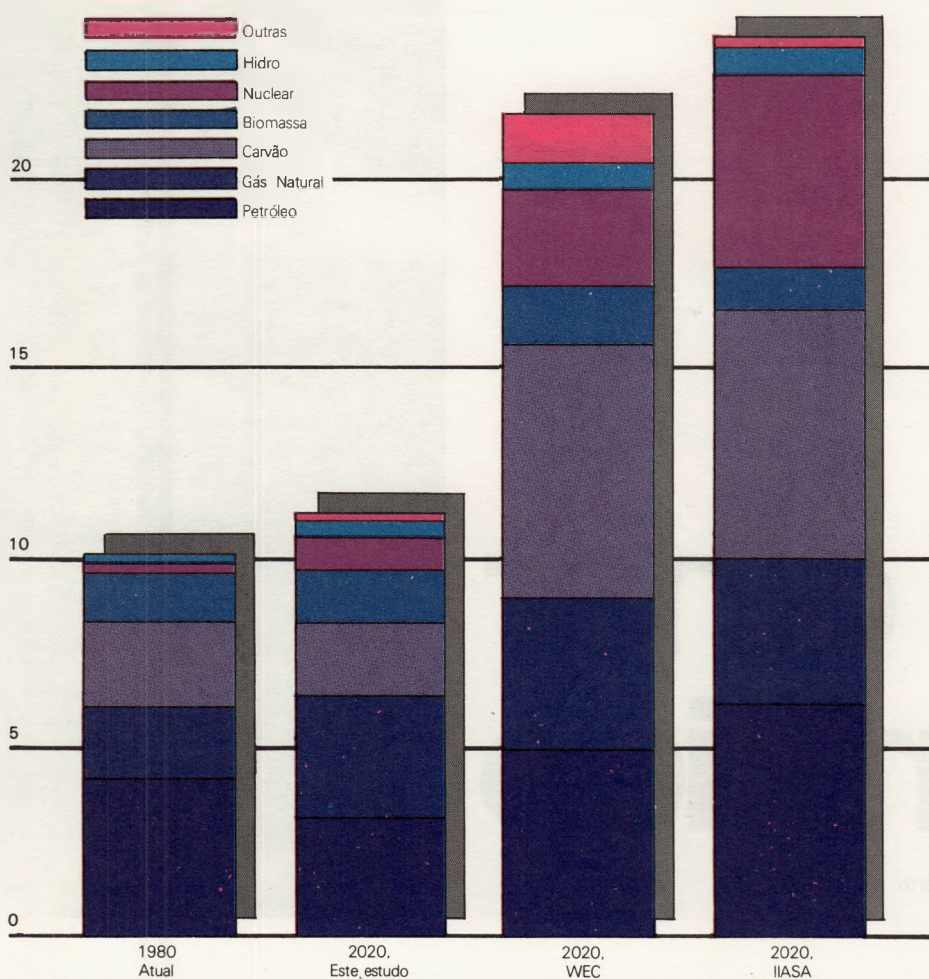
Nossa análise demonstra que, se os níveis de demanda global de energia permanecerem próximos aos atuais, outras misturas de fontes de suprimento de energia podem ser identificadas, que não levariam aos perigosos problemas que parecem ser inevitáveis com níveis de demanda mais elevados. Isso é

Tabela I – Eficiência na utilização da energia

Uso final/Aparelho	Unidades	Média atual	Melhor média atual	Tecnologia avançada
Automóveis	Lit./10 Km	1,0 – 1,5	0,5	0,3
Aquecimento ambiental (Residências)	KJ/m ² /Grau dia	220 – 350	30	20
Produção de aço	GJ/ton	20 – 30	15	10
Refrigeradores	KWh/Lit./ano	2,5 – 4,0	0,9 – 1,4	0,9

TW
25

Figura 1 – Projeções de energia para 2020



Fonte: WEC – Conferência Mundial de Energia (1980). IIASA – Instituto Internacional de Análise de Sistema Aplicado, Áustria.

particularmente verdadeiro no que diz respeito ao emprego da energia nuclear.

O risco de proliferação pode ser grandemente reduzido evitando-se os ciclos do combustível nuclear que envolvam o reprocessamento do combustível consumido em reatores e a reciclagem do plutônio recuperado. Para que se possa deter efetivamente a proliferação, esses ciclos de combustível teriam que ser evitados em todos os países, inclusive nas potências nucleares, já que qualquer sistema ambivalente que faça discriminações contra países que poderiam eventualmente “proliferar” resultaria, em última análise, instável e ineficaz.

A única maneira de se evitar um mundo no qual as armas nucleares se disseminem por todo o globo, tanto horizontal como verticalmente, é aliar a não-utilização de tecnologias nucleares perigosas a esforços por parte das superpotências no sentido de se distanciarem da dependência das armas de destruição de massa.

O estímulo para reprocessar combustível consumido e reciclar o plutônio permanecerá baixo, se a energia nuclear passar a ser considerada “última opção” como solução energética. Se isso não ocorrer, os reatores nucleares para produção de energia serão transformados numa outra fonte de perigo da era nuclear, numa verdadeira “bomba energética”, convivendo lado a lado com as armas nucleares.

Existe, portanto, um estreito relacionamento entre o futuro energético e o desarmamento nuclear, e gostaríamos que esse tema fosse incluído na declaração final dos chefes de Estado reunidos em Ixtapa.

Os artigos “El Cataclismo de Damocles” e “Futuro energético e a proliferação nuclear” reproduzem as palestras proferidas pelos seus autores no encontro de Ixtapa, no México (ver box “Uma ação para a paz e a democracia”). A palestra do professor José Goldemberg foi escrita originalmente em inglês e traduzida para a revista Humanidades por Fernando Dídimo.

Resumen

La paz

EL FUTURO ENERGÉTICO Y LA PROLIFERACIÓN

La única manera de evitar un mundo en el que las armas nucleares se diseminan por todo el globo, tanto horizontal como verticalmente, es aliar la no utilización de tecnologías nucleares peligrosas a esfuerzos por parte de las superpotencias en el sentido de distanciarse de la dependencia de las armas de destrucción masiva.

Abstract

Peace

THE FUTURE OF ENERGY AND PROLIFERATION

The indissoluble link between nuclear arms and nuclear energy arises from the fact that plutonium, a material used in nuclear arms, is produced in substantial amounts in reactors. There is no technical possibility in existence of eliminating this link, except for abandoning some of the dangerous technology involved in the process.

The only way of avoiding a world in which nuclear arms will spread throughout the planet is to align the non-utilization of dangerous nuclear energy to the efforts made by the superpowers towards moving away from dependence on weapons of mass destruction.

O olhar fotográfico

Luís Humberto

Diante de um mesmo fato visível, cada indivíduo reage de modo diverso. Enquanto que para uns ele interessa, tão-somente, pelo que é: uma realidade fluindo no tempo; para outros, faz perceber significados a serem investigados, dele retirando a visão transformada que nos proporciona a fotografia.

O ato físico de ver se desenrola em um espaço tridimensional dentro do qual nos movemos.

O movimento dos olhos, associado ao da cabeça, nos permite ver para cima e para baixo, para frente e para os lados. O deslocamento: andar, parar, olhar para trás, mais a possibilidade de reconsiderar o mal-visto, originam uma quantidade de informações que, combinadas, vão se agitar no fundo de nosso cérebro, produzindo sensações, reações, julgamentos e,

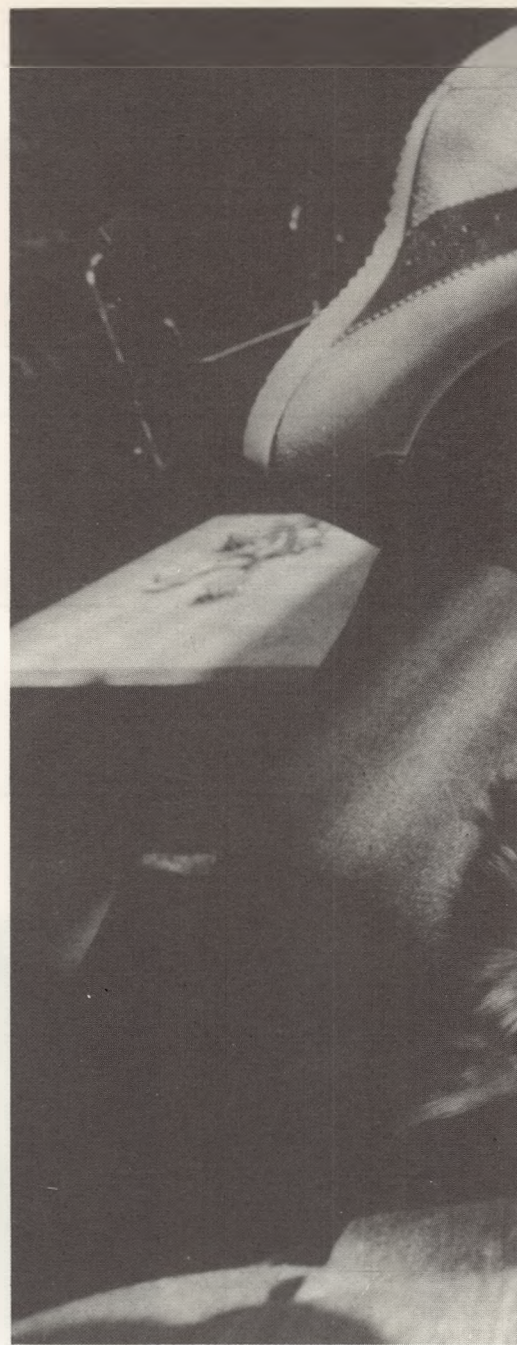




Foto: Luís Humberto

sobretudo, um importante acúmulo residual de memórias.

Fotografar é reduzir parte dessa complexidade a um momento de tempo e a uma fração de espaço, confinando em um plano uma realidade existente, agora representada pela ordenação deliberada de uma linguagem.

Isto, por si só, determina uma diferenciação clara entre olhar e fotografar.

Diante de um mesmo fato visível, cada indivíduo reage de modo diverso.

Enquanto que para uns ele interessa, tão-somente, pelo que é: uma realidade fluindo no tempo; para outros, faz perceber significados a serem investigados, dele retirando a visão transformada que nos proporciona a fotografia.

Os critérios que informam a decisão para se efetivar essa espécie de apropriação e retenção do real — a partir daí, encarado com um bem particular nosso — são inexistentes previamente ou, pelo menos, moram em nós em

estado latente, vagos e difusos, até a hora em que, diante do alvo descoberto, processa-se um ajuste imediato entre o que ele passa a representar para nós e as aspirações que nos moviam em imprecisa busca, tornando viável a fotografia.

Esse instante, cuja procura é ativada por uma intensa animação lúdica, acontece quando se dá o encaixe entre os significados descobertos no objeto de nosso interesse e alguma coisa preexistente

dentro de nós, nos predispondo a reconhecer valores que, fora da fotografia, não teriam sentido.

Só o caráter fragmentário da fotografia pode atribuir importância a certas questões que, ao serem retiradas de uma realidade maior e tridimensional, ganham novos e especiais contornos.

Isso não determina, necessariamente, a falsificação de uma verdade ou o patrocínio artificioso de uma relevância, mas apenas a descoberta de uma nova essência que, traduzida em uma nova linguagem, passa a ter uma existência legítima.

O olhar fotográfico é um hábito visual seletivo, animado por uma percepção sensibilizada por motivações de diversas origens — filosóficas, ideológicas, culturais e afetivas — presentes em todos nós, mesmo que nem sempre identificadas de forma nítida. Mas somente apoiando-se em rigoroso e instantâneo domínio dos meios tecnológicos — indispensáveis intermediários entre intenções e resultados —, e o competente manejo da linguagem, poderá permitir seja alcançado um conteúdo de acordo com as expectativas do autor.

É a prática do olhar fotográfico que conduz à transcrição do visível em coisa fotografável.

O fluxo estonteante entre perceber, pretender e a transmutação de intenções em coisa concreta ocorre com tal velocidade que se torna difícil o entendimento claro sobre como interagem os componentes deste processo.

É um momento de grande intensidade e magia, no qual a intuição — outra desconhecida — tem um papel fundamental. Por que ficamos tentando explicá-lo racionalmente? Só para destruir seu encanto? Talvez seu mistério seja uma riqueza a ser preservada.

Cada instante desses é uma espécie de sofrida e exultante redescoberta de nós mesmos, de encontro com nossas minguidas verdades, com as quais queremos estar apaziguados, mesmo que sejam incompletas. Mas se forem sinceras, uma vez expostas, tornam-se ativas, pois ao tocarem outros espíritos, e mobilizarem outras cabeças, podem produzir transformação.

O homem é um eterno perguntador, um curioso insaciável. É isso que expande os limites de seu conhecimento. É, também, um inconformado com a realidade e sonha modificá-la.

A fotografia é a visão de uma realidade reinterpretada, escolhida, muitas vezes, a partir de sonhos pouco duráveis. Alucinação retida e vivida só na imaginação. Só lembranças. Uma espécie de viagem impune, na busca de razões. Ineficiente tentativa de explicar, mas que faz pensar.

Experiências aprisionadas que se legam aos outros. E a eles, caberá interpretá-las. Cada um a seu modo, de acordo com a maior ou menor riqueza de sua sensibilidade e das origens particulares de suas preocupações.

A capacidade que existe em um mesmo produto de provocar reações extremamente variadas, em cada uma

das pessoas por ele afetadas, é que ativa e adensa o fluxo do conhecimento. O olhar fotográfico é, de fato, um poderoso instrumento de nosso espírito nessa pretensiosa tarefa de procurar entender a vida, mas, sendo seus resultados decorrentes de uma atitude de extremada paixão individual, devem, em sua análise, ser assim considerados.

Isso, todavia, não pode se constituir em um limite inibitório e, muito menos, em um acovardamento diante da responsabilidade inerente do ato de produzir.

Se considerarmos nosso trabalho como uma espécie de abrir janelas capazes de permitir, a nós e aos outros, uma visão renovadora e arejada, mesmo que seja decorrente de uma atitude especialmente particular, isto por si só deve ser um estímulo para continuarmos agindo.

Sempre existirão infinitos mundos a serem descobertos, imensos e desconhecidos mares a serem velejados, e intermináveis sonhos a serem visitados, mas só o nosso ofício, considerado como uma forma verdadeira de expressão, vinculado solidamente a nossas inquietações com relação à vida, será capaz de nos fazer perceber, nas pequenas cintilações do banal, a dimensão do universo. ●

Luís Humberto, arquiteto e fotógrafo, carioca, 51 anos, foi fotógrafo da Editora Abril e da revista *"Isto É"*, chefe da Divisão de Fotoimagem da Fundação das Pioneiras Sociais e coordenador do Centro de Criatividade do Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. Um dos fundadores da Universidade de Brasília em 1962, como professor-assistente do Instituto Central de Artes e do Curso Tronco de Arquitetura e Urbanismo, voltou este ano para a UnB como professor-adjunto do Departamento de Comunicação.

Resumen

Imagen

EL MIRAR FOTOGRAFICO

Frente a un mismo hecho visible, cada individuo reacciona de un modo diverso. Mientras para unos, éste interesa sólo por lo que es: una realidad fluyendo en el tiempo; para otros, hace percibir significados con el fin de investigarlos, separando, de tal hecho, la visión transformada que nos proporciona la fotografía.

Abstract

Image

THE PHOTOGRAPHIC EYE

In front of the same visible fact, every individual reacts differently. While for some it is only interesting for what it is, a reality flowing in time; for others it is a way of seeing meanings to be investigated, taking from the fact the transformed vision which the photograph offers us.

PAISAGEM DOMÉSTICA

Luís Humberto
Tetê Catalão

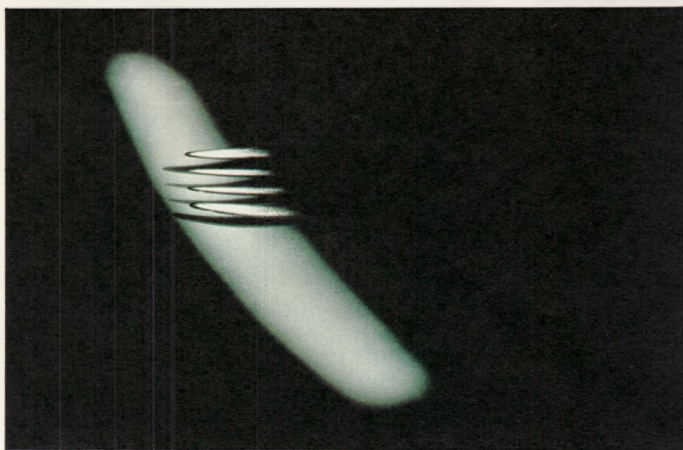




*passagem breve
sobre a coisa
retalha rastros
sobre o fútil*

*paisagem em transe
atua destoa
e o transitório escoa
fútil*

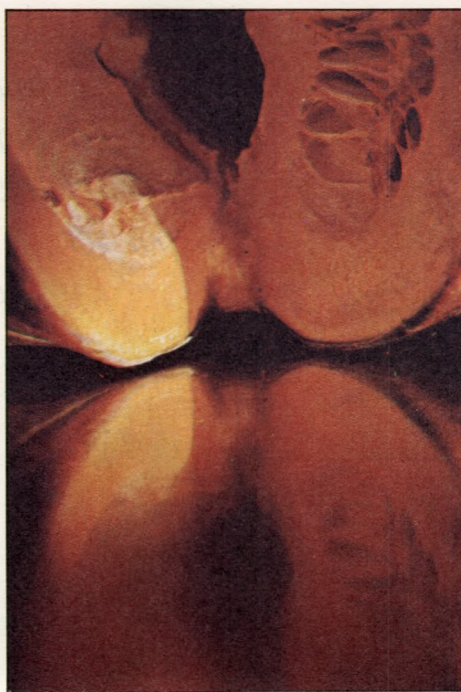
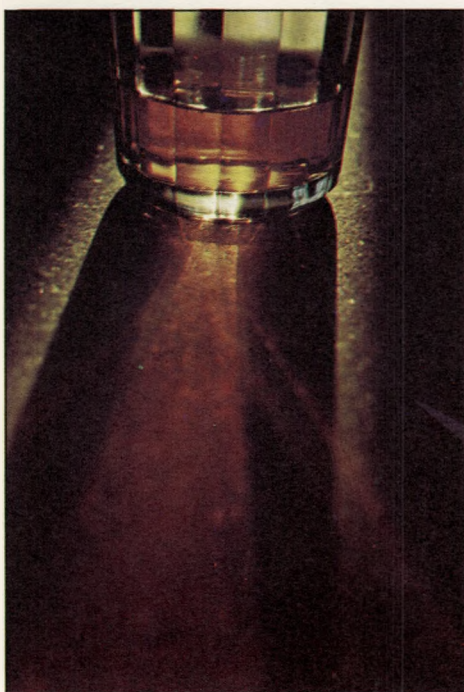
*em tal relance marca
taguagem
deixa o corpo seus sinais de embalagem
em tal resto põe a vista sua visagem
deixa exposto o hospedeiro da bagagem*



vício *intimidade*
por ser fina a dor suporta
por ser morna amor transborda
por ser luz a treva corta
por ser *rima*
 lágrima
 morta

vestígio

soledade



*breve instante
do precário sentimento
seduz feito forma, cor e luz
onde, antes, movimento*

*tanto mais ficou por ter passado
tanto mais passou por ser amado ...*

Reforma universitária e movimento estudantil

Ivônio Barros

Na defesa da universidade e nas lutas pelas liberdades democráticas o movimento estudantil tem demonstrado elevada combatividade, constituindo-se em muitos momentos no elemento mais ativo da sociedade, como no combate à ditadura em 1968 e 1976/80. No próximo ano a questão universitária estará novamente em debate. Certamente será importante capítulo da Constituinte. Recentemente

o governo deu mostras da forma polêmica como a questão será tratada. Ao ameaçar enviar ao Congresso Nacional um projeto de reformulação do ensino superior, provocou uma repentina explosão estudantil. Caso seja ameaçada, quer em sua autonomia, quer em seu caráter público e gratuito, a universidade, através de seus estudantes, poderá tornar-se importante cenário de luta pela autonomia universitária.

Depois de três décadas, onde figurou como importante personagem do drama político brasileiro, o movimento estudantil vive hoje sua maior crise política.

Esse é o tema de continuados debates e discussões que os estudantes da Universidade de Brasília têm promovido. Apesar de ainda não ter assumido uma difusão maior e uma forma organizada, trata-se, sem dúvida, de um importante assunto aberto à discussão.

Nos últimos cinco anos os estudantes vêm perdendo, paulatinamente, a direção e a iniciativa das lutas universitárias. Contudo, além da simples constatação da crise, há que se aprofundar um pouco mais nesse problema, que adquire importância por tratar-se da crise de um segmento fundamental da vida política universitária, uma crise que, além de se prolongar no tempo, se dá não mais como consequência de uma crise de toda a universidade, ou seguindo um refluxo político da sociedade, ou provocada por forte repressão policial e militar. A crise do movimento estudantil convive com um acelerado processo de crescimento político das instituições universitárias, com a retomada das lutas pela autonomia universi-

tária, pela transformação da universidade, em defesa do ensino público e gratuito, etc.

Só que agora a iniciativa e a direção encontram-se com o movimento docente, antes apático e temeroso.

Aproveitando o momento de reflexão e definição dos novos rumos da sociedade brasileira, integrando-se ao processo político que dará forma e conteúdo às eleições constituintes, ao mesmo tempo em que são chamados a compor o quadro de reformulação do ensino superior, os estudantes poderão iniciar um profundo debate acerca de seu próprio movimento, das causas desse prolongado e desarticulado refluxo político e sobre as formas criativas que manifestam para organizar o potencial de combatividade que sempre caracterizou os movimentos e ações da juventude universitária.

Semanas atrás, os estudantes da Universidade de Brasília, rompendo uma profunda apatia que parecia caracterizá-los, promoveram uma grande mobilização contra o projeto governamental de reformulação da estrutura do ensino superior. Foram, porém, um pouco além da simples mobilização de repúdio. Redescobri-

ram que são elementos importantes no debate da reforma universitária, e redescobriram também temas tradicionais da universidade brasileira, principalmente a *autonomia universitária*. Talvez seja essa a questão que serve de fio condutor à análise da história e da crise do movimento estudantil.

A explosão estudantil

Dez anos após a explosão da insurreição estudantil latino-americana, que se iniciou em 1918 na Universidade de Córdoba (Argentina), um grupo de estudantes do Rio de Janeiro, liderados por Djacir Menezes, lançou o primeiro manifesto brasileiro em favor da reforma universitária¹. Aparentemente só atrasada, essa manifestação guarda também certa distância dos acontecimentos que fizeram surgir o movimento que, a partir da Argentina, mudaria a face da universidade na América Latina.

Desde muito Córdoba distanciava-se do processo de modernização da nação argentina, cristalizando-se ali o mais puro e despótico espírito anticientífico, eclesiástico e inquisitorial,

Reforma universitária e movimento estudantil

que impedia sequer alusão a Haeckel e Darwin no seio universitário. Expressava-se nesse pequeno mundo de espírito um processo de choque entre o saber oligárquico-ecclesial e a modernidade que se procurava atingir através da industrialização e da democracia política.

Nesse momento, apoiando-se em amplos movimentos sociais, que, principalmente em Buenos Aires, forjavam a União Cívica Radical e apoiavam a constituição de um governo não-oligárquico (pelo menos em parte) e modernizante, os estudantes lançaram as bases da crítica que iria abalar a velha estrutura universitária do continente e, ao fazê-lo, se tornariam no centro irradiador das principais correntes políticas que, desde o nacionalismo aprista até o internacionalismo comunista, manteriam levantadas bandeiras sociais que por muito tempo foram comuns a toda América espoliada, e não à-toa tinham para esta o ideal de uma nação americana unitária.

No Brasil essa explosão soou fraca. Foram necessários dez anos para que a mensagem da reforma universitária aqui chegasse e mais cinqüenta anos para que a explosão estudantil adquirisse expressão social anti-autoritária, uma vez que apesar da grande semelhança de condições sociais e carências objetivas, tanto no sistema de ensino como no sistema econômico e social, o movimento de construção universitária crítica manteve-se subjugado pela tradição política conservadora e de cunho autoritário que sempre dominou o cenário brasileiro. "Em toda a América Latina, desde a segunda década deste século, foi em torno da reforma universitária que se condensou a efervescência intelectual, que conduziu à mais franca e aberta discussão das reformas sociais, das debilidades orgânicas das burguesias nacionais, da essência da democracia, etc."²

No Brasil, porém, abriu-se um espaço de exceção. O movimento estudantil somente em poucos momentos, antes do acelerado processo político de fins da década de cinqüenta, pôde preencher esse papel que vinha sendo desempenhado por seus congêneres latino-americanos. Sem, contudo, aprofundar a questão,

mantendo-se na epiderme dos acontecimentos, pode-se destacar dois vetores desse comportamento brasileiro:

a) Como não se conhecia, no Brasil, uma tradição universitária pela ausência mesma de universidades, não foi difícil ao aparelho governamental, quer oligárquico, quer populista, adaptar pequenas mudanças de forma no ensino superior, mudanças essas que iam amortecendo o descontentamento estudantil e facilitando a perpetuação de políticas de matiz conservador ou liberal. Dessa forma, o movimento universitário colocava só espasmodicamente em debate as questões que agitaram a América Latina até a década de cinqüenta. Ao mesmo tempo, essa debilidade, se projetada somente no plano político, encontrava referência na sociedade, também controlada por formas de representação e organização conservadoras, para-estatais e atrasadas.

b) Ao lado disso, no plano individual, porém com forte ressonância social nos extratos médios da sociedade, observa-se a continuidade do poder do saber universitário enquanto forma da legitimação política das oligarquias na vida nacional e como forma de acesso desses extratos médios a postos de importância no aparelho de Estado. Dessa forma, mesmo com as pequenas mudanças na fachada da universidade, através do conglomerado das escolas isoladas, mantém-se o conteúdo bacharelesco do título, do saber e da atividade universitária e pós-universitária.

Nas décadas em que se processaram as principais lutas e definições estudantis no resto do continente, o Brasil viveu momentos políticos cruciais que, porém, mantiveram à margem a questão universitária. A Revolução de 1930, o Estado Novo, a Segunda Grande Guerra sufocaram e depois desviaram as manifestações potenciais e as atuações universitárias. As organizações estudantis formadas nesse período, incluindo-se a União Nacional dos Estudantes, mantiveram-se ou incorporadas a projetos políticos tradicionais, ou aliadas a demandas de cunho nacionalista, de dominação política do populismo de Vargas.

Nesse período criou-se a Universidade de São Paulo, primeiro motivada pela soberania paulista ante o poder revolucionário constituído em 30 e, depois, como projeto de construção de uma nova elite superior. Esse projeto sucumbiu nos dois vetores. A soberania paulista conciliou-se com o poder de Vargas e a ele se aliou, e o projeto da universidade ruiu ante a conglomeração das escolas superiores estanques. Depois disso veio Anísio Teixeira com a Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e falecida com o Estado Novo. O jornalista Pompeu de Sousa diz-nos que a universidade nova no Brasil dura em média dois anos, assim foi com a de São Paulo e depois com a Universidade do Distrito Federal, e, bem mais tarde, com a Universidade de Brasília, essas duas últimas destruídas pelo autoritarismo.

Na realidade, a problemática lançada pelo movimento da reforma universitária somente irá iniciar sua caminhada em solo brasileiro em fins da década de cinqüenta, quando, motivados pelo acelerar dos movimentos sociais, pelo desenvolvimentismo e pela crise do populismo, os estudantes começam e conciliam sua participação social com a idéia de mudar a universidade.

Nesse momento de definição nacional a própria idéia de universidade entrava em crise: uma crise do sistema, outra de sua função, outra de sua relação societária e outra de sua gestão.

Crise do sistema universitário

Já foi mencionado que o Brasil não tinha tradição universitária, tinha sim escolas de direito e medicina tradicionais. A criação de universidades tendo como base o ajuntamento dessas escolas isoladas e, ao mesmo tempo, tradicionais, não fez do conglomerado resultante uma universidade. Parecia que se reproduziria ali o federalismo conhecido da República Velha. O que de fato ocorreu.

Reforma universitária movimento estudantil

No plano estudantil, esse conglomerado de ensino superior, que veio a chamar-se universidade, teve como consequência a manutenção de perspectivas de carreiras individuais, dificultando a inserção no processo da transformação social, com exceção de movimentos grevistas ou de apoio a lutas gerais. Por mais que pudesse ser importante a participação estudantil nas demandas nacionais, com o que concordam de pronto os políticos conservadores (pois essas mesmas lutas estão inscritas em seus *Curricula Vitae*), essa participação não fez construir uma mocidade com consciência social diferente das gerações passadas. Esse perfil de universidade, ao tempo em que se choca com as necessidades tecnicistas crescentes do mercado de trabalho de um país em franco desenvolvimento industrial, em nada contribui para a formação da cidadania, para a criação de valores na massa estudantil que extrapolem sua formação social, de classe.

Isso tendo-se como referência o estudante. Mas a crise do sistema universitário não eclode por causa dele, e sim por essa contradição que vai se afirmando entre o estilo universitário, seu produto e método, e o modelo universitário requerido por essa sociedade em processo de modernização, via o acelerado processo de industrialização com forte predominância do capital estrangeiro e dirigido à produção de bens de luxo.

Essa transformação que vai se processando rapidamente ao nível da economia, por decisão política de aceite de um modelo concentrador de renda e de abertura ao capital estrangeiro, vai requerendo larga mudança social, que será sentida somente muito tempo depois. Ao nível da universidade, essa pressão aparece de forma diferenciada. Aparece como crise do ensino bacharelesco, arcaico e eclesial. Aparece como oportunidade de modernização tecnológica dos campi (ainda em projeto) universitários. Apresenta-se como momento à implantação de uma nova universidade.

É nesse processo que se delineiam as sucessivas crises da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1958/59), onde se

criam as condições para a discussão da reforma universitária no seio da UNE, em maio de 1961 (data do primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE), e para que, em 1962, os universitários paulistas entrem em greve pela federalização da Universidade Mackenzie, etc.

Universidade e sociedade

Não se poderia discutir a crise de forma, de articulação, de modelo e de conteúdo universitário, sem discutir-se sua função. As lideranças estudantis e pequenos grupos de professores e intelectuais, ao apresentarem o diagnóstico da crise pela forma de organização e reprodução do saber universitário, pedindo a criação de uma universidade nova, faziam isso com referência também à função da universidade.

Há nessa questão dois elementos que se misturam: a) por parte principalmente das lideranças estudantis, e da intelectualidade de esquerda, a conotação dada à reforma universitária vinha principalmente através da definição de sua função social, como agente de conscientização de massa e como catalisadora da transformação social; por isso a preocupação estudantil em politizar o movimento, ideologizar a universidade (no sentido de clarificar o tipo de pensamento reproduzido), etc., b) ao mesmo tempo, penetrava, nos anseios de todos, idéias do movimento desenvolvimentista, que Sérgio Paulo Rouanet muito bem analisou em artigo publicado no último número desta *Humanidades*³. Destaca-se aqui a ânsia de modernidade, que passava, necessariamente, à universidade uma visão técnica de sua função final. Nos debates promovidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para auxiliar na formulação do projeto da Universidade de Brasília, assim como na execução dos propósitos de seu primeiro reitor e fundador Darci Ribeiro, ficava claro o diagnóstico de nosso atraso científico e, prin-

cipalmente, tecnológico. Caberia à universidade avançar e recuperar o tempo perdido, formando pessoal qualificado para as novas funções tecnológicas e para a formulação de tecnologia própria. E essa idéia fazia-se presente no movimento estudantil, sob a forma de um discurso político nacionalista, que advogava a necessidade de uma ação tecnológica autônoma e soberana. Como afirmou Rouanet, parece que tudo o que a juventude daquele tempo pediu foi realizado, infelizmente...

Universidade e revolução

Relacionado à função da universidade aparecia seu papel social, como foi colocado anteriormente. Trata-se de questão que polarizou o movimento estudantil, cabendo-lhe aqui o destaque. Nesse movimento, a crise da universidade aparecia como momento propício ao debate das formulações políticas gerais. E como se processava nesse início da década de sessenta uma forte crise social e política, essa crise geral deslocava o estudantado de classe média cada vez mais para posições de radicalidade. O que importava era saber qual o papel que a universidade jogaria na revolução brasileira. As lideranças dividiam-se em desde aqueles que acreditavam na possibilidade de transformar a universidade antes da sociedade, mudando-se a universidade em quartel-general de revolução, até aqueles que dirigiam sua crise como forma de aguçar as contradições da época. Venceu a contra-revolução, e os estudantes foram ao povo pelas mãos do Projeto Rondon e com o auxílio dos aviões da FAB.

A gestão universitária

Três eram as bandeiras e reivindicações principais do estudantado: mais vagas, mais verbas e 1/3 nos órgãos colegiados.

O processo de modernização da nação brasileira, conduzido pelos governos militares,

Reforma universitária e movimento estudantil

atende às duas primeiras, é claro que de forma totalmente desvirtuada, privatizando o ensino, massificando seu conteúdo, promovendo vertiginosa queda em sua qualidade, reduzindo todo o espaço da criação e da crítica, etc.

Mas quanto ao poder universitário, nada a fazer. A presença estudantil quase sempre significou instabilidade, radicalidade, avanço, nos órgãos colegiados e no poder universitário.

Essa bandeira é retomada hoje, de forma menos radical, mas constante, pelas lideranças estudantis que, presentes no processo de democratização das universidades, conquistaram, ao lado dos professores, direito à participação (ainda muito minoritária) na gestão das universidades, com total liberdade de proposição, dentro da legalidade e de espaço concedido pelo Ministério da Educação(!).

Participação e luta democrática

Depois de sua derrota em 1968, após longo processo de resistência contra a ditadura militar, os estudantes brasileiros lançaram-se novamente à luta em 1976, antecipando uma série de movimentos sociais, os quais iriam paulatinamente fazer ruir o regime militar. Nesse momento, os estudantes reiniciam sua luta levantando bandeiras pelas liberdades democráticas: pela anistia ampla, geral e irrestrita; pelo fim da ditadura; e organizam-se em entidades livres da tutela governamental, reestruturando suas entidades estaduais e nacional (UEEs e UNE) e redefinindo seu relacionamento político com as entidades de classe e os movimentos sociais.

Desde então, e até 1980/81, o movimento estudantil conhecerá novamente um largo processo de crescimento de sua participação social e de luta democrática. Sua liderança serão encontradas onde quer que haja movimentação política contra a ditadura. Serão chamadas a compor a direção de movimentos democráticos e serão respeitadas por sua coragem e dedicação, apesar de sua inexperiência política.

É nesse processo que reaparecem timidamente as formulações em defesa da autonomia universitária, definida em seus vetores internos e externos à universidade.

No plano interno, ao tempo em que se formam as novas lideranças e as novas organizações, a média do movimento passa a defender a democratização do poder universitário, definida a partir de sua participação nos órgãos colegiados e pela eleição dos dirigentes universitários. Esse ponto de luta, entre todas as universidades, foi mais sentido e candente na Universidade de Brasília, onde se instalara a figura mais representativa de tudo o que o movimento estudantil combatia naquele momento: o reitor capitão de mar-e-guerra José Carlos Azevedo.

Ao contrário do que esperavam as lideranças nacionais, foi a UnB palco dos principais momentos de luta dos estudantes, reiniciando sua mobilização no transcórre da Reunião Anual da SBPC que se realizou em Brasília, no ano de 1976. Já no início do ano seguinte essa mobilização transforma-se na principal greve estudantil do país, polarizando a atenção e posições de todo o meio universitário e político nacional. As próprias condições em que se encontravam os estudantes dificultavam um aprofundamento da elaboração teórica e política sobre seu próprio movimento e sua definição programática. A invasão da universidade por tropas de choque da Polícia Militar e o assédio dos militares-espões (membros dos diversos serviços de informações) já definiam, no âmbito das prioridades políticas e da formulação teórica, uma ação rápida e decidida contra um inimigo concreto. Essa experiência foi também vivenciada nos principais centros universitários brasileiros, só que com repressão policial menos flagrante. Essa situação, aliada ao ainda tímido e receoso movimento docente, dificultava a recuperação da história da luta pela autonomia universitária, obstaculizando o que poderia ter sido o mais fértil momento de formulação política do movimento estudantil.

Ainda no plano interno, essa mobilização, mesmo que concentrada contra a ditadura,

permitiu o aparecimento de mobilizações dirigidas à reformulação geral dos conteúdos curriculares e, em certos casos, pela redefinição do relacionamento social da universidade com a comunidade.

No que se refere aos conteúdos curriculares, ao procurar redefini-los os estudantes descobrem a pobreza do ensino, vêem como a qualidade do mesmo foi sensivelmente rebaixada nos anos da ditadura, descobrem o engodo da multiplicação das vagas, confrontam-se com uma realidade educacional muito mais subdesenvolvida que o próprio país.

Essa realidade estava diante dos olhos de todos, mas poucos, até então, conseguiam vê-la. No percurso do "milagre" econômico, parece que a sociedade, principalmente as classes médias e os estudantes, haviam compactuado com uma estratégia de desenvolvimento que empobrecia a cultura e a ciência. Esse pacto dava-se em sala de aula (perdura até hoje, segundo alguns, com o nome de "pacto da mediocridade"), firmava-se nas ruas, com a multiplicação de bacharéis e licenciados, e fixava-se na crença de que era ônus passageiro de um rápido processo de desenvolvimento econômico que, por fim, beneficiaria a todos. Impossível dizer que slogans como "Brasil: ame-o ou deixe-o", ou idéias como "deixar o bolo crescer para reparti-lo depois" não sensibilizavam grande parcela da população, principalmente aqueles que se viam contemplados por empregos públicos fáceis e de boa remuneração (como acontecia com os egressos do sistema universitário).

A crise econômica faz implodir o muro que impedia a visão dessa realidade e, então, os estudantes passam a constituir o pólo crítico dessa mesma realidade educacional.

Expressão crítica que se materializa na miríade de documentos, textos e panfletos apresentados por vários grupos estudantis, como nas resoluções aprovadas nas diversas organizações de representação. No caso da UnB, nos dois congressos universitários convocados pelo Diretório Central dos Estudantes "Honestino Guimarães", os estudantes discuti-

Reforma universitária e movimento estudantil

ram e retomaram questões que estão presentes na gênese do movimento de reforma universitária, tais como:

a) liberdade de cátedra — forma de assegurar a liberdade de pensamento na universidade, garantindo total liberdade à expressão do pensamento crítico e da ação inovadora;

b) cátedra paralela — forma de assegurar ao aluno a liberdade de escolha entre várias formas de abordagem de um mesmo tema, uma mesma disciplina deveria ser ministrada por vários professores, não mais por um “dono” da cadeira;

c) co-gestão universitária — assegurando a participação e a responsabilidade discente nos diversos organismos de decisão universitária;

d) democratização da escolha dos dirigentes universitários — forma de assegurar a participação estudantil;

e) autonomia de gestão financeira — mantendo-se a obrigatoriedade da manutenção do ensino pelo Estado, assegura-se, ao mesmo tempo, total liberdade para a gestão de seus recursos, destinando-os a programas e atividades fixadas pela comunidade universitária e por organismos de representação social (comitês comunitários, conselhos de representantes da população, etc);

f) autonomia didática e curricular — libertando a universidade das amarras do MEC e Conselho Federal de Educação, permitindo-lhe: livremente, estruturar seus cursos e currículos em função das necessidades sociais e regionais, com ampla discussão na região e com participação fundamental dos estudantes;

g) extensão universitária crítica — rompendo-se com programas militarizados de atendimento social, como o Projeto Rondon, se estabeleceriam novos parâmetros de relação societária e comunitária, levando o estudante a um contato mais aprofundado com a comunidade trabalhadora, proporcionando-lhe experiência passível de transmutar-se em meio de transformação social; etc.

Essas formulações não foram avante. Interessante, porém, é ver como se aproximam

dos “postulados cardinais” enumerados pelos estudantes do Rio de Janeiro que, cinquenta anos antes, propunham a “destruição do ensino monopolizado pelo Estado e a transformação da universidade em órgãos vivo e vitalizante”⁴:

a) autonomia didática e administrativa das universidades;

b) extensão universitária, a comunicação ampla e direta com a imensa massa trabalhadora;

c) separação das graduações científicas dos títulos de habilitação profissional;

d) incorporação à universidade dos valores extra-universitários;

e) criação de novas cátedras que coloquem a juventude ao nível das novas correntes de pensamento contemporâneo; e

f) estreitamento das relações entre estudantes e professores.

Perplexidade e crise

Nesses anos de intensa mobilização o movimento estudantil recuperou as bandeiras de luta e as aspirações sociais que caracterizaram o auge das ações de 50/60.

Em Brasília, os estudantes da UnB constituíram-se em referencial de luta, integraram-se no movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, estiveram presentes em todos os processos de retomada sindical e de organização partidária (o exemplo do Partido dos Trabalhadores é fecundo nesse sentido), etc.

Contudo, já em 1979 o movimento estudantil deixava a linha de frente das lutas sociais, pois com a retomada dos movimentos sindicais (principalmente dos trabalhadores metalúrgicos, canavieiros, construção civil, bancários e professores), a vida política brasileira conhecia novos rumos de enfrentamento da ditadura militar.

Com a retomada das lutas sindicais e da reorganização partidária, o movimento estudantil, enquanto tal, é deslocado à margem da pugna social e forçado a refletir sobre seu novo papel, dentro e fora da universidade. É e nesse

momento que se inicia a crise atual do movimento estudantil.

As lideranças estudantis foram ao encontro dessa nova situação política geral e se integraram no processo de retomada das lutas sociais, não foram capazes, contudo, de estruturar novas formas de mobilização que o estudantado agora exigia.

Em todo o território nacional, já em 1980, era claro o processo de refluxo político do movimento estudantil, com raras exceções provocadas por motivos localizados.

Foi o caso da Universidade de Brasília, que, de uma forma ou de outra, manteve-se mobilizada graças à manutenção do capitão de mar-e-guerra José Carlos Azevedo na Reitoria — figura autoritária e despótica, que conseguia atrair a unanimidade da comunidade universitária contra si.

Da parte dos estudantes, a criatividade apresentada pelas lideranças estudantis nos longos anos de resistência ao poder ditatorial e militar não se expressou ante esse novo tempo, que lhes exigia maior capacidade de entendimento do processo político corrente, compreensão esta necessária a qualquer ação criativa e transformadora. Instaura-se o domínio da perplexidade política.

Fora dos campi o estudante tinha ante si uma variedade de formulações políticas a optar. Já não era mais tão fácil distinguir o bom do mal, o militar do civil, o reacionário do progressista. A política entrava em novo momento, bem mais complexo (e com o mesmo grau de dificuldade). As derrotas das greves operárias do ABC paulista introduziram um equilíbrio bastante instável entre as forças políticas, mas deixaram largo espaço de iniciativa às forças liberais-conservadoras, que dominaram politicamente todo o processo de transição coroado com a eleição de Tancredo Neves.

Nesse complexo conjuntural a participação social dos estudantes foi localizada e esporádica, voltaram às ruas com as classes médias na campanha das diretas-já.

Como não entenderam ou não souberam se posicionar (debilidade que não foi somente

do movimento estudantil), perdiam os pontos de referência social que refletiam suas posições dentro da universidade.

No interior das universidades os estudantes vão conquistando o direito de manifestar o seu voto e voz, mas isso muito mais como consequência de um movimento de democratização comandado pelos professores, do que fruto de demandas estudantis claras. Nesse momento os movimentos docentes já detêm a iniciativa e o controle do processo. Fato novamente comprovado no final da ditadura na UnB, apesar de bastante mobilizados, os estudantes já tinham perdido totalmente o controle da iniciativa.

Ao perderem o referencial social, sustentáculo de todas as formulações pela autonomia universitária antes descritas, os estudantes tornam-se incapazes de repensar a universidade neste momento de reconquista da democracia interna. Participam das diversas e múltiplas eleições internas, elegem desde os chefes de departamento até o reitor, mas não como movimento organizado e sim como indivíduos pulverizados pela apatia e inércia da crise.

Essa falta de organização reflete um lado extremamente negativo dessa crise. Na Universidade de Brasília há mais de dois anos não se consegue quorum para a eleição da diretoria do Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães. Neste ano de 1986 isso sequer foi tentado. Os centros acadêmicos ainda existentes, e os em processo de estruturação, ainda não encontraram formas novas de organização dos estudantes.

Mas tudo isso, a organização e a estrutura, são reflexos de uma falta de diretriz política, manifestam a falta de um entendimento

mais profundo da realidade nacional e do momento por que passa a universidade brasileira, momento em que o governo federal formula posições de privatização do ensino e, no plano social, direciona-se a posições cada vez mais conservadoras.

O movimento estudantil na UnB afirma hoje que está à procura de novas formas de organização e está encontrando caminhos totalmente diversos dos já seguidos pelo movimento estudantil em sua história. Nada mais justo e nada mais dentro de seus direitos. Porém, infelizmente, tem demonstrado, com raras exceções, uma grande imaturidade política e uma profunda perplexidade ante os acontecimentos nacionais.

Parcela importante da culpa (se for este o termo) por tudo isso cabe às lideranças estudantis que estiveram na direção do movimento e das organizações representativas do estudantado nos anos de 1980/82. Essas lideranças foram incapazes de renovar seus quadros dirigentes, foram incapazes de entender o momento de ruptura da história estudantil, não souberam fazer retomar à universidade a reflexão social necessária ao entendimento da própria universidade nesse novo processo político brasileiro. Foram incapazes, também, de articular esse processo de reflexão com o movimento docente.

É necessário que esse repensar se inicie logo, de forma organizada e democrática. Caso contrário, as dificuldades de recuperação serão cada vez maiores, antes que essa perplexidade se transforme em ação nociva ao movimento estudantil e a suas conquistas históricas.

Há quem, hoje, por não saber conviver politicamente com seus contrários, propugne,

por exemplo, contra a União Nacional dos Estudantes, pelo simples fato de ter sido incapaz de ser sua diretoria.

Há quem afirme que se trata de um comportamento geral das classes médias urbanas, que se reflete diretamente sobre o estudantado, em sua quase totalidade oriundo desses segmentos.

São vários os efeitos negativos dessa passividade, são variadas as causas a serem examinadas, mas uma certeza começa a se difundir: a reorganização estudantil é fundamental à conquista da autonomia universitária, em sua plenitude.

Esse novo momento só não exige dos estudantes mais coragem, contudo lhes obriga à reflexão e ao trabalho contínuo.

A reflexão sobre seu papel na construção da universidade e na transformação da sociedade, sobre o novo papel que desempenham nesse processo, como transformar em coletiva a preocupação e a responsabilidade social que lhes cabe, etc.

A retomada de sua história de luta e a compreensão de sua lógica política certamente facilitarão o processo de recompor esse importante setor social, ao mesmo tempo em que será decisivo à definição da nova universidade.

Ivônio Barros é economista, com mestrado em História Econômica pela USP. Foi presidente do Centro Acadêmico da Economia (UnB) na gestão 78/79 e do Diretório Central dos Estudantes (UnB) na gestão 79/80. Áreas de interesse: história econômica e história do pensamento econômico.

Resumen

Universidad de Brasília y democracia

REFORMA UNIVERSITARIA Y MOVIMIENTO ESTUDIANTIL

El movimiento estudiantil de hoy en la UnB confirma que busca nuevas formas de organización y que está encontrando caminos totalmente diversos de los ya seguidos por el movimiento estudiantil a lo largo de su historia. Sin embargo, infelizmente, ha demostrado, con raras excepciones, una gran inmadurez política y una profunda perplexidad ante los acontecimientos nacionales. El volver a asumir su historia de lucha y la comprensión de su lógica política, facilitarán ciertamente el proceso de recomponer ese importante sector social, al mismo tiempo que será decisivo una definición de la nueva universidad.

Abstract

The University of Brasília and Democracy

UNIVERSITY REFORM AND THE STUDENT MOVEMENT

The student movement at the University of Brasília is today affirming that it seeks new forms of organization and is finding paths that are totally different from those pursued by the student movement in the past. However, it has unfortunately, with rare exceptions manifested great political immaturity and a profound perplexity in the face of national events. The resumption of its history of struggle and the understanding of its political logic will certainly facilitate the process of re-establishing this important social sector and at the same time will be decisive in the definition of a new university.

Referências bibliográficas

1. PORTANTIERO, J. C. *Estudiantes y política en América Latina. El proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México, Siglo XXI, 1978. p. 227-231.
2. FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Omega, 1975. p. 14.
3. ROUANET, S. Paulo. Reinventando as humanidades. in *Revista Humanidades*, nº 10, agosto/outubro 1986.
4. PORTANTIERO, J. C. Idem; p. 230.

La deuda externa de México

Alicia Girón G.

La crisis financiera mexicana de agosto de 1982 tiene sus raíces en el desbordamiento del endeudamiento. El Petróleo junto con la banca trasnacional juegan en la actual coyuntura internacional una alternativa fundamental en la crisis del sistema capitalista y del sistema financiero mundial. El Fondo Monetario Internacional y la renegociación de la deuda han convertido a México en un país exportador de petróleo y de capital.

Si la década del setenta fue el canto del cisne del nacionalismo revolucionario, los años ochenta constituyeron la mejor expresión de la transición entre un estado desarrollista y la integración del mercado mexicano al modelo trasnacional. La insólita prosperidad de México en medio de un continente asolado por las teorías neoliberales friedmanianas naufragó en dos años frente a la impronta del Fondo Monetario que representaba la internacionalización del capital. Lo que en otras áreas del planeta, especialmente en el Cono Sur americano, se procesó en medio de la mayor violencia política y social del siglo, en México significó un enriquecimiento desproporcionado e inconcebible de las clases dirigentes y empresarias y un acelerado pero pacífico (por lo menos en términos de la violencia de las armas) empobrecimiento de los sectores campesinos,

y las capas pobres y proletarias de la ciudad. La etapa del desarrollo capitalista salvaje dejó paso en esos años a la recesión, la desindustrialización y la crisis económica provocada por la integración del eslabón mexicano a la cadena productiva transnacionalizada que marca la fase del desarrollo capitalista mundial.

La deuda externa mexicana ascendía para finales de 1985 a la cantidad de 98.000 millones de dólares. Al sector público le correspondían 72.000 millones de dólares y al sector privado 26.000 millones de dólares. Sólo diez años antes la deuda externa total ascendía a 20.000 millones de dólares. ¿A qué responde dicho aceleramiento del crédito externo? ¿Hacia dónde se canalizan los préstamos? ¿Posteriormente, quién pagará el servicio de la deuda? ¿Por qué, hay una "crisis de liquidez" en 1982?

Características de la política de endeudamiento.

Es importante hacer notar, que durante 22 años México tuvo un período de estabilidad política, económica y social considerado por algunos científicos sociales el "milagro mexicano". En este período, llamado de crecimiento industrial, el gobierno sorteó favorablemente sus planes de inversión y el crédito contratado en su mayor parte con los organismos financieros internacionales como el Banco Mundial, y el Banco Interamericano de Desarrollo se canalizó a obras de infraestructura en el área industrial, agrícola y vías de comunicación. En la medida que la economía mexicana se relacionó con el mercado internacional y participó del desarrollo capitalista permeó los sectores estratégicos a favor de las empresas trasnacionales y de los

organismos financieros trasnacionales. Los síntomas de crisis del llamado "milagro mexicano" afloran con el movimiento estudiantil de 1968 y con la devaluación del peso frente al dólar en 1976¹. Es importante hacer mención al tipo de cambio, de 12.50 pesos igual a un dólar, estable de 1954 a 1976 por ser el único país de América Latina que durante dos décadas no tuvo devaluación de su moneda. Es en este momento, con la firma del Convenio del Fondo Monetario Internacional, cuando se inicia un período de diez años (1976 - 1986) donde dicho organismo tendrá ingerencia en la política económica interna. El Convenio con el Fondo Monetario Internacional supedita al presidente López Portillo los tres primeros años de su gobierno 1977-1979.

El estudio de la economía mexicana en la década de los setenta se puede hacer siguiendo dos líneas básicas. La primera, la que deriva de la *internacionalización de la economía mexicana*, vía el creciente endeudamiento y la inversión extranjera directa, que dieron pie al reforzamiento de la dependencia estructural y a que el proceso de acumulación interna se engarzara con el proceso de acumulación internacional en forma definitiva. La segunda, desde la *incapacidad del Estado para controlar la contienda social*, a causa de la fuerte concentración del ingreso en beneficio de los poseedores de medios de producción privados, tanto nacionales como extranjeros.

1. La evolución del endeudamiento durante el transcurso de veinte años en México se puede sistematizar de la siguiente forma:

a) La década de los sesenta presenta una variación absoluta en sus años extremos de 2.624 millones de dólares; es decir, una variación relativa de 69.5%. Su incremento fue de 327.0%. El comportamiento del endeudamiento en la década de los setenta es sorprendente. En diez años creció 29.715 millones de dólares; la variación relativa fue de 88.7% y el incremento fue de 887.0%.

b) Durante los sesenta, la contratación con bancos trasnacionales se mantuvo en 50% del total. En los setenta esta composición llegó a alcanzar más del 80%. El incremento de los créditos contratados con bancos trasnacionales, fue de 1.343.7 por ciento; la deuda contraída con la banca oficial creció sólo un 277.8 por ciento durante la década de los setenta.

c) Los créditos contratados con los bancos de origen bilateral han disminuido relativamente. En 1960 constituían el 39.9%; en 1970, en 13% del total de la deuda externa.

La importancia de México para las agencias oficiales está relacionada con el monto considerable de los préstamos obtenidos. El Banco Mundial destinó 3.132.8 millones de dólares en el período de 1970 a 1980; el

Banco Interamericano de Desarrollo 1.552.3 millones; las agencias bilaterales, entre ellas, el Banco de Exportación e Importación de los Estados Unidos, canalizaron 412.1 millones de dólares.

La finalidad del financiamiento otorgado por los Bancos Oficiales ha estado conjugada con los lineamientos y políticas de expansión de las grandes empresas trasnacionales² en el resto de los países subdesarrollados. Sólo para probar este aserto nos permitimos tomar una cita del Banco Mundial correspondiente a los lineamientos de sus políticas financieras:

"En sus primeros años el Banco estaba firmemente orientado hacia la inversión en infraestructura de base (puertos, caminos y obras de riego), pues se pensaba generalmente que los países en desarrollo carecían de la infraestructura que les permitiera absorber la inversión en capital productivamente y que por consiguiente lo de mayor prioridad era la inversión en infraestructura. Posteriormente, se empezó a atender el crédito para el desarrollo moderno (principalmente en la industria pesada con base urbana), lo cual reflejaba la opinión de que la industrialización rápida era la clave del crecimiento económico. Actualmente se reconoce cada vez más que la capacidad de absorción se puede incrementar mediante la asistencia técnica (especialmente creando instituciones y adiestrando personal) y que el crecimiento del Producto Nacional Bruto (PNB) es condición necesaria pero no suficiente para lograr el desarrollo."³

Si en el período 1970-1980 el sector primario fue privilegiado con los préstamos oficiales en un 51.6% (2.910 millones de dólares) en comparación con el 27.4% (1.547.7 millones de dólares) para el sector secundario y el 21.0% (1.400 millones de dólares) en servicios, dicho fenómeno no es casual ni coyuntural. Esta tendencia va ligada dialécticamente a la irrupción de las trasnacionales en una mayor integración con el sector primario: por un lado, para elevar su tasa de ganancia (con tendencia a decrecer desde 1968) y, por otro, con el fin de integrar nuestro país al sistema mundial de reproducción del capital e internalización de los procesos productivos.

Canalización de los créditos externos contratados con la banca trasnacional hacia el sector petrolero

El peso del endeudamiento con bancos trasnacionales⁴ es significativo, no sólo por ser

México uno de los principales prestatarios en el mercado internacional de capitales, sino por la importancia que tiene la deuda en el marco analítico del capital monopolista de Estado. La tendencia a mayores contrataciones con este tipo de bancos, verificada ya a mediados de los sesenta y con más énfasis a partir de los setenta y el hecho de que sean las empresas descentralizadas (principalmente en las ramas del petróleo y la energía eléctrica) las que recurren a este tipo de préstamos, influye directamente al interior de la política económica del Estado. Las empresas públicas tuvieron un endeudamiento cuyo crecimiento porcentual es mucho más alto que la deuda total. Tan sólo en el caso de Petróleos Mexicanos la deuda pasa entre 1970 y finales de 1980, en términos absolutos, de 439.0 millones de dólares a 7.624.0 millones; lo que estaría indicando un crecimiento de 1.636.0% en el transcurso de diez años.

Este período nos permite observar el financiamiento del petróleo dentro del ciclo de reproducción ampliada del capital. El reciclaje del capital de préstamo destinado a la producción y circulación de mercancías, en la etapa trasnacional, permite el retorno al país de origen de las mercancías y el dinero valorizado. Los préstamos ofrecidos por los bancos trasnacionales en esta tercera etapa indican cómo la deuda es uno de los eslabones de la dependencia.

Desde 1973 hasta la fecha han sido las siguientes instituciones las que suministraron los préstamos a Pemex: Bank of America, Bank of Montreal, Bank of Tokyo, Bankers Trust Ltd., Canadian Import Bank of Commerce, Chemical Bank, First National City Bank, CityCorp., European American Bank & Trust Co., Mitsubishi Bank Ltd., Mitsui Bank Ltd., Bank of Japan Ltd., Commerzbank Ag., incluyendo a bancos de origen mexicano como Banco Serfin, S.A., Banco Nacional de México, S.A., y Banco Internacional, S.A. Se trata de la red internacional ya reconocida como oligarquía financiera internacional. Entre 1973 y 1976 se contrataron 1.312.5 millones de dólares en el mercado internacional de capitales. Para 1977 el monto fue de 779.4 millones de dólares; en 1978, alcanzó la suma de 1.362.5 y hacia finales de 1979 se estimaba que el monto ascendía a cerca de 1.063 millones de dólares; además, existía un préstamo sindicado por 2.500 millones encabezado por el Bank of America y 66 bancos de once países⁵. En 1980, el nivel de endeudamiento de Petróleos Mexicanos llegaba a cerca de 8.000 millones de dólares⁶.

Al analizar los préstamos contratados por Petróleos Mexicanos entre 1973 y 1980 en el mercado de los eurodólares pueden enumerarse varias características singulares. En primer

lugar, la duración de los préstamos — que era en un principio de diez a quince años — se ha reducido a períodos de cinco a diez en promedio. Las tasas de interés, por el contrario, han ido aumentando: los préstamos están contratados sobre la tasa LIBOR (London Interbank Offered Rate)⁷. Esa tasa, que a mediados de los setenta era de entre ocho y diez por ciento, subió hasta el 19% con una baja posterior en 1980. Es necesario aclarar que sobre la LIBOR se cobra un diferencial desde un cuarto de punto a más. Los préstamos dados al petróleo se vieron beneficiados por diferenciales menores ya que Pemex por sus características coyunturales en los mercados internacionales fue considerado un cliente distinguido.

Los bancos que han otorgado mayores créditos, como ya lo hemos señalado, pertenecen a consorcio internacionales estadounidenses y japoneses así como también alemanes y canadienses e incluso algunos mexicanos. A pesar de la tendencia a la “norte-americанизación”, nosotros observamos que sí hay épocas (como durante los años 1976 y 1977) en que fueron los bancos norteamericanos los que participaron con mayores montos en los préstamos a Pemex, en años posteriores predominan los bancos franceses y japoneses. México sobrepasó su nivel de endeudamiento con los bancos norteamericanos. Éstos también han otorgado préstamos a otras instituciones, como la Comisión Federal de Electricidad, Nacional Financiera, etcétera. Se calcula que cerca del 70.1% de la deuda externa total del país — incluyendo la del sector privado — está contratada con los Estados Unidos. Esto no está permitido por la legislación bancaria norteamericana, que protege del riesgo de que la incapacidad de pago o insolvencia de un país pueda poner en quiebra a las instituciones bancarias⁸. Por otra parte, la Secretaría de Hacienda ha intentado diversificar su cartera de acreedores, acudiendo a banqueros japoneses y franceses en los dos últimos años.

El crecimiento inusitado del programa de inversiones de Pemex, ha sido mayor al de cualquier compañía del mundo. Esto reconoce como motivo el deseo político del Estado de lograr un crecimiento del producto interno bruto de 7% y 8% participando en el crecimiento del sector privado ligado al desarrollo petroquímico.

No obstante, el incremento sustancial del financiamiento externo canalizado al petróleo fue desde finales de los setenta motivo de inquietud en los círculos financieros internacionales. La inflación interna pasó del 20 al 30%; el déficit en cuenta corriente se incrementó de 2 mil millones de dólares en 1979 a 5 mil en diciembre de 1980 y un año después aumentó a cerca de 12 mil millones de dólares.

Las vicisitudes de la economía, ya en la era del capital internacional, aceleraron el endeudamiento, pilar de la estrategia política del gobierno mexicano. Los préstamos que se contrataron ligaron a Pemex con los grandes consorcios internacionales cuyas inversiones están relacionadas a los intereses del comercio y de la producción transnacionales. Nada menos que el 44.5% de las exportaciones mexicanas de más de 733 mil barriles de petróleo crudo a los Estados Unidos, se realizaron a través de tres gigantescos consorcios transnacionales que están entre los más poderosos de las “siete hermanas” con una irradiación mundial: Exxon, Shell y Standard Oil; otros 12 monopolios compran un 33.6% más, entre ellos la Texaco y la Dow Chemical, de modo que 14 consorcios adquirieron 78.1% de aquel total⁹. Además, del total de ventas comprometidas para finales del año 1979, Estados Unidos recibió el 53%, Europa (España, Francia y Suecia) 28.1%, Japón 7.2%, Canadá 3.5%, Israel 3.2%, mientras que los países subdesarrollados (América Latina, India y Yugoslavia) sólo se les vendió el 5 por ciento.

La deuda de corto plazo

La economía mexicana venía logrando tasas de crecimiento por encima de las históricas: 7.5% como promedio entre 1978 y 1979. De esta manera se suponía en todos los círculos de gobierno que la crisis del período 1975–1977 había sido definitivamente superada. Pero en 1980, aunque se mantuvo en un índice del 7.4%, empezaba a resentir nuevamente efectos de crisis. La actividad industrial se desplomó del 8.5 al 6% de 1979 a 1980: el sostenimiento de la tasa del producto nacional se debió, entonces, casi exclusivamente a la expansión petrolera y al dinamismo que ésta imprimió a ramas conexas de la producción. En el primer semestre de 1980, la producción del hidrocarburo creció un 32% con respecto a 1979 y las exportaciones un 54.3%. Su participación en el comercio exterior superaba el 40%. Es decir, la economía mexicana se había “petrolizado”. Sin embargo, a partir de entonces se verificaron otros inquietantes indicadores.

De 1980 y hasta 1982, la deuda externa de corto plazo tuvo incrementos desmesurados. A pesar de la baja de los precios en el mercado petrolero, el gobierno insistía en mantener el control social al mismo tiempo que los privilegios de las clases altas: en la coyuntura, recurría al endeudamiento, construyendo un perfil financiero del país que conduciría luego a la crisis.

De acuerdo a datos proporcionados por el Fondo Monetario Internacional¹⁰, la deuda externa mexicana total alcanzaba 40.389 millones de dólares en 1979. A septiembre de 1983, esta cifra se había incrementado ascendiendo hasta 88.852 millones de dólares, es decir, algo más del doble. La deuda del sector público creció de 29.889 millones de dólares en 1979 a 62.947 hacia fines del 83, lo que equivale también a una duplicación de los adeudos, con lo que seguiría la misma tendencia que la deuda total. Sin embargo, la deuda del sector privado, en el mismo lapso, sufre un crecimiento de una vez y la media pasa de 7.900 millones de dólares a 18.000 millones, con lo que expresa una tasa relativa de crecimiento mayor que la deuda pública y las cifras globales.

Es importante mencionar lo siguiente: la deuda de mediano y largo plazo no alcanza a duplicarse, mientras la de corto plazo se eleva cuatro veces. La primera, crece de 33.947 millones de dólares a 63.405 en tanto la segunda ya de 6.442 millones de dólares en 1979 asciende a 25.446 millones de dólares en 1983. En relación a la deuda de corto plazo, la del sector público pasa de 1.442 millones de dólares en 1979 a 9.688 a fin de 1983, con una tasa de crecimiento relativo de casi siete veces, en tanto este mismo rubro, pero para el sector privado, va de 3.100 millones de dólares a 8.500, es decir, no alcanza a triplicarse.

El importante papel que la deuda de corto plazo desempeña en el proceso de endeudamiento de México consistió en haber constituido el instrumento de política oficial destinado a postergar los efectos de una crisis que se venía insinuando desde 1980. Entre 1981 y 1982 los compromisos urgentemente concertados promovieron un enorme salto en la composición total de la deuda; cuando pocos meses después la crisis se desate, haciendo estéril el intento López Portillista de los últimos días de su mandato, se comprobará lo inútil y perjudicial de este arbitrio adoptado para posponerla.

La llamada “crisis de liquidez” en 1982. Acuerdos con el Fondo Monetario Internacional. Renegociaciones. Efecto Social.

La noticia que recibieron los banqueros internacionales cuando se les comunicó a través del secretario de finanzas mexicanas la imposibilidad de hacer frente a los compromisos de una de las deudas más grandes del mundo

(80.000 millones⁴ de dólares en ese entonces) amenazó la estabilidad del sistema monetario internacional y con la quiebra de más de uno de los grandes bancos internacionales.

La prensa especializada de inmediato señaló que el incumplimiento por parte de México con sus acreedores extranjeros podría tener graves repercusiones en el sistema bancario estadounidense. Según una fuente bancaria "...más de las dos terceras partes de la deuda privada pertenecía a bancos estadounidenses y algunos bancos tienen el equivalente de hasta el 90 por ciento de su capital en préstamos a México" ¹¹. Otra fuente señaló "...a largo plazo México tiene recursos y la capacidad para hacer frente a los grandes créditos que ha recibido. A corto plazo se ha envuelto en una severa crisis de liquidez que puede ser resuelta si hay buena voluntad de ambas partes" ¹² *The Economist* en un artículo titulado *Burro's debt* señaló "que el problema político era más agudo, pues con una devaluación del peso del 67% y una inflación del 100% México podría estar en una situación semejante de caos a la de Irán o Argentina, tan solo a la puerta del Tío Sam", ¹³

La situación de México provocó un terremoto en la política financiera internacional de inmediato, al darse cuenta los Estados Unidos que la línea de deudores insolventes se extendería en meses a otros países latinoamericanos como Brasil, Argentina y Venezuela. Para lo cual se ideó el *Plan de rescate o plan de salvamento* a México por la comunidad financiera internacional, el Fondo Monetario Internacional y el Banco Internacional de Pagos de Suiza, acompañada de una prórroga quedaron excluidos los compromisos por emisiones de bonos, créditos preferenciales, préstamos del Banco Mundial, del Banco Interamericano de Desarrollo y todos los préstamos relacionados con operaciones de comercio. Solamente se pagarían intereses de la deuda externa tanto pública como privada, mientras se llevaba a cabo el programa definitivo de reestructuración de la deuda externa mexicana ¹⁴.

El miedo a una moratoria de la deuda externa mexicana por parte de los bancos internacionales y de la administración Reagan hicieron efectivo el *plan de salvamento* que de inmediato se puso en marcha.

El plan consistió en un préstamo de 1.800 millones de dólares proporcionados por el Banco de Pagos Internacional de Suiza, de los cuales el 50 por ciento fue provisto por la Reserva Federal de los Estados Unidos. Otro préstamo por 1.000 millones de dólares proporcionado por el Banco como pago anticipado del gobierno de los Estados Unidos por petróleo para la reserva Federal Estratégica del Petróleo. Un pago anticipado de 300 millones de dólares por envío de petróleo a España ¹⁵.

Esto, mientras se pactaba el plan de reordenamiento financiero que las autoridades financieras presentarían al Fondo Monetario Internacional para adecuarse al modelo de un plan *stand by* o "plan de estabilización" que regiría la política económica durante los tres primeros años de la nueva administración del presidente electo Miguel de la Madrid. El plan del Fondo Monetario Internacional exigió al gobierno mexicano mejorar sus finanzas públicas, controlar la inflación, disminuir el gasto público, mejorar el perfil del endeudamiento público. Y facilitó un préstamo de 5.000 millones de dólares en tres pagos anuales.

Como resultado del apoyo del FMI se negoció con la banca trasnacional un préstamo urgente por 5.000 millones de dólares otorgado hasta febrero de 1983. En esta operación del crédito sindicato participaron cerca de 530 bancos, que representan prácticamente la totalidad de los actuales acreedores extranjeros de México. La tasa de interés fue de 2 1/4 por ciento sobre la tasa interbancaria de Londres ó 2 1/8 sobre la tasa preferencial de Estados Unidos ¹⁶.

Renegociaciones

Las negociaciones con el Fondo Monetario Internacional se llevaron a cabo durante los tres últimos meses del presidente López Portillo. La Nacionalización de la Banca y el Control de Cambio decretados el 10 de septiembre de 1982 agudizaron el descontento de las clases beneficiadas por el tipo de cambio sobrevaluado que dio pie a la fuga de capitales y al endeudamiento de corto plazo.

El 10 de diciembre, el presidente Miguel de la Madrid anuncia el proyecto *Programa Inmediato de Reordenación Económica* junto con el *Plan Nacional de Desarrollo*. Ambos bajo el lineamiento del Fondo Monetario Internacional. El objetivo de dicha política será el juego de las renegociaciones de la deuda externa.

La primera renegociación de la deuda externa fue en 1983 de alrededor de 23.000 millones de dólares cuyos pagos se tendrían que haber efectuado hasta 1987. Parcial y coyunturalmente había sido solucionado el problema de divisas por concepto de pagos hacia el exterior, las reservas del Banco de México fueron superavitarias junto con la balanza de mercancías-servicios y de la cuenta corriente. Como producto de la renegociación, en 1985 se deberían de pagar 9.700 millones de dólares; en 1986 cerca de 6.800 millones; en 1987 cerca de 16.000 millones; en 1988 se cubrirían 13.100 millones, y 21.000 millones en 1989.

En 1984, se inicia la segunda renegociación, a diferencia de la primera renegociación, la

segunda se hizo en mejores condiciones de plazos e intereses y por un monto mucho mayor. El total renegociado fue de 48.500 millones de dólares y sus vencimientos están programados entre los años de 1985 y 1999. El secretario de Hacienda y Crédito Público señaló lo siguiente: a) 20 mil millones de dólares que tenían vencimiento original entre 1985 y 1990 y que no habían sido restructurados; b) 23 mil millones de dólares que fueron restructurados en ese primer esfuerzo y cuyos vencimientos originales eran de agosto de 1982 a diciembre de 1984 y que, habían sido restructurados anteriormente a 8 años con 4 de gracia, c) 5 mil millones de dólares de crédito adicional al inicio de 1983.

En 1985, el Ejecutivo introduce en su discurso financiero "renegociaciones plurianuales" ante la inminente caída de los precios del petróleo y la imposibilidad de hacer frente al servicio de la deuda. Es importante mencionar, que en este año nuevamente la inflación se desborda y la fuga de capitales aumenta ante la intranquilidad de la situación económica. La venta de las empresas paraestatales y el terremoto en la ciudad de México agravaron la deteriorada imagen del gobierno.

El presupuesto para 1986 se elaboró con la idea de introducir medidas correctivas adicionales al déficit del sector público y para compensar las desviaciones de 1985; sin embargo, a principios de 1986 y debido a la brusca caída de los precios internacionales del petróleo la economía se vio fuertemente afectada y en consecuencia se redujo el ingreso nacional, los ingresos por exportaciones y en general los ingresos del sector público por aproximadamente 6.5% del PIB.

El gobierno mexicano adoptó un nuevo programa económico orientado al crecimiento y a reformas estructurales, con el fin de atacar el deterioro de la situación económica. Para ello, el gobierno mexicano requirió utilizar, los recursos financieros del Fondo Monetario Internacional por el equivalente del 1.400 millones de Derechos Especiales de Giro a través de un Convenio de Crédito Contingente con duración de 18 meses. Por su parte, el Banco Mundial se comprometió por 2.000 millones de dólares. El Banco Interamericano de Desarrollo concedería financiamiento por 240 millones de dólares ¹⁷.

El objetivo del programa es la restauración del crecimiento sostenido de la economía en un "clima de estabilidad", enmarcado dentro de un horizonte de mediano plazo que contenga las medidas necesarias para resolver los desequilibrios interno y externo, así como las políticas estructurales orientadas a la oferta para fomentar la eficiencia de la economía. Sin embargo, México concertó un mecanismo adicional de protección a la recuperación eco-

nómica. Ello significa que si durante el primer trimestre de 1987, la actividad económica no muestra el recobro deseado, entonces se incrementarán los apoyos externos a la inversión pública en proyectos seleccionados y previamente determinados por el gobierno de México.

En el marco de la estrategia general de ajuste del *Programa Inmediato de Reconstrucción y Reordenamiento Económico* y la *Carta de Intención del Fondo Monetario Internacional* la política de reducción salarial, sí se hizo efectiva, aunque sin resultados positivos en cuanto al intento de detener la espiral inflacionaria. Como saldo de la desocupación y de la erosión de la capacidad adquisitiva, los salarios perdieron alrededor de una cuarta parte de su participación en el PIB, con efectos regresivos en la distribución del ingreso y en los niveles de vida de la población. Al mismo tiempo, los niveles de desempleo abierto siguieron incrementándose después de la caída de 1982, a pesar de los planes contingentes de emergencia y protección que alimentaron la subocupación puestos en práctica por el gobierno. En 1981 los salarios reales tuvieron un aumento de 2.4%; En 1982 hay una reducción de 4.3% y en 1983 dicha reducción aumenta a 23%. En 1984 y 1985 la reducción es de 6.4% y 1.6% respectivamente ¹⁷.

México, en el marco de la crisis estructural del capitalismo internacional, reorganizó su política nacional en funcionamiento del servicio de endeudamiento siendo las clases populares las más afectadas. El agravamiento de la inflación y la disminución de los salarios así como la eliminación de subsidios al transporte popular y de alimentación incrementan el descontento popular. México es ahora un exportador de capital en función de la disminución real de sus salarios.

Conclusiones

El binomio endeudamiento-petrolización ha tenido una importancia fundamental para la economía mexicana entre finales de los setenta y principios de los ochenta. De la lectura de la información sobre este sector industrial pueden derivarse líneas de investigación que demuestran tanto el carácter especulativo del capital financiero internacional en su carrera por retener mayores ganancias como la fase crítica por la que atraviesa la política de Estado en México.

El análisis teórico de los fenómenos que conforman el comportamiento del sector petrolero mexicano, da pie a la aplicación de la fórmula marxista que explica el ciclo del capital en su forma general. El proceso de reproducción del capital se verifica desde su primera fase hasta la final. Se presenta primero bajo la forma de capital-dinero y — una vez atravesada la transformación en capital-mercancía — retorna como capital dinero, para valorizarse al realizar las ganancias producto de la venta final. El ciclo, en su circulación a través de las fronteras, se repite sucesivamente, dando origen a un flujo constante en el que se renueva la valorización del capital.

La creciente transnacionalización del financiamiento de la producción petrolera terminó por incorporar a México — vía el endeudamiento — al sistema capitalista mundial conducido por la banca internacional de origen estadounidense. Mientras, en lo interno, el círculo vicioso contenido en la producción endeudamiento-petrolización, encadena la economía mexicana.

En medio del despliegue de todas aquellas combinaciones de las formas de valorización y acumulación que — según condiciones mundiales dadas — buscan obtener el máximo beneficio para los respectivos sectores del

capitalismo, se da la reproducción nacional del capital, aunque inmersa en el proceso de acumulación internacional.

Hoy, la economía mexicana, inserta en la “nueva división internacional del trabajo”, se articula con la crisis capitalista mundial — y en particular con la llamada “crisis energética” — que se traduce en la política económica vigente; el resultado, es la dinamización del proceso de valorización y acumulación de capitales condiciones rentables en función del fortalecimiento interno de la clase propietaria.

Por último, también como consecuencia del endeudamiento, la supeditación de la política económica mexicana a los lineamientos del Fondo Monetario Internacional y la centralización creciente de la deuda pública y privada del gobierno en la banca privada, sientan las bases para la “liberalización” de nuestra economía. Pero ella se da de acuerdo al esquema friedmaniano, es decir, a favor del reordenamiento de la producción monopólica en el interior de la reestructuración del sistema capitalista mundial.

Es dentro de estas tendencias que deben moverse las fuerzas políticas interesadas en resolver la situación de crisis social y dependencia económica que vive México. La recuperación de la iniciativa nacionalista tiene su punto de partida en la lucha por medidas antiimperialistas como el control de cambios, una plataforma de endeudamiento coherente con las necesidades de inversión pública y por una distribución del ingreso a favor de la población.

Alficia Girón González es investigadora del Instituto de Investigaciones Económicas y profesora de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Autónoma de México. Estuvo como profesora visitante en el Núcleo de Estudios del Caribe y América Latina (NECLA) de la Universidad de Brasilia en setiembre de 1986 bajo el Convenio Brasil-México.

Resumen

América Latina e Caribe

LA DEUDA EXTERNA DE MÉXICO

El presente artículo intenta demostrar la estrategia geopolítica del petróleo mexicano, así del por qué de un financiamiento grandioso otorgado por la banca transnacional durante el último lustro de la década del setenta. La crisis financiera mexicana de agosto de 1982 tiene sus raíces en el desbordamiento del endeudamiento. El 80% de éste había sido otorgado directamente a una empresa del sector público, Petróleos Mexicanos, cuyo déficit interno creció desmesuradamente. El Petróleo junto con la banca transnacional juegan en la actual coyuntura internacional una alternativa fundamental en la crisis del sistema capitalista y del sistema financiero mundial. El Fondo Monetario Internacional y la renegociación de la deuda han convertido a México en un país exportador de petróleo y de capital.

Abstract

Latin America and the Caribbean

THE MEXICAN FOREIGN DEBT

The present article proposes to demonstrate the of the Mexican oil geopolitical strategy as well as the reasons for gradiose financing by a transnational bank during the latter part of the seventies. The Mexican financial crisis of August, 1982 has its roots in the excess of indebtedness. Eighty percent of this debt had been caused by the granting direct loans to a publicsector enterprise, Petroleos Mexicanos, the internal deficit of which grew without bounds. Oil, along with the transnational bank played a role in the current international situation as a fundamental alternative in the crises of the capitalist system and of the world financial system. The International Monetary Fund and the renegotiation of the debt have changed Mexico into an oil-and capital-exporting country.

Referências bibliográficas y Notas

1. México mantuvo el tipo de cambio de su moneda frente al dólar fijo durante 22 años (12.50 pesos por un dólar) permitiendo la fuga de capitales, la disminución de las reservas monetarias y el aumento del déficit en balanza de pagos a mediados de 1976. Es el presidente Echeverría que toma la decisión económica y política de la devaluación del peso el 10 de septiembre de 1976.
2. (...) "conceptualizar a la Empresa Transnacional como la expresión, en el seno del modo de producción capitalista, como la unidad entre proceso productivo-circulatorio, sería incipiente, pues — en determinación recíproca — también abarca la superestructura, en donde mecanismos desarrollados por el avance de las fuerzas productivas, influyen en el Estado Nacional convirtiéndolo en un Estado supeditado a los intereses de dichas empresas, vigilando la valorización". Alicia Girón, "Hacia una conceptualización de la empresa transnacional", *Revista Problemas del Desarrollo*, n.º 35. Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México.
3. E. Robichek Walter, "Consideraciones sobre el endeudamiento público externo", *Finanzas y Desarrollo*, Fondo Monetario Internacional, marzo 1980, Vol. 17, n.º 1.
4. "Un estudio hecho para Naciones Unidas — a cuyas definiciones metodológicas nos apegamos — considera que una peculiaridad de los Bancos Transnacionales (BT) es su capacidad para actuar independientemente de los intereses de las naciones en las cuales operan y que asignan los recursos financieros siguiendo sus propios objetivos. Así se consideran BT aquellos que, además de perseguir *objetivos propios* independientes de las naciones, *reciben depósitos* en sus ramas y subsidiarias y actúan en cinco o *más países* diferentes. Para 1976, 84 bancos de distintas procedencias podrían entrar en la clasificación de BT. En atención a la matriz, 22 eran norteamericanos, 10 ingleses, 10 japoneses, 7 franceses, 5 alemanes, 5 canadienses, 4 italianos, 3 suizos, 3 holandeses, 4 australianos y 3 belgas". United Centre on Transnational Corporations, *Transnacional Bank: Operations and Strategies and Effects in Developing Countries*, draft, 1979; Cf. Quijano, José Manuel, *México: Estado y banca privada*, ensayos del Centro de Investigación y Docencia Económica, AC, México, D.F., noviembre 1981.
5. Nacional Financiera, *México en cifras*, 1981.
6. *Banco Mundial Borrowing in international Capital Markets* Washington, D.C. Varios números. Cf. Cuadro N.º 5 Girón, A. "La Banca Transnacional y el Petróleo en México" en *Revista Problemas del Desarrollo* N.º 60 Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México.
7. La tasa para préstamos internacionales de instituciones financieras privadas es la London Interbank Offer Rate (LIBOR). Es una tasa de interés variable. Cf. Thomas Klein M., "La situación de deuda externa de los países en desarrollo", *Finanzas y desarrollo*, Fondo Monetario Internacional, Vol. 13, N.º 4, diciembre de 1976, p. 25.
8. Green, Rosario *Estado y banca transnacional en México* Centro de Estudios Económicos y Sociales del Tercer Mundo y la Editorial Nueva Imagen, México, D.F. 1981. La autora ha demostrado a lo largo de sus investigaciones la dependencia financiera con los Estados Unidos y la tendencia a la "norteamerización" de la deuda externa de mexicana, la cual ha llegado a presentar cerca del 70% en relación con los otros acreedores internacionales. En el artículo "Notas sobre algunas interrogantes de la deuda externa de México" se señalaba: "De hecho se ha venido siguiendo una política deliberada de diversificación geográfica de la deuda. La participación relativa de los bancos de los Estados Unidos de América bajó del 97% a menos del 27% entre 1977 y 1978, el hueco fue cubierto por una mayor participación de los bancos de Europa, Japón y Canadá". Secretaría de Hacienda y Crédito Público. Respuesta del licenciado Oscar Levin Coppel. Director General de Crédito, Washington, D.C. septiembre 28 de 1980. Véase *Bank Holding Act*, en "Cambios en la legislación bancaria" en Xavier Gorostiaga, *Los centros financieros internacionales* Publicaciones del Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, México, D.F., 1978 p. 46.
9. Carmona, Fernando "La crisis capitalista está en el petróleo", *Revista Estrategia*, N.º 41, septiembre-octubre, 1981.
10. Fondo Monetarios Internacional *Current Economic and Prospects of Mexico* 1983. Estudio realizados por los representantes del FMI y la SHCP de México.
11. NACLA Report, "Mexican Economy baja las tasas de interés según la oferta o demanda. Creative Financing to the Reserve" e *nero*, febrero de 1983.
12. *The Economist*, "Burros' debt", agosto 21, 1982.
13. *The Economist*, "The crash of 1982 Banks feel The earth move under their feet", octubre 16, 1982.
14. Periódico *Excelsior*, información recogida entre agosto y septiembre de 1982.
15. Periódico *Excelsior*, agosto de 1983.
16. Periódico *Excelsior*, marzo de 1983.
17. CEPAL, *Notas para el Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 1985* separata de México. LC/MEX/L: 33. 1 de julio de 1986.

Ser-mulher e ser-mãe

Floris Verucci

É como se o corpo feminino condenasse a mulher à mera reprodução da vida, enquanto o homem substitui sua incapacidade de procriar pela criatividade artificial, tecnológica, dando-se mais valor à destruição, à caça, à guerra, do que à criação da vida, numa total inversão de valores.



Todos os sistemas humanos de organização são construções culturais, são a elaboração complexa de comportamentos, normas e costumes emanados dos seres humanos que os compõem, homens e mulheres dotados de consciência e votados à mortalidade.

No entanto, dentro de um processo circular de justificativas, a mulher é apresentada, quase universalmente, como ligada à natureza, à contingência biológica, enquanto o homem é apresentado como ligado à cultura, à abstração e à técnica.

A observação da “condição feminina”, física, social e psicológica, é usada para considerá-la assim ligada à natureza e assim essa “natureza” acabou impressa nas instituições, nos costumes e nas leis que tratam das relações entre os homens e as mulheres e entre estes e o Estado.

Essa identificação simbólica, que é puramente cultural, se faz pelo avesso, querendo justificar a subordinação da mulher, pois se a cultura humana tem como fim transcender e submeter a natureza, a mulher, considerada ligada à natureza por suas funções reprodutoras, estaria incluída nesse objetivo da cultura.

A aproximação com a natureza lhe teria atribuído as funções domésticas, do alimento, e de manutenção dos filhos, enquanto o homem detém as funções públicas.

Essa oposição sustenta uma simplificação freqüentemente humilhante para as mulheres, limitando-as ao doméstico e ao papel feminino de criar os filhos — se se conseguir entender as fontes de subordinação feminina obteremos os meios pelos quais essa subordinação poderá ser superada. Até hoje as atividades econômicas e políticas da mulher são restringidas pelas responsabilidades que lhe são atribuídas pela cultura nos cuidados com os filhos e responsabilidades que constituem um comprometimento duradouro e absorvente de tal forma que não tem similar nas atividades masculinas.

Essa postulação é simples e tem sido universalmente eficiente em manter a mulher em situação de subalternidade, desde a antiguidade conhecida, mantendo-a excluída dos ritos religiosos (antigos e atuais) e do poder político.

A cultura é sistema de pensamento e de tecnologia intrinsecamente ligado aos interesses mais gerais dos agrupamentos humanos que garantem seu controle sobre a natureza, seja esta tida como benéfica ou destruidora.

Há povos que criaram sistemas muito rigorosos de diferenciação entre o que é considerado cultura e o que é considerado natureza, e outros quase não fazem diferença entre o estado cultural e o estado da natureza, pois na verdade essas categorias não têm limite no mundo concreto.

A colocação da mulher numa categoria com afinidade mais direta com a natureza é de ordem cultural, e esta é baseada na excessiva importância que dá à função puramente fisiológica de procriação específica das mulheres. As funções do corpo são usadas como determinantes de seus papéis sociais, considerados inferiores aos do homem e esses papéis tradicionais formam na mulher uma estrutura psíquica diferenciada que também é vista pela cultura como mais ligada à natureza.

Assim, tem razão Simone de Beauvoir quando diz: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher; nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto. . .”¹

E ainda: “não é dando a vida, mas arriscando-a que o homem é elevado acima do animal: isto é, porque a superioridade da humanidade não é devida ao sexo que gera, porém ao sexo que mata”.

Para provar a subalternidade da mulher apelou-se não somente para a religião, a filosofia e a teologia do mundo antigo, mas também à biologia, a psicologia e o direito do mundo moderno. O círculo vicioso se instala. Quando um indivíduo ou um grupo é mantido em situação de inferioridade ele se torna inferior — se as mulheres ainda são hoje inferiores na concepção cultural dos homens, a elas são oferecidas por um mesmo modelo cultural menores possibilidades de se livrar dele.

Se a mulher é ser consciente, é difícil entender o fator de aceitação pela própria mulher de sua desvalorização, e portanto do próprio conceito que a cultura faz dela, sendo participante ativa ela mesma da cultura que a desvaloriza, numa ordem muito constrangedora.

Salvo a amamentação do recém-nascido, não há razão nenhuma para a mulher ficar unicamente identificada ao cuidado da prole — ela é, na verdade, o primeiro e mais importante agente de formação e de socialização dos seres humanos na sua função básica, que é natural e cultural, e por isso ela é, ao mesmo tempo, o agente mais representativo da cultura e tem potencialidade para ser o maior agente transformador dessa cultura.

No entanto, só se considera os filhos socializados quando eles entram para a esfera masculina — os professores passam a ser homens na universidade, o modelo-homem passa a ser determinante e, exemplo interessante, até a comida, que pertence à mulher na esfera doméstica, passa a ser “arte” nas mãos dos homens, os *grands chefs de cuisine*.

A psicologia feminina, tida como diferenciada, não é vista como tal sem polêmica, pois se existe essa estrutura diferente é certo que não

é inata, mas formada através das práticas de socialização da mulher que as convertem quase universalmente ao condicionamento que essa socialização gera: a mulher seria basicamente emotiva e subjetiva, enquanto o homem seria individualista e objetivo.

A mulher tem relação mais mediata com os filhos como indivíduos, com fortes laços afetivos que se colocam acima dos interesses do grupo, enquanto a sociedade tem que ter categorias sociais que transcendem as ligações pessoais.

Ou a mulher age como uma mediadora, na medida em que é sempre socializada para ter um padrão de comportamento mais rigoroso e mais conservador do que os homens — esse conservadorismo da mulher, ela o transmite aos filhos na sua relação mediata com eles e é o resultado mais perverso de seu condicionamento, agindo como restrição à sua própria emancipação.

Lembramos os símbolos femininos, a divisão das mulheres em categorias opostas — a bruxa, a sereia, a prostituta de um lado, a mãe, a santa, a medianeira de outro, inconciliáveis. A mulher-mãe, a mãe-santa, é oposta odiosamente à mulher sereia, à prostituta — o ódio é bem semeado entre as categorias, que no fundo disputam entre si o valor-homem.

A menina desde cedo é estimulada a encontrar na boneca a imagem do filho que deve desejar, enquanto que na adolescência o filho vira uma ameaça contra sua integridade física e o contato com o homem se apresenta como maléfico.

Na idade adulta a mulher pode desejar ou não a maternidade, e se não a deseja e não pode evitá-la sofre processos graves de neurose com conseqüências negativas na relação com o filho, apesar dos progressos da economia e da ciência no que se refere às práticas anticoncepcionais.

Sua condição de inferioridade social faz com que, em várias civilizações, ela anseie por um filho homem — sempre festejado de modo especial, e se entristeça com a vinda de uma filha ou tenha com ela um relacionamento confuso de amor e ódio.

Sem os exageros da teoria psicanalítica, essas relações contraditórias existem em todas as classes sociais e em toda civilização moderna e muitas antigas conhecidas.

O amor materno, tão decantado em prosa e verso, seria um instinto originado na natureza feminina, mas hoje sabemos que está vinculado a um comportamento social, engendrado culturalmente e variando com as épocas e costumes.

Como diz Beauvoir, é verdade que “em certo sentido, o mistério da encarnação se repete em cada mulher e que toda criança que

nasce é um deus que se faz homem; não poderia realizar-se como consciência e liberdade se não viesse ao mundo; a mãe presta-se a esse mistério, mas não o comanda; a suprema verdade é que o ser que se forma em seu ventre lhe escapa. É esse equívoco que ela traduz por dois fantasmas contraditórios: toda mãe tem a idéia de que seu filho será um herói; exprime assim seu deslumbramento à idéia de engendrar uma consciência e uma liberdade; mas teme também dar à luz um enfermo, um monstro, porque conhece a horrível contingência da carne e esse embrião que a habita é somente carne. Há casos em que um ou outro mito vence, mas em geral as mulheres oscilam entre um e outro”¹

A alta taxa de mortalidade no parto, em épocas passadas, deu lugar à evolução da medicina e dos métodos mais caridosos de parto sem dor, anestesia e outros que vieram desmentir a afirmação bíblica da dor do nascimento, mas não impedem o ônus físico da mãe e o desgaste da saúde da mulher, mais grave nas camadas mais carentes, em que a desnutrição e a falta de educação imperam.

Verifica-se que melhor se comportam, tanto na gravidez quanto no parto e no cuidado com a prole, as mulheres ocupadas com atividades produtivas gratificantes, ou aquelas que são fisicamente dotadas para a maternidade, ditas “boas parideiras”.

A mulher, feita objeto sexual pela cultura de modelo masculino, se apropria de seu corpo na gravidez, pois é também o corpo de seu filho que lhe pertence e a sociedade reconhece-lhe a posse desse corpo e ainda a reveste de um caráter sagrado — ela obtém o respeito e o cuidado —, torna-se sujeito e tem a ilusão de ser um ser completo.

Isso se a maternidade ocorre dentro de uma sociedade mais ou menos desenvolvida, que possa dar à mãe os recursos e as atenções

necessárias, e dentro de uma relação amorosa pelo menos razoável.

A gravidez não desejada pela violência de sua origem ou pela pobreza da genitora mostra outros aspectos que conturbam ainda mais a saúde psicológica e as emoções da mãe, com sérias conseqüências para o feto e para ela mesma.

A história, de qualquer forma, revela que a noção do amor materno sofreu muitas mudanças no decorrer do tempo. Mudanças evolutivas.

É Elisabeth Badinter² que nos prova essa evolução, desde a total indiferença do século XVII, quando as mães sistematicamente entregavam seus filhos a amas de leite que viviam no campo, longe dos pais, em péssimas condições materiais e afetivas, até a grande exaltação do amor materno do século XIX, reforçada de forma singular pela obra de Freud e pela psicanálise. Na obra de Badinter pode-se ter uma idéia clara da injunção cultural no comportamento da sociedade e da mãe em relação à maternidade.

A partir do fim do século passado, nós mulheres questionamos cada vez mais nosso papel na sociedade, nossos condicionamentos históricos, nossa condição econômica e política. O progresso da economia, da educação, a expansão do trabalho feminino, as crises sociais, a reivindicação universal de igualdade entre os sexos e entre as raças, a necessidade de redistribuição das tarefas domésticas e familiares, paralelas ao acesso da mulher ao mercado de trabalho e à sua realização como profissional e ser completo, tendem a redimensionar toda a relação mulher-homem-filho.

A tendência de hoje é desmistificar a maternidade como ligada intrinsecamente à “natureza feminina” e proceder a uma revisão de papéis que deverá fazer nascer o amor paternal, dentro dessa mudança global necessária à igualdade entre os sexos. Despojar o amor

materno do mito de “padecer num paraíso” chamando o homem a assumir o que lhe cabe na paternidade como direito e como função, é uma de nossas metas.

Isso não significa abdicação de responsabilidades por parte da mulher, num plano imediato, como podem temer os menos avisados.

Trata-se de rever a divisão cultural entre as funções femininas ligadas à natureza e masculinas ligadas à tecnologia. A mudança é sempre difícil e dolorosa e se processa lentamente, mas claramente.

O Brasil, país em vias de desenvolvimento, com grande massa ainda carente de recursos e educação talvez não possa alcançar de plano os benefícios dessas mudanças, mas, por outro lado, cresce o número de mulheres chefes de família, de mães solteiras, de mulheres separadas, pela própria contingência de uma sociedade em mudança que se mostra anárquica do ponto de vista amoroso e pode processar essa transformação com mais rapidez do que se imagina.

O Estado nas suas funções de tutela tem que entrar nesse processo, não só promovendo e estimulando os serviços necessários ao desempenho dos papéis materno-paternos, mas criando condições para essa nova divisão de funções em que deve fazer brotar a paternidade e o amor paterno na esfera familiar, tirando o homem do seu exclusivismo de detenção do poder. Aproximar o homem da natureza e da afetividade e permitir à mulher a participação no poder e na tecnologia e chamar o Estado moderno a responder pela proteção de ambos e de sua prole. ●

Floris Verucci é advogada, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais da Presidência da República e assessora do Ministro da Cultura para a Política da Mulher.

Resúmen

Mujer

SER MUJER Y SER MADRE

Pareciera que el cuerpo femenino condenara a la mujer a la mera reproducción de la vida, mientras el hombre sustituye su incapacidad de procrear por la creatividad artificial, tecnológica, dándole más valor a la destrucción, a la caza y a la guerra que a la creación de vida, en una total inversión de valores.

Abstract

Women

BEING WOMAN AND MOTHER

It is as if the female mass were to condemn the woman merely to the reproduction of life while man substitutes his incapacity to procreate by artificial, technological creativity, giving greater value to destruction, hunting and war than to the creation of life in a total reversal of values.

Referências bibliográficas e bibliografia

1. Beauvoir, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.

2. Badinter, Elisabeth. *L'amour en plus — histoire de l'amour maternel*. Paris, Flammarion, 1980.
3. Rosaldo M. Zimbaldist et alii. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

O tricentenário do Código Negro

Maria de Lourdes Teodoro



Menina de Gorée
com a sua boneca
Ashante.



O Colóquio Internacional pelo Tricentenário do Código Negro realizou-se de 21 a 26 de julho/86, na ilha de Gorée, Senegal. A ilha de Beer (nome "wolof") foi batizada em 1588 de "Goede Reed" pelos holandeses. Deste nasceu o nome atual: Gorée. Em 1748 Gorée contava com 257 habitantes (60 franceses), 66 ilhotas (negros e mulatos) e 131 escravos domésticos.

O Código Negro foi concebido por Colbert, no século XVI, para regulamentar a vida dos escravos nas colônias francesas. Vinte especialistas da África, das Américas, da Europa e das Caraíbas atualizaram uma leitura do Código Negro, com o objetivo de favorecer o diálogo entre as culturas e contribuir para a eliminação do preconceito da face do planeta.



Interior de uma casa de Gorée. Construção colonial e tradicional.



Um dos paradoxos desta ilha: a população diminuiu consideravelmente do século XIX para cá, mas a presença da criança é constante nas ruas.

Objeto de campanha de solidariedade internacional lançada pela Unesco em 1980, a ilha de Gorée — inscrita na lista do patrimônio mundial desde 1978 — está situada a menos de quatro quilômetros de Dakar, capital do Senegal; ela abriga a Casa dos Escravos, que se tornou lugar de peregrinação de descendentes de africanos, historiadores e turistas.

O apogeu do tráfico de africanos para as Américas constitui o mais dramático período para as nações subsaarianas e Gorée (ilha de Beer em Wolof) é hoje um testemunho sereno desse passado.

Por suas características, Gorée foi escolhida para sediar o Colóquio Internacional pelo Tricentenário do Código Negro, patrocinado pela Unesco e organizado pela Federação Senegalesa de Clubes/Unesco, com o apoio científico do Departamento de História da Universidade de Dakar.

O colóquio, que reuniu durante sete dias vinte especialistas, em sua maioria historiadores de universidades da África, das Américas, da Europa e das Caraíbas, tem por objetivo "favorecer o diálogo das culturas e contribuir para a eliminação do preconceito da face do planeta", conforme o expressou o Sr. Coumba Ndiouf Diouf, presidente da Federação Senegalesa de Clubes/Unesco, para quem a função do encontro seria a de "reencontrar uma memória, vivificar essa memória para afirmar uma consciência histórica".

Ao término das atividades, o jornalista Moustapha S. Diagne escreveu no jornal senegalês *Le Soleil*: "A atualidade de uma leitura do Código Negro, três séculos após a sua promul-

A Decana Mame Louise evoca por seu porte e trajas os costumes das "signares" – mulheres africanas casadas com os escravistas.



gação, encontra suas raízes e sua legitimação no contexto de onde dirigimos nossos olhares. Não é de modo algum por masoquismo que o Código Negro foi desempoeirado durante uma semana em Gorée. É porque se trata de um momento da história que deixou profundos estigmas em nossas sociedades africanas e seqüelas vivas na nossa consciência coletiva. Ele deixou na história do Homem questões cujas respostas solucionarão as angústias do presente."

As comunicações

Abordando a escravidão a partir da antigüidade africana, greco-romana e no contexto europeu, o papel das religiões (voduístas, cristãs e islâmicas) face à escravidão, as repercussões da escravidão nas instituições familiares, educacionais, políticas e econômicas, trazendo à luz os processos de "revoltas servis" na África ou nas Américas, questionando as relações entre a diáspora e as sociedades africanas, caribenhas e americanas, relacionando a acumulação primitiva do capital ao tráfico de escravos e à expansão da economia islâmica, o colóquio de Gorée enriqueceu a história da escravidão, do tráfico de escravos, da colonização, assim como lançou bases para uma maior aproximação e conhecimento mútuo entre as sociedades e as culturas africanas, americanas, européias e caribenhas.



Maneira tradicional de carregar os bebês.





Porta da viagem
sem retorno.

Código Negro

A peça jurídica que motivou o Colóquio de Gorée foi concebida por Colbert — ministro de Luís XIV — e assinada pelo rei da França em 1685. O Código Negro é um conjunto de leis regulamentando a vida dos escravos nas colônias francesas da América (Martinica, Guadalupe, São Cristóvão) e dificultando os anseios de autonomia econômica dos escravistas.

Transformado em alguns artigos por Luís XV, o código será aplicado também à Luisiana. Sem que isso modifique o caráter especial dos sessenta artigos que constituem esta peça, é sabido que as legislações coloniais receberam o nome genérico de “Códigos Negros”.

Considerado o “documento jurídico mais ignóbil da história da humanidade” não fosse a legislação atual do apartheid, o Código Negro não melhorou a condição do escravo a partir do momento em que ele apenas codificou a violência, os usos e os costumes escravistas (pena de morte, mutilações corporais, religião, casamento, etc.) e delimitou as condições do ser escravo, interferindo assim na demografia das colônias de modo a frear o surgimento de uma classe social intermediária e livre entre senhores e escravos, fruto daquelas sociedades em formação.

Esta legislação colonial francesa foi elaborada em um contexto histórico, econômico, ideológico e militar preciso, como o demonstrou o comunicador Mamadou Diouf ao introduzir o tema “História e atualidade do Código Negro”. “De fato, apesar da diversidade das sociedades coloniais instaladas, a necessidade



Modelo de roupa
feminina tradicional

Ao pé do rochedo
de basalto a mais
antiga mesquita
(em alvenaria) do
Senegal (1892).

de um sistema legislativo aplicado aos escravos, e mesmo à natureza destes, e o desejo amplamente comungado, a partir de 1650, de proteger as plantações enquanto instrumento econômico, impuseram uma abordagem comum às diferentes metrópoles coloniais.”

Atualidade

A atualidade do Código Negro, abordada no último e no mais longo dia de trabalho do encontro, mostrou a repercussão e o prolongamento da escravidão na modernidade: seus resíduos ou sua essência conforme a sociedade descrita: Dentro de uma outra temática, o estudo da origem social dos “tirailleurs senegais” não deixa de estar inscrito nesse aspecto da atualidade da escravidão.

A essência do Código Negro foi detectada pela jurista Helene Cissé, advogada na Corte Suprema do Senegal, ao retomar, em um requisitório de denúncia e identificação, os dados fundamentais da trilogia “Código Negro — escravidão — apartheid”, de onde “transparece uma evidência terrificante: o sistema do apartheid constitui o prolongamento moderno ao sistema do Código Negro. Ambos baseiam-se em mecanismos sócio-jurídicos que têm a mesma identidade em sua essência e são alter ego em sua expressão, com mais de três séculos de distância”.

A revisão de conceitos históricos, a proposta pluridisciplinar na abordagem da escravidão — com ênfase notável dada às questões de ordem econômica e relativas à identidade



“Quando não
tenho mais
vermelho, então
uso azul” (Picasso)

ta no dia 1.º de Maio, em que se festeja S. Tiago Menor. O Santo que os espanhóis invocavam na guerra, S. Tiago de Compostela, festeja-se em 25 de Julho; ambos foram contemporâneos de Cristo, mas de diferentes famílias.

10 Por aqui rodeando a larga parte
De África, que ficava ao Oriente,
A província Jalofo, que reparte
Por diversas nações a negra gente;
A mui grande Mandinga, por cuja arte
Logramos o metal rico e luzente,
Que do curvo Gâmbia as águas bebe,
As quaes o largo Atlântico recebe;

Por aqui (1) fomos (2) rodeando [percorrendo] a larga parte de África, que nos ficava ao Oriente (3), isto é, a província (4) Jalofo que reparte a sua negra gente por diversas nações (5), e a mui grande Mandinga (6), por cuja arte logramos o "rico e luzente metal que bebe as águas [que se encontra nas águas] do curvo Gâmbia (7), as quais o largo Atlântico recebe;

(1) Neste imenso lago [estância precedente]. (2) O verbo da oração principal da presente estância está na imediata [«passámos»]; para facilitar a leitura, considera-se aqui suprido, como se fôsse elipse, o verbo «fomos», ficando assim completo o sentido. (3) Estando no mar, ficava a costa a leste dos navegantes. (4) Fig., região. (5) Os jalofofos [«Oulof ou Iolof»], habitantes da Senegâmbia francesa, estavam divididos em agrupamentos importantes, (fig., nações), regidos por diferentes régulos. (6) Povo industrioso, a leste e ao sul dos Jalofofos. (7) Rio consideravelmente tortuoso, de cujas areias os indígenas extraem ouro com que fabricam vários artefactos.

LENCASTRE, Francisco de Sales, *Os Lusíadas* — poema épico de Luís de Camões. Edição anotada para leitura popular. Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1927. Vol. I, Canto V, 10.

dade de Dakar —, após analisar a percepção do escravo pelo homem livre na sociedade Wolof: "Há um quarto de século o Senegal é independente. Ele aderiu mais ou menos aos princípios democráticos do Ocidente. Mas nas relações cotidianas a fusão tanto desejada entre homens livres e descendentes de antigos escravos tarda a se realizar. É necessário o poder do tempo para que se estabeleçam relações de tolerância recíproca às quais a vida acaba por condenar com maior ou menor facilidade o homem."

A releitura do Código Negro, da escravidão e da colonização permitiu ver, por um lado, o processo que, entre alianças e disputas, forjou a unidade europeia na defesa de seus interesses e na diferenciação criativa entre si, da África e das Américas; por outro lado, mostrou as dificuldades de alianças entre os vários países africanos entre si e com outros países do Terceiro Mundo, por razões em grande parte ligadas à escravidão e ao desconhecimento desse fato básico para suas identidades e suas economias: o que une tais países é mais importante que o que os separa.

de — fizeram desse colóquio um acontecimento altamente enriquecedor.

Se, entre os casos estudados, Haiti e Cuba foram vistos como tendo superado melhor — no presente — as conseqüências da inferiorização do negro no período da escravidão, a Mauritânia, cuja abolição se deu em 1980, a África do Sul, o Brasil e o Senegal (resguardadas as especificidades de cada um)

apareceram como tendo uma gravidade maior de dificuldades no que diz respeito às identidades étnicas nacionais e que evidenciam suas repercussões danosas nas economias desses países, em conseqüência das desigualdades perpetuadas desde o passado escravista. A título de ilustração lembre-se as últimas palavras do conferencista e professor Mbaye Guoye — chefe do Departamento de História da Universi-

Maria de Lourdes Teodoro é professora na Universidade de Brasília, Departamento de Desenho. Colaborou com poemas e crítica literária na revista *Présence Africaine* e no volume *Images d'Haiti*, publicado pelo Centro de Pesquisas e Estudos Comparados Ibero-francófonos da Sorbonne, Paris III. Publicou "Água-marinha ou tempo sem palavra" (poemas — Brasília, 1978) e *Fricote: swing — ensaio sócio-antropológico em ritmo de jazz* (Brasília, 1986).

Rusumen Encuentros

EL TRICENTENARIO DEL CÓDIGO NEGRO

El coloquio internacional del tricentenario del Código Negro se realizó del 21 al 26 de julio de 1986 en la isla de Goree, Senegal. El Código Negro lo concibió Colbert en el siglo XVI para regular la vida de los esclavos en las colonias francesas. Veinte especialistas del África, de las Américas, del Europa e del Caribe actualizaron una lectura de dicho Código con el fin de favorecer el diálogo entre las culturas y contribuir a eliminar el prejuicio de la superficie del planeta.

Abstract Meetings

THE TRICENTENARY OF THE CODE NOIR

The International Conference on the Tricentenary of the Code Noir was held from the 21st to the 26th of July 1986 on the island of Gorée, Senegal. The Code Noir was conceived by Colbert in the sixteenth century to regulate the lives of slaves in French colonies. Twenty specialists from Africa, the Americas, Europe and the Caribbean witnessed a reading of the Code Noir with the objective of favouring a dialogue between cultures and contributing to the elimination of prejudice from the face of the earth.

Serviço

Núcleos

A Universidade de Brasília convida você a se integrar ao esforço de pensar os problemas da atualidade

É difícil para a universidade brasileira hoje, com a estrutura atual, enfocar problemas concretos em suas atividades e incorporar pessoas de fora dos seus quadros. Os Núcleos Temáticos representam justamente um caminho complementar aos departamentos universitários para a atividade acadêmica.

Reúnem contribuições de diferentes categorias científicas para a abordagem pluralista e crítica de um mesmo tema de estudo, eleito a partir de questões contemporâneas relevantes (fome, habitação, energia, paz e direitos humanos, o futuro do Brasil e outros).

Isso só é possível porque os Núcleos Temáticos incorporam experiências de especialistas de diversas áreas de conhecimento, pertencentes ou não à comunidade acadêmica.

Os Núcleos Temáticos são, portanto, um espaço novo que a UnB abre para a troca de vivências profissionais, configurando a sua característica principal — o estudo crítico multidisciplinar.

Os Núcleos Temáticos desenvolverão estudos sistemáticos, materializados através de seminários, congressos, propostas de políticas públicas, cursos, projetos e laboratórios de tecnologia aplicada.

Participe

Os Núcleos Temáticos são abertos à participação de todos — professores, alunos, funcionários e membros da comunidade em geral. Consulte a relação dos nove Núcleos Temáticos já formalizados para definir sua área de interesse e entre em contato com os seus coordenadores.

Você pode também propor a criação de novos núcleos, encaminhando suas sugestões ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), responsável pela coordenação de todas as atividades dos Núcleos Temáticos. (Prof. Isaac Roitman, Decanato de Pesquisa e Pós-graduação. Tel.: (061) 274-1362).

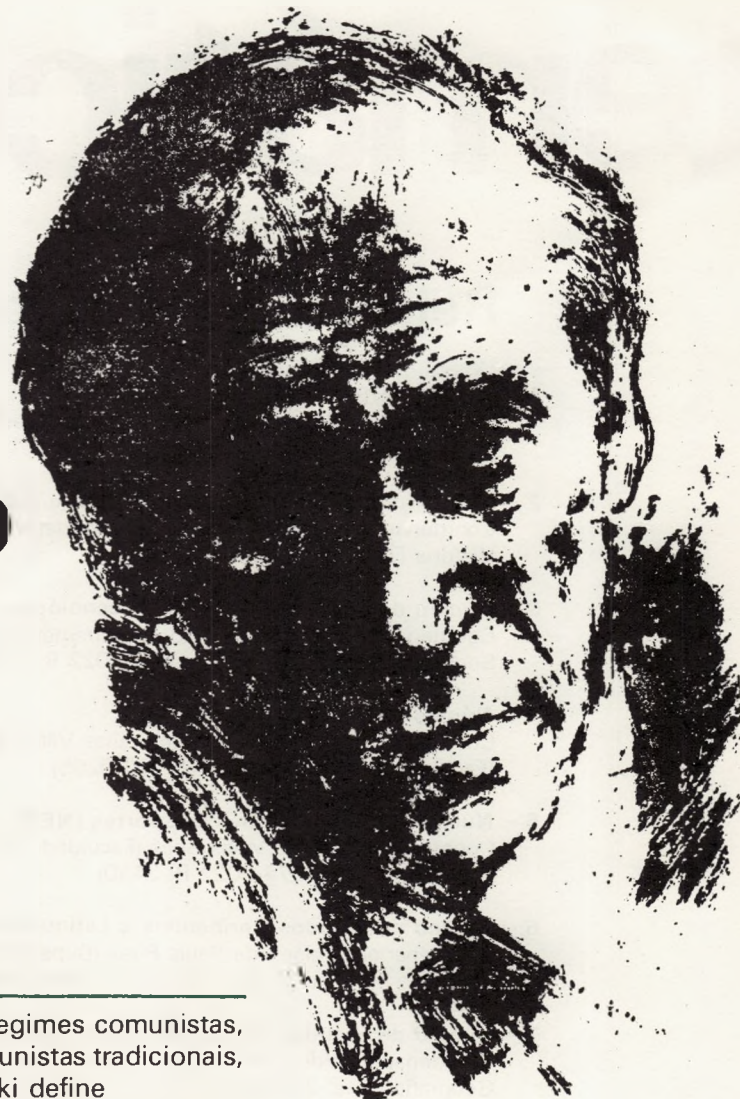
temáticos

Relação dos núcleos

- 1 – Núcleo de Estudos Ambientais (NEA)**
Coordenador: Maria Novaes Pinto (Departamento de Geografia/fone: 274-0022 R. 2366)
- 2 – Núcleo de Estudos da Europa do Leste (NEEL)**
Coordenador: Marcos Pinto Braga (Departamento de História/Fone: 274-0022 R. 2366)
- 3 – Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT)**
Coordenador: Vilma Figueiredo (Departamento de Sociologia/Fone: 273-6571 e 274-0022 R. 2389)
- 4 – Núcleo das Licenciaturas (NL)**
Coordenador: Benigna Maria de Freitas Villas Boas (Faculdade de Educação/Fone: 273-0205)
- 5 – Núcleo de Estudos em Transportes (NET)**
Coordenador: Márcio Villas Boas (Faculdade de Arquitetura/Fone: 274-0022 R. 2450)
- 6 – Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos (NECLA)**
Coordenador: Nielsen de Paula Pires (Departamento de Relações Internacionais e Ciências Políticas/Fone: 273-3930)
- 7 – Núcleo de Estudos Urbano-Regionais (NEUR)**
Coordenador: Aldo Paviani (Departamento de Geografia/Fone: 274-0022 R. 2373 e 2474)
- 8 – Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP)**
Coordenador: José Geraldo de Sousa Júnior (Assessoria Jurídica/Fone: 274-0022 R. 2206)
- 9 – Núcleo de Estudos em Saúde Pública**
Coordenador: Eduardo Oliveira Queiroz (Faculdade de Ciências de Saúde/Fone: 274-0022 e 273-0105 R. 2270 e 2261)

O humanismo na obra de Leszek Kolakowski

Jesualdo Correia



A trajetória do pensador Kolakowski em relação aos regimes comunistas, assim como em relação às propostas dos partidos comunistas tradicionais, caracteriza-se por uma profunda decepção. Kolakowski define o marxismo como "a maior fantasia deste século", embora se tenha tornado, nos últimos anos, um dos mais representativos pensadores de um certo humanismo de procedência marxista.

L. Kolakowski, professor de filosofia da Universidade de Varsóvia entre 1959 e 1968, tornou-se, nos últimos anos, um dos mais representativos pensadores de um certo humanismo de procedência marxista. Sim, porque existem também os humanismos que não têm cunho marxista e os marxismos que não têm cunho humanístico.

Ao contrário da maioria dos intelectuais poloneses que, fugindo do regime comunista, se exilaram no "mundo capitalista", caindo rapidamente seja no ostracismo ou numa espécie de antimarxismo de terceira categoria (quando não *suspechosamente* comprometido), Kolakowski firmou-se rapidamente no meio

acadêmico americano e europeu, causando com suas colocações e releituras discreta sensação. Sua reflexão básica parte de uma visão denunciadora das ideologias de Estado e de uma preocupação visceral com a questão da paz. Trata-se de uma procura sistemática por aprofundar uma leitura imparcial e lúcida dos efeitos práticos das teorias quando tornadas *raison d'être* dos Estados totalitários. Para Kolakowski, o intelectual deve ter o direito a tudo verificar, tudo questionar e tudo repensar.

Profundamente formado dentro da herança marxista, mas não menos influenciado pela fenomenologia de Husserl, Kolakowski

lembra em sua trajetória muito daquela percorrida por Sartre e reflete cristalinamente, em sua obra, a pesquisa em torno de um terreno comum entre essas duas tradições, como se fora a terra prometida por Sartre, paraíso onde certas convergências de métodos e de pressupostos pudessem se entrelaçar, ampliando assim as bases para a resolução de certas questões éticas fundamentais, verdadeiros imperativos categóricos do humanismo.

A trajetória do pensador Kolakowski em relação aos regimes comunistas, assim como em relação às propostas dos partidos comunistas tradicionais, é idêntica à de um Sartre, de um

Garaudy, de um Serprum e de tantos outros intelectuais contemporâneos. Ou seja, caracterizada por uma profunda decepção. Não, o imperativo de implantar uma divisão mais equânime nas relações produtivas sociais não pode outorgar ao Estado o direito de interferir nos outros domínios de foro pessoal e público dos cidadãos. O imperativo da justiça social não pode tornar-se uma ideologia de Estado que se aproprie de formulações teóricas e as distorça em nome das relações de força no poder.

Embora com posicionamentos idênticos sobre questões como essas, as trajetórias de Sartre e Kolakowski se cruzam em direções contrárias: Sartre parte para a militância sobre questões emergenciais, ao mesmo tempo em que dá continuidade à elaboração teórica; Kolakowski, em parte talvez pela sua condição de exilado, restringe-se a formular as linhas maiores de sua visão de um marxismo repensado.

Em *Husserl and the Search for Certitude* (1975), Kolakowski deixa patente a fonte de sua recusa aos postulados apriorísticos que se pretendem científicos. Para Husserl, tratava-se de refutar o "cientificismo" subjacente às formulações teóricas que passam da segunda metade do século XIX para a primeira do século XX. Essa rejeição daquilo que é imediato, daquilo que se apresenta como automaticamente dado deve ser total (*man muss erst die Welt durch epoché verlieren um sie in universaler selbst besinnung wiederzugewinnen* — Cartesianische Meditationen, p. 183), muito particularmente face a certas novas "interferências", como as do psicologismo. Kolakowski exerce a mesma postura em relação ao marxismo oficial e faz questão de reafirmar a manutenção da diferença fundamental entre *doxa* e *epistémé*.

A investigação em torno da busca de *certeza*, em Husserl, esclarece a mesma busca em Kolakowski, face apenas a tempos novos e oponentes diferentes. Não estava o marxismo dos anos 20, 30, 40 e 50 impregnado da mesma ânsia de cientificismo que certas filosofias do século passado, em particular os sistemas alemães que se esforçavam sempre por sistematizar um *Weltanschauung*, circunscrever por inteiro — sem deixar quaisquer "espaços

vazios", o que seria aterrador para qualquer filósofo oriental — e assim absolutizar o discurso filosófico? Quando tais propensões se tornam filosofia de Estado temos os exemplos práticos no decorrer da própria história.

Em *The Priest and the Jester* é o papel do filósofo que é questionado em toda a sua dimensão. E aqui Kolakowski sente-se uma vez mais em casa — na sua nova casa! — tratando de um tema que lhe diz diretamente respeito. Partindo da dicotomia que o título sugere, Kolakowski tece a sua teia de considerações sobre essas duas posições antagônicas face ao social. Por um lado, aquele que defende, preserva e propaga a verdade que se pretende absoluta, canonizada — o padre —, que é apenas uma metáfora do filósofo, uma metáfora do filosofar, uma austera caricatura dos políticos e reformadores. Por outro lado, um Rabelais como antípoda, um Genet, um Bakunin. . . (ainda que Kolakowski jamais o cite no livro).

Mas é no longo estudo sobre a "ascensão e queda" do marxismo, que constitui a trilogia *Main Currents of Marxism* (Oxford University Press, 1978), que Kolakowski apresenta a maior sistematização de seu pensamento. No primeiro volume, o filósofo se estende consideravelmente na análise da concepção marxiana do individualismo, e constata que, para Marx, a estrutura social e o compromisso e a lógica que dela resultam são imperativos sobre a atuação do indivíduo; a aspiração deste sobre o processo social, em tanto que unidade, é irreal e ilusória. Kolakowski não se preocupa tanto em refutar esta tese, já que o que mais lhe incomoda é que, em consequência desse postulado, a liberdade individual passe a ser justificadamente cerceada.

Apontando sem rodeios para os pressupostos de uma dialética progressista de cunho hegeliano e de um evolucionismo otimista mal disfarçado, Kolakowski define o marxismo, no terceiro tomo da trilogia — *The Breakdown* — como "a maior fantasia deste século". Marx, como Freud e até mesmo os parnasianos, estavam sujeitos ao compromisso da época, com a "crença na ciência". Para Kolakowski, são várias as ingenuidades e confusos equívocos existentes na obra de Marx, os quais como que

se estratificaram e "se aprofundaram" com o marxismo mecanicista de Estado. "Tal como acontece com frequência com as teorias humanísticas, o elemento absurdo (no marxismo) foi eficaz ao transmitir o seu conteúdo racional".

A emigração de Kolakowski é contemporânea à de Solchenitz. Contudo, que diferença entre o conteúdo de suas posições face ao comunismo! Em Solchenitz a crítica à violação imperdoável dos valores religiosos e "individuais" mais profundos do homem russo-soviético, perde de vista os aspectos positivos da revolução, torna-se complacente com as ideologias inequivocamente retrógradas e se firma em nome de um radicalismo semi-propagandístico, "irracional", que se pretende universal. Não que a experiência do Gulag não constitua um dos grandes ultrajes deste século. . .

Ao ser resgatado pelos seus pares, liberais de "bom senso", tais como os que pronunciam as anuais Conferências Jefferson, Kolakowski está sendo prestigiado por forças que não são apenas aquelas do humanismo e da reflexão filosófica. Em parte, são as mesmas que rodeiam Solchenitz.

Os escritos de Kolakowski, assim como suas declarações públicas, dão testemunho de dignidade, independência e denotam estar ele plenamente consciente de que, apesar dos grandes equívocos, Marx tem até certo ponto razão quando diz que são as circunstâncias sociais que pensam em importante parcela de nós, ou, como diria Foucault, que somos consideravelmente feitos e atravessados pelos signos das epistemes existentes.

Interpretado a partir de um ponto de vista mais psicológico, poderíamos dizer que, independentemente da coerência em relação às idéias e como estas são acionadas a se manifestarem em certas circunstâncias sociais e históricas, dependerá em grande parte da *veracidade* do filósofo a ocorrência ou não de um fabrico circunstancial de idéias que, dispostas dentro dos cânones estabelecidos pelo "bom-tom" do filosofar ocidental, e principalmente de suas instituições, de Chicago a Oxford, venha a se tornar instrumento importante na guerra entre as ideologias de Estado. O humanismo de Kolakowski está acima de suspeitas.

Resumen

Perfil

EL HUMANISMO EN LA OBRA DE L. KOLAKOWSKI

La trayectoria del pensador Kolakowski en relación con los regímenes comunistas, así como en relación con las propuestas de los partidos comunistas tradicionales, se caracteriza por una profunda decepción. Kolakowski define el marxismo como "la mayor fantasía de este siglo" aunque haya llegado a ser, en los últimos años, uno de los pensadores más representativos de un humanismo de procedencia marxista.

Abstract

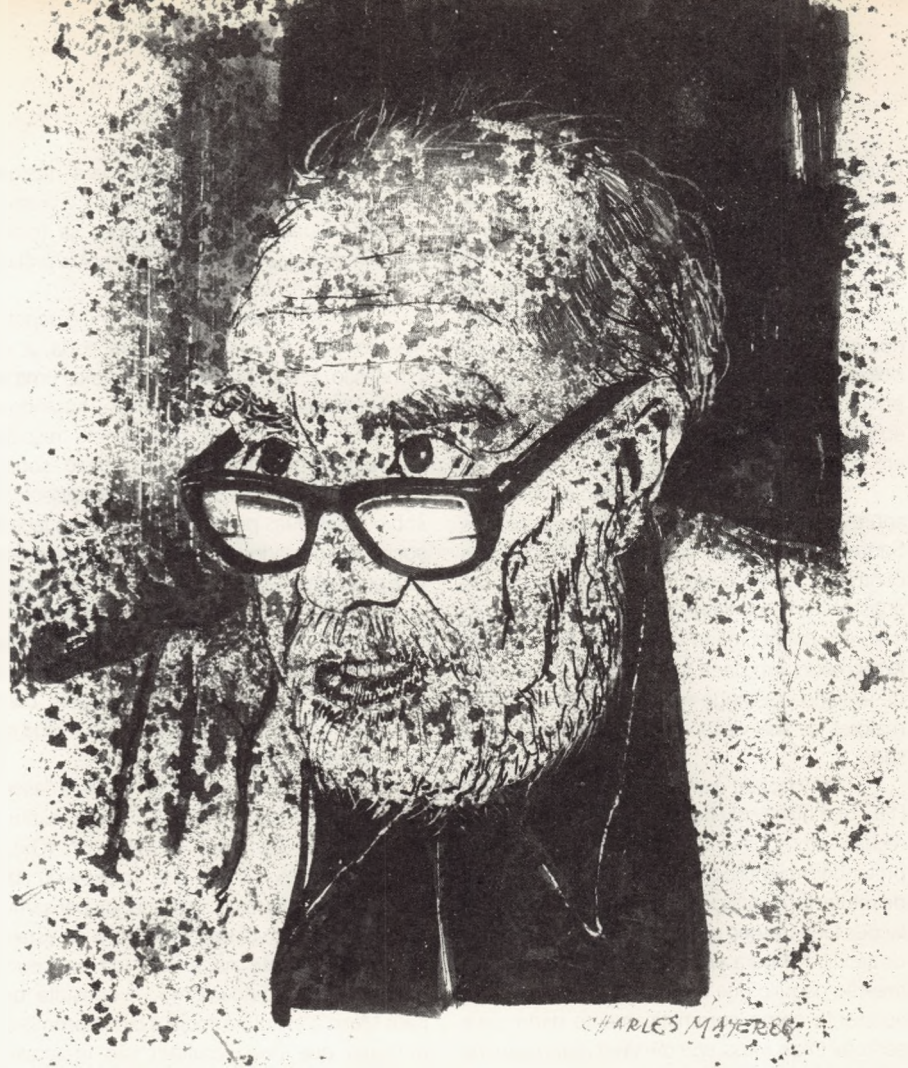
Profile

HUMANISM IN THE WORK OF LESZEK KOLAKOWSKI

The trajectory of thought of Kolakowski in relation to Communist regimes as well as the programs of traditional Communist parties is characterized by profound disillusion. Kolakowski defines Marxism as "the greatest fantasy of this century" although he has become in the last years one of the most representative thinkers of a certain humanism of Marxist origin.

O pensador luso-brasileiro Eudoro de Sousa, de maneira análoga a Heidegger, pergunta pelo Ser, numa reflexão já não mais filosófica (considerada esta no seu sentido tradicional), mas numa reflexão poético-filomítica. Sua formação de *Scholar* e de *Uomo universale* lhe permite percorrer as vicissitudes do Ser, desde o pensamento pré-socrático até as indagações da atualidade.

Eudoro de Sousa



e a complementariedade Fernando Bastos

Em *Sobre o humanismo*, vaticina Heidegger — “o pensamento por vir já não é filosofia, porque ele pensará mais originariamente do que a metafísica, que é a mesma coisa que filosofia”. Tempo e espaço, aqui e agora, distante e próximo, atual e antigo, finito e infinito, contingente e eterno, são projectos que o pensar e a experiência humana instituem sobre as coisas. Mas “por que há simplesmente o ente e não antes o Nada”, questiona Heidegger no começo da sua *Introdução à metafísica*.

De maneira análoga ao seu colega alemão Martin Heidegger, o pensador luso-brasileiro Eudoro de Sousa, assim cremos, pergunta pelo Ser, numa reflexão já não mais filosófica (considerada esta no seu sentido tradicional), mas, digamos, numa reflexão poético-filomítica.

Antes de vir para o Brasil, Eudoro de Sousa (nascido em Lisboa, em 27 de dezembro de 1911) realizou uma série de atividades docentes e de pesquisa na Europa, destacando-se seus trabalhos em Portugal, França e Alema-

nha. Em 1953 chega a São Paulo e em 1955 parte para Santa Catarina, onde permanece por volta de 7 anos. Por indicação de Agostinho da Silva, Darcy Ribeiro consegue trazer o mestre Eudoro de Sousa para Brasília. Aí, desde 1962, dedica-se à atividade intelectual na UnB, onde exerce a função de Prof. Titular.

Sua especialização em Cultura Clássica faz Eudoro de Sousa, numa das recentes e mais completas traduções da *Poética*, ser o helenista vivo mais citado (*Poética de Aristóteles*, Edición Trilingüe por Valentín García Yebra, Editorial Gredos, Madrid, 1974). Contudo, sua formação de *Scholar* e de *Uomo universale* lhe permite percorrer as vicissitudes do Ser, desde o pensamento pré-socrático até as indagações da atualidade.

Pretensão vã e paradoxal seria a de explicar ou sistematizar o pensamento daquele que no prefácio do livro *Mitologia* faz questão de frisar que seu trabalho “não é coletânea de mitos, nem filosofia da mitologia”; mas que “é,

pura e simplesmente, mitologia.” Tal afirmativa, nos faz lembrar o aforismo do “filósofo” que segundo Eudoro de Sousa mais o influenciou: “o mito é o nada que é tudo”, nos diz Fernando Pessoa.

A estrutura do Real para o mestre de Brasília verifica-se numa utilização e ampliação poético-filomítica do princípio físico da complementariedade, princípio instituído pelo cientista dinamarquês Niels Bohr e compreendido por Eudoro de Sousa como origem e fundamento de todas as coisas. Desde *Teísmo, cosmobiologia e o princípio da complementariedade* (Anais do III Congresso Nacional de Filosofia, São Paulo, 1960), *Arte e escatologia* (*idem*), passando por inúmeros trabalhos, constatamos uma complementariedade mito-poética ou poético-filomítica como idéia-chave do pensamento de Eudoro de Sousa. Nas suas obras mais recentes, *Dioniso em Creta e outros ensaios* (Duas cidades, São Paulo, 1973), *Horizonte e complementariedade* (Duas cidades, São Paulo, 1975), *Sempre o mesmo*

*acerca do mesmo** (Cadernos da UnB, 1978), *Filosofia grega* (Cadernos da UnB, 1978), *Mitologia* (Cadernos da UnB, 1980), *História e mito* (Cadernos da UnB, 1981), constatamos o mesmo princípio, naquela ampliação mitopoética, como a estrutura poético-filomítica de todo o Real.

Como nos lembra Eudoro de Sousa, em *Teísmo, cosmobiologia e o princípio da complementariedade*, “dois princípios fundamentais governam a física moderna. O princípio da definição operatória dos observáveis, que afirma que um objeto ou um conceito físico não é dado senão pelo método experimental em que ele, precisamente, se objetiva, e pela descrição do mesmo método. O outro princípio é o da complementariedade, segundo o qual são complementares (o que, em primeira análise, significa que não têm valor próprio e absoluto) os conceitos de posição e impulso (espaço e tempo), permanência e variação, contínuo e descontínuo (onda e corpúsculo), matéria e energia, determinação e indeterminação, etc.” E nos alerta: “do horizonte profundo mensagens cifradas, de duas espécies, nos são enviadas; e porque as mensagens são de duas espécies, de duas espécies deviam ser os códigos de decifração.” E assim concluímos sobre o “horizonte profundo” de que nos fala o mestre: suas mensagens e seus respectivos códigos são os referenciais que complementam o Real.

Em *Arte e escatologia* é o universo estético que se instaura sobre o princípio da complementariedade. Diz Eudoro de Sousa: “a arte cria imitando ou imita criando; a imitação poética e artística, é-o, não dos entes *originados*, mas da própria *origem* dos entes.” E prossegue: “então digamos que a imitação clássica e a criação romântica fixaram sucessivamente dois aspectos de uma só realidade, que os compreende e os contém precisamente como o que são: aspectos parciais, parcialmente verídicos, em conjuntos, totalmente falsos, em separado.” Desta maneira, mais uma vez se instaura a complementariedade, pois “a expressão poética deve ser considerada, não como outro modo de expressão do mundo não poeticamente expressável, mas como a de outro mundo que, precisamente por ser *outro*, do mesmo modo se não pode expressar”, nos alerta Eudoro de Sousa.

Em *Horizonte e complementariedade*, esta se instaura entre mitologia e metafísica (nos primeiros filósofos gregos) como codificação do “mistério do horizonte”, ressaltando o autor que fica conscientemente na dúvida se são codificações paralelas ou convergentes. — “Para cá do horizonte, não há, talvez, o que não seja suscetível de expressão verbal direta e inequívoca; mas o quer que reside lá, no horizonte ou além dele, é sempre o que é uma coisa e outra, não sendo nem uma nem outra”, adverte Eudoro de Sousa. E aponta: “dia e noite, alma e corpo, espírito e matéria, e quantos pares de opostos se nos proponham e anteponham aquém-horizonte, absolvem-se, além, no que o discurso não alcança sem que a si próprio se negue, enrodilhando-se, a cada passo, em contradições insolúveis. Daí a necessária codificação. A cifra, chame-se-lhe símbolo ou idéia-chave, aponta o que não pode ser dito: para Dia ou Noite, que é dia e noite, não sendo nem dia nem noite; para Alma ou Corpo, que é alma e corpo, não sendo nem alma nem corpo; para Espírito ou Matéria, que é espírito e matéria, não sendo nem espírito nem matéria, e assim por diante. Espiritualismo ou Materialismo, Idealismo ou Realismo, Racionalismo ou Empirismo, qualquer ismo que se tenha por crer ou por querer é, na melhor das hipóteses, codificação lógica do mistério do horizonte, concorrendo com uma codificação mítica; e na pior, ideológica parcialidade de um pensar que, por voltado de costas para o horizonte, se apegava a um dos termos de qualquer oposição, a fim de sustentar uma posição”, assinala o mestre Eudoro de Sousa.

Na Conclusão (Mitologia como Cosmofania) do seu livro *Mitologia*, pondera Eudoro de Sousa: “Voltemos atrás. Mas que é o que ficou para trás? O mito que teria de ser biografia de um deus ou biografia dos deuses. Mas atrás também está isto: que um deus é origem e que origem não tem história. Porém, ainda há outra coisa que ficou para trás: o mito é primordialmente enredo do drama ritual em que se representa a origem. Agora, partamos daqui. Que é drama ritual, por excelência? Diria eu: o *Sacrifício*, mas não com o sentido etimológico de *sacrum facere*; só com o de dar morte ao deus que, morrendo, oferece sua vida ao mundo. Então, parece que rodeamos o obstá-

culo, se entendermos que no sacrifício está a teocriptia, como morte do deus que nos oferece sua vida, ou se oferece como vida do mundo. O deus reina ocultamente como Morte condicionante da Vida cósmica. O mito é relato de como *in illo tempore* num Outrora que é alma do corpo que é Lonjura — tirada foi a vida de um deus, de como esse deus aceitou ou assumiu sua morte, de como a morte do deus está no meio da vida do mundo. Assim, a Cosmofania pode ser mito; pois a vida do mundo originado é a da própria origem. O que no mundo acontece são as malhas que o deus tece.” Vemos complementar-se, deste modo, mais uma vez, origem e originado, deus e mundo, vida e morte, pelo surgimento do universo: cosmofania.

Cremos, agora, que o questionamento de Heidegger — “por que há simplesmente o ente e não antes o Nada” — poderia ser observado pelo prisma poético-filomítico em que Eudoro de Sousa reflete a complementariedade. Nos diz o mestre no capítulo I (Lonjura e Outrora) do seu livro mais recente, *História e Mito*: “Lonjura e outrora negam espaço e tempo determinados, mas quanto mais nos afastamos desse âmbito do indeterminado, mais eles se afirmam em sua determinação; ou, pelo menos, assim parece. Se digo lonjura, não nego só a proximidade, mas a proximidade e a distância, porque o distante sempre se poderá volver em próximo; basta caminhar de próximo em próximo, para que próximo nos venha a ser qualquer distante. . . Mas o certo é que antiguidades há muitas; tantas há quantos os momentos mais ou menos distanciados do atual, atual-atual ou atual-antigo. Porém o outrora é só um: *hora* que é *outra*, a hora que não é esta, que esta não é, em qualquer hora que tenha soado, que soe, que venha a soar. E aqui novamente se nos impõe a imagem do horizonte. O outrora seria a indimensionável — dimensão do tempo — que já não é tempo — de um além — horizonte”. . . ●

Fernando Bastos é professor de Filosofia da Universidade de Brasília e, no momento, elabora tese de doutorado sobre o pensamento e a obra de Eudoro de Sousa, na Universidade Gama Filho. O presente artigo já foi publicado no nº 132 da Revista Brasileira de Filosofia, out./nov./dez. de 1983.

Resumen

Perfil

EUDORO DE SOUSA...

El pensador luso-brasileño Eudoro de Souza, de manera similar a Heidegger, se pregunta por el Ser en una reflexión ya nos más filosófica (considerada ésta en su sentido tradicional), sino en una reflexión poética-filomítica. Su formación de *scholar* y de *uomo universale* le permite recorrer las vicisitudes del Ser desde un pensamiento pre-socrático hasta las indagaciones actuales.

Abstract

Profile

EUDORO DE SOUSA

The Portuguese Brazilian Eudoro de Souza asks about Being, in a manner analogous to Heidegger. This involves a reflection which is no longer philosophical in the traditional sense but a poetic — philosophical — mythical one. His background as Scholar and Universal Man allows him to explore the vicissitudes of Being from pre-Socratic thought to current inquiries.

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

Humanidades

Crítica

Economia

FERNANDES, Santiago. *A ilegitimidade da dívida externa do Brasil e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1985.

Ao se perguntarem como foi possível que o Brasil atingisse o nível de endividamento externo a que chegou, sem que mecanismos de controle fossem acionados, os parlamentares responsáveis pela CPI da dívida externa e dos acordos Brasil-FMI levantaram a questão da *ilegalidade* dos empréstimos contratados. Com efeito, argumentaram eles, em nenhum momento os instrumentos contratuais da dívida foram submetidos à processualística constitucional da apreciação legislativa, nem poderia o Banco Central renunciar à imunidade jurisdicional e aceitar foro judicial nos países credores (Nova Iorque e Londres) para julgamento de pendências e eventual decretação de penhora dos bens mantidos no exterior. Constatada a ilegalidade dos contratos de empréstimo, não apenas se deveria decretar sua nulidade por inconstitucionalidade, mas igualmente declarar a responsabilização criminal dos responsáveis pela enorme dívida e pelas escandalosas cartas de intenção assinadas com o FMI. Como se sabe, nada disso aconteceu.

Ao tratar da mesma problemática em seu curioso e instigante livro, o economista Santiago Fernandes prefere analisar a questão do ponto de vista da *ilegitimidade* da dívida externa do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. A ilegitimidade decorreria, segundo ele, da ação conjugada de três processos descapitalizadores: (a) a secular deterioração dos termos de intercâmbio, drenando recursos das nações pobres para os países ricos; (b) a penetração financeira do Terceiro Mundo por instituições e agências bancárias dos países centrais, que passam a operar com recursos locais e muitas vezes a remeter divisas obtidas com manipulações cambiais; (c) a evasão de capitais, oficial e criminosa, propiciada pela singular e pernicioso situação de privilégio de que goza o dólar, como moeda de reserva internacional. Constatada a ilegitimidade das dívidas do Terceiro Mundo, não apenas se deveria decretar o seu repúdio, puro e simples, mas igualmente encetar a reorganização do sistema monetário e financeiro

internacional, desmonetizando o ouro e transformando o FMI numa Câmara Internacional de Compensação. Como se sabe, nada disso aconteceu tampouco.

Os banqueiros internacionais receberiam com célicos sorrisos propostas de renegociação que utilizassem os argumentos da legalidade ou da legitimidade das dívidas contraídas pelos países em desenvolvimento. A história parece lhes dar razão: na longa experiência de renegociação das dívidas de Estados temporariamente insolventes, o repúdio completo foi comparativamente raro, ocorrendo uma redução mas não uma cessação completa do serviço da dívida. Na época em que a Europa atuava sozinha como *world's banker*, ocorreram pelo menos dois períodos de insolvências generalizadas: ao final das independências latino-americanas, na terceira década do século XIX, e nos anos setenta desse século, envolvendo novamente países latino-americanos e alguns médio-orientais (Turquia, Egito). A Grã-Bretanha foi evidentemente o primeiro país a sentir necessidade de proteger seus interesses e, mesmo na ausência de qualquer apoio governamental, os grupos privados organizaram, desde 1868, uma *Corporation of Foreign Bondholders*. Os resultados parecem ter sido animadores, pois já em 1881, o economista britânico R. L. Nash (*A Short Inquiry into the Profitable Nature of Our Investments*; London: Wilson) informava que *"the losses caused through defaults were, in the long run, almost insignificant compared with the large gains derived by British investors over the whole field of foreign and colonial securities"* (p. 9). Em raras ocasiões — como nos casos históricos do México (1861) e da Venezuela (1902) — os governos detentores de títulos de dívida pública chegaram a fazer apelo à ação armada para o ressarcimento dos débitos, provocando, no campo jurídico-conceitual, a primeira contestação à até então dominante "teoria dos credores". Esta, como se sabe, afirma que a obrigação do devedor é controlada pelo direito privado dos contratos e que as relações entre as partes estão reguladas por instrumentos vinculativos: quando um Estado contrata um empréstimo ele tacitamente abdica de seu caráter soberano e se submeteria voluntariamente às regras do direito privado. Para contrapor-se a essa doutrina, o então ministro argentino das Relações Exteriores, Luis Drago, formulou uma "teoria dos devedores", colocando ênfase no caráter soberano do Estado devedor, na impossibilidade de se perseguir judicialmente o Estado e na definição da dívida como uma simples "questão de honra". Para conciliar essas posições antitéticas, surgiu, posteriormente, uma

terceira doutrina, a "teoria do contrato *sui generis*", que via as transações de empréstimos como contratos de direito público.

Seja como for, a *Corporation* britânica parece ter servido de modelo para diversos outros grupos organizados na França, na Bélgica, na Alemanha e na Holanda, bem como para o *American Foreign Bondholders Protective Council*, organizado diretamente pelo Departamento de Estado norte-americano em 1932, como consequência do terceiro grande período de insolvências generalizadas, provocado pelo *bank crash* de 1929-1931 que trouxe consigo uma série de inadimplências na Europa e na América Latina. Os ingleses, que asseguraram sozinhos o *funding loan* brasileiro de 1898, tiveram, em 1934, de ceder o passo aos americanos, como observa incidentalmente o historiador econômico Edwin Borchard (*State Insolvency and Foreign Bondholders*; New Haven: Yale, 1951, p. 343). A estrutura da comunidade financeira internacional alterou-se substancialmente no 2º pós-guerra, com a emergência do FMI e do Banco Mundial, mas sobretudo com o desenvolvimento extraordinário do setor bancário privado. Assim, as renegociações provocadas pelo quarto grande período de *defaults*, inaugurado em princípios da presente década, são normalmente conduzidas pelos *Advisory Banking Committees*, criados pela comunidade bancária privada, e supervisionadas pelo Clube de Paris e pelo FMI. O cartel dos credores tem portanto uma longa história atrás de si, e uma das mais dignificantes: se as incursões armadas, os bloqueios de portos e as intervenções diretas nas finanças dos devedores parecem ter hoje saído de moda, ficou a truculência dos banqueiros atuais que, mesmo resguardada pelos salões acarpetados dos grandes hotéis, nada fica a dever à ética enviesada de seus predecessores. Os devedores, por sua vez, parecem ter estacionado nas banalidades conceituais da Doutrina Drago, uma vez que o chamado Consenso de Cartagena nada mais fez, até agora, do que reconhecer o óbvio: a carga financeira e insuportável, os programas de reajuste são inadequados, mas continua-se a drenar recursos líquidos para o exterior a título do serviço da dívida. Se não parece tão simples proclamar a ilegalidade jurídica dos contratos de empréstimo, alguns governos têm procurado avançar a tese da ilegitimidade de fato das dívidas atuais, sem muitos resultados tangíveis até aqui.

O livro de Santiago Fernandes procura justamente fornecer argumentos *econômicos* para sustentar esta última posição e é com base nessa

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COLE AQUI

COLE AQUI

COLE AQUI

Não deixe de responder
Os primeiros resultados serão
publicados na próxima edição

Humanidades

Pesquisa

Quem pensa no Brasil?

Humanidades quer reunir em suas páginas aqueles que formam e influenciam o pensamento brasileiro.

Sua ajuda é decisiva: envie-nos duas sugestões e indique abaixo quem você desejaria ler em *Humanidades*. Dentre as sugestões recebidas sortearmos cem livros da Editora Universidade de Brasília.

1.

Nome indicado _____

Área(s) de atuação _____

Endereço _____

Motivo da indicação _____

2.

Nome indicado _____

Área(s) de atuação _____

Endereço _____

Motivo da indicação _____

Remetente: _____

Endereço: _____

--	--	--	--	--

pretensão que ele deve ser julgado. Os três mecanismos de descapitalização por ele mencionados — resumindo: desequilíbrio nas relações de troca, manipulações de bancos estrangeiros e fuga de capitais — podem realmente ser responsabilizados pela acumulação do enorme passivo financeiro que caracteriza hoje grande parte do Terceiro Mundo? A ilegitimidade da dívida externa brasileira e de diversos outros países em desenvolvimento só poderá ser comprovada na prática se estabelecermos um vínculo estrutural, isto é uma relação causal, entre os fatores acima citados e o processo de formação das obrigações financeiras externas desses países. Uma análise isenta das relações econômicas internacionais dos países em desenvolvimento constataria, efetivamente, que os três fatores selecionados atuaram de forma negativa, muitas vezes de maneira contundente, sobre as contas nacionais desses países, agravando os desequilíbrios externos e ampliando indiretamente a dimensão do endividamento externo. Os dados não são porém conclusivos quanto à transformação daqueles elementos *contingentes* em fatores *estruturais* do endividamento externo dos países em desenvolvimento, no sentido em que eles passariam de *necessários* a *suficientes*. Não cabe, nos limites desta resenha, uma análise detalhada da influência de cada um daqueles fatores considerados como dotados de relevância causal no processo de endividamento externo, mas não se pode deixar de notar que, no plano das variáveis explicativas, nem sempre é fácil ou possível converter a realidade empírica em paradigma interpretativo. Em outros termos, o possível histórico não pode ser automaticamente convertido em lógico necessário: ainda que aqueles mecanismos tenham efetivamente atuado como processos defraudadores de nosso equilíbrio externo, não existe um nexo diretamente causal que os ligue ao passivo financeiro acumulado ao longo dos últimos anos. A *descapitalização* pode efetivamente ter resultado daqueles processos defraudadores de nossas riquezas, mas o *endividamento* não foi provocado por lesivos contratos de empréstimo feitos pela elites do Terceiro Mundo e nos quais tivessem sido expressamente consignados o intercâmbio desigual, a manipulação bancária e a fuga de capitais. O endividamento atual deriva de causas essencialmente *financeiras*, ligadas à forma de funcionamento do mercado de capitais de empréstimo e que incidem prioritariamente sobre o serviço do principal em regime de taxas de juros flutuantes. Do ponto de vista estritamente econômico, a ilegalidade de alguns contratos de empréstimo e de determinadas práticas bancárias, bem como a injustiça e a irracionalidade da transferência de recursos operada apenas para servir a dívida, não são suficientes para caracterizar uma situação de *ilegitimidade* da dívida externa.

O conceito de *(i) legitimidade*, segundo mestre Aurélio, refere-se ao fato de terem sido ou não atendidos os requisitos legais ou à qualidade ou condição de desarrazoado e injusto. É evidente que Santiago Fernandes descarta o entendimento jurídico-legal desse conceito, preferindo encará-lo do ponto de vista da autenticidade ou da adequação aos critérios da razão e da justiça. Ainda que a razão e a justiça pudessem militar em favor da tese da ilegitimidade da dívida externa do Brasil e do Terceiro

Mundo, deve-se reconhecer que o sistema econômico internacional está muito longe de fundar-se nesses dois princípios. As relações de espoliação e de expropriação de recursos, no quadro da interação centro-periferia (que Braudel chama de “economia-mundo” e Wallerstein de “capitalismo histórico”), constituem em última instância a base sobre a qual se assentam a desigualdade na distribuição de riquezas e a estrutura iníqua do poder mundial. Uma vez que a organização atual da produção social não foi feita para reparar injustiças ou introduzir a igualdade de chances não há razão de esperar que a ordem internacional venha a ser fundada em imperativos éticos ou critérios morais. A menos de uma decisão *política*, que só pode resultar de uma nova correlação de *forças* no plano das relações inter-estatais, os países endividados continuarão a transferir uma parte de suas riquezas para os cofres dos países credores, independentemente do caráter mais ou menos legítimo dos mecanismos de espoliação.

Os argumentos acima expostos em nada invalidam o valor do livro de Santiago Fernandes no que se refere a uma correta avaliação do funcionamento atual do sistema monetário e financeiro internacional e a urgente necessidade de sua reestruturação nas linhas propostas outrora por Lord Keynes, tendentes à constituição de uma *Internacional Clearing Union* (mas por ele mesmo fraudadas com a criação do FMI durante o chamado “embuste de Bretton-Woods”). Sem dúvida que a exigência de Fernandes, no sentido do cancelamento da dívida do Terceiro Mundo, será dificilmente cumprida integralmente, mas as regras de funcionamento dessa câmara mundial de compensações, relegando o ouro a seu papel de “reliquia bárbara” e introduzindo uma moeda bancária (o “banco”) para a regulação dos desequilíbrios de balanço de pagamentos, devem ser seriamente estudadas por qualquer autoridade monetária *tant soit peu honnête* e responsável. Não sejamos muito otimistas porém: a multilateralização dos ajustes de pagamentos, se ocorrer, ficará durante muito tempo restrita às economias desenvolvidas, que precisarão coordenar previamente suas políticas monetárias e fiscais. Pode-se alternativamente pensar em soluções mais modestas, envolvendo projetos de integração regional mobilizando países relativamente homogêneos, como o demonstra a experiência da Comunidade Européia. Aqui Santiago Fernandes antecipa-se às tendências futuras de desenvolvimento em escala continental, ao propor uma Câmara Regional de Compensação Multilateral para a América Latina e a instituição de uma moeda comum, o “Latinor”, para ajustes comerciais e financeiros que até agora são realizados bilateralmente ou utilizando-se de moedas fortes, no caso o dólar. Os recentes acordos de integração comercial e industrial com a Argentina e o Uruguai, lançando as bases de um espaço econômico comum no Cone Sul, e as negociações para a criação de uma nova moeda de câmbio, vêm dar inteiramente razão a Santiago Fernandes.

A ousadia e a originalidade da maior parte das teses do autor tomam, sem dúvida alguma, deveras atrativa a leitura deste livro, verdadeiro manancial de idéias refrescantes na atual pasmaceira da “ciência econômica”. A razão e o bom senso parecem caracterizar este economista “heterodoxo” — para

usar um termo na moda —, ainda que não concorde-mos com todas as suas propostas. A discordância aliás não está na justeza das medidas propostas, sobretudo aquelas relativas à dívida externa do Terceiro Mundo, mas tão-somente num julgamento diverso do funcionamento do sistema internacional e sua eventual adequação aos princípios da razão e da equidade. Santiago Fernandes deve provavelmente estar certo, mas parece avançado demais para sua época. O futuro lhe dará razão, mas aí, como dizia Lord Keynes, estaremos todos mortos.

Paulo Roberto de Almeida
Depto. de Sociologia — UNB

Psicanálise

BETTELHEIM, Bruno. *Freud e a Alma Humana*. São Paulo, Cultrix, 1984.

O fascículo de escassas 130 páginas de Bettelheim poderia, ou mais, deveria revolucionar a transmissão da psicanálise e a recepção, altamente distorcida, que as idéias de Freud têm encontrado, em consequência da tradução para o inglês e depois, ainda pior, para o português — se não fossem as resistências das próprias instituições de psicanálise, freqüentemente mais preocupadas com a perenidade da sua razão social e a comercialização da sua prática, do que com os intuitos verdadeiros do fundador da sua disciplina. Esta, de fato, se apresenta hoje como disciplinada demais, pelos rígidos rituais que presidem à iniciação dos seus membros, pelo exercício padronizado das suas atividades confinadas em consultórios felpudos, pela execução de qualquer espírito inovador (ou renovador) no trato do astucioso inconsciente do homem, pelo temor, enfim, de pensar e de prestar contas, clínica e epistemologicamente, da sua prática e da sua elaboração teórica.

Fidelidade, em suma, a regras institucionais concebidas defensivamente (Freud, hoje em dia, poderia falar das instituições psicanalíticas como do mais novo avatar social da neurose obsessiva, temerosa da volta do recalado. . .), muito mais do que aos intuitos de Freud. Estes, segundo Bettelheim, não se deixam apreender através das traduções que, já nos tempos de Freud, imprimiam aos seus pensamentos desvios cujas intenções tendenciosas às vezes nem sequer se camuflavam.

Segundo o autor, psicanalista de origem austríaca, judeu como Freud e profundo conhecedor do ambiente cultural de Viena da virada do século, estas intenções foram claras: “adaptar” as idéias de Freud à mentalidade anglo-saxônica para assim aumentar a sua “cientificidade” e, por conseguinte, a sua penetração e aceitação nos recalcitrantes meios científicos e médicos dos países de fala inglesa. Dominados pelas tradições empiristas, estes, sem uma tal adaptação, não poderiam encampar a

psicanálise em seus círculos acadêmicos e clínicos — mas eis que aparecem, já, os grandes equívocos desta transmissão: a psicanálise não precisa ser encampada pelo empirismo ou pelas ciências positivas — e nem sequer o deve, se quiser manter a originalidade da sua concepção do homem, dividido, inexoravelmente, entre a razão racional da consciência e a razão desajeitada do seu inconsciente. Em que pese que uma tal “adaptação”, onde ocorrer, se acompanha inevitavelmente de adulterações com tendências fagocitantes assoladoras. . .

No prefácio, Bettelheim assinala que levou 40 anos para escrever esta pequena obra, hesitando e esperando que outra pessoa a escrevesse. Esperou em vão, com o que o movimento que se iniciou com Freud sofreu um atraso de 40 anos na tentativa de corrigir aquele perigoso rumo de adaptação, que ameaça a sua autenticidade. Cansado de esperar, o autor, afinal, preferiu concentrar-se em duas tarefas menores: “corrigir as traduções errôneas de alguns dos mais importantes conceitos psicanalíticos” e, em segundo lugar, mostrar que Freud era “um verdadeiro humanista, no melhor sentido da palavra”. Esta última ressalva parece pertinente: o humanista, nos tempos hodiernos, tem má fama, em oposição ao cientista e ao técnico, como é mal-afamado o termo “alma”, preferido por Freud por causa das suas numerosas conotações históricas, tanto filosóficas quanto afetivas e espirituais — e, por causa destas, isto é, para evitá-las, traduzido pelo inglês “mind”. Ora, quem se ocupa do “mind”, da “mente”, é o “mind control” ou a psicologia cognitiva, mas não a psicanálise, preocupada, pelo menos em Freud, com o ser mais íntimo do homem, com a antropogênese, com a sua vivência, com os conflitos e sentidos da sua existência singular.

“O maior defeito”, opina Bettelheim, é que as traduções corriqueiras das suas obras “não nos deram sequer o mais leve indício dessa preocupação”. Raramente a sentença “traduttore — traditore” ter-se-á realizado com tanta perfeição como na transmissão da psicanálise, ao ponto de surgir em um leitor não prevenido de “Freud e a Alma Humana”, a imagem de uma (certa) psicanálise lutando contra Freud. . . Em favor da psicologia do “mind”, por exemplo, da sociologia da “adaptação”, da biologia ou ecologia dos “instintos”, da especialidade médica do seu “tratamento”, etc.

De fato, os pertinentes comentários críticos de Bettelheim merecem a profunda reflexão de todos aqueles que, de perto ou de longe, se interessam pela psicanálise e pela especificidade de sua imagem do homem, seja esta até “não-científica”. Lendo Bettelheim — insuspeito de qualquer modernismo lacaniano, estruturalista, culturalista ou outro — deve-se reconhecer que o conhecimento da psicanálise em termos de “Ego”, “Id” e “Superego”, por exemplo, através das traduções das suas obras, senão dos manuais da psiquiatria ou da psicologia, pouco tem a ver com as idéias de Freud, mas muito com uma psicologia edulcorante da personalidade, a serviço de projetos de padronização social e de adestramento dentro de uma tecnologia educacional qualquer.

Sendo um revelador dos conflitos humanos, das suas angústias, questionamentos e contradições, das suas loucuras e violências, a psicanálise não se presta, sem se trair e sem trair a essência do seu

enfoque crítico sobre as pretensões humanas, a fins educacionais, sociais ou espirituais particulares (nem, sobretudo, totalitários). Para falar com Freud: ela é um pedaço de “Kulturarbeit”, um “trabalho de cultura” que caberia a todo ser humano realizar — se não fosse o incômodo deste trabalho, de ter que se enfrentar a si mesmo para descobrir determinadas verdades que doem, que fazem sofrer, e das quais nós tantas vezes preferimos fugir. As páginas simples e profundas de Bettelheim apresentam este enfoque original da psicanálise desde Freud, mas deixam vislumbrar também algo das resistências, dentro da própria psicanálise, a este “trabalho de cultura”, no caso quanto ao cuidado que merece o seu patrimônio histórico, as obras de Freud e as suas traduções.

Pena que o editor brasileiro não incluiu, em concordância com o espírito de Bettelheim, um aparelho crítico ou algumas observações sobre as traduções brasileiras dos conceitos analisados pelo autor. Mais uma oportunidade perdida, para a psicanálise brasileira, de se questionar e de participar deste pedaço de “trabalho de cultura”, deveras incomfortável como o é a própria psicanálise, mas indispensável para o seu exercício e a sua sobrevivência. Apesar desta falha (ou fuga?), o pequeno livro merece um lugar de destaque na biblioteca de qualquer aficionado de humanismo, seja ele psicanalista ou não.

Richard Bucher

Depto. de Psicologia — UnB

HILLMAN, James. *O mito da análise — três ensaios de psicologia analítica*. Tradução de Norma Telles. Rio, Paz e Terra, 1985.

Cultivando a Alma

Na introdução desta que é a sua quarta obra traduzida no Brasil, James Hillman deixa claro o tema central em questão: *a transformação da vida em psique*. Fundamentalmente, a transformação é a libertação da psique da “maldição do espírito analítico”, que nos levará a refletir sobre a opção da psicologia pelo modelo médico e pela psicopatologia. “Fazer a psique entrar na vida não significa afastá-la de sua enfermidade, mas sim da concepção doentia de si mesma, de uma pretensa necessidade de cura, conhecimento e amor profissional.” Uma psicologia livre do espírito analítico permitiria à psique entrar na vida com sua enfermidade. A aflição das depressões e das ansiedades profundas leva-nos à irrefutável evidência da interdependência das forças psíquicas em relação ao Eu. “Algo vive em mim e não é minha obra”. Acolher a enfermidade na vida significa pois “levar a alma consigo aonde quer que se vá e reagir à vida em termos dessa alma”. Aceita-se então a vida como “uma aventura psicológica vivida por amor à alma” e toda ela se torna, e não apenas a análise, local adequado para fazer a alma. “A psique

pode conduzir sua imaginação a viver dela sem a ajuda do especialista, desde que adquira mais confiança em si mesma.”

Na primeira parte do livro, “Sobre a criatividade psicológica”, o autor trata da importância que teve a análise na redescoberta da imaginação e da alma. Enfoca a realidade que emerge, ainda limitada, na relação terapêutica e, segundo Hillman, poderia ter como subtítulo “O fim da transferência”. A segunda parte, “Sobre a criatividade psicológica”, com o subtítulo de “O fim do inconsciente”, mostra que a realidade imaginal, descoberta na terapia, se encontra em todos os aspectos da vida, o que conduz a uma reflexão sobre o terapeuta e seu trabalho. “O seu fulcro é o analista como profissional; seu tema, a linguagem psicológica.” Por fim o terceiro ensaio, “Sobre a feminilidade psicológica”, que focaliza a consciência analítica, seu tema, a análise e seu objetivo. A via de acesso é o mito da inferioridade feminina. Descobrimos através de Hillman que esta idéia é basilar para a estrutura do espírito analítico e para o tipo de consciência que encontramos seja na neurose, seja em seu tratamento. A misoginia parece inseparável da análise, a qual é, por sua vez, apenas uma manifestação tardia do ego ocidental, científico e apolíneo. Esta estrutura de consciência nunca soube o que fazer com seu lado obscuro, material e passional, exceto repudiá-lo e chamá-lo pelo nome de Eva.

Para Hillman, a análise torna-se-á desnecessária quando mudar o tipo de consciência atual, a partir de uma nova estrutura arquetípica, onde o feminino e o inferior forem inerentes à consciência e não uma ameaça para ela. Esta mudança corresponderia ao fim da neurose. “A neurose compensa a estrutura unilateral masculina e superior com a qual identificamos a consciência”. Assim, a análise é apenas uma resposta à neurose.

O que caracteriza a psicologia junguiana é a imaginação e a criatividade. A imaginação aqui, porém, não é a fantasia falsamente compensatória e alienadora. É a imaginação, por exemplo, dos sufis, que Henry Corbin trouxe magistralmente para o Ocidente através de seus estudos sobre a filosofia e o misticismo islâmicos. É a imaginação da consciência antecipadora de Ernst Block, marxista heterodoxo. A imaginação do mito, da esperança e da realização, que nos abre ao *vi-ver* e ao futuro, ao fluir da vida, rompendo as defesas do eu neurótico e propiciando uma outra estrutura ao eu estilhaçado esquizofrênico.

Trata-se da mesma imaginação da qual nos fala o sociólogo francês Gilbert Durand ao demonstrar a existência da presença, em todos os ramos do conhecimento moderno, de uma “zona de alta tensão imaginária.” É a mesma imaginação cuja existência constata Fritjof Capra, físico de Berkeley, ao analisar o novo paradigma científico, assinalando a presença do mesmo não apenas na física, mas em todas as ciências, e fazendo ver como urge recuperar esta visão da realidade para a sobrevivência humana.

John Perry, analista americano junguiano, aponta para a importância do imaginal na esquizofrenia e na tragédia do esquizofrênico, mergulhado no mundo mitológico, mas isolado, incapaz de expressar criativamente sua experiência da realidade imaginal, como o fazem o profeta, o artista e mesmo o cientista, em suma, o indivíduo criador.

O poeta John Keats escreveu certa vez, em carta ao seu irmão: "Chame o mundo, lhe peço, o vale da alma e então descobrirá para que serve o mundo." É por meio da utilização dessa frase, própria da imaginação poética, que Hillman se aventura a nos explicar o que seja "fazer a alma", tarefa última da análise, a seu ver.

O opus da psicologia sendo então a criação da alma, o trabalho psicológico deve ser repensado. O que é afinal esta alma que está sendo redescoberta pela psicologia? Responde Hillman: "... eu nem ninguém pode defini-la de modo adequado." A alma não é um termo científico e, quando aparece na psicologia, leva aspas, como se pudesse contaminar o ambiente estéril. "Mente, coração, vida, ardor, humanidade, personalidade, essência, âmago, propósito, coragem, virtude, moralidade, sabedoria, morte, Deus," são temas ligados à alma e que podem nos ajudar a perceber o que ela significa. O conhecimento que adquirimos através dos antropólogos e historiadores, quando estes utilizam a palavra alma em tratando dos povos "primitivos" e os da Antiguidade, pode também nos ajudar. Na tradição ocidental, a alma é considerada o homem interior, emanção de Deus, consciência. Busca-se a alma e ela pode ser posta à prova. O diabo a compra de nós, humanos. Ela faz viagens e se desenvolve ao penetrar nas "profundezas". A alma não pertence ao ego, não está à disposição da vontade, não é um objeto da razão. Esta exploração da palavra (alma) demonstra que não estamos lidando com um conceito, mas com um símbolo. Um conceito é algo definível, um símbolo, não. A psique não é um sistema lógico e se expressa por símbolos, como o da alma.

"O mundo e a humanidade são o vale de fazer alma" e, não obstante a realidade humana seja essencial a este fazer, ela não é suficiente e "quando cometemos este engano, concentramo-nos nos instrumentos e nos meios e não nos fins."

Para Hillman, "a psicologia é, em última instância, mitologia, o estudo da história da alma". Isto já estava implícito em Freud, quando escolheu, como núcleo da personalidade, o mito de Édipo. Ao assim fazer, ele estava nos mostrando não o mito da psique, mas sim que a essência da psique é o mito. E acrescenta Hillman: "Talvez o mito de Édipo seja relevante apenas numa certa fase precursora e doentia".

A crítica mais significativa que se poderia fazer a Hillman é que sua visão, tão profundamente imaginosa (de modo algum fantasista), vital e transformadora para o homem moderno, seja demasiadamente antecipadora. Terapeutas e clientes vivem mais ainda o mito edipiano, característico da agonia do patriarcado que ora vivemos, do que o mito de Eros e Píscis que estruturará o novo ciclo que está emergindo. A "maldição do espírito analítico", sombra deste final do ciclo paternal, torna longo e difícil este trabalho de "fazer a alma", que nem todo terapeuta ou cliente estão aptos a realizar.

Geraldo Mourthé
Analista jungiano, RJ.

Tradução Poética

CAMPOS, Augusto de – *E. E. Cummings 40 Poem(a)s*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

A transcrição dos poemas-girassóis

"(a	"so
le	(l
af	f
fa	o
ll	ll)
s)	(ha
one	c
l	ai)
ines"	itude"

e.e. cummings
transcrição: Augusto de Campos

Num rasgo de irritação em defesa do que chama "poesia corpo-a-corpo com a vida", da Nova República e até do presidente Sarney, o poeta Ferreira Gullar desafiou um público de mais de mil pessoas, que lotava um dos anfiteatros da Universidade de Brasília, a recitar "um poema concreto que prestasse". Alguém da multidão, voz tímida, cantou: "solitude / uma folha / cai."

Naquela noite fria de julho, esse hai-cai concretista tomou vida, lembrando uma folha solta em pleno vento de outono. Um poema quebracabeça, letras atomizadas, em pé, verticalizado e americanizado pela linguagem poética de Edward Eastlin Cummings — ou simplesmente e. e. Cummings como ele se assinava. Um poema aparentemente intraduzível, transcrito no Brasil pelo poeta concreto Augusto de Campos, e dito ali na multidão, de forma tão zen por uma voz anônima.

Aliás, Augusto de Campos, autor e transcritor do livro "*40 POEM(A)S — e. e. cummings*" —, lançado este ano pela Brasiliense, considera "*loneliness / a leaf / falls*", talvez "o mais perfeito dos poemas de Cummings. Neste livro, ele dedica um capítulo à aventura de traduzi-lo:

"Um jovem poeta que admiro, Paulo Miranda (autor do surpreendente soneto-fita-métrica incluído na revista *Artéria* nº 2 e de outras belas aventuras poéticas), reconhecendo a intraduzibilidade do poema de Cummings, teve a sabedoria de assimilá-lo sob uma forma peculiar — borgiana, se poderia dizer, recordando Pierre Menard, autor do Quixote. Fê-lo

imprimir em tipos estreitos, sobre uma estreita folha de papel, que acompanhava a verticalização do texto, e intitulou o seu trabalho: "não-tradução". (aí segue o texto na publicação original de Cummings, que pode ser lido na vertical com as seguintes divisões e quebras:

"(l(a / le / af / fa / ll / sj / one / l / iness".)

E continua Augusto (pp. 28/29): "menos sábio que o meu jovem amigo, ousei tentar uma recodificação não-ortodoxa do poema em "letraset", utilizando um tipo Mecanorma holandês (Spring 152) cujo "design" de letras retorcidas me pareceu acentuar as características icônicas da composição. Animado por esse exercício pictotipográfico, e com o seu reforço, cheguei a arriscar uma "intradução" (não-tradução? tradução interna ou interior ou íntima?) do texto."

Nascido a 14 de outubro de 1894, em Cambridge, Massachusetts, Cummings estudou em Harvard entre 1911 e 1915, especializando-se em literatura grega. Foi voluntário na Primeira Guerra Mundial, servindo nas ambulâncias norte-americanas na França. Preso, chegou a passar três meses em um campo de concentração. Seu primeiro livro, "Tulips and Chimneys" foi publicado em 1923. Em 25 publica "*& e XLI Poems*" e no ano seguinte "*is 5*". Viajou pela URSS em 1931 e lá conheceu Lília Brik, principal musa de Maikóvski. Escreveu para teatro, fez exposição de desenhos e pinturas e, em 1935, montou um roteiro para balé — *Tom* — inspirado na "Cabana do Pai Tomás". Neste mesmo ano publica mais um livro de poemas que os editores haviam recusado — *No Thanks* — em cuja dedicatória enumera as firmas que recusaram seu trabalho.

TO
Farrar & Rinehart
Simon & Schuster
Coward-McCann
Limited Editions
Harcourt, Brace
Random House
Equinox Press
Smith & Haas
Viking Press
Knopf
Dutton
Harper's
Scribner's
Covici, Friede

Nesta época, Cummings tinha 41 anos e nenhum editor que se aventurasse a publicar seus poemas tortográficos e instigantes, bem anticomerciais para o comportado mercado editorial norte-americano dos anos 40/50. De qualquer maneira, seus poemas causavam turbulência nos meios literários.

Na busca inquieta e experimental de um caminho que pudesse tirar a poesia brasileira do marasmo a que foi levada pela geração 45, e.e. cummings foi descoberto, quase ao mesmo tempo que Ezra Pound e Mallarmé, pelos três poetas paulistas que formaram o grupo Noigandres —

Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari —, na primeira metade dos anos 50. Em entrevista-depoimento para a revista *BRIC-A-BRAC*, (poemas-fotos-desenhos, editada em Brasília), Augusto relembra o clima de efervescência vivido nos anos que antecederam a exposição de Arte Concreta de 1956, e no mesmo lance de dados relembra os três poetas:

"Havia quase que um clube clandestino que editava nos Estados Unidos o *The Pound News Letter*, que admitia colaboradores de várias partes do mundo. Me lembro que Hugh Kenner, o grande crítico de Pound, nos mandou uma carta que começava assim: "Gentlemen of the Conspiracy". Nós realmente participamos de um momento especial de avaliação poética de Pound, numa época. Nossa primeira edição de Cummings foi de 1960, uma das primeiras e raras edições de tradução de Cummings, que foi feita quando sua obra ainda não era convenientemente apreciada nem mesmo nos Estados Unidos. O mesmo ocorreu no que se refere ao Mallarmé, ao "Lance de Dados", que era genericamente considerado um estrondoso fracasso, e para nós, ao contrário, estava no limiar das transformações poéticas. Poucos críticos, naquela época, sustentavam esse ponto de vista."

Foi ele, Augusto, que na ocasião partiu para um contato — este sim — mais "corpo-a-corpo" com o poeta norte-americano. De 1956 a 1960, Augusto e Cummings se correspondem intensamente, trocando cartas, sugestões e, principalmente, as provas tipográficas para os 10 (dez) primeiros poemas transcritos no Brasil. Essa correspondência, rica em detalhes e por si só "uma obra aberta", está no "40 POEM(A)S". Através dessas cartas, pode-se concluir o quanto Cummings levava a sério a construção arquitetônica de seus poemas.

brlght	brilha
bRight s ? ? ? big (soft)	brilha estr ??? grande (suave)
soft near calm (Bright)	suave perto calma (Brilha)
calm st? ? holy	calma estrê? ? santa

(e. e. cummings)

(poema de capa do livro "10 POEMAS", editado em 1960 pelo Serviço de Documentação do MEC, Rio).

Entre os "10 POEM(A)S" de 60 e os "40" de 1986, há os "20 POEM(A)S" editados em 1979 pela NOA-NOA da Santa Catarina.

"Minha teoria da técnica, se tenho alguma, ainda assim está muito longe de ser original; nem é uma teoria complicada. Posso exprimi-la em quinze palavras, citando "A Eterna Pergunta e Imortal Resposta" do teatro burlesco, i. é: "— Você bateria em uma mulher com uma criança? — Não, eu lhe bateria com um tijolo." Como o comediante burlesco, sou extraordinariamente apegado a aquela precisão que cria o movimento".

Com esta filosofia de trabalho, Cummings vem à tona no Brasil com 10 poemas complexos, abertos, girassóis alfabéticos. Se Augusto de Campos cultivou um relacionamento tão profundo com ele — quase 40 anos para 40 poemas —, obviamente a estética cummingsiana ficou marcada para sempre na obra augustiana.

Neste "40 POEM(A)S", Augusto já nos apresenta um Cummings subversivo na linguagem e nas idéias políticas; crítico e anarquista; descrente do capitalismo, irônico com as soluções humanas; onde a linguagem funciona também como palavras-de-ordens absurdas:

"um político é um ânus no qual tudo se sentou exceto o humano"
E este Cummings está paralelo ao nosso Oswald:
"minha especialidade é viver — era a legenda de um homem (que não tinha renda porque não estava à venda".

Um Cummings "nonsense", surrealista, subversivo, trazendo de volta o poema-piada não idiotizado: "que tal se um nem de um quem de um vento/ põe verdades nos falsos verdes/ sangra com folhas zonzas o ar/ e arranca estrelas do seu lugar?/ Dá nobre ao pobre dá senha ao sem/ (dá gente ao ente: dá espaço ao tempo)/ — se os céus se enforcam e o mar se afoga/ o oco oculto é sempre alguém".

Um Cummings que certamente inspirou nosso tempo, como em Lennon, Leminski, quando subverte a vida no poema *quando as serpentes paguem para ser serpentes* (poema 24): "quando as serpentes paguem para ser serpentes/ e o sol para ganhar seu pão recorra à greve—/ quando o espinho olhe a rosa com suspeita/ e o arco-íris faça seguro contra a neve/ (. .) quando o carvalho pedir vênua ao videiro/ para gerar seu fruto — o vale casse a vista/ dos montes, porque são saltos, e fevereiro/ acuse março de ser terrorista/ (. .) então acreditaremos nessa incrí/ vel humanidade inanimal (e só aí)."

Poemas quebra-cabeças, poemas anarquistas, nonsenses, poemas problemas. É disso que Augusto gosta.

Luís Turiba

Jornalista e ensaísta.

todos girando em torno dos temas discutidos no Seminário de Philippe Ariès, ocorrido já se vão alguns anos na Escola Prática de Altos Estudos Sociais, em Paris.

Como uma excelente introdução à própria questão da natureza das regras sexuais, há o artigo de Fox sobre as condições que permitiram a evolução sexual da humanidade, ou seja, a transformação dos nossos ancestrais primatas em hominídeos e, finalmente, em "seres humanos". O artigo ganha maior interesse porque, por uma via evolucionista, sustenta não apenas duas teorias distantes do evolucionismo, mas que também costumam aparecer como conflitantes entre si: teorias de Freud e Lévi-Strauss sobre a relação entre a proibição do incesto e o surgimento da cultura.

Fox sustenta que entre os nossos ancestrais hominídeos, a disputa, por parte dos machos mais jovens, em torno das fêmeas monopolizadas pelos machos mais fortes (a horda parricida e patricida de Freud), veio a ser regulada a partir da adição direta de uma dieta carnívora e da caça, exigindo a *cooperação* e a *inteligência* como vantagens da seleção natural. Esta nova criatura, o homem-macaco-caçador, bípede já utilizando as mãos, teve que estabelecer formas de cooperação e, portanto, organizar a disputa pelas fêmeas, o que só poderia ter sido feito através da proibição do incesto (a *règle par excellence* de Lévi-Strauss), que obrigando à exogamia, instituiu o parentesco e fez da aliança entre os grupos a condição primeira para a criação da cultura.

Os outros artigos tratam de contextos históricos, específicos, focalizando aspectos da sexualidade ocidental em diferentes momentos, desde a Antiguidade até nossos dias, e também através das doutrinas morais. Alguns, como os de Goureau, Olivieri, Roussiaud e Flandrin, confirmam a dicotomia de que sempre foi objeto, até bem recentemente, a figura feminina na civilização ocidental: a mesma mulher não pode representar, ao mesmo tempo, o erotismo e a procriação.

Contudo, a esse respeito, além de Flandrin, também Foucault e Ariès ressaltam que, ao contrário do que se costuma crer, a sexualidade destituída de erotismo — cuja finalidade única é a procriação — não se origina na doutrina da Igreja, que teria eventualmente se apropriado de idéias e comportamentos correntes na Antiguidade e em sociedades não-cristãs. A moral estoica, por exemplo, acentuava a distinção entre amor-reserva, no casamento, e o amor-paixão, fora do casamento. A doutrina da Igreja, por outro lado, procurou igualar o comportamento do homem e da mulher, condenando *para ambos* o erotismo e a paixão e reduzindo a função da sexualidade ao dever da procriação. Esta doutrina teve como uma de suas consequências a desobediência culpada por parte dos homens e a divisão das mulheres em duas categorias: as eróticas, objeto do amor-paixão, e as castas, objeto do amor-reserva.

É somente a partir do século XVIII que no mundo ocidental ter-se-ia criado um espaço para a aproximação dessas duas formas de amor tradicionalmente opostas. É apenas então que, pouco a pouco, se constitui um ideal de casamento onde os esposos devem se amar e se desejar, ou seja, ocorre uma tentativa de unir numa mesma instituição aquilo que até então era separado, antagônico. Ideal que,

Sexualidade

ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (org.).
Sexualidades ocidentais. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Publicado na França em 1982, esta coletânea reúne 16 textos de 11 autores de áreas diversas.

Sociologia

DEMO, Pedro. *Participação é conquista – noções de política social participativa*. Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará, 1986.

por sua vez, veio certamente a se constituir em uma das razões para a maior instabilidade do casamento nos dias atuais. Isto porque, na medida em que o casamento moderno buscou uma síntese que nem sempre permanece com o decorrer do tempo, é a própria permanência do casamento que é colocada em xeque, quando o amor ou erotismo tornam-se ausentes da relação. Como discutido no artigo de Béjin, o casamento, principalmente entre os segmentos mais jovens da sociedade contemporânea, teria adquirido mais marcadamente as características de uma coabitação que pode ser desfeita sempre que uma das partes não se sentir mais satisfeita.

É certo que a transformação das formas de administração do afeto e da sexualidade no mundo ocidental vem acompanhando a afirmação do individualismo enquanto um conjunto de valores subjacentes à maioria das práticas sociais. O casamento deixa de ser uma instituição tendo como objetivo apenas a aliança entre grupos de parentesco e adquire o sentido de um contrato entre dois indivíduos que vêem no outro o objeto de suas aspirações afetivas e sexuais. A dicotomia entre o amor e o erotismo tende a desaparecer, ou pelo menos a diminuir — entre os segmentos mais sujeitos à influência da ideologia individualista —, pois tanto um quanto outro são vistos agora como necessidades legítimas do indivíduo.

A tendência a maximizar a realização das próprias necessidades não se restringe aos comportamentos heterossexuais, mas aplica-se também — e talvez sobretudo — aos homossexuais. O homossexualismo, cada vez menos considerado como perversão, pecado ou doença, e cada vez mais aceito como uma escolha individual, torna-se uma afirmação da própria identidade, como ressaltam os artigos de Veyne, Ariès e Pollak, que procuram analisar a homossexualidade e suas representações em diferentes sociedades e épocas. A cultura homossexual contemporânea seria, inclusive, uma forma bastante exacerbada de manifestação do individualismo, pois apoiar-se-ia numa “contabilidade racional do prazer”, onde o que vale é a satisfação imediata dos desejos, geralmente fora de relações estáveis e duráveis.

A coletânea não tem a pretensão de ser exaustiva sobre o tema e sabe que seu título delimita bem suas fronteiras. Contudo, armazena, não resta dúvida, um arsenal de reflexões sobre manifestações específicas e representações típicas da sexualidade ocidental em diferentes contextos históricos.

Jeni Vaitsman
Socióloga, RJ.

O novo texto de Pedro Demo revela-se como portador de duas qualidades importantes ao tipo de literatura em que se insere: capacidade de síntese e objetividade didática. Embora não o classifiquemos de obra para iniciantes, o didatismo de Demo prevalece. Está presente na clareza com que coloca as questões fundamentais tratadas no volume, o que facilita a sua utilização por todas as pessoas — inclusive as desinformadas — interessadas na temática da participação política. Sua capacidade de síntese mostra novamente experiência de expositor direto e competente na realização de um momento superior de compreensão do tema. Desta forma, ultrapassa a perspectiva de um mero resumo ou sumário esclarecedor dos desavisados. A obra mostra-se útil não só a estudantes universitários de maneira geral, mas também àqueles que se ocupam do andamento do processo real de democratização da sociedade brasileira nesta fase de transição. Ressaltamos aqui o valor heurístico de obras deste teor para potenciais agentes políticos de uma sociedade que esteve impedida de desenvolver a cidadania organizada por mais de vinte anos. Os ensinamentos do professor Demo representam, assim, o início sistematizador de um possível ideário da participação política em nosso país, adaptado às nossas condições históricas presentes e ao contexto sócio-político em que vivemos.

Nesse sentido, não falta à obra sequer o resgatar (palavra tão da moda) de experiências históricas escondidas pelos preconceitos e repressão político-ideológica: a utilização do exemplo da Comuna de Paris, descrita e interpretada magnificamente por Karl Marx, assume essa função de buscar no passado um modelo de participação política e organização democrática da população no sentido de uma transformação profunda e efetiva da sociedade. Sentimos, no entanto, na obra do professor Demo, certas lacunas de propostas mais estratégicas, mais a longo prazo. Essas poderiam ser talvez preenchidas com a colocação da perspectiva Gramsciana, no sentido da “conquista do terreno nacional” e da construção da “vontade nacional-popular”, além da proposta Reichniana sobre a imperativa necessidade do desenvolvimento de uma consciência social das massas a partir das questões triviais e imediatas do cotidiano das populações carentes. Afora essas lacunas, a obra é plena de indicações teóricas, de autores e obras a serem consultadas e utilizadas por todos os engajados, estudiosos ou não, na questão da participação democrática em nossa sociedade.

Para nós que trabalhamos nas áreas das ciências sociais na universidade brasileira, o livro do professor Demo assume o caráter de ponto de partida, profícuo e delineador de uma prática política dialeticizada e desvendadora de maniqueísmos e manipulações. Nesta fase de tantos democratismos, populismos e basismos, são de primordial importância os gritos de alerta de quem não deseja ver o carro alegre da história passar e quer entender os limites e exigências dos processos políticos. Depois de uma fase tecnocrática, em que as manipulações macro-políticas e econômicas prevaleceram, corremos agora o risco de um imobilismo crescente, fundamentado em soluções paliativas, na efemeridade de certas experiências supostamente participativas e na suspeita, por vezes verdadeira, de “muita conversa e pouca ação”. Tais ensinamentos, por mais óbvios que pareçam ser, nunca são repetitivos, sobretudo quando colocados por alguém imbuído da teoria e prática da participação política, ou seja, por quem já vivenciou as experiências participativas por dentro do aparelho estatal e nunca se negou a revelar o aspecto institucional das intervenções de que era facilitador.

Por outro lado, para nós também que atuamos nas lides universitárias, os esclarecimentos trazidos por esta obra têm uma eficácia fundamental quando ainda se confunde democratização com premiação da incompetência acadêmica e se minimiza o mérito enquanto fator de promoção institucional e individual. Competência também é conquista e processo. Quem compreende isto passa a saber da importância do momento atual da universidade brasileira. Além da conquista de melhores condições de trabalho e sobrevivência, o momento agora é, sobretudo, o momento da luta pela autonomia e qualidade da nossa produção intelectual e científica, metas indissociáveis entre si e do destino democrático que queremos construir para as nossas IES.

Essa ilação serve para demonstrar a gama dos fenômenos participativos que a leitura da obra suscita e da discussão que estimula. De outro lado, para quem se preocupa com políticas públicas em geral, o livro demonstra que é de absoluta ingenuidade querer entender o Estado moderno capitalista, mesmo e sobretudo o brasileiro, como expressão monolítica dos interesses de uma suposta classe dominante, única e isolada. Há sempre aberturas na condensação de forças, grupos e interesses presentes no Estado capitalista contemporâneo. Para que a participação política de outras classes e grupos possa existir, a participação política deve ser entendida enquanto mecanismo mesmo de sobrevivência e continuidade daquela condensação. Não se trata apenas de cooptação e manipulação como alguns anacronicamente vociferam, mas de transformações históricas concretas facilmente observáveis. Caso contrário, o desejo do “quanto pior melhor” atravanca a ação política e torna a participação social uma possibilidade inócua, escamoteadora indesejável para aqueles que preferem de fato se guardar “para quando a revolução socialista chegar”. Se havemos de transformar a nossa

sociedade num sentido socializante, a ênfase na participação social e política de todas as formas e em todas as áreas da nossa existência é condição indispensável. Somente assim construiremos cidadãos dispostos e capazes de agirem política e democraticamente.

Foram estas, entre outras, as questões sobre as quais a obra de Pedro Demo nos fizeram pensar. Questões hodiernas, politicamente viáveis e passíveis de serem aprofundadas no sentido da construção da nossa cidadania organizada. Não é obra definitiva, mas sabemos que nada é definitivo na história, nem mesmo as nossas conquistas. É preciso sempre estar atento e forte.

João Gabriel L. C. Teixeira
Departamento de Sociologia
Universidade de Brasília.

Filosofia da Ciência

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico.* Trad. Márcio Ramalho. Forense/ Edit. Universidade de Brasília, 1982.

A edição de Alexandre Koyré no Brasil foi, sem dúvida, um acontecimento cultural e filosófico extremamente significativo. Trata-se de uma obra que influenciou ampla e inquestionavelmente os rumos da reflexão sobre o pensamento científico e filosófico de nosso tempo e cuja edição já se fazia sentir há muito como necessidade, para a difusão do conjunto de questões e problemas resultantes de uma revolucionária investigação histórico-filosófica.

Mas quem foi Alexandre Koyré? Uma figura cuja vida e obra se confundem com a marcha e a evolução do pensamento e da história política deste século.

Nascido na Rússia czarista, filho de família da alta burguesia judia, recebeu muito jovem o batismo do seu tempo, durante a revolução de 1905. Ainda na prisão, tomou contato com as *Investigações lógicas* de Husserl, definindo desde então uma direção para o seu longo *Itinerarium mentis in Veritatem*. Exilado na Suíça, e depois na Alemanha, acabou por ligar-se ao Círculo de Göttingen, que sob a liderança de Adolf Reinach se reunia para a investigação em torno das grandes linhas da fenomenologia de Husserl. Ao mesmo tempo em que fazia parte do Círculo de Göttingen, Koyré seguia as aulas de Hilbert sobre a grande revolução dos fundamentos da matemática e da lógica.

Transferindo-se para a França — que se tornaria seu país de adoção, e pelo qual lutaria em duas guerras — entrou em contato com o ensino

filosófico de Bergson, Meyerson, Duhem e outros, formando a partir daí o seu campo de referência teórico, marcado por uma forte reação contra o positivismo e o naturalismo filosófico.

Movido por uma crítica radical ao positivismo — “este filho do insucesso e da renúncia” —, Koyré pesquisou longamente as formações do pensamento filosófico e religioso, na Idade Média e nos primórdios dos tempos modernos, demonstrando a sua unidade indissociável. Avançando mais a sua investigação, concluiria pelo caráter científico, em sua relação com a filosofia e a religião, para a inteligência do sentido e do significado da ciência moderna.

Em sua análise dessa ciência moderna, Koyré determinou as bases de uma grande revolução teórica que, apoiada nas obras de Copérnico, Kepler, Galileu, Descartes e Newton, tornou possível a concepção matemática do universo infinito da astronomia e da física em ruptura com a concepção do mundo antigo, baseada na idéia grega do “cosmo” ordenado e finito.

O *Estudos de história do pensamento científico*, editado pela Forense-Universitária, em co-edição com a Editora da UnB — urgindo já uma reedição —, reúne artigos e ensaios que complementam em vários pontos as análises desenvolvidas nos grandes textos de sua autoria, que vão da tradução do *De Revolutionibus*, de Copérnico, ao *Estudos Galileus*, *A revolução astronômica* e o *Do mundo fechado ao universo infinito*. As etapas da elaboração teórica da ciência moderna podem ser seguidas em vários trabalhos sobre o neoplatonismo e o neoplatonismo, os pré-renascentistas, as grandes orientações dos físicos da Escola de Paris e os trabalhos de Galileu e de outros sábios, que desencadearam a grande revolução científica dos tempos modernos.

As conseqüências para a história das ciências, do método e dos problemas teóricos, geradas por essas pesquisas, foram inúmeras. No centro do debate contemporâneo, marcado pela divisão entre as tendências positivistas, que reduzem a filosofia a um mero discurso sem sentido, e as tendências irracionaisistas e subjetivistas, que recusam a racionalidade do conhecimento científico, Koyré se situa como um dos raros filósofos do conhecimento capazes de pensar “a trajetória do pensamento científico no próprio movimento de sua atividade criadora”, ou seja, na sua autonomia teórica, e, num mesmo movimento, em sua relação complexa com o mundo social, histórico e técnico em que se enraiza.

Tal característica da obra de Koyré, ao mesmo tempo distanciada do positivismo e do irracionalismo, lançou-a no grande debate epistemológico e teórico que marcou a filosofia contemporânea até aqui. Não só a história das ciências, em obras como as de Benjamin Cohen, T. Kuhn e outros, foi influenciada pela riqueza de sua reflexão, mas também autores como Lacan, Althusser e Foucault, que refletem em momentos decisivos de suas respectivas elaborações o quadro teórico koyreniano que lhes serviu de pano de fundo.

Severino Bezerra Cabral
Cientista político e ensaísta

Crítica literária

MERREL, Floyd. *Deconstruction reframed.* West Lafayette, Indiana, Purdue University Press, 1985, 261 p.

O Pós-moderno na Filosofia e na Física

Tem-se falado cada vez mais do desconstrutivismo no Brasil, mais conhecido aqui como pós-moderno. A partir de Derrida, seguido de Lyotard, esta “escola” desenvolveu-se basicamente em Yale na trilha de Jonathan Culler (*On Deconstruction*, 1982), e daí espalhou-se pelas universidades e entre a crítica norte-americana, assim como na Europa (particularmente na Alemanha, Inglaterra e Itália). No Brasil, o uso do termo pós-moderno tem sido periférico. Seu emprego tem sido quase que exclusivamente para caracterizar ousadias do estilo arquitetônico, em matéria de vestuário, ou mesmo penteados, e na música *punk*.

Mas qual é a utilidade que esse conceito pode exercer dentro da crítica literária? Quais os elementos que, no Brasil, apontam para uma arquitetura ou mesmo uma problemática do pós-moderno, típica de uma sociedade pós-industrial — no dizer de Jameson —, senão um ou dois edifícios em São Paulo e as preocupações peculiares de um diminuto percentual da população? A verdade é que ainda nos encontramos a braços com os problemas próprios do subdesenvolvimento, do quais nos descartamos, aliás, muito mal.

São poucas as instituições, como as universidades norte-americanas, que permitem ao professor o semestre sabático, no qual ele pode se dedicar integralmente ao questionamento exaustivo de um problema teórico — como ocorreu com Lloyd Merrel na escrita de *Deconstruction reframed*. O próprio autor admite, no prefácio, que seu livro “focaliza apenas tangencialmente a literatura” e que o desconstrutivismo é de difícil classificação: “teoria crítica”, “teoria textual” — ou simplesmente “teoria”, no dizer de Jonathan Culler (op. cit., p. 8)? Os capítulos mais instigantes do livro de Merrel são os que comparam o desconstrutivismo com a física moderna, quem sabe por sua originalidade — pelo menos para o leigo da área científica —, como é o caso da maioria dos que se dedicam às chamadas ciências humanas. Claro está que hoje separar estas das chamadas ciências “piras” ou “exatas” já se tornou um mero exercício de retórica “humanista”, não se podendo mais ignorar os avanços tecnológicos de um lado e a crítica ideológica do outro, em mútua e contínua colaboração.

O autor discute o princípio derridiano de *différance* (ver *L'écriture et la différance*, 1978), em princípio com relação a Charles Peirce, o papa da semiótica, depois a partir da “nova física”, que tem base em Karl Popper. No capítulo dois, observa a

relação entre as hipóteses radicais da física e da filosofia da ciência, a partir dos teoremas de Gödel, que se referem ao *princípio deconstrucionista*.

Afirma o autor que tanto o princípio quanto o método deconstrucionistas estabelecem um conhecimento não-tautológico, isto é, que se explica além dele mesmo ("todos os textos são intermináveis", p. 75). O deconstrutivista está sempre *destruindo* o dito (p. 77), ao contrário do matemático, que está sempre em busca de novas provas (temeroso do aparecimento da dúvida da indeterminação levantada por Gödel em meio ao seu pensamento) —, portanto gerando, *construindo* provas. Assim, Merrel vê uma contradição interna no termo deconstrutivismo, pois seu princípio básico pretende permanecer válido (construtivo) ao mesmo tempo em que postula a deconstrução de todos os demais textos (p. 79).

Pelo tipo de raciocínio lógico-matemático adotado por Merrel, são pertinentes as epígrafes de *Molloy*, *Malone Dies*, *the unnamable*, de Beckett, que pontuam toda a obra. Assim, como Lewis Carroll e Borges (cujo *Labirintos* é também citado à p. 119), o autor aponta para a inversão de proposições, o eterno jogo de espelhos e o abstrativismo formal que estão à base de toda linguagem e de todo pensamento moderno, apesar de seu disfarce de ordem e clareza.

Tal jogo de signos, próprio à linguagem moderna, é assumido francamente por Merrel quando ele discute a noção de intertextualidade — a chave do estudo do texto moderno: "Cada texto é um mosaico de citações de outros textos; absorve-os e transforma-os ao ser criado e a cada leitura" p. 203 — ver Jonathan Culler, "Pressupposition and Intertextuality", in *Modern Language Notes*, 91, nº 6, pp. 1380-96, 1976; Julia Kristeva, *Sémiotiké: Recherches pour une sémanalyse*, 1969, e *Le Texte du roman: approche sémiologique d'une structure discursive transformationnelle*, 1970.

Desse modo Merrel caminha através da "floresta de símbolos" (signos) para a qual aponta a intertextualidade, na complexa rede de textos que compõem novos textos. E assim se coloca na tradição de Derrida, ao opor o *logos* à *phoné* (ver *La Dissémination*, 1972).

É dentro deste círculo de questionamentos da linguagem, de uma perspectiva lógico-matemática, física e filosófica, que o autor se move. Mas não se espere dele uma obra de leitura simples ou que indique algum uso pragmático do termo pós-moderno para o estudo literário.

Luíza Lobo

Depto. de Ciência da Literatura — UFRJ.

Biografia

PETERS, Heinz, *A irmã do Zaratustra*. Rio, Civilização Brasileira. Lançamento em breve.

A cavalcada da irmã do Zaratustra

Elisabeth Forster — Nietzsche, a "irmã de Zaratustra", desempenhou sem sombra de dúvida papel absolutamente central na propagação das idéias (tais como ela as interpretava) de Friedrich Nietzsche, assim como na rápida e inexorável edificação ao culto do "filósofo-mártir, sacrificado pela indiferença de seus contemporâneos".

A fama (ou apenas reconhecimento?) que Nietzsche ambigüamente procurava e pela qual Elisabeth dedicaria sua inteira vida, só veio a ter lugar após o colapso de Turim, em 1889, e então de maneira avassaladora. A irmã se encontrava por essa época na América do Sul, mais precisamente nas matas do Paraguai, de onde retornaria prontamente à Europa, para se ocupar da missão de cuidar dos despojos físicos e espirituais do seu idolatrado Fritz. Se os escritos de Nietzsche haviam enfrentado até aquele fatídico momento de sua vida restrições diversas junto ao público alemão — em grande parte devido à sua ruptura com Wagner —, ocorreria agora uma gradual apoteose de suas idéias, uma imensa mistificação daquilo que passou a ser descrito como o seu "calvário de filósofo errante e incompreendido", devidamente inserido no *décor* das fortes cores do romantismo alemão, politicamente cada vez mais atuante.

É pois nessa atmosfera de canonização que Elisabeth emergiria — *de jure* e *de facto* — como a mo a responsável pelo gigantesco e labirintoso espólio literário, como incansável divulgadora de um "Nietzsche para milhões", como a sacerdotisa do culto.

E em 10 anos o milagre aconteceria. Ao morrer a sua segunda morte, em 1900, Nietzsche já era um santo. A Vila Silberblick, onde passara em total alienação seus últimos anos, transformara-se na meca da *intelligentsia* alemã e o leito do filósofo moribundo numa espécie de *Kaaba*, a ponto de suscitar indignadas críticas. Todo "bom europeu" que tivesse consciência do *momentum* que a obra do filósofo estava propiciando, devia ali prestar suas homenagens. As exéquias, entremeadas de episódios grotescos, quando não ridículos, adquiriram repercussão internacional. O mesmo ocorreria 35 anos mais tarde, quando do enterro de Elisabeth, agora já sob o regime que se empenhava em tornar realidade aquilo que, por aquela época, pensava-se ser o conteúdo das idéias do filósofo. Em 1935, sob os inflamados discursos dos *Gauleitere* do Reich dos mil anos, até mesmo o *Fuhrer* estaria presente para depositar uma coroa de flores.

É portanto com muito talento, bastante espírito crítico e certa leviandade — o teor filosófico

específico da obra de Nietzsche é passado por cima — que H. Peters acompanha as principais etapas da quase centenária vida de Elisabeth. Seguir os importantes momentos da vida da "irmã do Zaratustra" implica acompanhar quase que *pari passu* as principais correntes culturais da Alemanha de 1870 a 1930, correntes que, instigadas pelas ninfas das profundezas do Reno, desaguarão impetuosamente no mar revoltado do nazismo, do qual emergirá, cristalizado por tão febris aspirações e por um momento histórico tão oportuno, o Siegfried redivivo — Hitler.

Heinz Peters não é muito convincente em sua refutação da tese de incesto. Por inabilidade, ou má fé, apresenta ele material que chega quase a corroborar a suposição. Desde os primeiros anos em que dividiam o mesmo quarto, até os derradeiros momentos de vida, Elisabeth estivera presente a quase todos os momentos "maiores e menores" da vida de Nietzsche, à exceção dos anos cruciais que antecederam o colapso final em Turim, época em que o filósofo, andando de cidade em cidade, de pensão em pensão, e oscilando entre as dantescas crises depressivas e os arrebatamentos de eufórica criatividade, auscultava os desígnios cósmicos e... escrevia profusamente. Era a sífilis paralisante em sua marcha idiossincrática e inexorável, arrebatando-o com os seus surtos cada vez mais cruéis. Nietzsche, tal qual um vulcão em erupção, explodia com freqüência crescente em labaredas de sofrimento e de visionária genialidade.

Mas por essa época Elisabeth encontrava-se nas selvas do Paraguai, trabalhando tal qual uma camponesa, ao lado de seu amado marido, o protonazi e notório anti-semita Bernhard Forster, para a edificação da *Nueva Germania*. O casamento com Forster ocorreria num período em que a relação dos irmãos estava em sua pior fase, como consequência do desfecho do "caso Lou-Salomé", por quem Elisabeth nutria durante toda a sua vida o mais profundo rancor.

Diante do iminente fracasso de seu empreendimento no Paraguai, Forster, um idealista fanático, resolve se suicidar. Elisabeth, alarmada com o colapso do irmão, ocorrido imediatamente depois, retorna incontinenti à Europa, arremata a campanha em prol do bom nome do marido e do malogrado projeto colonial e lança-se com toda energia de que dispunha — e que era digna das "grandes mulheres" do século passado — à publicação do arsenal de manuscritos do irmão e à criação do famoso Arquivo Nietzsche. Astuciosa, implacável, vingativa, aliciava com seu charme e manipulava com a sua retórica de viúva indefesa e de irmã missionária a coorte de admiradores de Nietzsche que ia cruzando seu caminho: Gast, Overbeck, Koegel, o Conde Kayserling, Rudolf Steiner, Thomas Mann, Thiel — o milionário "anjo sueco" — e uma legião de personalidades maiores e menores, dentre as quais o próprio Hitler.

Considerada a "primeira dama da Europa", candidata por duas vezes ao... Prêmio Nobel de Literatura, *Frau* Forster-Nietzsche teria uma morte surpreendentemente serena — morreu de "gripe", enquanto dormia! — para uma vida tão agitada, repleta de embates e de desafetos.

Nietzsche exasperava-se com a inteligência astuta mas filosoficamente curta que a irmã tinha e suspeitava que nela se encontrasse o verdadeiro fator de sua fracassada vida afetiva. Elisabeth logrou edificar uma imagem do filósofo que este certamente não desejava e divulgou idéias dele de maneira no mínimo distorcida. . . principalmente através da adulteração de seus manuscritos. A obra de H. Peters representa, por conseguinte, uma releitura da própria vida de Nietzsche e uma arqueologia da história da divulgação de seus escritos.

Jesualdo Correia

Ficção

GARCÍA Márquez, Gabriel. *O amor nos tempos do cólera*. Trad. Antonio Callado. Rio de Janeiro, 1986. 429 p.

"Toda a vida" duraria o amor entre Fermina Daza e Florentino Ariza. As palavras finais do romance, ditas por Florentino com ar de triunfo e segurança, comovem pelo imenso voo de imaginação que permitem ao leitor. A procura do amor pelo persistente apaixonado durara cinquenta e três anos, sete meses e onze dias com suas noites. Nesse espaço de tempo o autor nos faz participar, com inigualável maestria, do lento processo de amadurecimento e da incessante espera do encontro com Fermina, o que Florentino assegurava que algum dia teria que acontecer.

Com este romance, García Márquez apresenta-nos com uma obra de amor. Um romance "romântico" bem próximo, pela temática, das lacrimosas obras *decimonônicas*, e, não obstante, delas distante mil anos luz graças à técnica do relato e à riqueza da linguagem. A verdade é que qualquer adjetivo que se empregue para qualificá-la refletirá muito palidamente o transbordante imaginário do escritor colombiano.

Quanto já se escreveu sobre o amor: tema recorrente, sempre presente em todas as épocas e em todas as literaturas. A pena magistral de García Márquez relata-nos uma história de amor que só culminará na velhice, depois que Fermina enviúva de um casamento sem amor, mas ao qual se entregou com toda a responsabilidade de uma *dama*, obrigada por seu pai a pertencer a uma classe social que vive guardando as aparências.

Florentino durante essa longa espera decide mudar sua imagem: de um franzino e esquecido funcionário do telégrafo chega a diretor da Companhia Fluvial do Caribe, cujos barcos faziam a travessia do rio Grande da Madalena, e nos quais ele velho e ela viúva empreendem uma travessia sem fim. . . pelas águas navegáveis desse rio caribenho: seguiam em linha "reta, reta, reta", gozando de uma vida

em comum, pela qual ambos esperaram durante meio século.

Com frequência se afirma que cada obra é um universo fechado, com suas próprias leis e seu próprio dinamismo. Acreditamos no entanto que são válidas as comparações quando estas contribuem para o enriquecimento da visão crítica. *Cem anos de solidão* (1967) e *O amor nos tempos do cólera* são romances únicos: aquele um romance de fundação e destruição, Macondo e seu mundo; este um romance de amor e liberdade. Entretanto ambos têm em comum a força avassaladora da palavra e a exuberância do "mágico", permitindo assim que a realidade circundante se transforme e se eleve a um plano maravilhoso. As borboletas amarelas de Maurício Babilônia, ou o fio de sangue de José Arcadio Buendía, que através de portas fechadas faz curvas e sobe escadas até chegar até Úrsula Iguarán, ou o hálito perturbador de Remedios, a Bela, são fatos críveis porque estão em um espaço mítico. Do mesmo modo a história de uma paciente espera, onde os encontros e desencontros vão configurando a possibilidade do encontro final. A conquista do amor ilumina-se e enriquece-se com a presença do maravilhoso. O amante enamorado, impossibilitado de dominar sua angústia ao ler a carta na qual Fermina aceita ser sua noiva, e transtornado pela felicidade da mensagem, "passou o resto da tarde comendo rosas e lendo a carta, repassando-a letra por letra uma vez e mais outra e comendo mais rosas quanto mais lia a carta" (p. 89). Tempos após, aos dezessete anos, pressionada por seu pai, Fermina decide terminar seu noivado com Florentino, e com uma determinação de caráter tão sua — e de todos os personagens femininos criados por García Márquez — passa uma "esponja sem lágrimas" sobre as lembranças e apaga-as completamente, e no espaço que elas ocupavam em sua memória "deixou que florescesse um campo de amapolas".

É grandiosa também, nesta obra maior, a capacidade do narrador em deixar perplexo o leitor ante o insólito e inesperado desfecho de um episódio. O humor repassa toda a crônica amorosa. Após três anos de idas e vindas de cartas entre os jovens namorados, Florentino pergunta a Fermina se aceita casar-se com ele. Ela demorou quatro intermináveis meses para responder-lhe: "Está bem, me caso com o senhor se me promete que não me fará comer berinjela" (p. 94).

Florentino guardou e cultivou com zelo seu amor secreto por Fermina, e nunca, nem nas mais apaixonadas noites com outras mulheres, revelou-o. Mas como a saudade o atormentava, em uma ocasião quase o confessou, não o fazendo simplesmente "porque se deu conta de que perdera a chave".

Desse modo vai urdindo-se a trama desta "educação sentimental", como o próprio Florentino denomina a espera paciente do "sim" de Fermina. No lento processo de maturação do amor entram todos os ingredientes característicos desse estado emocional: sensualidade, nostalgia, erotismo e poesia. É uma história para ser fruída do princípio ao fim, palavra por palavra, frase por frase, personagem por personagem.

Há vários personagens que mereceriam uma análise mais minuciosa, entretanto nos detivemos em

um personagem tão misterioso que o leitor sente curiosidade de saber mais detalhes sobre sua vida: Jeremiah de Saint-Amour, Antilhano inválido, evadido do presidio de Cayena e que ao chegar a Cartagena de Indias — espaço onde transcorre grande parte da narrativa — converte-se em fotógrafo de crianças. Com vontade férrea decide que aos sessenta anos, deve acabar com a vida para não viver a velhice ("Nunca hei de ser velho"). É amado por uma negra que compartilha a clandestinidade de seu amor com uma devoção admirável: ela mesma o ajuda a fugir deste mundo, porque simplesmente o amava demasiado para contrariar sua decisão.

Este personagem aparece somente no início da narrativa, o que nos induz a pensar que, talvez, García Márquez esboçou, — como em narrativas anteriores — um grande personagem para um outro grande romance.

São muitos os pontos e os temas que com o tempo a crítica literária analisará com segurança e terá abundante material para continuar o estudo do universo do escritor colombiano. Por agora perfilamos apenas alguns, sem nenhum desejo de prioridade, somente com a recomendação veemente de sua leitura que, estamos certos, enriquecerá a cada um que se aproxime desta inesquecível história de Amor e Liberdade.

Sara Almarza
Prof. Visitante
Depto. de Teoria Literária e Literaturas/UnB.
Traduzido por Edson Cardoso.

Humanidades

Entre os lançamentos do último trimestre, três obras se destacam pelo que representam de fundamental para uma reflexão sobre a história do homem na face da Terra. Foram obras de realização apurada, que consumiram meses e até anos de trabalho de muitos profissionais, e que só se viabilizaram através do instrumento da co-edição.

Célia Maria Ladeira Jornalista – Chefe da Edição

Editora da UnB Lançamentos

DICIONÁRIO DE POLÍTICA: Bobbio, Matteucci e Pasquino

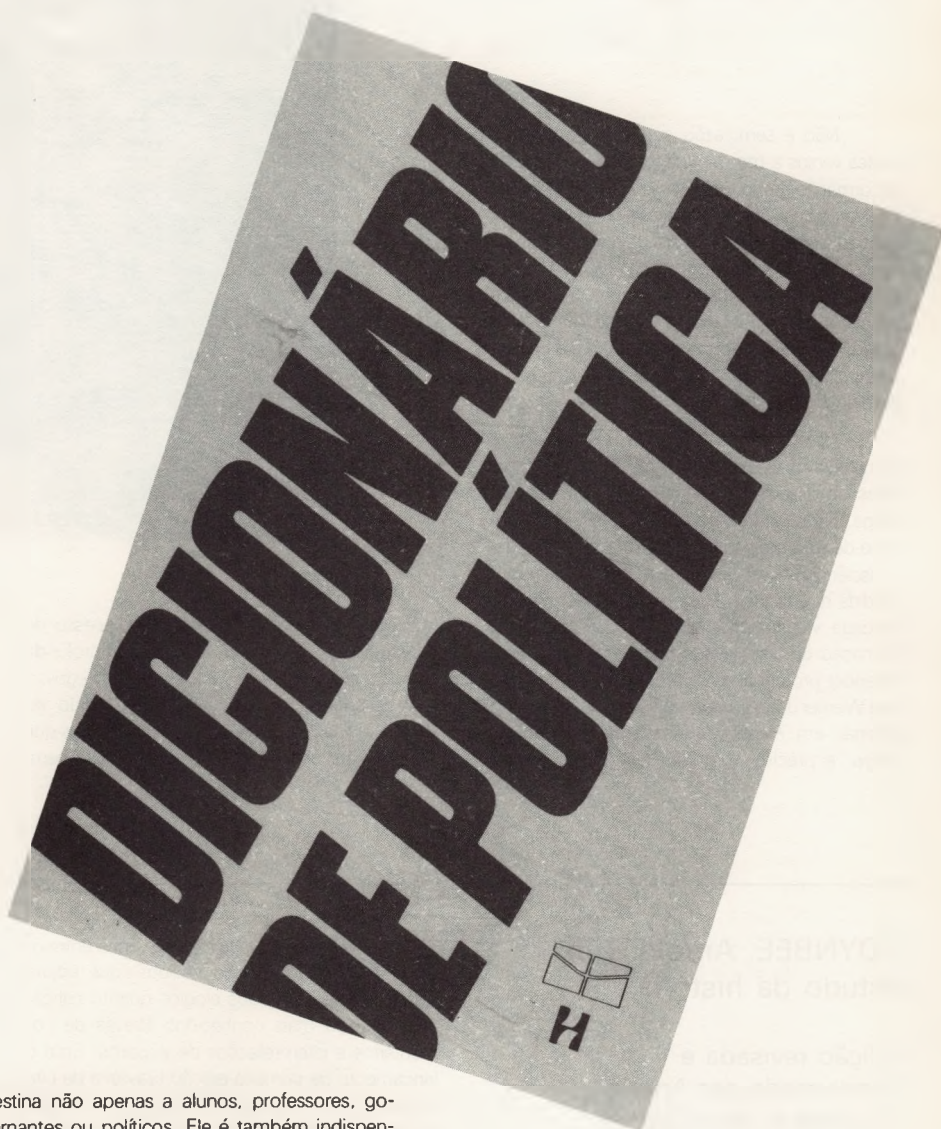
Um instrumento para a democracia

Ao assistir hoje aos programas de propaganda gratuita pelo rádio e pela TV, o homem comum entra em contato com termos como democracia, oligarquias, ditadura, tirania, termos que dizem respeito a uma atividade que, nestes programas, se exerce na sua forma mais clássica: a atividade política. O candidato diz ao eleitor: "eu quero o seu voto". Na verdade, ele gostaria de estar dizendo claramente mais ou menos assim: "Eu quero poder. Eu quero dominar você. E eu quero usar o poder para o seu bem." Desde Aristóteles, o primeiro grande cientista político, a política já surgiu assim, quando, entre dois sujeitos, um impunha ao outro a sua vontade.

Entender, portanto, estes mecanismos sutis da dominação humana, e os objetivos sociais, econômicos e políticos que surgem desta relação primária entre alguém que manda e alguém que é mandado, é o objetivo do *Dicionário de Política*, um alentado volume de 1.320 páginas, organizado por um dos mais respeitados cientistas políticos atuais, o italiano Norberto Bobbio. Como a ciência política não é um universo fechado, em muitos verbetes o leitor encontrará a colaboração de juristas, sociólogos, economistas e historiadores. Da mesma forma, em outros verbetes, se encontrará termos que adquiriram um significado técnico por causa da elaboração dos que usam a linguagem política para fins teróricos. São expressões que ingressam a todo instante, porém, na linguagem diária da luta política e que nos chegam por todos os meios. O culto da personalidade, o estado de sítio, o espaço político, o castrismo, são alguns destes verbetes popularizados pela crescente especialização do noticiário político dos jornais e pelo jargão de governantes e parlamentares.

Traduzido do italiano por uma equipe encabeçada pelo professor João Ferreira, do Departamento de Letras da UnB, o *Dicionário de Política* é um instrumento de trabalho que se

destina não apenas a alunos, professores, governantes ou políticos. Ele é também indispensável ao empresário, ao não-especialista, ao homem comum que, diante da TV, no seu trabalho, na sua associação de classe, tem que estabelecer uma relação de mando ou de subordinação. São tempos de aprimoramento dos mecanismos democráticos de convivência em que nenhum dos papéis, seja o de governante, seja o de governado, deve ser passivo.



PAIDÉIA: a origem do humanismo

"Quando Hipólito me enviou a Tróia, advertiu-me de que lutasse sem cessar para alcançar o poder da mais alta virtude humana e sempre fosse, entre todos, o primeiro."

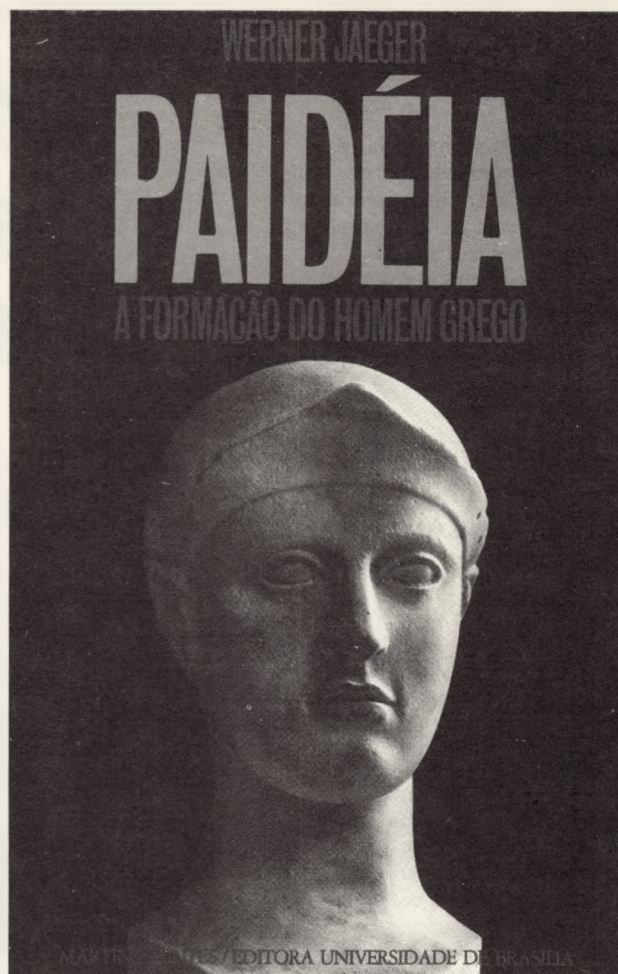
(Aquiles, Livro XI – Ilíada)

Não é sem razão que os gregos viam nestes versos a mais antiga formulação do ideal de formação grego, no seu esforço de abranger a totalidade do humano. Eram os tempos heróicos, quando a luta e a vitória eram a prova de fogo da virtude humana, a *arete* grega. No respeito à honra assentava toda a ordem social. Neste conceito de virtude está a síntese do que os gregos entendiam por *paidéia*, embora a palavra só surgisse séculos mais tarde, filosoficamente definida por Platão.

Hoje, existem expressões mais modernas como cultura, tradição, civilização, mas nenhuma delas se assemelha realmente com a *paidéia* grega. Ela surgiu como um conjunto revolucionário de educação total, primeiro ainda sem uma consciência clara do que se buscava, mas à medida que avançava em seu caminho tornava-se cada vez mais definida a sua finalidade: a formação de um elevado tipo de homem. Para entender profundamente o conceito de *paidéia*, que Werner Jaeger desenvolve ao longo de 965 páginas em *Paidéia, a formação do homem grego*, é preciso compreender que os gregos

entendem a educação como um processo de construção consciente calcado na sua profunda visão do que é o humanismo. Para os gregos, a sua descoberta do homem não é a do *eu* subjetivo, mas a consciência gradual das leis que determinam a essência mesma do homem.

Acima do homem como ser gregário ergue-se o homem como idéia. E é nesse sentimento de dignidade humana, cultuado pelos gregos, redescoberto pelo Renascimento e valorizado pelo homem moderno, que se assenta a genuína *paidéia* grega.



TOYNBEE, Arnold. Um estudo da história.

Edição revisada e condensada por Arnold Toynbee e Jane Caplan. Tradução de Isa Silveira Leal e Miroel Silveira. Editora Universidade de Brasília/Martins Fontes, 1986, 592 páginas. Cz\$ 680,00 (sócios do Clube do Livro Cz\$ 578,00)

Um Estudo da História se alinha entre os clássicos, relativamente pouco lidos e que, objeto tanto de entusiasmados elogios quanto críticas acerbadas, são mais conhecidos através de comentários e interpretações de terceiros. Com o lançamento da primeira edição brasileira de *Um Estudo*, o leitor nacional finalmente vê ampliado seu acesso a esta ambiciosa análise das causas do surgimento, da ascensão e da decadência das civilizações, na versão sintética e final realizada pelo próprio autor, em colaboração com Jane Caplan, em 1972. Trata-se, assim, de um volume precioso, mesmo para aqueles que conhecem a versão original em doze volumes ou a primeira versão condensada por Somervell nos anos 50.

Ao contrário de Oswald Spengler, autor com quem é normalmente comparado, Toynbee pôde testemunhar não só o horror da I Guerra Mundial — que determinou o pessimismo quase programático do *Declínio do Ocidente* —, mas o novo mundo que surge dos escombros do segundo conflito global. Nesse mundo, Toynbee assinala a riqueza do movimento que em poucas décadas derrocaria o colonialismo e traria novas potencialidades e novos riscos ao fenômeno do encontro entre civilizações, motivo de uma das mais fecundas linhas de análise de *Um Estudo*.

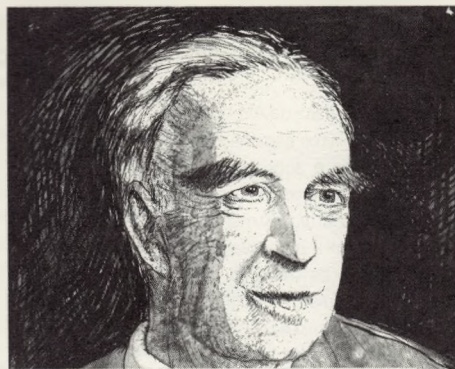
Se é verdade que, ao incorporar novos fatos e novas análises à sua obra, Toynbee perde em consistência o que Spengler esbanja em generalizações argumentativas — como assinala

James Joll em recente artigo* —, tal evolução ressalta o respeito pela fundamentação fática das teses de um autor que vê no método científico a fonte legitimadora das próprias idéias. Por outro lado, Toynbee supera, ao longo de *Um Estudo*, o determinismo de um ciclo infundável de criação e destruição. De fato, algumas das passagens mais instigantes do volume são aquelas em que ele se refere à possibilidade de "um desenlace diverso no caso contemporâneo" e assinala o possível papel de mediação que China poderá ter, entre uma cultura ocidental agressiva, inerentemente desestabilizada pelo abuso da tecnologia, e a estabilidade harmônica que caracteriza o pensamento oriental. Finalmente, ao traçar nítidas distinções entre o caminho religioso e o materialista, para a liberdade e a autodeterminação do processo histórico pelo homem — pois, afirma, os padrões cíclicos "não têm qualquer capacidade ou impulso inerentes para se reproduzirem" —, Toynbee supera o "teologismo" que lhe atribuem alguns críticos e traça o paralelo entre as visões de um progresso histórico linear cristã e marxista e os graus de autonomia que cada uma delas permite: a cristã, pela opção aberta diante do aperfeiçoamento espiritual por parte do livre arbítrio, a marxista, nas palavras de Engels citadas por Toynbee,** "pela ascensão do reino da necessidade para o reino da liberdade" permitido não pelo "sonho da independência das leis naturais" mas pelo conhecimento das mesmas, que permite, ainda nas palavras de Engles, o "controle sobre nós mesmos e sobre a natureza externa".

Manuel Montenegro da Cruz
Editor

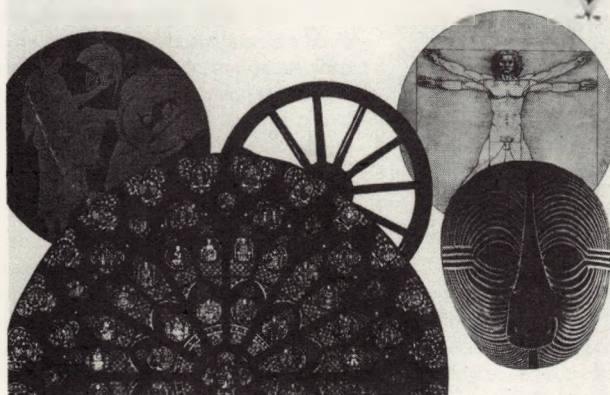
* JOLL, James. "Two prophets of the twentieth century: Spengler and Toynbee". In: *Review of International Studies*. Vol. 11, nº 2, abril de 1985.

** *Um Estudo*, p. 511.



ARNOLD TOYNBEE

UM ESTUDO DA HISTÓRIA



Humanidades

In memoriam

A ÚLTIMA AVENTURA DE CÂMARA CASCUDO

"É um temperamento estupendo de sujeito, inteligência vivíssima e ainda por cima um coração de ouro brasileiro." Era assim que Mário de Andrade via Luís da Câmara Cascudo, o *Cascudinho*, como viera a apelidá-lo depois, em carta a Manuel Bandeira. Graciliano Ramos o

acreditava, antes de conhecê-lo, um senhor "alto, magro, calvo e vaidoso". Supreendeu-se, porém, ao identificá-lo, posteriormente, como um arraigado nordestino, como ele, tendo ainda em comum o gosto pelo seu povo, as letras e a imaginação.

A sua morte, ocorrida aos 84 anos, em Natal, Rio Grande do Norte, seu estado de origem, irá conceder-lhe, com o tempo, a complexa dimensão de sua real personalidade, como historiador e o maior es-

tudioso e pesquisador do folclore brasileiro. Morreu como um personagem de um de seus livros, isto é, depressa demais para quem viveu tão devagar. Tão rápido que os necrológicos ficaram suspensos da pena e das máquinas de escrever de jornalistas e escritores, ao contrário do que ocorre frequentemente com personalidades às vezes menores, porém mais badaladas. O autor do "Dicionário do Folclore Brasileiro" estava por demais mergulhado nas raízes de seu povo para ocupar a memória dos que se

preocupam mais dos "homens do momento" que, segundo Fernando Pessoa, "são só o que passa".

Cascudo morreu em sua casa da Avenida Junqueira Aires, 377, cheia de livros espalhados por todos os recantos, escassa e sobriamente mobiliada, como todas as grandes e velhas casas nordestinas. Na opinião de seu amigo Américo de Oliveira Costa, somente com a *colaboração do tempo* é possível juntar ali os milhares de livros: "O extrovertido, o tentacular, o múltiplo espírito cascudiano se exprime, difuso e palpável, nesse clima saturado de sabedoria dos séculos". Pelas paredes e mesas pendiam "pinturas, fotografias, flâmulas, imagens raras de santos, diplomas, condecorações, esculturas de madeira ou de barro, deusas gregas, fósseis, bronzes, amuletos, moedas, testemunhos sugestivos e primitivos de épocas e civilizações dispersas, enviados por amigos e admiradores espalhados pelo mundo, recolhidos em suas viagens, principalmente através do continente africano". Esta foi sempre a atmosfera propícia à natureza do trabalho de quem escreveu mais de uma centena de títulos, sob os temas mais variados: sociologia, etnografia, história, folclore, direito, medicina, esta última matéria que estudou na Bahia e no Rio, mas acabou bacharel formado pela Faculdade de Direito do Recife. Todavia, tantos foram os temas abordados e a importância da obra que elaborou, a qual, segundo Múcio Leão, "se de repente um cataclisma sobreviesse em nossa terra, e do que foi o Brasil só restassem os livros desse escritor — seria possível aos estudiosos do futuro reconstituir tudo o que somos hoje."

Com Luís da Câmara Cascudo despede-se, pois, um dos últimos componentes, no Brasil pelo menos, de uma longa estirpe de intelectuais — a dos humanistas. Sábios que não se limitavam a tomar a parte pelo todo — atitude do especialista puro que Voltaire chamaria de *idiot savant* — mas o todo incluindo a maior parte de conhecimentos possíveis. Recentemente, em alguns países, as humanidades — não confundir com os humanitarismos piegas — já vêm sendo reabilitadas dentro do moderno conceito de universidade.

Luís da Câmara Cascudo sempre foi um humanista no seu sentido maior, herdado e atualizado da acepção renascentista. Pesquisador amoroso, não temia a análise do pequeno fato e até o promovia à categoria de imprescindível objeto de estudo, sem repelir a investigação dos grandes temas. Tudo isso tendo como ponto de partida e finalidade a vida que Cascudo nunca deixou de amar em suas menores coisas, com bom-humor, inteligência, lucidez e muita verve. A formação, o ambiente, os costumes e as sofrências nordestinos contribuíram, fundamentalmente, para a construção de sua personalidade de homem e intelectual aberto aos diversos ventos do saber. Mas era no convívio diário que o homem e o cientista mais se faziam sentir, identificando-se.

Nasceu Câmara Cascudo na Rua José Bonifácio, que "ninguém sabia em Natal quem

fora. Sou, pois, *calanguleiro*, parte baixa e originária da cidade, onde o cangulo do Canto do Mangue sobressaía, primitivamente, como peixe mais freqüente na alimentação popular". Aquele recanto é evocado, como tantos outros fatos curiosos de sua vida, em seu livro *O Tempo e Eu*, que, segundo seu autor, "é a história de todas as criações humanas". Para ele, na sua vida, "o mais interessante é o que ela me permitiu ver e não o seu desenvolvimento social. Meu patrimônio transmissível não constará do que fiz, pouco ou muito mais verificável, mas do que compreendi e senti, vivendo. *O que importa na vida é a vida e não um resultado da vida*, pensava Goethe".

E permaneceu assim, oscilando no dorso da grande onda da vida, sem princípios rígidos, "sem a beca doutoral e o arminho emérito", o que lhe marcou a obra e as suas aulas da Universidade Federal de Natal, onde tanto impressionava as novas gerações de alunos "pela palavra de aspectos e acentos novos, a memória prodigiosa, a erudição flagrante, os conhecimentos generalizados, animando as aulas de estranhas luzes e perspectivas", no dizer de um de seus comentaristas.

Seu hábito de trabalho intelectual era ainda mais surpreendente: somente deixava seu gabinete ao amanhecer, o que não era desconhecido da população da cidade. Esse ritmo não tardou em alterar-lhe um pouco a saúde, e sua passagem por diversas estações de água e clínicas de saúde levou-o a escrever o seu "Pequeno Manual de Doente Aprendiz".

É ainda o seu amigo Américo de Oliveira Costa que em seu "Perfil de Luís da Câmara Cascudo", pequeno comentário introdutório à seleta "Câmara Cascudo", edição da José Olympio e integrante da Coleção Brasil Novo, que revela o gosto do autor de "Tradição, Ciência do Povo" pela vida boêmia de Natal. Assinala um "crepúsculo sobre o Potengy, em muitos instantes o rio de sua canção interior; uma mesa de bar entre amigos, em volta de um sumarento copo de vinho; o charuto em que insiste, apesar das prescrições médicas, a anedota contagiante de verve e malícia". Tudo isso sugere que o homem de gabinete, Cascudo, estava profundamente identificado com o ambiente noturno de ruas e bares, o que explica sua obra existencialmente palpitante, embora de um valor científico inegável, expresso na fórmula camoniana do "saber de experiência feito".

Esse *provinciano incurável*, embora de renome nacional e até estrangeiro, nunca foi por nós suficientemente estudado, apesar da importância de sua imensa obra, como valor em si e subsídio para pesquisas. Nos últimos anos, principalmente no final de sua vida, foi relegado a um verdadeiro stracismo. Até a sua morte foi anunciada quase que exclusivamente na *vala comum* dos jornais e revistas. É lamentável que essa indiferença ainda subsista entre nós, em favor de "glórias do momento", muitas delas artificialmente fabricadas em cima de farândulas de grupos e interesses políticos.

O dicionário

Quando mais nada tivesse escrito, o "Dicionário do Folclore Brasileiro", por si só, resgataria o acervo e a importância da nossa riquíssima cultura popular, resumindo os aspectos fundamentais do estudioso social deste século. "Este Dicionário é, na bibliografia cascudiana, a sua Suma, no sentido tomístico, escolástico do termo. O Livro. O seu Livro, completo e insubstituível, definindo-lhe acima de todos os outros, a personalidade e a obra, se dos cento e tantos volumes fosse preciso escolher um. Nele deságuam todas as correntes de estudo, densas e longas pelo tempo e pelo esforço de sintetizar e classificar, aquele esforço penoso, penoso e paciente que os latinos resumiam na frase *læmæ labor mora*; e dele parte as lições da experiência e de sua sabedoria, no entanto, claras, racionais, funcionais. Chamada geral de suas reservas de conhecimento, ordenação de tudo quanto, na matéria, a sensibilidade pressentiu, a inteligência captou e a memória reteve, na observação dos homens, dos fatos, dos costumes, das coisas ou na meditação das leituras, dos testemunhos, dos documentos, — nas viagens pelo mundo ou em torno do seu quarto." Eis a síntese do Dicionário escrita por Américo de Oliveira Costa em seu livro "Viagem ao Universo de Câmara Cascudo — Editora Nosso Tempo, Rio, 1969.

Bibliografia principal

- Outras obras principais da Câmara Cascudo, inclusive as traduzidas:
- O Marquês de Olinda e seu Tempo* — Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, Vol. 107, São Paulo, 1938;
- Montaigne e o Índio Brasileiro* — Cadernos da Hora Presente, São Paulo, 1940;
- Antologia do Folclore Brasileiro* — Livraria Martins, São Paulo, 1944.
- Idem, idem, 1956 (2ª ed. ampliada). — Idem, idem, 1965 (3ª ed. ainda ampliada);
- Festas e Tradições Populares do Brasil* — Melo Moraes — Brigueit, 1946. Edições de Ouro, 1967;
- Dicionário do Folclore Brasileiro* — Instituto Nacional do Livro, Rio, 1954 (1ª ed.). — Idem, idem, 1962 (2ª ed. — Ed. de Ouro, Rio, 1969.
- Rede de Dormir* — Serviço de Documentação e Cultura, Rio, 1959;
- Superstição e Costumes* — Livraria Antunes, Rio 1958;
- Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil* — PUC, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1963;
- Sociologia do Açúcar* — Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio, 1971;
- Tradição, Ciência, do Povo*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1971.

Tarcísio Meira César
Jornalista e ensaísta

MAGDA TAGLIAFERRO

Com a morte de Magdalena Tagliaferro chega ao fim toda uma época da música brasileira: a dos intérpretes míticos, maiores do que as músicas que eles interpretavam — época de Guiomar Novaes, Antonieta Rudge, Magdalena Tagliaferro.

Nessa época, o Brasil era o país do piano. Não podia ser muito diferente: nossas orquestras ainda não tinham tradição; e não havia (como hoje ainda não há) um público realmente preparado para a música de câmara.

O piano substituiu as orquestras, substituiu os discos, substituiu até mesmo a ópera, quando a temporada era fraca. E no piano, Magda Tagliaferro e Guiomar Novaes foram rainhas. Fizeram, como disse Guilherme Figueiredo, um Tratado de Tordesilhas à sua moda: Magdalena impondo-se na Europa, Guiomar nos Estados Unidos.

Parece ter havido alguma rivalidade entre as duas (o que não seria de estranhar). Eram estilos diferentes, o de Guiomar caracterizado pela perfeição e pela nobreza; o de Magdalena, pela paixão, pelo *esprit* francês. Isso pode ter ajudado a manter Magdalena por longos anos distante do Brasil. Alguém pode ter feito alguma comparação imprópria, e Magda era mulher para decisões peremptórias...

Na verdade, a França era tanto (ou mais) a sua terra do que o Brasil. Filha de pais franceses, ela já se destacava, ainda menina, no Conservatório de Paris. Teve mestres extraordinários — um Philipp, um Cortot; em sua juventude, já convivia com uma geração excepcional de músicos — Ravel, Fauré, o próprio Cortot, Jacques Thibaud, Casals.

Isso definiu algumas de suas “especialidades”; mas não a limitou absolutamente. Era o oposto de alguns virtuosos de hoje, que decoram umas tantas peças e vão tocá-las pelos cinco continentes. Magdalena sabia tudo da música para piano, tinha “lido” virtualmente todo o repertório. Seu temperamento apaixonado dava-se muito bem com os espanhóis (terreno que também foi de Rubinstein); Albeniz, Granados, de Falla. Mas a sua ciência da música francesa combinava com o Brasil daquela época, com um Rio de Janeiro que imitava Paris em suas praças, nos temas de seus poetas, na preocupação da forma...

Magda não era uma intelectual. Era, como Villa-Lobos, um prodígio de intuição. Mas a noção de “forma” em música é bastante intelectual. De onde ela tinha extraído a segurança com que se movia nesse terreno? Provavelmente de um Cortot, com quem trabalhou longamente. Magda sabia que uma peça musical é uma catedral suspensa nas nuvens; e que essa delicada arquitetura tem de estar sujeita a uma preciosa noção de tempo — que é, para a música, o que é para um edifício a pedra fundamental.

Ela já era um mito, no Brasil, antes das famosas aulas públicas dos anos 40. Substituiu a Philipp como catedrática do Conservatório de Paris; e na Paris dos anos 20, ela pôde receber



Villa-Lobos, no momento em que ele ia conseguir a sua consagração internacional. Eram temperamentos parecidos; e para Magda, Villa-Lobos escreveu o *Momoprecoce*, brilhante fantasia para piano e orquestra repleta de temas infantis que ele utilizou em algumas suítes pianísticas.

Magda chegou a ter, na França dos anos 30, situação financeira muito boa, apartamento na cidade, casa no campo. O segundo marido dilapidou-lhe o patrimônio (e ela terminou seus dias reduzida a quase nada). Quando os nazistas ocuparam a França, essa mulher de fogo e paixão não resistiu ao espetáculo; e foi assim que ela se lembrou novamente do Brasil, e achou que estava na hora de voltar.

Graças ao Ministro Capanema, que redimiu culturalmente a República getuliana, começaram as famosas aulas públicas no Ministério da Educação. Foi uma autêntica revelação. Magda podia ser uma pianista brilhante; mas seus dotes pedagógicos nada ficavam a dever aos arroubos da intérprete. Para um Brasil ainda provinciano, ela trazia, em termos de música, os ares da Europa, o desembaraço de quem convivera com os maiores mestres — mas que possuía, ao mesmo tempo, luz própria, uma personalidade carismática. Os alunos tocavam. Magda comentava; ou sentava-se ela mesma ao piano e, com um leve toque, transformava a música numa outra coisa, num milagre de imaginação, de leveza...

Nesse período nasceu, em São Paulo, a Escola Tagliaferro, para onde ela canalizaria a sua experiência e a sua vocação didática. Magda aperfeiçoara, para ela mesma, uma técnica que quase se poderia chamar de “uma jogada do piano”; um modo de tocar com naturalidade, desembaraço, flexibilidade; algo de profundamente diferente do ensino castrador de alguns conservatórios. Essa “técnica” de Magda chegou a ser “codificada” por alguns de seus alunos (ou alunas); a famosa teoria do “peso do braço”, por exemplo.

Funcionou maravilhosamente para alguns; para outros, foi às vezes motivo de perplexidade, ou de desapontamento. O que é bastante compreensível: Magda era o gênio da vida, e não da teoria. O que era bom para ela podia ou não ser bom para os outros. Os que assimilaram bem a técnica tornaram-se “devotos” de Magdalena, desejosos de passar adiante essa religião.

Mas se religião havia, ela não deveria ter dogmas. Até o fim dos seus 92 (alguns dizem 95) anos, Magda fazia lembrar a frase de Confúcio de que “o grande homem não é um vaso feito para um uso especial”. Ela poderia ter sido grande em tudo; poderia ter sido o príncipe Tagliaferro, ou o general Tagliaferro.

Sua simples entrada no palco era um acontecimento — o porte de rainha, os incríveis cabelos cor de fogo (que ela manteve assim até o fim), a naturalidade no trato com os grandes mestres. Magdalena pertencia a uma época que acabou — época de Busoni, de Ravel, em que a música não era algo para ser comercializado, e sim uma conversa com os deuses. Magda elevou-se até esse mundo, pelo seu talento, pela sua vontade férrea. Foi uma grande apaixonada; mas seu amante número um foi o piano, que a acompanhou para além dos 90 anos, num prodígio de longevidade artística que tem poucos paralelos (podendo citar-se Casals, Horzowski, Rubinstein).

Através do piano, ela se comunicava. Seu livro de memórias — “Quase tudo...” — conta, na verdade, muito pouco sobre a verdadeira Magdalena, sendo pouco mais do que uma coleção de histórias pitorescas. Mas o que ela tinha para contar, já tinha sido contado; através de um rosário de recitais, e do contato pessoal com seus amigos e admiradores — uma verdadeira legião. Sem ela, estamos todos mais pobres.

Luiz Paulo Horta
Jornalista

Sugestões aos Editores

KHALIDI, Rashid. *Under Siege, P.L.O. Decisionmaking during the 1982 War*. Columbia University Press, 1986.

Libano, fins de julho de 1982. Beirute encontra-se situada pelas forças israelenses e a O.L.P. de Yasser Arafat acaba de tomar uma das mais difíceis decisões de toda a sua história: evacuar a cidade. Ora, Beirute representava para os palestinos, como para o imaginário árabe em geral, uma espécie de Suíça do Oriente Médio. Após serem expulsos do Egito e da Jordânia, fora ali no Libano, e em particular em Beirute, que os palestinos estavam realizando um gigantesco esforço de concentração bélica, e financeira, logística... Beirute se tomara o centro das grandes decisões operacionais, fossem para os ataques contra Israel ou para as estratégias de captação de legitimidade junto à opinião pública internacional, porquanto era também ali que a *intelligentsia* palestina tinha o seu principal foro cultural.

Uma vez anunciada publicamente, a evacuação da cidade deveria ser uma questão de dias e os canhões israelenses aproveitam a ocasião para desfechar uma quase que infindável série de bombardeios, cujo clímax é atingido no dia 12 de agosto, quando 220 (sic) investidas se prolongam por nove horas ininterruptas; tratava-se de eliminar o maior número possível de combatentes antes que estes deixassem a cidade.

É este clima de extrema tensão, de intermináveis *briefings* nas negociações entre israelenses, libaneses, sauditas, sírios e norte-americanos, assim como o acompanhamento *pari passu* da cronologia da guerra e dos principais momentos decisórios, de que trata a obra de Rashid Khalidi, *Under Siege*.

Segundo Khalidi, a guerra do Líbano de 1982 foi decisiva para concretizar ascensões, resolver contradições, acirrar velhas disputas e, principalmente, desfazer sonhos. Por um lado, a presença palestina em território libanês, particularmente em Beirute, havia atingido um grau de *malaise* convivencial tal que se tornara impossível a coexistência pacífica com a população libanesa, especificamente a cristã, muito particularmente depois dos massacres ocorridos durante a guerra de 75-76. Por outro lado, prenunciava-se uma efêmera hegemonia maronita e uma abrupta e irreversível aparição dos xiitas na cena política. O sonho de Ariel

Sharon, de que Israel viesse a tutelar o Líbano, se desfez da noite para o dia e o exército israelense, perdendo centenas de homens na hipocritamente propagada Paz para a Galiléia foi se afundando na areia movediça do indomável terreno político libanês, não desabando por pouco num grande abismo.

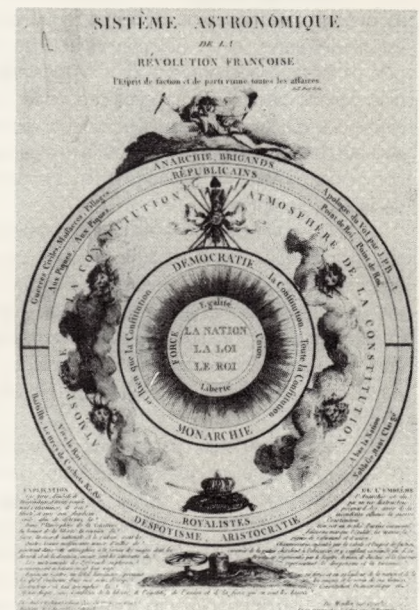
Mas a preocupação precípua do livro de Rashid Khalidi é a de dar testemunho fiel do desenrolar dos principais acontecimentos, ao mesmo tempo em que analisa os papéis decisórios de cada uma das partes envolvidas no conflito e nas negociações, muito particularmente no lado palestino, em relação ao qual o autor não poupa críticas.

SCHUBERT, Alexander. *Der Strukturgedanke in Hegels "Wissenschaft der Logik"*. Athenaum, Hamburg, 1985.

Derrida disse certa vez que Hegel foi o último "filósofo do livro e o primeiro pensador do signo", porquanto sua lógica representa a articulação da própria semiologia.

É a partir dessa tese que a obra de Alexandre Schubert tem seu ponto de partida. Analisando em profundidade a *Ciência da Lógica*, Schubert demonstra que, consciente ou inconscientemente, Hegel produz nesta obra uma verdadeira mutação radical nos paradigmas substancialísticos, para o que opera uma espécie de semiologia estrutural. A crítica hegeliana da metafísica, tal qual se manifesta no pensamento estrutural de sua "Lógica", toma em larga medida a dianteira, sob a forma descrita por Derrida como a "de construção da onto-teologia". Num momento posterior, final, Hegel procura explicar a totalidade negativa das determinações como uma onto-teológica substância, conseguindo com isso que sua crítica da metafísica acabe por ser dirigida contra si mesmo. Estas e outras questões cruciais são resgatadas do corpo da *Ciência da Lógica* de Hegel, como se estivessem em *status nascendi*, e são por Schubert submetidas a comparações que propiciam inseri-las numa abordagem tipicamente estruturalista.

COHEN, I. Bernard. *Revolution in Science*. Harvard University Press, 1985.



Como se deu a reapropriação, por parte da ciência, do termo *revolução*? Originariamente pertencente ao domínio das ciências físicas, evocando num primeiro momento permanência e recorrência — a sucessão cíclica das estações, a revolução dos planetas em suas órbitas, etc. —, o termo foi usurpado pelas nascentes ciências sociais, passando a ter o sentido dominante de transformação radical e abrupta da ordem político-econômica.

Cohen aborda tal questão, em *The Revolution of Science*, de maneira no mínimo extensiva. O tema, não resta a menor dúvida, ultrapassa em muito o domínio da simples evolução semântica do termo "revolução"; desemboca diretamente numa questão de ordem puramente filosófica, e científica — quando e como determinar a ocorrência de efetiva ruptura, ou simples passagem proporcionada por um acúmulo de saber teórico ou prático visto linearmente? I. Bernard Cohen é autor também de *The Birth of a New Physics*.

PETERS, F.P. *Jerusalem*. Princeton University Press, 1986.

Damasco, Benares, Samarcanda, Biblos (Jubayl)... quantas cidades podem concorrer em longevidade com Jerusalém? Quantas preservaram uma memória, evidenciada seja pela arquitetura remanescente, seja pela riqueza de registros arqueológicos conservados no subsolo, que possa ser

datada de vários milênios? Quantas cidades, enfim, teriam sido ininterruptamente visitadas e descritas desde a mais baixa antiguidade, até os dias atuais, como é o caso de Jerusalém?

Faz portanto falta, em língua portuguesa, a existência de um livro que reúna com talento, imaginação e farta documentação os testemunhos sobre essa cidade sagrada, santuário de judeus, cristãos e muçulmanos, hoje como sempre reivindicada politicamente. Mas F.E. Peters não se limita à simples compilação dos testemunhos e

registros existentes sobre Jerusalém, desde os tempos abraâmicos até as descrições mais recentes. Um fio de enredo é tecido no interior da obra, como se fora a maquete de um romance, um romance de múltiplos e épicos matizes, devidamente guarnecidos por uma profusão de colocações perspicazes e irônicas, que falam, *en marge*, por si mesmas e que suscitam não poucas indagações.

J.C.

Humanidades

Panorama de revistas estrangeiras

● A edição de outono do **FOREIGN AFFAIRS** publica artigo de José Sarney — *Brasil-A President's story* —, onde o presidente não poupa críticas à postura colonialista que ainda caracteriza o tratamento dispensado a países como o Brasil. Difícil saber se o artigo teria sido escrito e enviado à redação da revista antes da visita aos Estados Unidos, com a qual praticamente coincide. Grande parte dessa "estória" do Presidente é dedicada aos trâmites que marcaram o nascimento da Nova República e de como ele, José Sarney, "liderou um grupo de liberais que romperia com a antiga ordem e se unira aos outros a fim de, pondo um fim ao regime de força, implantar um Estado de lei". Sarney não poupa os leitores americanos do relato de um episódio ocorrido durante as comemorações do Dia da Independência, quando ele, já Presidente plenamente (ou quase!) legitimado, foi chamado à parte por um diplomata americano para ser informado de que naquele momento o governo americano havia decidido realizar uma investigação sobre a indústria brasileira de computadores. Sarney expressa sua indignação diante de uma "tal falta de tato, típica do tratamento de "terceira classe" que ainda nos é dispensado."

Dando ainda continuidade ao tema central do número desta revista, Walter Liqueur tece as suas *Reflections on Terrorism*, dizendo que, de acordo com sua opinião, as atividades terroristas diminuem quando o governo ameaçado é autoritário (Turquia dos militares, Espanha de Franco, etc.) e aumentam quando é de esquerda (Espanha socialista, França...). Segundo Laqueur, a Turquia e o Uruguai liquidaram os grupos de extrema direita e de esquerda com um "mínimo de violência". Mas é sobretudo à imagem dos árabes que o tópico terrorismo tende a ser associado, procedimento também usado pelo L'EXPRESS em seu número de 19 de setembro, onde, à guisa de ilustração de sua longa matéria sobre o terrorismo (o de Estado só encontra na Síria e na Líbia seus exemplos), a cada página é reproduzida a foto de uma guerrilha palestina de metralhadora

sobre o ombro, como que para marcar definitivamente a associação.

● A revista francesa **CRITIQUE** dedica seu número de setembro a Michel Foucault, que de resto é objeto de algumas publicações importantes de outono, tais como John Tajchmann — *Michel Foucault ou la liberté de savoir* (PUF), Raymond Boudon — *De L'ideologie* (Fayard), José Guilherme Merquior — *Foucault ou le nihilisme de la chaire* (PUF) e o recentemente publicado *Foucault*, de Deleuze

● **THE GEORGIA REVIEW** publica interessante artigo de Richard Ellmann sobre a nova edição do *Ulisses*, de James Joyce, agora contando com mais de 5.000 correções. Ellman, considerado de longe o melhor biógrafo de Joyce, oferece vários exemplos de correções de indevidas correções existentes nas edições anteriores. Em outro lugar, mais precisamente numa matéria saída em 15 de junho no **NEW YORK TIMES' BOOK REVIEW**, ele afirma que, (Minuit).

● A revista trimestral **POLITIQUE ÉTRANGÈRE** publica em seu segundo número deste ano um *dossier* sobre o *Oriente Médio: Islã e Petróleo*. Entre outros, o interessante artigo de José Garçon sobre a pouco conhecida guerra fratricida do *lêmen*, única república marxista do mundo árabe. Inclui também artigo do orientalista francês Gilles Kepel sobre os grupos políticos radicais no Egito — *Les groupes islamiques en Egypte*. *Flux et reflux* 1981-1986. O autor acompanha *pari passu* as etapas da política de marola exercida por Hosni Mubarak em relação aos grupos ditos extremistas: aperto de efeito publicitário sobre os comunistas, pressão sobre as extremidades dos movimentos islâmicos e coerção sobre a hierarquia da igreja copta, minoria de considerável peso político no Egito.

● **L'AFRIQUE ET L'ASIE MODERNES** publica uma longa reflexão sobre as *Hipóteses e Incertezas no Oriente-Próximo* onde é particularmente analisado o nacionalismo sírio e seu "anseio hegemônico por uma *Sirya Al-kubra*.

ao contrário do que se supõe, o *Ulisses* de Joyce é um dos livros "mãis acabados de que se tem notícia". Resta saber se o mesmo seria dito pelo próprio Joyce. Mas, tendo em vista a estrutura vicônica do *Finnegan's Wake* é provável que ele respondesse dizendo que sim e que não, ou de uma maneira mais genuinamente sua, tal como presente como correção da nova edição: *Nes! Yo!*

● O número 389 do **LE MONDE DIPLOMATIQUE** publica importante artigo de Maria-Françoise sobre o *renouveau* (!) da nostalgia dos veteranos americanos da guerra do Vietnã. A vitória que não houve é retumbantemente celebrada em ocasiões especiais, enquanto uma certa atmosfera de anseios geopolíticos levanta agora a possibilidade de que algum dia, em algum lugar da América Latina, ela venha se tornar realidade...

● A edição de julho/agosto do **AMERICAN FILM** publica entrevista com William Hurt, laureado da Academia de Hollywood pelo seu Molina no *Beijo da Mulher Aranha*, de Hector Babenco. Hurt, para quem o representar é um ritual sagrado, revela que por muito pouco o *Beijo* não se transformou num fiasco e que foram os "dolorosos e audaciosos" cortes de Babenco que fizeram da obra um produto indicável pelos críticos da Academia. Já o número de setembro desta mesma revista publica reveladora reportagem sobre o *Cidadão Kane*, de Orson Welles, onde a verdadeira história do *script* impõe que se faça jus ao nome de Herman J. Mankiewicz, figura de gênio com oscilante carreira nos anos 40 e que desapareceria de cena em meados da década de 50, justamente quando o *Cidadão Kane* começou a receber estrondoso reconhecimento. Welles aproveitou-se então daquele "esquecimento do ser" em que Mankiewicz caíra e, como a questão da autoria do *script* fora perdida *de jure* mas ganha *de facto*, viria a monopolizar todos os lauréis.

J.C.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA - DF



A seguradora de toda a família.

SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 116 – 5ª, 6ª e 7ª andares Rio de Janeiro-RJ – Telefone: (021) 275-4022

SUCURSAIS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmeiras, 11ª and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia – Centro – Maceió – Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 – 7ª and. salas 71/72 Centro – Manaus – Tel.: (082) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 – 7ª and. salas 708/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes – Bairro da Sé – Salvador – Tel.: (071) 241-6144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 396 Centro – Fortaleza – Tel.: (085) 231-9655/226-3260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União – 10ª and. Brasília-DF – Tel.: (061) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 – 1ª and. Centro – Vitória – Tel.: (027) 223-6173/223-2539
GOIÁS (GO) Rua Outeiro, 515 – 11ª and. – salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro – Goiânia – Tel.: (082) 223-7306
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 – 8ª and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro – São Luís – Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro – Cuiabá – Tel.: (065) 321-5823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Alonzo Pena, 1864 Centro Campo Grande – Tel.: (087) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 – 10ª and. conj. 1001 e 1010 Centro – Belo Horizonte – Tel.: (031) 201-3368/201-3509

PARÁ (PA) Av. Serzedelo Contá, 160 Centro – Belém – Tel.: (091) 224-1893
PARAÍBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro – João Pessoa – Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 630 – 4ª and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro – Curitiba – Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marquês de Herval, 167 – 5ª and. Salas 501/510 S10 Antônio – Recife – Tel.: (081) 224-3138
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Marinho, 1294 – 2ª and. salas 204 Centro – Teresina – Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 – salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu – Centro – Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andrades, 995 – 8ª and. salas 801 e 802 Centro – Porto Alegre – Tel.: (051) 21-3344/21-3671
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 – 4ª and. Centro – Rio de Janeiro – Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 – 5ª e 6ª andares Condição César – São Paulo – Tel.: (011) 289-7844/7583/7156/7685
SANTA CATARINA (SC) Av. Odegar Cunha, 15 – 4ª and. – Bloco C conjuntos 401 e 402 – Florianópolis – Tel.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 166 – salas 321 e 332 Edifício Orvedo Teixeira – Centro – Aracaju – Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pixinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Buguinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sérgio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laerpe Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

